

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL DOUTORADO

André do Nascimento Corrêa

ORGANIZAÇÃO DOMICILIAR E ESCRAVIDÃO NO EXTREMO SUL DO BRASIL:
CAÇAPAVA NO SÉCULO XIX

São Leopoldo - RS

2017

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL DOUTORADO

André do Nascimento Corrêa

ORGANIZAÇÃO DOMICILIAR E ESCRAVIDÃO NO EXTREMO SUL DO
BRASIL: CAÇAPAVA NO SÉCULO XIX

Tese apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Doutor, pelo
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos –
UNISINOS. Área de concentração: Estudos
Históricos Latino-Americanos. Orientador:
Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira

São Leopoldo – RS

2017

C824o Corrêa, André do Nascimento

Organização domiciliar e escravidão no extremo sul do Brasil:
Caçapava no século XIX / André do Nascimento Corrêa. – 2017.

216f.: il., 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio do Sinos, Programa
de Pós-Graduação em História, 2017.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira

Catálogo na Fonte:
Bibliotecária Suzana Hortência Ocker – CRB-14/1502

ORGANIZAÇÃO DOMICILIAR E ESCRAVIDÃO NO EXTREMO SUL DO
BRASIL: CAÇAPAVA NO SÉCULO XIX

André do Nascimento Corrêa

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor,
pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio
dos Sinos – UNISINOS.

Aprovado em 11 de outubro de 2017.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira (Orientador)
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Prof. Dr. Luís Augusto Ebling Farinatti
Universidade Federal Santa Maria – UFSM

Prof. Dr. Marcelo Santos Matheus
Instituto Federal do RS – Campus Rolante – IFRS

Prof^a. Dr – Maíra Ines Vendrame
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Prof. Dr – Jonas Moreira Vargas
Universidade Federal de Pelotas – UFPel

São Leopoldo, 2017

RESUMO

Este trabalho tem por finalidade analisar as configurações sociais da localidade de Caçapava, região situada no sul do Brasil. Neste sentido, o foco dessa análise está nos domicílios e nas questões que permeiam a escravidão em Caçapava. Para isso, contamos com alguns documentos centrais para esta pesquisa, tais como: uma lista de fogos do ano de 1830 e todos os inventários entre 1821 a 1850. Para termos outras esferas desta análise social, agregamos os inventários do cartório de Órfãos e Ausentes, catalogados pelo APERS, entre 1851 a 1871, como também todas as cartas de liberdade cartoriais entre 1835 a 1871. Desta maneira, a pesquisa se estende de 1821 a 1871. Neste sentido, buscamos caracterizar os habitantes da localidade, assim como o processo entre a escravidão e liberdade que estavam inseridos neste contexto, apresentando quais eram as formas que os escravizados tinham para alcançar a liberdade. Fizemos uma análise econômica para entender como os agentes sociais presentes nas documentações analisadas se inseriam nesse processo. Com isso, é possível visualizar o tamanho das unidades de produção e caracterizá-las segundo seu tamanho. De tal forma, os dados presentes em alguns dos documentos citados nos possibilitam compreender como esta localidade se organizava. Para isso, utilizamos como metodologia os princípios da história serial, quantitativa e qualitativa.

Palavras-chave: Escravidão. Hierarquia social. Organização domiciliar. Pecuária.

ABSTRACT

This work aims at analyzing some social configurations of the locality of Caçapava, a region located in the south of Brazil. In this sense, the focus of this analysis is on the domiciles and issues that pervade slavery in Caçapava. For this purpose, we can rely on some fundamental documents for this research, such as: a list of fires of the year 1830 and all inventories between 1821 and 1850. To include other aspects of this social analysis, we added the inventories of the registry of Orphans and Absentees, cataloged by the APERS, between 1851 and 1871, as well as all the letters of freedom of registry between 1835 and 1871. In this way, the research extends from 1821 to 1871. In this sense, we seek to characterize the inhabitants of the locality, as well as the process between the slavery and freedom that were inserted in this context, showing the ways in which the enslaved had to achieve their freedom. We did an economic analysis, to understand how the social agents present in the analyzed documents were inserted in this process, to enable us to visualize the size of the units of production and characterize them according to their size. Thus, the data presented in some of the cited documents, allow us to understand how this locality was organized. We have, therefore, applied as methodology the principles of serial, quantitative and qualitative history.

Keywords: Slavery. Social hierarchy. Home organization. Livestock.

Primeiramente, FORA Temer!
FORA Sartori!

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, que possibilitou a realização desta pesquisa. Agradeço aos funcionários do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) e aos estagiários do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs).

Agradeço aos meus antigos professores da UNIFRA, onde tudo começou. Um abraço especial para a Prof.^a Janaína Teixeira, que foi minha orientadora na graduação. Agradeço a todos os professores do PPG em História da UFSM, onde realizei meu mestrado e dei um passo fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa. Um agradecimento especial aos meus amigos, meu ex-orientador Luís A. Farinatti (Farina), e ao camarada Carlos Armani (Drums).

Também agradeço aos professores Dr. Luís Augusto Farinatti, Dr. Marcelo Santos Matheus, Dr. Jonas Moreira Vargas e à professora Dr.^a Maíra Ines Vendrame que aceitarem o convite para compor minha banca final doutoramento. Destes, agradeço ao Farinatti e à Maíra pela leitura e contribuição na qualificação deste texto. Suas ideias e análises críticas contribuíram muito.

Um agradecimento especial ao meu amigo e orientador Paulo Roberto Gremista Staudt Moreira, pelo carinho, pela cobrança, pelas conversas, por toda a ajuda, pelas risadas, pela amizade, pela hospitalidade e, sobretudo a sua orientação com análises críticas ao que eu escrevi. Obrigado por tudo, Paulo!

Obrigado a todos do PPG em História da UNISINOS, em especial à secretária do PPG de História, Saionara Brazil. Obrigado pelo carinho e atenção em todos os momentos em que precisei.

Um grande abraço aos meus ex-colegas, Mateus Capssa, Matheus Batalha Bom, Priscila Ferreira, Renan Santos Mattos. Sucesso sempre para vocês. Um agradecimento todo especial aos meus amigos Leandro Fontella (Castelhano), Max Ribeiro (Índio), Marcelo Matheus (Portuga), Leandro Oliveira (Bagé) e Jonas Vargas. O nosso grupo de estudos nos proporcionou tantas alegrias, viagens, risadas (*ovelhas capivaras das estradas*), muito trabalho, pesquisa em arquivos e eventos.

Um abraço à melhor professora de história que tive, Dr.^a Nikelen Witter, por todo o ensinamento na graduação, bem como pela forma dedicada e carinhosa que sempre trata seus alunos. Dentre tantas aprendizagens que tive com você, uma sempre surge em minha cabeça, toda vez que tenho que trabalhar com a pré-história. Lembro como se fosse hoje, você narrando uma aula, a forma como eram passados os relatos na pré-história, a importância da oralidade daquele período. Lembro, também, de uma orientação, quando tive a ideia de trabalhar com cultura musical ou algo do gênero. Você me passou algumas leituras e indicações de temas, acabei não pesquisando e rumei para o século XIX. Se pudesse voltar no tempo, hoje tomaria outra decisão, mas são escolhas, e a falta de maturidade naquele período me cegou. Obrigado por tudo, prof Nika!

Um agradecimento ao professor Fábio Kühn, que me forneceu uma cópia da lista de fogos que utilizo aqui neste trabalho.

Agradeço a todos meus educandos do Marista São José, em especial aos meus queridos da oficina *Jogo de Ideias*. Vocês me renovam, me fazem ter esperança na vida e sobretudo na juventude. Agradeço aos meus colegas de Marista, a galera das humanas; Jury Antonio Dall Agnol, (não é o Dall Agnol do power point), Emerson Luís (geo), Renato de Araújo, Leonardo Alves, Etori Amorim, Cristiano Carioba, (parceiro do Cine Debates), ao gremista Oendel Roberto e à querida Priscila de Sousa, que contribuiu com este trabalho, colocando as “mal traçadas linhas” em ordem. Agradeço à equipe da Jornada Ampliada, em especial ao Japa, Dani, Edemilson, Danuzio e Júlio. Também à toda a equipe do Fundamental II, em especial à Regi, Eluzah, Ralsk, Elen e Beatriz. Agradeço à galera da pastoral, Bruno e João. Por fim, abraço a toda equipe e direção do Marista São José. Muito obrigado pelo carinho nesse lugar de solidariedade.

Um abraço especial para meus amigos e ex-companheiros de banda, Carlos Armani (Drums), Cássio F. Lemos (Bass), Marcelo Martins (Guitar) e Ricardo Gehling (Guitar). Vida longa à Human Plague!

Agradeço a todos os amigos que fiz nessa vida, tanto em Caçapava do Sul, minha terra natal, como em Santa Maria, lugar que vivi por mais de 10 anos, assim como os novos amigos que venho fazendo em terras catarinenses.

Aos meus pais, Manoel Teodoro e Maria Ione, um grande beijo, amo vocês. Agradeço tudo o que vocês me proporcionaram. Esta tese é fruto da luta diária de vocês.

Queria agradecer à minha querida e amada companheira Lívia, que desde 2008 aventura-se comigo nesse mundo da história e que, em especial nesses últimos meses, suportou com carinho e dedicação minhas loucuras e devaneios na produção desta tese. Amo você!

DEDICATÓRIA

*Aos meus pais que me deram todo
carinho e atenção nessa caminhada.*

*E para Livia, que soube com maestria,
me suportar nesses mais de quatro anos, amo você!*

*In memoria de Renato Alves Ferreira.
In memoria de Martin Bruno François (amigo Xingu).*

LISTA DE FIGURAS

Figura – 1.1: Mapa do Rio Grande do Sul em 1831.....	36
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico - 2.1: Porcentagem dos peões segundo o sexo.....	106
Gráfico - 3.1: Porcentagem de Escravizados segundo Sexo, Lista de Fogos (1830).....	122
Gráfico - 3.2: Porcentagem de Escravizados segundo Sexo, Inventários (1821-1850).....	123
Gráfico - 3.3: Porcentagem de Escravizados segundo sexo Alforrias (1835-1850).....	123
Gráfico - 3.4: Porcentagens segundo a origem dos alforriados (1851 - 1871).....	149
Gráfico - 4.1: Segundo sexo: total de alforrias 1835 – 1871.....	166
Gráfico - 4.2: Segundo as origens: total de alforrias 1835 – 1871.....	167
Gráfico - 4.3: Forma das Alforrias (1835 - 1871).....	167

LISTA DE QUADROS

Quadro – 2.1: Lista de escravizados Tenente Coronel Manoel Luiz da Silva Borges.....	91
Quadro – 2.2: Lista dos rebanhos do Tenente Coronel Manoel Luiz da Silva Borges.....	93

LISTA DE TABELAS

Tabela – 1.1: População descrita na lista de fogos.....	41
Tabela – 1.2: Chefes dos fogos segundo o sexo (Caçapava 1830).....	42
Tabela – 1.3: Dados comparativos da população da vila de Caçapava e do RS.....	47
Tabela – 1.4: Denominações dos chefes dos fogos (1830).....	48
Tabela – 1.5: Porcentagem dos moradores nos Domicílios em 1830.....	57
Tabela – 1.6: Fogos com e sem agregados.....	66
Tabela – 1.7: Categoria dos agregados segunda a lista de 1830.....	68
Tabela – 1.8: Fogos com agregados <i>com e sem</i> escravizados.....	71
Tabela – 1.9: Relação matrimonial entre os agregados.....	72
Tabela – 1.10: Total de agregados segundo seu estado civil.....	73
Tabela – 1.11: Cor dos casais de agregados.....	74
Tabela – 2.1: Distribuição do gado <i>vacum</i> em Caçapava (1821-1850).....	90
Tabela – 2.2: Criadores de gado <i>vacum</i> com acesso a terra em Caçapava, 1821 a 1850.....	96
Tabela – 2.3: Frequências gerais das atividades produtivas de Caçapava, 1821 a 1850.....	97
Tabela – 2.4: Ofício dos Escravizados nos inventários (1821-1850).....	101
Tabela – 2.5: Frequência de escravizados por unidades produtivas.....	102
Tabela – 3.1: Classificação Populacional na Lista de Fogos de 1830.....	111
Tabela – 3.2: Percentual de Escravizados nos Inventários <i>post-mortem</i> e na Lista de Fogos.....	114
Tabela – 3.3: Média de escravizados nos inventários e na lista de fogos.....	118

Tabela – 3.4: Os Indicadores de proprietários de escravizados em Caçapava (Lista de Fogos, 1830).....	120
Tabela – 3.5: Estrutura Etária dos Escravizados Segundo o Sexo em Caçapava, (1821-1850).....	130
Tabela – 3.6: Faixas etárias dos escravizados segundo a origem, 1821 a 1850.....	133
Tabela – 3.7: Estrutura de posse de em Caçapava, (inventários, 1821-1850 & lista de fogos, 1830).....	137
Tabela – 3.8: Estrutura de posse de escravizados por domicílio (lista de fogos de Caçapava, 1830).....	140
Tabela – 3.9: Dados gerais de acordo com sexo dos ex ou escravizados, Caçapava 1821-1871.....	142
Tabela – 3.10: Estrutura de posse de escravos (Caçapava, 1851-1871).....	144
Tabela – 3.11: Estrutura de posse de escravos por períodos (Caçapava, 1851-1871).....	146
Tabela – 3.12: Número de Escravizados por Período.....	150
Tabela – 3.13: Estrutura Etária Segundo o Sexo em Caçapava, (1851-1871).....	151
Tabela – 3.14: Faixas Etárias Segundo a Origem 1851 a 1871.....	152
Tabela - 4.1: Alforrias em Caçapava, 1835 – 1871.....	163
Tabela – 4.2: Escravizados Alforriados em Caçapava, 1835 – 1871.....	164
Tabela – 4.3: Origem e sexo dos Alforriados em Caçapava 1835-1871.....	165
Tabela – 4.4: Alforrias em Caçapava entre 1835 – 1850.....	171
Tabelas – 4.5: Alforrias em Caçapava entre 1851-1871.....	172
Tabela – 4.6: Formas das alforrias e as origens, Caçapava 1835-1871.....	174

LISTA DE ABREVIATURAS

AHRS – Arquivo Histórico de Estado do Rio Grande do Sul

AHMCS – Arquivo Histórico Municipal de Caçapava do Sul

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

FEE – Fundação de Economia e Estatística

FTRV – Faixa de Tamanho de Rebanho *Vacum*

IHGRS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Nº – Número

N. de Es. = Número de Escravizados.

Q. P. = Quantidade de proprietários,

S/R – Sem Referência

Unid. Prod. – Unidade Produtivas

Ref. = referência

F.E. = Faixa Etárias;

Afric. = Africanos(a);

Crio. = Crioulos(a).

T = Total.

ANEXOS

Anexo – 1: Lista de Fogos de Caçapava (1830).....	212
Anexo – 2: Caminho dos tropeiros mencionados no segundo capítulo.....	213
Anexo – 3: Mapa do Rio Grande do Sul em 1809, alguns anos antes da confecção a lista de fogos aqui analisada.	214
Anexo – 4: Mapa do Bioma Pampa com suas divisões.....	215
Anexo – 5: Mapa do Bioma Pampa.....	216

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
Capítulo – 1: ORGANIZAÇÃO DOMICILIAR EM CAÇAPAVA (1830)	33
1.1 - População descrita na lista nominativa de Caçapava	37
1.2 – Perfil dos Chefes dos Fogos	42
1.3 - Manoel da Costa, Fabiano de Cristo: domicílios chefiados por pretos e pardos	52
1.4 - Pretos, pardos e índios: os diferentes domiciliados	56
1.5 - Das toscas choupanas a proprietários de escravizados: os agregados na organização domiciliar	60
Capítulo – 2: A ESTRUTURA ECONÔMICA DA LOCALIDADE DE CAÇAPAVA	76
2.1 - A economia do Sul: o abastecimento do mercado interno	76
2.2 – As unidades produtivas do mercado interno	85
2.3 – A mão de obra especializada, os ofícios dos escravizados	99
2.4 – Manoel Paraguaio, Manoel Castelhana, Manoel Índio e Manoel Preto Forro: a presença de peões livres na lista de fogos de Caçapava 1830.	103
Capítulo – 3: ANÁLISE DA PRESENÇA DE ESCRAVIZADOS EM CAÇAPAVA	110
3.1 - Classificação Populacional de Caçapava: a lista de fogos de 1830 ...	110
3.2 – Os Escravizados de Caçapava: cruzamento de dados da lista de fogos com os inventários <i>post-mortem</i>	113
3.3 – Porcentagens de escravizados segundo o sexo em distintas fontes .	121
3.4 – Estrutura de posse: um comparativo entre fontes da localidade de Caçapava	135
3.5 - Algumas considerações sobre a posse de escravizados em Caçapava, 1821 - 1871	141
3.5.1 – Estrutura de Posse de Escravizados na Localidade de Caçapava 1851 - 1871.....	143
Capítulo – 4: CARTAS DE ALFORRIA: UMA ANÁLISE NO PASSADO ESCRAVISTA DA LOCALIDADE DE CAÇAPAVA, 1821 - 1871	153
4.1 – Processos de liberdade em Caçapava 1835 – 1871	153
4.1.1 – O papel da liberdade.....	156
4.1.2 – Algumas eram concedidas, outras eram pagas e outras gratuitas: formas de liberdade em Caçapava.	161

4.1.3 Sobre as alforrias pagas, condicionadas e gratuitas.....	167
CONSIDERAÇÕES FINAIS	181
REFERÊNCIAS:	190

INTRODUÇÃO

A escolha da temática desta pesquisa está ligada a uma soma de estudos, realizados ao longo do percurso acadêmico. Desta forma, este é um trabalho que busca dialogar com alguns temas sobre a história social no sul do império brasileiro.¹ Desta maneira, nossa meta é compreender como a sociedade brasileira estava estabelecida, do ponto de vista domiciliar e das unidades de produção, de tal maneira entender como se dava a organização da mão de obra no sul do Império brasileiro. De tal forma, analisaremos algumas relações dos agentes sociais em meados do século XIX, elementos presentes no mundo agrário oitocentista. Vale ressaltar que, esta análise, em determinado ponto, ultrapassa o ano de 1850, isso quando fizemos algumas análises nas alforrias, para tentar perceber como se dava a busca pela liberdade dos escravizados. Assim, o recorte temporal para essa investigação foi o de 1835 a 1871. Já o nosso recorte espacial segue sendo a região de Caçapava do Sul, pois aqui damos continuidade ao estudo iniciado ainda na graduação, que passou pelo mestrado e aqui “finalizamos”.

Nas últimas décadas do século XX, a historiografia brasileira tomou novos rumos, amparada por uma gama documental e tendo maior rigor com sua produção. Desta leva de estudos, destaco duas correntes temáticas dentro da história social, os estudos sobre história agrária e escravidão. Dentro destas temáticas o desdobramento para o entendimento da organização familiar. Mesmo que a presente investigação não tenha a pretensão de ser um estudo sobre a história da família e de demografia, contamos com os investimentos crescentes na renovação dessas temáticas como alicerce importante.

Parte destas obras que tiveram ou dialogaram com o tema a História Agrária,² os estudos referentes à história agrária estão baseados nos trabalhos da história regional francesa, desenvolvida em uma série de monografias regionais, sob a inspiração de trabalhos pioneiros como os de Marc Bloch e

¹Utilizo o termo Império brasileiro, embora a pesquisa inicia-se em 1821, com o Brasil ainda sendo colônia. No entanto, as fontes aqui utilizadas, em sua grande maioria são para os anos em que o Brasil já era um Império.

² Os estudos sobre História Agrária surgem com Marc Bloch, quando este autor estuda a sociedade feudal agrária francesa.

Pierre Goubert.³ As análises feitas para determinadas regiões do Brasil colonial e monárquico apontaram para uma dinâmica com uma diversificação até então não demonstrada. Nesse sentido, Hebe Mattos e João Fragoso, demonstram que havia atividades econômicas muito além da economia de exportação. Havia um mercado interno brasileiro que cada vez mais ganhava espaço, propiciando uma importante acumulação mercantil.⁴ Desta maneira, este mercado interno estava para além de ser residual e da simples dependência de um mercado exportador, como havia sido caracterizado por uma historiografia da década de 1970.⁵

Uma das primeiras obras a levantar algumas questões sobre a sociedade e a economia do Rio Grande do Sul é a pesquisa de Corcino M. dos Santos. Embora não fosse uma pesquisa dentro da chamada história agrária, o autor faz um apanhado geral sobre a economia da região sul, mas não chega a problematizá-la.⁶ No entanto, o seu estudo é de toda valia, pois os dados que são apresentados são fruto de uma bela pesquisa empírica e serviram como base para outros estudos que fizeram uma análise profunda e rigorosa.

Dentro deste viés das novas abordagens, tivemos as pesquisas pioneiras de Paulo Zarth.⁷ Suas análises sobre o cenário sul meridional tinham como enfoque o planalto gaúcho, localizado no norte do Rio Grande do Sul. Seu trabalho demonstrou que havia mais do que uma simples região não habitada que serviria para a imigração alemã e italiana. Esta região estudada tinha os campos ocupados pela produção pecuarista e, nas áreas de florestas dominava o cultivo da erva mate. A produção de alimentos era realizada nas

³ GOUBERT, Pierre. *Cen Mille Provinciaux au XVII siècle: Bouvais et le Bouvaisis de 1600 a 1730*. Paris: Flammarion, 1968; BLOCH, Marc. *Les Caracteres Originaux de L'Histoire Rurale Française*. Paris: Armand, 1968.

⁴ MATTOS, Hebe. *Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravos*. 2ª edição. Editora FGV, FAPERJ. Rio de Janeiro, (2009). FRAGOSO, João. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*, 2ª. ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

⁵ FURTATO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 15ª ed. Cia. Editora Nacional, 1977. (PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 26ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986; NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: HCITEC, 1983.

⁶ SANTOS, Corcino Medeiros dos. *Economia e Sociedade do Rio Grande do Sul: Século XVIII*. Editora Nacional. São Paulo, 1984.

⁷ Chamamos de pioneira sobre história agrária no sul do Brasil a primeira pesquisa de Paulo Zarth que correspondem ao seu mestrado em 1988. ZARTH, Paulo Afonso. *História Agrária do Planalto Gaúcho 1850-1920*. Transformações no Rio Grande do Sul do século XIX. Ijuí: Editora Unijuí, 1997. *Do Arcaico ao Moderno*. Transformações no Rio Grande do Sul do século XIX. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

extensões das florestas e esta atividade fora desempenhada por uma gama de lavradores nacionais.

Dentro desta mesma perspectiva, temos os trabalhos de Helen Osório, que demonstram uma sociedade pautada pelos conflitos de apropriação de terras, a diversidade agrária do Rio Grande do Sul no período colonial, tanto em termos de produção agropecuária, quanto os diferentes grupos sociais que ali existiam.⁸ Estes grupos sociais tiveram uma produção econômica que se desenvolveu e colaborou para a ocupação do Brasil Meridional. A sua cultura era marcada por uma população com características distintas, tanto etnicamente, quanto pelas práticas econômicas que são baseadas na terra e nos excedentes que ali eram gerados. O estudo de Helen Osório veio desmistificar a bipolarização destes agentes sociais, demonstrando que esta região não possuía apenas grandes proprietários e peões, mas havia, sim, médios e pequenos estabelecimentos produtivos e, em muitos casos, ocorria uma mescla nas atividades da pecuária e agricultura. Além disso, a aplicabilidade da mão de obra escravizada estava presente em boa parte das unidades domésticas, onde algumas eram divididas com os membros familiares.

Nesse sentido, tivemos os trabalhos de Luís Augusto Farinatti que contribuíram consideravelmente no entendimento do que era viver em um cenário agrário no Rio Grande do Sul do século XIX. Este autor trabalhou, primeiramente em sua dissertação, a região central da província, apontando elementos semelhantes aos que Zarth já tinha elencado para norte, uma gama de lavradores nacionais que combinavam suas atividades de manejo dos arados com trabalho com o gado *vacum*. Estas reses, por sua vez, em escalas menores do que os rebanhos elencados por Farinatti para região da campanha. Farinatti, além de corroborar com os autores sulinos anteriormente citados, também demonstra, em suas análises, uma vida social extremamente

⁸ OSÓRIO, Helen. *Apropriação da Terra no Rio Grande de São Pedro e a Formação do Espaço Platino*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 1990. *O Império Português ao Sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

complexa para a fronteira oeste. Havendo não apenas estancieiros e peões, ali também estavam escravizados, libertos, índios, lavradores, entre outros.⁹

Estes trabalhos que analisaram o mundo rural sulino tiveram também como inspiração, além dos trabalhos sobre a paisagem agrária fluminense, pesquisas referentes à região platina, mais especificamente à história agrária argentina. Autores como Juan Carlos Garavaglia e Jorge Gelman, Julio Djenderedjian, Daniel Santilli, entre outros, demonstraram as complexidades de um mundo colonial tardio, no qual havia uma quantidade muito expressiva de camponeses pastores e agricultores dividindo o espaço territorial com os estancieiros, cenário muito parecido com o que foi demonstrado pelos autores que trabalharam com Rio Grande do Sul.¹⁰

O segundo campo temático de inspiração para este trabalho está ligado aos estudos alusivos às relações escravistas brasileiras. Estes tiveram mudanças consideráveis a partir dos anos 1970, principalmente a partir da influência da *historiografia antropológica da escravidão*, termo cunhado por Sheila Faria.¹¹ As pesquisas históricas tomaram novos rumos, transformando significativamente as interpretações sobre o sistema escravista, entendendo este também pelo viés dos escravizados. Esta, por seu turno, valoriza em suas análises as experiências e a bagagem cultural, bem como, suas possibilidades de escolhas, ainda que limitados por diversos condicionantes estruturais.

⁹ FARINATTI, Luís A. *Sobre as Cinzas da Mata Virgem: Lavradores Nacionais na Província do Rio Grande do Sul (Santa Maria, 1845-1880)*. Porto Alegre: PUCRS, 1999. Dissertação, Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul instituto de Filosofia e Ciências Humanas Curso de Pós-Graduação em História. _____. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Editora UFSM. Santa Maria, 2010.

¹⁰ GELMAN, Jorge. *Campesinos y estancieros. Una región del Rio de la Plata a fines de la época colonial*. Buenos Aires: Editorial Los Libros del Riel, 1998. GARAVAGLIA, Juan C. *Pastores y Labradores de Buenos Aires: una historia agraria de la campaña bonaerense (1700-1830)*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1999. GELMAN, Jorge. *Las condiciones del crecimiento estanciero en el Buenos Aires de la primera mitad del siglo XIX: trabajo, salarios y conflictos en las estancias de Rosas*. In: GELMAN, Jorge; GARAVAGLIA, Juan Carlos; ZEBERIO, Blanca (org.). *Expansión capitalista y transformaciones regionales: relaciones sociales y empresas agrarias en la Argentina del siglo XIX*. Buenos Aires: Editorial La Colmena, 1999. GELMAN, Jorge. SANTILLI, Daniel. *Historia Del Capitalismo Agrario Pampeano: De Rivadaria a Rosas. Desigualdad y crecimiento económico*. Editora: Siglo XXI. Buenos Aires, 2006. DJENDEREDJIAN, Julio César. *Historia Del Capitalismo Agrario Pampeano. La agricultura pampeana em la primera mitad del siglo XIX*. Editora: Siglo XXI. Buenos Aires, 2008.

¹¹ FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1998.

Uma das pesquisas precursoras dentro destas novas abordagens sobre a sociedade luso-brasileira foi a obra *Na Senzala, uma Flor*, de Robert Slenes. Este autor teve como foco central de sua pesquisa a família escrava e suas heranças africanas. Para Slenes, o papel da família escravizada poderia ter um aspecto corrosivo e limitador da escravidão. Seu estudo era voltado para o sudeste brasileiro.¹²

Com uma visão diferente da de Slenes, principalmente quando mencionamos as questões sobre as famílias escravizadas, temos o trabalho de Manolo Florentino e José Roberto Góes.¹³ Estes autores veem a família escrava como um elemento que trazia a paz para as senzalas e, assim, atuava como viabilizador da sociedade escravista. Também, afirmam que, no patamar em que a historiografia se encontra, são raros os pesquisadores a não considerar a existência das famílias escravizadas.

Outro estudo extremamente importante para a compreensão do passado escravista foi o estudo “*Das Cores do Silêncio*”, de Hebe Mattos. Neste estudo, a autora reelabora o entendimento das condições de dominação depois do fim das relações escravistas, profundamente marcados pela violência, mas também por espaços de uma economia moral presentes em complexos espaços públicos e privados, em que senhores e escravizados negociavam o significado da liberdade.

Outro trabalho historiográfico de destaque, vinculado a essa nova leva historiográfica, é a obra *Negociação e Conflito*, dos autores João José Reis e Eduardo Silva.¹⁴ Este trabalho buscou desmistificar a ideia do escravo “coisa” ou apenas vítima. Para Reis e Silva, os escravizados, em sua grande maioria, não estavam divididos entre *heróis* e *acomodados*. Havia um campo bem mais complexo em que as negociações, embora desiguais, ocorriam, e isso deu margens para que cada vez mais elas se repetissem, auxiliando tanto à reiteração quanto ao enfraquecimento do sistema escravista.

Já Stuart Schwartz e Sidney Chalhoub foram também autores que contribuíram para esse redimensionamento das análises referentes à história

¹² SLENES, Robert. *Na Senzala, Uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava no sudeste do Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

¹³ FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*. Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

¹⁴ REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

social da escravidão no Brasil.¹⁵ Enquanto o primeiro focou suas pesquisas sobre as temáticas relacionadas à família escrava na Bahia colonial, o segundo procurou entender o significado que os escravizados davam à liberdade na corte no final do século XIX.

Os estudos alusivos à escravidão também apresentaram trabalhos com enfoque diferenciado, como o de abordar a posse de escravizados em distintas regiões brasileiras. Estas pesquisas não ficaram apenas com historiadores, pois tivemos o pioneirismo do economista Francisco Vidal Luna com a pesquisa *Minas Gerais: escravos e senhores*. Tal estudo apontou grande presença de escravizados nos domicílios de região das Minas Gerais, que passavam dos 40%. Além disso, apresentou dados inovadores no que tange a metodologia, apresentando elementos como média, moda e mediana de escravizados para a região mineira.¹⁶

Nesse mesmo leque de estudos, temos a pesquisa de José Flávio Motta *Corpos Escravos Vontades Livres*. Esta pesquisa possibilitou um avanço nas abordagens da posse de escravizados. O autor teve como espaço geográfico a região do Bananal, localidade do vale paraibana paulista, isso nas décadas iniciais do século XIX, entre 1801-1829.¹⁷ Motta apresenta um trabalho extremamente significativo, baseado em listas nominativas dos habitantes do Bananal. Com isso, foi possível que o autor mostrasse a singularidade presente na estrutura familiar escravizada da região do Vale do Paraíba paulista, elementos sociais que estavam ligados à economia cafeeicultora.

Outra pesquisa que colaborou para o entendimento da posse de escravizados com um debate sobre duas regiões do Brasil foi *Posse de Escravos e Estrutura de Riqueza no Agreste e Sertão de Pernambuco*, dos economistas Flávio Rabelo Versiani e José Raimundo O. Vergolino.¹⁸ Nesse artigo, os autores fazem um debate comparativo entre duas regiões de

¹⁵ SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001. CHALHOUB, Sidney; *Visões de Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

¹⁶ LUNA, Francisco Vidal. *Estrutura de Posse de Escravos e Atividades Produtivas em Jacareí (1777 a 1829)*. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, (28): 23-35, 1988.

¹⁷ MOTTA, José F. *Corpos Escravos Vontades Livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: Annablume, 1999.

¹⁸ VERSIANI, Flávio Rabelo & VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. *Posse de Escravos e Estrutura da Riqueza no Agreste e Sertão de Pernambuco: 1777 – 1887*. Est. Econ., São Paulo, V.33, Nº2. P. 353 – 393. Abril – Junho 2003.

Pernambuco, apontando, dentre outras coisas, a estrutura demográfica escrava das regiões que estavam fora da área produtora de açúcar, tendo estas uma produção voltada para a agricultura e a pecuária.

As influências destas novas abordagens metodológicas, já citadas anteriormente, tiveram grande contribuição para as pesquisas no Rio Grande do Sul, gerando inúmeras análises nas últimas décadas. Exemplo disso são os trabalhos de Paulo Roberto S. Moreira.¹⁹ O autor trabalha como foco principal a cidade de Porto Alegre e sua obra tem consistência principalmente quando aborda a participação dos escravizados na sociedade rio-grandense enquanto protagonistas, deixando sempre em evidência a participação do negro escravizado na formação cultural do Rio Grande do Sul. Nesse mesmo sentido, de protagonismo e participação social, Marcelo Matheus apresentou a diversidade na busca pela liberdade de escravizados no sul do império, mais precisamente em Alegrete. Esta região de grande produção econômica centrada na pecuária bovina, a qual tinha ampla utilização da mão de obra de escravizados. O mesmo autor em tese de doutoramento analisou a produção da hierarquia através, especialmente, da possibilidade de mobilidade social aberta a escravizados.²⁰

Já no estudo de Gabriel Berute, o autor apresenta as questões referentes ao tráfico de escravizados na Capitania do Rio Grande de São Pedro entre o final do século XVIII e o início do XIX. Alguns dos pontos centrais de sua investigação, estão ligados com os aspectos demográficos, assim como, a dinâmica do funcionamento deste circuito mercantil em que o tráfico estava inserido.²¹ Por sua vez, Leandro Fontella, apresentou um

¹⁹ MOREIRA, Paulo Staudt. *Faces da liberdade, máscaras do cativo*. Experiências de liberdade e escravidão percebidas através das cartas de alforria – Porto Alegre (1858-1888). Porto Alegre: Arquivo Público do Estado, EDIPUCRS, 1996. *Justiçando O Cativo*: A cultura de resistência escrava. In: PICCOLO, Helga; PADOIN, Maria Medianeira. (dir.) *Império* (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul) vol. II. Passo Fundo; Méritos, 2006.

²⁰ MATHEUS, Marcelo S. *Fronteiras da Liberdade: Escravidão, hierarquia social e alforrias no extremo sul do Império do Brasil*. São Leopoldo: Oikos, Editora Unisinos, 2012. Para outras regiões ver: MATHEUS Marcelo Santos. *A produção da diferença: escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (Bagé, c.1820-1870)*. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto de História - Programa de Pós-Graduação em História Social, 2016. (Tese de doutorado em história).

²¹ BERUTE, Gabriel do Santos. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790- c. 1825*. Porto Alegre: UFRGS- PPGH, 2006 (Dissertação de Mestrado).

complexo cenário agrário, da região de São Borja, o qual era composto por grande presença de mão de obra de escravizados. O local também era marcado pelas instabilidades bélicas.²²

No que tange às pesquisas sobre a organização domiciliar, destacamos alguns trabalhos importantes para um melhor entendimento da sociedade luso-brasileira. Com base na pesquisa de Peter Laslett, alguns historiadores brasileiros como Eni de Mesquita Samara e Iraci Del Nero Costa construíram, sob bases empíricas, novas categorias para uma melhor compreensão de algumas regiões do Brasil oitocentista. Estes autores apresentam o “surgimento” e o adensamento de uma camada intermediária, entre a “casa-grande e a senzala”, formadas por homens livres assalariados, agregados, moradores de favor, dentre outros. Eles seriam, na visão clássica, “sem eira nem beira”, o que quebra, sem destruir suas bases legais, o dualismo do sistema escravista.²³

É evidente a existência de outras obras recentes e de qualidade que abordam o universo escravista do século XIX no sul Brasil. Mas, escolhemos destacar, pontualmente, estas anteriormente citadas, pois estabelecemos um diálogo ao longo deste trabalho com estas, enquanto as demais estão mencionadas nas referências.²⁴

Outras pesquisas que seguem essa mesma perspectiva são os estudos de Bert Barickman, para a região do Iguape, no Recôncavo Baiano. O autor questiona a eternizada visão da casa grande cunhada por Gilberto Freyre.²⁵ Além de demonstrar um amplo mercado interno agrícola, desconstruindo a visão clássica de que a agricultura era voltada apenas para a exportação, também

²² FONTELLA, Leandro Goya. Sobre as ruínas dos Sete Povos: estrutura produtiva, escravidão e distintos modos de trabalho no Espaço Oriental Missioneiro (Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, 1828 – 1858). Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2013. (Dissertação de Mestrado)
FONTELLA, Leandro Goya & MATHEUS Marcelo Santos. *Estrutura de posse escrava na província do Rio Grande de São Pedro: um apanhado historiográfico* (c. 1820 – c. 1870) Revista Latino-Americana de História Vol. 2, nº. 9 – São Leopoldo. Dezembro de 2013;

²³ SAMARA, 1989. p. 27. COSTA, 1981.

²⁴ CARATTI, Jônatas Marques. O Solo da Liberdade: as trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos do processo abolicionista uruguaio (1842-1862). São Leopoldo: PPGH/UNISINOS, 2010. (Dissertação de Mestrado); ARAÚJO, Thiago Leitão de. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário* (vila de Cruz Alta, província do Rio grande do Sul, 1834-1884). Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2008. (Dissertação de Mestrado).

²⁵ BARICKMAN, B. J. E *Se a casa-grande não fosse tão grande?* Uma freguesia açucareira do Recôncavo Baiano em 1835. Afro-Ásia, núm. 30, 2003b, p 95.

apresenta uma complexa sociedade que se organizava neste cenário. Desta forma, havia um contraponto na região do Recôncavo Baiano. Assim, com os produtos de exportação que eram o açúcar e o fumo, havia a farinha de mandioca, que aquecia a economia voltada para o mercado interno.²⁶ Para a região de São José dos Pinhais, Cacilda Machado aponta uma grande diversidade social nos fogos daquela localidade. Era um mundo rural, no qual havia os agentes sociais que eram agregados, pardos, e que muitos circulavam nessa frágil fronteira social, buscando libertar-se do fardo da raça por meio das relações familiares e pessoais.²⁷ Outro estudo que nos deu suporte foi o realizado para Ouro Preto, por Mirian M. Lott, a autora apresenta uma presença significativa de agregados nos fogos da localidade, demonstrando a complexidade daquela região.²⁸

Nosso estudo tem como objetivo somar esforços a essa análise da formação social do mundo rural, aqui com enfoque uma região rio-grandense, no século XIX. Tentamos dar ênfase à investigação da diversidade socioeconômica e à presença e papel que a escravidão teria desempenhado nesse contexto. Assim, a escolha da região de Caçapava se dá pelo fato de dar continuidade às pesquisas sobre a região. Além disso, o que colaborou para a opção desta área para ser examinada foi a existência de documentos que possam dar conta desta análise socioeconômica.

O campo de análise é a sociedade que se deu início com povoamento colonial da região de Caçapava, este teve seu surgimento nos anos finais do século XVIII. Segundo o padre Arlindo Rubert, seu território foi conquistado pela expansão luso-brasileira, cujo contexto os Dragões de Rio Pardo patrulhavam esses territórios para efetivar vigias contra os avanços dos espanhóis e para consolidar este ponto avançado do poderio lusitano.²⁹ A região em que hoje está localizado o município de Caçapava do Sul, primeiramente foi conhecida pelos tropeiros e bandeirantes que se

²⁶ BARICKMAN, Bert. *Um Contraponto Baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2003a.

²⁷ MACHADO, Cacilda. *A Trama das Vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista*. Editora: Apicuri. Rio de Janeiro, 2008.p – 217.

²⁸ LOTT, Mirian Moura. *Lista Nominativa de 1838: Características Demográficas, Econômicas e Sociais de Ouro Preto*. Anais do XIII Seminário Sobre Economia Mineira. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais (2008). p -14.

²⁹ RUBERT, Arlindo. *As Freguesias de Caçapava e de Santaninha*. Canoas: La Salle, 1956.

aventuravam por estas terras como *Paragem ou Povo de Cassapava*.³⁰ Esta região consolidou-se posteriormente como *Paragem de Cassapava*, oriunda dos acampamentos militares que ficavam nas regiões de clareiras na mata. Estas clareiras eram chamadas no tupi-guarani de *Cassapava*. Assim, a origem do nome da região deriva do tronco linguístico do tupi-guarani, pois encontramos citados em algumas obras os relatos que esta região teria sido primeiramente habitada por povos indígenas, daí a relação com o significado da palavra Caçapava.³¹

Seu povoamento luso-brasileiro data do final do século XVIII. Pelo que consta na historiografia local, surge, inicialmente, nas terras que pertenciam a Vicente Venceslau Gomes de Carvalho, que se apossou das mesmas por volta de 1783. Estas terras foram vendidas, posteriormente, ao Capitão Francisco Oliveira Porto, no ano de 1792. Mas, segundo Rubert, ele não foi o primeiro senhor da localidade. Consta na documentação que houve moradores na zona desde 1781. Portanto, estes primeiros núcleos de povoadores logo tiveram a companhia de outros habitantes.³² Assim, segundo esta bibliografia local, o núcleo de povoamento da região de Caçapava estaria ligado temporalmente à década de 80 do século XVIII.

Com o decorrer dos anos e um aumento “significativo” de povoadores, no ano de 1800, ocorreu a criação de uma Capela Curada, sob o orago de *Nossa Senhora da Assunção de Caçapava*. Este fato trouxe para a região um padre, e isso tem um grande significado e uma representatividade muito forte para as populações do XIX, pois é um braço da igreja que está atuando e, para o governo, mais uma área que vai sendo povoada. Isso tudo ocorrendo em uma região ainda de fronteira não definida. Note-se que, no final do século XVIII, Caçapava, juntamente com a vila de Cachoeira, fazia parte dos extremos da Fronteira do Rio Pardo, ponto avançado sobre o território em disputa com as forças hispano-coloniais.³³ Porém, um ano depois da criação da Capela Curada, ocorreu a tomada dos Setes Povos das Missões Orientais do Uruguai pelos luso-brasileiros. A partir daí, intensificou-se a ocupação desses sujeitos

³⁰ ABRÃO, Nicolau da Silveira. *História do Município de Caçapava do Sul*. Martins Livreiro. 3ª ed. Porto Alegre, 1992.

³¹ RUBERT, 1956. p5.

³² Idem, 1956. p5.

³³ Ver anexo 3, mapa do Rio Grande do Sul em 1809.

sobre aqueles territórios, e Caçapava converteu-se em um povoado localizado na zona “centro-sul” do Rio Grande de São Pedro, localizada no bioma pampa.³⁴

A vila de Caçapava foi criada por decreto regencial s/nº de 25 de outubro de 1831, mas a instalação efetiva só ocorreu em 19 de janeiro de 1834, com a primeira sessão da Câmara Municipal.³⁵ A lista de fogos que utilizaremos como fonte primária preferencial foi produzida em 1830, um ano antes, portanto, da criação da vila.

Este estudo tem como base metodológica análises seriais, quantitativas e qualitativas, para termos uma ideia mais geral da população da freguesia de Caçapava.³⁶ Este tipo de exame quantitativo e serial será realizado nos inventários *post-mortem* e nas cartas de alforrias. Também vamos utilizar análises do tipo qualitativas, pois assim teremos maior compreensão das variações étnicas presentes na região estudada. Também servem como base teórica os métodos experimentais da micro-história italiana. No que diz respeito a fontes, utilizaremos aqui, como base, lista de fogos, censos populacionais da FEE, inventários *post-mortem*, alforrias, compra e vendas de escravizados, lista de transmissões de notas, dentre outras.

No primeiro capítulo, apresentamos uma análise comparativa dos dados da lista de fogos de Caçapava com outras regiões. Abordamos as porcentagens entre os sexos na chefia dos fogos, também de escravizados, índios, agregados e peões, na tentativa de “desenhar” a organização social dos moradores da freguesia no ano de 1830. Para isso, tomamos como base a lista de fogos³⁷ do ano de 1830.

³⁴ O Pampa brasileiro, localizado na região sul, possui cerca de 180.000 km², tendo como predominância uma cobertura vegetal rasteira composta por campos, gramíneas e arbustos, o Pampa é relatado como “grande tapete verde”. Abriga maior porcentagem do aquífero guarani e é marcado pela grande quantidade de espécies endêmicas tanto vegetais quanto animais. Este tipo de vegetação de gramíneas foi fundamental na produção do gado vacum. Ver mapas em anexo 4 e 5. STRECK, Edemar V.; KÄMPF, N.; DALMOLIN, Ricardo, S. D.; KALMT, Egon.; NASCIMENTO, P.C.; SCHNEIDER, Paulo.; GIASSON, Elvio.; PINTO, Luiz F. S. Solos do Rio Grande do Sul. 2ª ed. EMATER/RS-ASCAR. Porto Alegre, 2008. Ver capítulo 4.

³⁵ Ver: AHRS, Fundo Autoridades Municipais, Caçapava, Correspondência Expedida (1834/1836), maço 24, lata 10. Amyr Borges Fortes; João B. S. Wagner. *História Administrativa, Judiciária e Eclesiástica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Editora Globo, 1963, p. 174.

³⁶ CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor P. *Os Métodos da História*. 4ªed. Edições Graal. Biblioteca de História. Rio de Janeiro, 1983.

³⁷ Ver nos anexos 1, algumas imagens desse documento.

Já no segundo capítulo, analisamos as estruturas econômicas e produtivas da região, com base em alguns moradores descritos na lista de fogos do ano de 1830. Cruzando estes dados com os inventários *post-mortem*, mais especificamente com as informações referentes às produções vinculadas com a pecuária e agricultura, pretendemos, nessa análise, dar ênfase à mão de obra dos peões, e mostrando uma boa representatividade de indígenas apenonados. Estes dados, estão contidos na lista de domicílios.

No capítulo três, nossa análise parte da presença de escravizados em Caçapava. Com isso, apresentamos dados referentes à posse de escravizados, dando ênfase a algumas categorias de análise, tais como; sexo, idade, dentre outros. De tal forma, fizemos comparações com trabalhos de outras regiões, para ter uma base para identificamos como estava a distribuição da posse escrava em Caçapava, percebendo a população escravizada em suas nuances demográficas. Para isso, as fontes utilizadas foram a lista de fogos de 1830, inventários *post-mortem*, alforrias e documentos de compra e venda de cativos, estes últimos, por serem pouco representativos no que diz respeito a sua quantidade para o recorte temporal aqui estudado, apenas os utilizamos como dados qualitativos.

Por fim, no quarto capítulo, fizemos uma análise de alguns elementos vinculados ao passado escravista da região. Esboçamos aqui a busca pela liberdade dos escravizados, utilizando as cartas de manumissão entre 1835 a 1871, ou seja, desde o primeiro registro de liberdade até a lei do ventre livre. Desta forma, a meta agora é na diacronia, percebendo assim, as mudanças dos fenômenos sociais, presentes ao longo do tempo no sistema escravista. A partir da análise quantitativa e qualitativa nas cartas de liberdade, nos possibilita uma compreensão mais qualificada pela busca da liberdade.

Assim, o somatório destes capítulos mostra que está era uma sociedade escravista e em formação, em uma região de periférica de fronteira aberta. Isso pois a mão de obra dos escravizados estava disseminada pelo tecido social, não era apenas uma exclusividade dos grandes senhores ter cativos. Pequenos e médios também os tinham.

Capítulo – 1: ORGANIZAÇÃO DOMICILIAR EM CAÇAPAVA (1830)

A reconstrução de fragmentos do passado passa pela análise de algum tipo de fonte histórica, independentemente de seu caráter. Ao fazermos este tipo de exame, temos que estar cientes de que estes documentos foram criados/produzidos para outros fins, e que nós, como pesquisadores e historiadores, iremos utilizá-los como matéria-prima em nossas investigações, usando seus valores secundários.³⁸ Desta maneira, devemos ponderar metodologicamente o uso destas fontes, para que assim possamos ter a melhor compreensão dos agentes do passado em nossa análise.

As documentações geradas no Brasil Imperial, nem sempre foram produzidas uniformemente, existindo consistentes variações dependendo dos agentes que as redigiam e dos contextos em que se inseriam.³⁹ Um exemplo deste tipo de documentação que utilizaremos aqui são as listas de domicílios, que podem ser chamadas também de listas de fogos, que são listas nominativas de habitantes, também conhecidas por maços de população.⁴⁰ Este tipo de documento foi produzido em diversas regiões do império brasileiro, nas últimas décadas, vem sendo utilizado por um considerável número de pesquisadores. Os elementos contidos nessas listas nominativas possibilitaram e deram luz ao entendimento da diversidade social do império brasileiro.⁴¹

³⁸Segundo a arquivologia, os documentos possuem um duplo valor. O valor primário ou administrativo é a qualidade de um documento baseado nas utilizações imediatas e administrativas que lhe deram seus criadores - “nas razões pelas quais o documento foi criado”. (ROUSSEAU & COUTURE, 1998: 117). Já o secundário ou valor de Testemunho é qualidade baseada nas utilizações não imediatas e é atribuído, principalmente pelos historiadores e outros investigadores sociais.

ROUSSEAU, Jean-Yver; COUTURE, Carol. *Os Fundamentos da Disciplina Arquivística*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1998.

³⁹ A respeito do caráter relacional dos registros eclesiásticos, por exemplo, ver: GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo*. Trabalho, família, aliança e mobilidade social. (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c.1850). Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008.

⁴⁰ Segundo Kühn (2006, p. 65) no Antigo Regime, fogo era um termo similar ou equivalente à família. Usando um dicionário da época, vemos que fogos eram as unidades domiciliares, mas também: “As pessoas que se compõe a casa, e mais propriamente as subordinadas aos chefes, ou pais de família. Os parentes e aliados. O que está sob o pátrio poder” SILVA, 1813, p. 96; SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. Tomo 1 e 2. Rio de Janeiro, Oficinas da S. A. Litho-Litotipographia Fluminense, 1922. (Edição fac-símile da 2ª edição, de 1813, sendo a 1ª edição de Lisboa, Officina de Simão Thadeo Ferreira, em 1789)

⁴¹ Ver: BACELLAR, 2001 e 2008; LUNA; COSTA; KLEIN, 2009; MACHADO, 2008, GUEDES, 2008; BACELLAR, Carlos. *Arrolando os habitantes no passado: as listas nominativas sob um olhar crítico*. Locus; revista de história, Juiz de Fora, v. 14, n. 1 p. 113-132, 2008. Dentre outros que iremos citar ao longo dessa pesquisa

No entanto, as listas de fogos não foram produzidas com a mesma regularidade em todas as províncias do Império brasileiro. Segundo Bacellar, “sua distribuição pelos arquivos brasileiros é profundamente desigual; profusas para a capitania de São Paulo, são rarefeitas para outras áreas da América portuguesa, quando não inexistentes”.⁴²

Desta forma, para certas regiões, a sua frequência é bem mais elevada e regular, podendo ser feitas análises ao longo do tempo, como também o cruzamento de diferentes listas. Isso abre um leque de possibilidades analíticas, entre as quais podem ser discutidos elementos ligados às organizações familiares, à estrutura do domicílio, à posse tanto da terra quanto de cativos, como também a base econômica do fogo. Estas análises podem ser executadas através de estudos longitudinais, usando métodos quantitativos e qualitativos.⁴³

Normalmente, estas listas eram feitas através de iniciativas oficiais e começaram a ser confeccionadas a partir de 1765, dentro do contexto de uma política preocupada com a reorganização do mundo colonial.⁴⁴ Isso gerou diferentes empregados e distintas formas de coletar os dados referentes à população.⁴⁵

Várias foram as metodologias utilizadas para o levantamento dos dados na época. Geralmente, o encarregado realizava levantamentos estatísticos enviando ofício as Autoridades e Empregados Públicos das diversas Freguesias e Distritos do interior, através dos quais solicitava informações, mas que nem sempre eram atendidas, por “não haver obrigatoriedade no fornecimento das mesmas”. Os

⁴² BACELLAR, Carlos. *Arrolando os habitantes no passado: as listas nominativas sob um olhar crítico*. in.: Locus: revista de história, Juiz de Fora, v. 14, n. 1p. 113-132, 2008. p.114. Ver também: RODARTE, Mario Marcos Sampaio. *O trabalho do fogo: domicílios ou famílias do passado - Minas Gerais, 1830*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

⁴³ BACELLAR, 2008.p.113.

⁴⁴ Idem, 2008.p.114.

⁴⁵ Estas reformas coincidem com o período governativo do Marquês do Pombal e possuem abundante bibliografia. Evidente que estas reformas não podem ser atribuídas a um único indivíduo, “nem que o impulso reformista foi interrompido pela ‘viradeira’ do início do reinado de D. Maria I, continuando sob a égide de d. Rodrigo de Souza Coutinho”. A Coroa, com estas reformas, pretendia: “redimensionar as relações entre a metrópole e seus domínios ultramarinos, com providências importantes para combater o contrabando, ampliar o comércio entre as regiões do Império, diversificar a pauta de exportações coloniais e fortalecer o domínio e a exploração metropolitana na área colonial” (LARA, S. *Fragments setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*. SP: Companhia das Letras, 2007: p. 222). Ver: BOXER, C. R. *O Império Marítimo Português (1415-1825)*. Lisboa, Edições 70, 2012 (principalmente os capítulos VII e VIII). Quando ao impacto destas reformas na burocracia colonial brasileira, ver: SALGADO, Graça (coord.). *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

Empregados Públicos eram os Eclesiásticos (Vigários), Civis (Ouvidores) e militares (Comandantes).⁴⁶

Desta maneira, as listas produzidas tinham elementos centrais que se repetiam. Porém, também poderia haver a falta de elementos de uma região para outra, ou até mesmo na própria localidade. Um exemplo, deste tipo de documento foi a lista que encontramos para região de Caçapava. Este documento foi confeccionado no ano de 1830, a mando do comandante Manoel Luís da Silva Borges, dentro deste contexto acima citado.⁴⁷ A sua intenção era saber qual a população domiciliada na freguesia de Caçapava, para que depois os dados fossem enviados ao comandante de fronteira o Tenente Manoel Luiz Osório, futuro Marquês do Herval. Este foi um procedimento que ocorreu em outras regiões do império brasileiro.⁴⁸

Manoel Luiz da Silva Borges faleceu em 26 de junho de 1836. Sua viúva Ana Joaquina Luiza Osório só realizou o inventário dos bens deixados pelo seu falecido marido em 1849, quando o Juiz de Órfãos substituto Cidadão José Pinheiro de Uchoa Cintra, sabendo da morte do Tenente Coronel Borges, mandou que se procedesse ao seu inventário. Infelizmente, ele não redigiu um testamento e deixou onze filhos “entre vivos e mortos”.⁴⁹ O monte-mor da herança somava 43:609\$200 réis, sendo mais da metade dessa soma concentrada na propriedade de 51 escravizados, que somavam 22:085\$000 réis, mostrando o alto valor que os escravizados tinham no patrimônio. Claro que tal contabilidade foi prejudicada pela convulsão bélica no estado vizinho do Uruguai. A inventariante e viúva declarou que o casal possuía no Estado

⁴⁶ FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (doravante FEE). *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul - censos do RS 1803-1950*. Porto Alegre: FEE, 1981, p. 51.

⁴⁷ Lista de Fogos de Caçapava – 1830, (Maço 7, Lata 2, IHGRS).

⁴⁸ Interessante, pois a lista de fogos foi feita a pedido do comandante Manoel Luís da Silva Borges, o qual a mandaria para o Tenente Manoel Luiz Osório, que era seu filho e tinha conquistado a patente de tenente pela bela campanha militar na região de Santana do Livramento, na qual seus comandados foram o único corpo militar a não ser derrotado em batalha. Osório participou das conversações de paz sobre a desanexação da Cisplatina e o reconhecimento da independência do Uruguai, nesse meio tempo foi promovido a tenente. Provavelmente a intenção da confecção de uma listagem das moradias da região de Caçapava, era para ter uma noção de quantos homens poderiam pegar em armas se fosse necessário. FLORES, Moacyr. *República Rio-Grandense: realidade e utopia*. Coleção História – 54. Editora; EDIPUCRS. Porto Alegre, 2002. p. 105. Lista de Fogos de Caçapava – 1830, (Maço 7, Lata 2, IHGRS); Genealogia da Família de Manoel Luiz da Silva Borges, disponível em: <http://www.fuj.com.br/> acesso em 03/04/2016.

⁴⁹ APERS – Cartório Órfãos e Ausentes, Inventário 146. Inventariado: Manoel Luiz da Silva Borges, Inventariante: Anna Joaquina Luiza Ozorio, data: 1849 – Caçapava, comarca de Rio Pardo.

Oriental, nas pontas de Arapehy, duas léguas e meia de campos (em léguas castelhanas) – junto a igual porção de terrenos do herdeiro Tenente Coronel Manoel Luiz Osório: “de cujo campo ainda se deve meia légua no valor de mil patações, e tem ali seis mil reses, pouco mais ou menos, 150 éguas xucras, 29 dias mansas, 40 cavalos mansos, uma manada de burras, dez bois mansos, uma carreta, 1 carro, 25 potros, cujos bens ficam para sob partilha por estarem sujeitos a aquele Estado em guerra na atualidade”. Alguns destes dados iremos retomar mais à frente, para uma melhor compreensão de alguns elementos deste mundo rural. A seguir, visualizamos um mapa com os contornos aproximados do período estudado, pois a lista de fogos é referente apenas à região de Caçapava, não contemplando São Gabriel. No mapa, ambas as freguesias aparecem sem uma fronteira ainda estabelecida, mas esta pesquisa trabalha apenas com a Freguesia e, posteriormente, Vila de Caçapava e seu incipiente cenário urbano.

Figura – 1.1: Mapa do Rio Grande do Sul em 1831



Fonte: Adaptado de FELIZARDO, Júlia Netto. Evolução administrativa do RS. Porto Alegre: Governo do RS, s/d.

Nesse sentido, quando analisamos a lista e cruzamos com alguns inventariados que teoricamente deveriam estar listados, mas isso não ocorreu. Um exemplo disso foi o Capitão Antônio Adolfo Charão, que teve seu inventário aberto no ano de 1835. Com a análise do seu inventário, tendo como base a região descrita de sua propriedade e o que é o centro urbano de Caçapava atualmente, percebemos que a propriedade do dito Capitão não ficava no núcleo urbano. Este fato, nos leva a deduzir, que a lista que aqui analisamos dê conta do incipiente núcleo urbano que se formava na Freguesia de Caçapava no ano de 1830.

Quando comparamos os dados contidos nesta lista de 1830 com outras encontradas para o centro do Brasil - imperial, percebe-se que a de Caçapava não é tão completa, pois a mesma não apresenta idades, cor, ofícios só para alguns dos listados, economia do fogo, dentre outros. Mas, em virtude da raridade deste tipo de fonte, para a região do extremo sul do império, entendemos que os dados presentes nesta lista, devidamente analisados, podem auxiliar no melhor entendimento da organização domiciliar da população desta região.

1.1 - População descrita na lista nominativa de Caçapava

A lista nominativa com a qual vamos trabalhar estava dividida por fogos e para cada um deles há a listagem dos moradores. Primeiro aparece o nome do chefe do domicílio, seguido de sua mulher (quando for o caso ou quando esta não for a chefe do fogo), na sequência segue seus filhos, agregados, escravizados, peões⁵⁰ e expostos. Além dos nomes desses moradores, também estão presentes algumas outras informações dos relacionados na lista, como algum ofício, patente militar, viúvas, solteiros, dentre outros. Como exemplo disso, temos o fogo do Capitão Elicardo Gomes Lisboa, que era casada com Dona Francisca Tereza de Jesus. O casal possuía quatro filhos. Três deles eram homens: Salvador, que estava descrito como militar, Antônio e

⁵⁰ Vale ressaltar que os peões não fazem parte da família, porém estão descritos nesta documentação, assim, foram contabilizados nas análises. Certamente, estes peões moravam nas propriedades.

Mario. Também tinha uma filha, Francisca. O dito capitão e sua esposa tinham em sua senzala quinze escravizados, oito homens e sete mulheres. Havia em seu domicílio a presença de agregados. Todos eram índios: a índia Josefa, o casal João e Joana Maria, e seu filho Domingos. Percebe-se que havia um agregamento de uma família, que possivelmente com este vínculo entre o Capitão chefe do fogo e o índio João tenha sido estabelecido desde o processo migratório dos indígenas para regiões centrais do que veio a ser o Estado do Rio Grande do Sul.⁵¹

Desse modo, devemos ter todo o cuidado na análise deste documento pois, em muitos casos, a historiografia vem demonstrando que alguns dados nas listas não eram informados, como por exemplo, os tamanhos tanto dos campos como das lavouras ou a quantidade total de gado ali existente. No caso, estes dois dados não aparecem na lista de Caçapava. Quem sabe entrem nessa seara de dados não mencionados.

Outro ponto que a historiografia apresenta é que havia, em geral, um descompasso entre os sexos, pois muitas listas foram produzidas como instrumento de auxílio para o recrutamento de soldados.⁵² Percebe-se que havia um temor ao recrutamento. Somado a isso, temos um período de muitas incertezas por parte da população do século XIX. Estes eram habitantes de uma região instável, permeada por arreadas,⁵³ e por causa das guerras em busca de territórios, pois esta era ainda uma área de fronteiras indefinidas.⁵⁴ Estes elementos podem ter ocasionado uma desconfiança dos moradores, ao

⁵¹ Lista de Fogos de Caçapava – 1830, (Maço 7, Lata 2, IHGRS). Ver sobre a migração indígena, RIBEIRO, Max R. P. *Estratégias Indígenas na Fronteira Meridional: os guaranis missionários após a conquista lusitana* (Rio Grande de São Pedro, 1801-1834) Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, PPG de História. Porto Alegre/RS, 2013.

⁵² MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000, p. 33. Sobre o recrutamento, ver: BEATTIE, Peter M. *Tributo de sangue: Exército, Honra, Raça e Nação no Brasil 1864-1945*. São Paulo: Editora da USP, 2009; KRAAY, H. *Política racial, Estado e Forças Armadas na época da Independência: Bahia, 1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2011; RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço os chamava: Milicianos e guardas nacionais no Rio Grande do Sul (1825-1845)*. Santa Maria; UFSM: 2005.

⁵³ Tomada ou roubo de gado de alguma espécie.

⁵⁴ Caçapava está localizada no centro-sul do Estado do Rio Grande do Sul, a localidade surge em um contexto de expansão luso-brasileira do início do século XIX, fazendo parte da “Fronteira do Rio Pardo”. No ano de 1830, embora tendo havido as campanhas militares na região Cisplatina, hoje fronteira com o Uruguai, e havendo o reconhecendo a independência do mesmo, somente pós 1850 é que a região sul tem uma estabilidade em suas fronteiras entre luso-brasileiros e hispano-platinos. (GIL, 2007; CAMARGO, 2001; CHRISTILLINO, 2008; THOMPSON FLORES; FARINATTI, 2009; NEUMANN, 2004).

passarem as informações de seus domicílios ao encarregado de realizar o levantamento.

Por outro lado, por mais breves ou simplificadas que sejam as informações existentes na lista, foi possível elaborar boas análises como, por exemplo, sobre o perfil dos chefes de domicílio, onde podem ser destacadas as relações entre o sexo e também as qualificações encontradas. Também pode ser analisada a estrutura domiciliar, bem como a presença ou não de escravizados, agregados (com ou sem família), expostos e peões. Desta maneira, pode ser feito um quadro dos domicílios e a forma da organização familiar existente na região. Assim, trataremos agora do perfil dos chefes de fogos encontrados na lista.

O primeiro dado retirado da lista foi a quantidade de domicílios, sendo que a região de Caçapava possuía 286 fogos. Apresentamos primeiramente, um quadro geral dos habitantes presentes nestes domicílios, conforme eles foram descritos nesta fonte. Este estudo tem objetivo de entender a configuração familiar da região analisada, ou seja, como estavam configurados aqueles fogos.

As pesquisas sobre a análise da composição familiar ou organização domiciliar,⁵⁵ nas últimas décadas, houve grandes avanços no entendimento dessa temática, desde as primeiras pesquisas que surgiram no final do século XIX e primeira metade do século XX.

Nessa perspectiva, tivemos as pesquisas acerca da composição da unidade doméstica, como o trabalho pioneiro “do sociólogo Frédéric Le Play. Este autor caracterizou três tipos de organização familiar: *família patriarcal*, *família estirpe ou famille souche* e *família instável*”. Vejamos as definições de cada uma delas.

Primeiramente, a *família patriarcal* (...), que dava grande relevo à estabilidade, à autoridade, à linhagem e à tradição, o que determinou um grande grupo familiar que incluía pelo menos todos os homens descendentes do patriarca.

Segundo a *família estirpe* ou *famille souche* (...), que também tinha um elemento patriarcal estável, mas que, em geral, limitava a co-residência e a

⁵⁵ Aqui trabalhamos com a perspectiva de composição familiar e organização familiar como sinônimos.

sucessão de um filho do patriarca e seus descendentes, embora outros filhos solteiros pudessem ficar no lar paterno, o que fazia com que a unidade doméstica, por vezes tivesse mais de 18 pessoas.

E por fim, a *família instável* (...) que, ao contrário dos dois tipos anteriores, assentava no casamento de dois indivíduos independentes, só subsistia enquanto estes subsistiam e enviava os filhos para o mundo logo que eram independentes, exercendo pouco controle sobre eles.⁵⁶

Os primeiros estudos que caracterizavam a família no Brasil são os de Gilberto Freyre, com o clássico *Casa Grande e Senzala*, e Antonio Candido de Mello e Souza, com *The Brazilian Family*. Ambos os autores percebiam a organização domiciliar a partir da família patriarcal.

Os estudos sobre família e sua organização domiciliar começam a mudar a partir da década de 1970, mais precisamente a partir da conferência de Cambridge em 1972. Neste congresso, o historiador inglês Peter Laslett, após ter analisado listas nominativas dos anos de 1574 a 1821, referentes a comunidades inglesas, contrapôs a ideia, mostrando que a família estirpe não teria sido comum na Inglaterra como se achava até então. O autor ainda coloca que a família estirpe nunca teria sido uma característica importante das sociedades da Europa Ocidental ou da América do Norte.⁵⁷ Desta maneira, a partir da construção empírica, Laslett criou novas categorias chamadas de “Estruturas de Households”.⁵⁸

Com base nessa tipologia criada por Peter Laslett, alguns historiadores brasileiros como Eni de Mesquita Samara e Iraci Del Nero Costa construíram, sob-bases empíricas, novas categorias para uma melhor compreensão de algumas regiões do Brasil oitocentista.⁵⁹ É com base nesses novos arranjos familiares, utilizados para regiões paulistas e mineiras do século XIX, que nos fundamentamos. Nosso entendimento de organização domiciliar usa como alicerce metodológico, algo entre o que Samara chamou de “categoria Aumentada”, na qual estariam o casal ou indivíduos com filhos, netos, parentes, agregados, escravizados. Esta foi a tipologia mais próxima da

⁵⁶ ANDERSON, Michael. *Elementos para a História da Família Ocidental: 1500-1914*. Lisboa: Editorial Quercus, 1984. p.20.

⁵⁷ ANDERSON; 1984. p. 21.

⁵⁸ Ver categorias em FREITAS, p. 9.

⁵⁹ SAMARA, 1989. p. 27. COSTA, 1981.

organização domiciliar que encontramos na lista de fogos de Caçapava, ainda acrescentados de peões, pois nenhuma das categorias já pré-estabelecidas os contempla, pois como já mencionamos, não faziam parte do núcleo familiar.

Tabela – 1.1: População descrita na lista de fogos

	Homens	Mulheres	%
Chefes	238	48	10%
Esposas	-	201	7%
Filhos	393	368	26%
Netos	1	-	0%
Expostos	7	16	2%
Agregados	193	194	14%
Peões	97	32	4%
Moradores	5	4	1%
Escravizados⁶⁰	671	388	36%
Total	1.637	1.219	100%

Fonte: Lista de Fogos de Caçapava – 1830, (Maço 7, Lata 2, IHGRS).

Nessa tabela, percebem-se as diferentes categorias sociais em que a população foi descrita na fonte, sendo dividida em nove grupos distintos. Alguns destes grupos serão debatidos dentro do contexto analisado para termos um melhor entendimento da organização domiciliar de Caçapava. Desta maneira, algumas categorias serão analisadas isoladamente, fazendo cruzamentos com trabalhos realizados para outras regiões do império brasileiro. Estas categorias, a exemplo dos chefes de fogos, escravizados e os agregados são as que mais foram analisadas para outras regiões. Sabe-se que nem todas as regiões do império brasileiro possuíam a mesma base econômica, embora fosse todo ele um sistema de produção com mão de obra escravizada, em uma sociedade basicamente rural. Vale ressaltar que, em

⁶⁰ Havia mais 71 escravizados, os quais foram descritos sem especificar seu sexo, havendo assim, um total de 1.130 cativos.

muitas localidades, a mão de obra escravizada e a familiar eram associadas, ou seja, dividiam as atividades das unidades de produção.

1.2 – Perfil dos Chefes dos Fogos

Um dos primeiros dados na lista nominativa são os chefes de domicílio. É possível identificar, em um primeiro momento, qual o sexo dos chefes dos fogos. Também se possuía algum “qualitativo” como: *dona*, *patente militar*, *estado civil*, ou se havia algum indicador de cor, entre outros.

O primeiro dado que podemos extrair da lista está ligado à distinção referente ao sexo dos chefes de domicílios. Esta informação mostra que havia pouco equilíbrio entre os mesmos, sendo que dos 286 fogos, 238 ou 83% são chefiados por homens e apenas 48 ou 17% por mulheres, como mostra na tabela a seguir.

Tabela – 1.2: Chefes dos fogos segundo o sexo (Caçapava 1830)

	Quantidade	%
Homens	238	83%
Mulheres	48	17%
Total	286	100%

Fonte: Lista de Fogos de Caçapava – 1830, (Maço 7, Lata 2, IHGRS).

É inegável a superioridade de fogos sendo chefiado por homens na freguesia de Caçapava, acreditamos que estes domicílios citados compreendem apenas o espaço urbano, pois nem trabalho anterior, no qual utilizamos todos os inventários produzidos desde 1821 a 1850. Tivemos inventariados que deveriam estar relacionados na lista domiciliar, no entanto as suas moradias eram distantes do núcleo urbano.⁶¹

A questão da chefia masculina não era exclusividade desta região, para a região do Iguape, no Recôncavo Baiano, Bert Barickman analisou uma lista domiciliar do ano de 1835, na qual havia trinta e sete fogos, dos quais 29 ou

⁶¹ CORRÊA, André Nascimento do. Ao sul do Brasil oitocentista: escravidão e estrutura agrária em Caçapava, 1821-1850. Santa Maria: UFSM/PPGH, 2013. (Dissertação de Mestrado)

78% eram chefiados por homens e 8 ou 22% desses fogos tinham como chefes as mulheres.⁶² Na região de São José dos Pinhais, Cacilda Machado aponta que no ano de 1827, havia 578 fogos, destes 450 ou 78% chefiados por homens e 128 ou 22% por mulheres.⁶³ Já em Ouro Preto, no ano de 1838, Mirian M. Lott destaca que havia 3.690 almas, distribuídas por quatorze quarteirões e por 725 fogos. Entre os chefes de domicílio, 433 ou 59,7% são homens e 292 ou 40,3% são mulheres.⁶⁴

Em dois estudos distintos, realizados para duas regiões situadas fora dos contornos do Império brasileiro, foi possível perceber elementos que se assemelham com os encontrados no território luso-brasileiro. Os estudos são referentes à localidade de Brazoria no Texas e à freguesia de São Tiago de Ronfe, em Portugal. Foi possível perceber características semelhantes nos domicílios dessas duas regiões, com as particularidades encontradas para as localidades brasileiras. No artigo de Marcelo Matheus e André Corrêa, é apresentada uma análise sobre Brazoria, na então República do Texas (EUA). Neste estudo, foi utilizado um censo de 1840, em que foram listados 309 fogos – por volta de 92% deles chefiados por homens e 8% por mulheres.⁶⁵ No trabalho de doutoramento de Ana Silvia Volpi Scott, a autora destacou seu estudo sobre as formas de união e reprodução social das famílias da freguesia de São Tiago de Ronfe, que está localizada no nordeste de Portugal. Através da análise dos róis de confessados para o ano de 1829 havia 239 fogos. Destes domicílios, 64 ou 26,8% tinham a chefia de mulheres, e 175 ou 73,2 de homens.⁶⁶ Nos parece que as estruturas do oitocentos para determinadas localidades eram semelhantes. Isso de certa forma pode ser estendido para regiões localizadas fora do Império brasileiro, claro, sem generalizações.

Diferente dos casos anteriores, em que o sexo masculino predomina como chefe dos fogos, na localidade Mineira de Mariana, em 1819, Nicole

⁶² BARICKMAN, B. J. E *Se a casa-grande não fosse tão grande?* Uma freguesia açucareira do Recôncavo Baiano em 1835. *Afro-Ásia*, núm. 30, 2003, p 95.

⁶³ MACHADO, Cacilda. *A Trama das Vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista*. Editora: Apicuri. Rio de Janeiro, 2008.p – 217.

⁶⁴LOTT, Mirian Moura. *Lista Nominativa de 1838: Características Demográficas, Econômicas e Sociais de Ouro Preto*. Anais do XIII Seminário Sobre Economia Mineira. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais (2008). p -14.

⁶⁵CORRÊA, André; MATHEUS, Marcelo. *A escravidão em uma perspectiva comparada: Caçapava (RS, Brasil) e Brazoria (Texas) – primeira metade do século XIX*. No prelo.

⁶⁶SCOTT, Ana Silvia Volpi. *Famílias, formas de união e reprodução social no nordeste português. (Séculos XVIII e XIX)*. Oikos Editora; Editora UNISINOS. São Leopoldo, 2012.

Damasceno sinaliza que os chefes de domicílio, no que diz respeito ao sexo encontravam-se bastante equilibrados, sendo que dos 339 domicílios 51% são chefiados por homens e 49% por mulheres.⁶⁷ Vanda Lucia Praxedes destaca que, nas Comarcas Mineiras de Rio das Velhas e Serro Frio, entre 1831 e 1832, encontravam-se, aproximadamente 17.150 domicílios chefiados por mulheres. Isto representa 26,83% do total da população da Província. Este percentual de mulheres chefes de domicílio em Minas Gerais⁶⁸ é bem semelhante ao encontrado no estudo que Eni Samara apresentou para algumas regiões, vejamos os dados comparativos;

Samara verificou os seguintes índices em relação à chefia feminina de domicílio, para as seguintes regiões do Brasil: São Paulo, 29,26 (dados do Censo de 1827); 36,8% (Censo de 1836) Goiás, 17% em 1818; Santiago do Iguape - Bahia, 33% em 1835. Para a autora, esses dados mostram as dificuldades econômicas de cada localidade, assim como a urbanização incipiente e a migração masculina para a abertura de novas áreas de lavoura seriam as maiores razões para explicar a presença feminina nas chefias de domicílio.⁶⁹

Certamente muitas destas mulheres desempenhavam papel central em seus domicílios, tendo a responsabilidade de prover à manutenção e o sustento de suas casas, comprovando um protagonismo feminino.

Em estudo realizado para Salvador, Katia Mattoso afirma que, no século XIX, 42% dos grupos domésticos eram chefiados por mulheres, destas, 71% eram solteiras e com filhos.⁷⁰ Foi possível visualizar casos desse tipo para Caçapava, no qual as mulheres pardas, solteiras e com filhos chefiavam seus domicílios. Quanto à designação de cor dessas mulheres chefes de domicílio para Caçapava, apenas as pardas foram descritas na documentação, como veremos na tabela da qualificação dos chefes.

⁶⁷DAMASCENO, Nicole. *Estruturas domiciliares da cidade de Mariana: análise da Lista de Habitantes do Distrito de Mariana de 1819*. III Simpósio ILB - Itinerários da Pesquisa Histórica: métodos, fontes e campos temáticos, 2010.

⁶⁸ PRAXEDES, Vanda Lucia. *Donas de Casa e dos Seus: mulheres chefes de domicílios em Minas Gerais (1770-1870) – Algumas considerações*. *Anais do XIII Seminário sobre a Economia Mineira. Universidade Federal de Minas Gerais*. 2008b. pp. 2 – 3.

⁶⁹ SAMARA, *Mulheres Chefes de Domicílio: uma análise comparativa do Brasil no século XIX*. *História*, São Paulo, v. 12, p.49-61, 1993. *apud* PRAXEDES, 2008b pp. 2 - 3).

⁷⁰MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província do império*. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1992. p. 171.

Em relação à chefia de domicílio, cabe esboçar aqui algumas reflexões em relação à chefia das mulheres. Além dos estudos e trabalhos a respeito do tema que citamos aqui, a documentação utilizada evidenciou algumas “categorias” de chefes mulheres, como *as pardas, as viúvas, as índias e as donas*. Certamente, no grande grupo de mulheres sem referência deveria haver uma maior diversidade feminina, principalmente no que tange à cor de sua cútis ou origem étnica. Outro fato que não estava descrito na documentação, mas é passível de discussão, é a maneira como as mulheres viviam, pois certamente estas não partilhavam das mesmas visões de mundo, tampouco dos recursos econômicos da região. Algumas mulheres eram casadas, outras viúvas, umas possuíam escravizados em seus lares, outras não, umas tinham agregados, o que não se repetia para todas. Certamente havia, também uma diversidade na cor das mesmas, porém a maioria delas não tinha referência na documentação.

Certamente, as experiências destas mulheres vão além daquelas relacionadas a gênero e raça/etnia, elementos que podem contribuir para melhor entendimento do termo “chefia feminina”. “De modo geral, esse termo está associado à ausência da figura masculina, seja do marido ou parceiro no domicílio, seja pela condição de solteiras, viúvas ou casadas com maridos ausentes e/ou desaparecidos”.⁷¹ Vale ressaltar que estamos falando de uma sociedade com grandes traços patriarcais. Contudo, este tipo de entendimento parece um pouco limitado para compreender toda a complexidade e a riqueza da experiência humana vivida, raramente detectada nas fontes.

Aqui não encontramos mulheres com a descrição de solteiras, como nos estudos anteriormente citados. Por outro lado, temos outros casos, como o da parda e viúva Rosana Maria. Ela possuía dois filhos, o João e o Joaquim. Na documentação não constava a idade de nenhum deles. Isso era algo que a fonte não traz a respeito de ninguém. Como mencionado anteriormente, não concordamos com um lugar onde a mulher não tinha seu protagonismo. Certamente a Rosana Maria corrobora isso, pois ela era a chefe de seu domicílio, no qual contava com a ajuda de seus filhos para a administração e

⁷¹ PRAXEDES, Vanda Lucia. *Donas de Casa e dos Seus: mulheres chefes de domicílios em Minas Gerais (1770-1870) – Algumas considerações. Anais do XIII Seminário sobre a Economia Mineira. Universidade Federal de Minas Gerais. 2008b. p. 6.*

exploração de sua unidade produtiva. Ainda mais que seu lar não possuía escravizados e nem peões. Também não havia agregados, tampouco estava descrita a atividade produtiva de seu domicílio. Mas, como estamos falando de uma sociedade com bases econômicas nas atividades rurais, este fogo certamente tinha seu sustento associado a essa economia.

Por outro lado, um dado que nos chamou atenção, nesse caso é que um dos seus filhos, o João, tinha uma patente militar, pois ele foi mencionado desta forma “João militar”.⁷² Porém, não estava descrito se era na Guarda Nacional ou no exército Imperial, tampouco qual seu posto hierárquico, mas certamente era um qualitativo em sua trajetória. Por mais difícil que fosse a vida de um militar em uma região de constantes conflitos, certamente o exército ou as milícias poderiam trazer-lhe certo prestígio, até mesmo ascensão social.⁷³ Isso poderia gerar benefícios na administração do domicílio de sua mãe. Aqui, a presença masculina, estava nos filhos, igualmente como em outras localidades em que não havia o marido ou parceiro, as mulheres assumiam papéis centrais em um mundo regido pelas leis masculinas.

É interessante notar que embora tivéssemos alguns casos de chefia feminina, não havia “um padrão geral” na chefia dos fogos. Isso quebra a teoria de que estes seriam chefiados pelos homens em todas as camadas sociais. Como salientou Samara, para certas regiões havia uma predominância de mulheres como chefes dos domicílios, em virtude de alguma desorganização social, na qual os homens tinham que deixar seus lares. Algumas dessas motivações poderiam ser explicadas pelas guerras para conquistas de novos territórios ou manutenção dos mesmos. Também podemos acrescentar os óbitos dos chefes, pois em alguns casos averiguados para Caçapava, mulheres que chefiavam seus fogos eram viúvas. Certamente fatos como esse ocorriam em outras regiões. Vale ressaltar que as bases econômicas destas regiões eram distintas, o que certamente em alguns momentos colaborou para a troca ou manutenção dos chefes domiciliares.

⁷² Lista de Fogos de Caçapava – 1830, (Maço 7, Lata 2, IHGRS).

⁷³ RIBEIRO, José Iran. *Quando o Serviço Chama: Milicianos e Guardas Nacionais no Rio Grande do Sul (1825-1845)* editora UFSM. Santa Maria, 2005. _____ *O Império e as Revoltas: Estado e nação nas trajetórias dos militares do exército imperial no contexto da Guerra dos Farrapos*. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 2013.

Também não podemos esquecer que a mentalidade da sociedade do XIX era essencialmente patriarcal, o que teoricamente apontaria uma predominância de chefes homens listados nas documentações. Somando a isso e utilizando como base de análise os dados populacionais da época, iremos perceber que no cômputo geral a população masculina era superior à feminina no ano de 1830.

A população total registrada na lista de 1830 era de 2.927 pessoas. Vejamos o quadro comparativo com a população no Rio Grande do Sul em alguns períodos do século XIX, comparada com a de Caçapava.

Tabela – 1.3: Dados comparativos da população da vila de Caçapava e do RS

	Homens	Mulheres	Total
Vila de Caçapava, (Lista de fogos de 1830)	1.605	1.251	2.927 ⁷⁴
Vila de Caçapava, (Censo de 1846)	2.496	2.654	5.150
População total RS, (Censo de 1846)	74.387	73.459	147.846

Fonte: Lista de Fogos de Caçapava – 1830, (Maço 7, Lata 2, IHGRS). FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (doravante FEE). *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul - censos do RS 1803-1950*. Porto Alegre: FEE, 1981, p. 60.

Percebe-se que no ano de 1830, a população masculina é superior à feminina na vila de Caçapava (56,19 % / 43,81 %), porém, no censo de 1846 ela é inferior (48,47% / 51,52%). Já a população total do Rio Grande do Sul no ano de 1846, em números gerais, era muito semelhante entre homens e mulheres (50,31 % / 49,69%), havendo um número um pouco maior de mulheres. Possivelmente isso esteja ligado ao contexto da guerra farroupilha, tendo em vista a mortalidade de homens nesse conflito. Desta foram, o contexto da guerra explicaria essa variação da lista de 1830 para o censo de 1846.

Certamente estas questões de chefia de fogos estavam mais ligadas aos aspectos político-econômicos da localidade. Claro, como frisamos anteriormente, esta é uma sociedade patriarcal, o “normal” era ter homens como chefe dos domicílios. No entanto, alguns trabalhos mostram que as

⁷⁴ Foram lançados na lista de fogos 71 escravizados aos quais não podemos identificar o sexo, pois estavam descritos apenas com a soma total entre machos e fêmeas.

mulheres ocupavam bastante esse posto, devido a várias instabilidades nas localidades analisadas. Seria interessante uma comparação fazendo recorte do período inicial do povoamento e anos depois, para termos um melhor entendimento destas questões entre homens e mulheres como chefes dos domicílios.

Outro ponto que a lista tinha em destaque era a qualificação de alguns dos chefes dos domicílios. É verdade que nem todos tinham uma qualificação. Assim mesmo, foi possível criar uma tabela demonstrando algumas destas denominações.

Tabela – 1.4: Denominações dos Chefes dos fogos (1830)

Mulheres chefas	48	100%
Viúva	16	34%
Dona	4	8%
Parda	4	8%
Índia	2	4%
S/R	22	46%
Homens chefes	238	100%
Viúvo	6	3%
Pardo	3	1%
Índio	5	2%
Preto forro	3	1%
Castelhano	4	2%
Patente militar	14	6%
Agregado	1	0%
Capataz	3	1%
S/R	199	84%

Fonte: Lista de Fogos de Caçapava – 1830, (Maço 7, Lata 2, IHGRS).

O primeiro dado da tabela representa a quantidade de fogos com mulheres como chefes. Analisando de forma comparativa com os homens com chefia, percebe-se uma predominância do sexo masculino. Os desdobramentos destas categorias, que estão pautadas pelo gênero, nos indicam elementos caracterizadores desta sociedade.

Desta maneira, visualizamos uma diferenciação na qualificação dos chefes, pois no campo masculino percebemos algumas chefias de fogo com qualificações que os ligam a distintas especificidades, como capataz e patentes militares, elementos que não são vistos na chefia feminina. Por outro lado, o que se configura de diferente na chefia feminina é a categoria Dona. Em algumas pesquisas com fontes eclesiásticas, do tipo batismos, aparece, mas não de forma automática, este termo com a quantidade de afilhados. Ou seja, uma mulher que era descrita em algum documento com este termo, poderia ter uma quantidade expressiva de afilhados.⁷⁵ Algumas destas pesquisas mencionam a configuração social destas madrinhas, às vezes sendo uma mulher sem filhos, ou também uma pessoa com recursos. Ou mesmo quando as duas características estavam na mesma figura. Aqui o que encontramos é um cenário muito próximo disso, pois das quatro mulheres que tinham a designação de dona, destas, três não possuem filhos e duas possuem escravarias numerosos para a realidade socioeconômica da localidade em análise. Um desses exemplos era o caso de dona Paula Francisca da Silva, que não possuía filho e tinha uma quantidade de escravizados bem expressiva para localidade, com um total de 19 cativos. Além de ser chefe de um fogo com agregados, poderia manter algum vínculo de compadrio.⁷⁶

Em análise comparativa entre os homens e mulheres enquanto chefe, percebe-se que a chefia masculina era dividida em oito categorias distintas de descrição, enquanto que as mulheres possuem apenas quatro. Dentre as chefas de domicílios, 54% possuíam alguma denominação. A que mais se repetiu foi o de viúva, apontando traços, de certa maneira, patriarcais da sociedade, pois estas mulheres estão chegando a essa posição após o

⁷⁵ Aqui um trabalho com batismos que mencionam essa condição social das donas. Mas sem vincular de forma direta dona com afilhados. HAMEISTER, Martha. Para Dar Calor à Nova Povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1863). Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS-PPGH, 2006. (Tese de doutorado).

⁷⁶ IHGRS - Lista de Fogos de Caçapava – 1830, (Maço 7, Lata 2).

falecimento de seus cônjuges. Evidentemente, isso não era regra. Por outro lado, temos o qualitativo de Dona, como já mencionamos. Em alguns casos, as mulheres detentoras desta alcunha tinham uma participação social relevante em suas localidades.⁷⁷

No caso dos homens como chefes, o qualitativo que mais se repetiu foram as patentes militares, sinalizando o caráter militarizado da sociedade sulina fronteiriça. Porém, não havia a distinção na fonte se eram patentes do Exército ou Milícias, não podendo ser da Guarda Nacional, pois a mesma foi criada só no ano seguinte de 1831. Certamente estes cargos de militares podem apontar indivíduos que vieram para a região sul com este ofício e aqui se estabeleceram.⁷⁸ Vale lembrar que estamos falando da região do extremo sul do império, onde era importante taticamente a ocupação dessa região, para evitar possíveis avanços dos hispano-pletinos. Nesse sentido, as patentes militares funcionavam (e são por nós lidas) como designações de prestígio ou distintivos de prestígio social.⁷⁹

Também tivemos um caso de agregado como chefe de fogo. Isso certamente indica a mobilidade social desta categoria, que chegou ao nível de proprietário de um domicílio, mas ainda manteve a alcunha. Possivelmente este cidadão não era proprietário de terra e, estava estabelecido em terrenos alheios. Neste caso, no levantamento feito nos inventários, percebemos situações semelhantes, de inventariados com a alcunha de agregados. Este dado abria o processo documental, apresentava um cidadão que tinha uma quantidade de gado relevante, porém vivia em terras de outros, possivelmente passou de agregado para arrendatário. Mais à frente, neste mesmo capítulo, iremos aprofundar a análise nesse grupo social dos agregados.

Havia também quatro castelhanos como cabeça de fogos. Isso nos dá indicadores de outra cultura na região estudada, sinalizando uma transposição

⁷⁷ SELISTER, Michelle Raupp. *"A viúva rica com um olho chora e o outro repica"*: viúvas no Rio Grande de São Pedro na segunda metade do século XVIII. 2012. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientador: Fábio Kühn. COSTA, Dora Isabel Paiva da. *As mulheres chefes de domicílios e a formação de famílias monoparentais: Brasil, século XIX*. Revista Brasileira de Estudos de População, v.17, n.1/2, jan./dez. 2000.

⁷⁸ RIBEIRO, José Iran. 2005; 2013. TORRES, Euclides. *A patrulha de Sete João*. Já Editora. Porto Alegre, 2005.

⁷⁹ Ver: BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade* (São João Del Rei – séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007: pps. 288 e 304.

fronteira - a fronteira manejada.⁸⁰ Este era um período em que as fronteiras ainda não estavam bem estabelecidas. Havia a chamada fronteira aberta, o que certamente favoreceu a esses castelhanos, que poderiam estar em busca de uma nova moradia, para se estabelecer novas “teias” de relações, trabalhar e obter lucros. Estes ganhos poderiam ser com arreadas,⁸¹ pois os rebanhos bovinos foram, inúmeras vezes, grandes motivadores destas práticas nestas terras. Além do mais, estes castelhanos na formação de relações poderiam servir como guias em terras espanhóis, pois teoricamente conheceriam a região hispano-platina, melhor que os luso-brasileiros.

Tivemos também algumas denominações que apareceram em ambos os sexos, tais como: viúvos, pardos e índios. Estas duas últimas alcunhas dos chefes nos indicam um lugar social bem mais complexo do que o simples binômio escravizados e senhores, que habitavam as terras dos grandes proprietários.⁸² Isto é um indicativo que havia outros indicadores sociais, como os proprietários de pequenos plantéis, que trabalhavam nas lavouras e na pecuária lado a lado com seus escravizados.⁸³

Havia também a presença de pessoas livres que não possuíam a posse de cativos, tais como: agregados, mulheres, pardos, pretos forros e índios, muitos destes chegaram ao patamar de serem chefes de domicílios e todos serão analisados. Destes últimos casos, talvez os pretos forros e pardos sejam os que mais chamam a atenção dentro desta sociedade, sinalizando para uma possível ascensão social desses grupos. Desta maneira, iremos tratar da análise destes domiciliados chefiados por este grupo que tivera ligações com a senzala.

⁸⁰ THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha; FARINATTI, Luís Augusto. *A Fronteira Manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX)*. In: HEINZ, Flávio. (org.) *Experiências Nacionais, Temas Transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina*. São Leopoldo: Oikos, 2009.

⁸¹ Tratava-se de verdadeiros roubos sistematizados de gado entre luso-portugueses e hispano-platinos, estas em terras tanto de domínios espanhóis quanto de portugueses na América.

⁸² GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1978.

⁸³ CORRÊA, André do N. *Ao Sul do Brasil Oitocentista: escravidão e estrutura agrária em Caçapava, 1821-1850*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História da UFSM. Santa Maria, 2013. p.62.

1.3 - Manoel da Costa, Fabiano de Cristo: domicílios chefiados por pretos e pardos

Na investigação feita nos 286 fogos, foi possível visualizar uma pequena parcela de domicílios chefiados por pretos forros e pardos, num total de dez fogos, que representavam 3% dentro dessa análise. Na lista de fogos, quando analisamos os elementos descritos sobre esta parte da população, percebemos que havia poucas informações sobre os mesmos. O que estava descrito era apenas o nome dos chefes, cônjuge e os filhos quando estes existiam. De fato, são informações bem superficiais no que tange sua quantidade. Por outro lado, torna-se um qualitativo e indica uma sociedade oitocentista complexa.⁸⁴

Um dos primeiros questionamentos referentes a estes fogos é: como os pretos e pardos adquiriram estes domicílios? Teria sido por meio de sua liberdade e conseqüentemente conseguiram adquirir suas terras? Ou viveram anos como agregados e foram *agraciados* com um pedaço de terra? Ou, ainda, eram apenas agregados e foram confundidos com proprietários na hora da listagem?

Tentamos achar respostas para estes questionamentos na expectativa de que, com um cruzamento de fontes, surgiriam alguns indicativos. Primeiro vasculhamos as cartas de liberdade, mas não encontramos nenhum alforriado anterior a 1830 que coincidissem com os nomes dos chefes de fogos. Investigamos as compras e vendas de escravizados, sem sucesso também. Por fim, em uma busca nos inventários que nos apresentaram alguns dados e a partir dos quais conseguimos realizar uma pesquisa nominativa com sucesso. No ano de 1816, temos o inventário de Domingos Rodrigues Nunes, no qual encontramos sua lista com 41 escravizados inventariados e um deles bate com a descrição encontrada na lista de fogos. No inventário havia um preto de nome João e uma preta chamada Maria. Ambos aparecem com a descrição de casados. Também consta na lista dos escravizados o preto Teodoro, que poderia ser um dos filhos do casal, pois na lista nominativa aparece descrito um filho com este nome.⁸⁵

⁸⁴ Lista de Fogos de Caçapava – 1830, (Maço 7, Lata 2, IHGRS).

⁸⁵ Para este cruzamento utilizamos as cartas de alforrias, compra e venda e inventários, estes documentos estão presentes nos catálogos do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul - APERS

Algumas suposições podem ser levantadas, uma família que tenha sido constituída na escravidão e que, posteriormente, tenha ganhado a sua liberdade após o falecimento de seu proprietário, em 1816. É possível que a carta de alforria destes tenha se perdido ou até mesmo tenha sido um caso de alforria oral.⁸⁶ Ou quem sabe não sejam as mesmas pessoas e tenham chegado à localidade de Caçapava já com a condição de livres. O fato é que ficamos com muitas incertezas em nossa análise e, infelizmente, ainda não conseguimos sair delas nesse momento, pois encontramos poucos fragmentos nas documentações analisadas. E este indício anteriormente citado, por hora serve.

Outro ponto que destacamos é a existência de elementos semelhantes na configuração dos domicílios chefiados por pretos e pardos. Todos tinham pequeno número de moradores. Os fogos eram compostos por apenas pessoas do mesmo núcleo familiar. Por exemplo, o fogo chefiado pelo pardo José Pires, o qual era casado com a parda Iria. Em sua unidade familiar residiam apenas o casal e suas duas filhas, a Maria e a Joana. Outro ponto que chamou atenção foi que nenhum dos fogos possuía escravizados ou agregados, deixando mais complexo o debate sobre sistema patriarcal apontado por Gilberto Freyre e Antonio Candido, que descrevem uma sociedade a partir da casa grande, dando pouco ou quase nenhum protagonismo a outros sujeitos sociais, como os agregados.⁸⁷ Certamente a descrição simples e crua não nos auxilia muito, mas mostra certa uniformidade e semelhança estrutural entre os fogos dos pretos e pardos. Isso pode apontar uma aparente ascensão social, numa sociedade em que a cor era um divisor de “águas”.⁸⁸

O termo *família patriarcal*, cunhado por Gilberto Freyre e Antonio Candido, gerou denso debate acadêmico. A partir da década de 1980, muitos

⁸⁶ A respeito de alforrias orais, ver: GUEDES, Roberto. Egressos do cativo. *Trabalho, família, aliança e mobilidade social*. (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c.1850). Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008; BARCELLOS, Daisy Macedo de (e outros). *Comunidade Negra de Morro Alto: historicidade, identidade e territorialidade*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004.

⁸⁷ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Ed 51ª. rev. Apresentação Fernando Henrique Cardoso. Editora Global, São Paulo, 2006.

⁸⁸ Sobre o tema de ascensão social e cor ver in: GUEDES, Roberto. *Egressos do Cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social* (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798 – c. 1850). Mauad X: FAPERJ. Rio de Janeiro, 2008.

autores acumularam esforços para entender, debater e criticar a forma posta por estes autores. Mariza Corrêa faz uma crítica à forma mecânica de utilizar o termo *família patriarcal* para qualquer área. Para a autora, isso era algo restrito aos senhores de engenho de açúcar de Pernambuco.⁸⁹ Acrescenta ainda que tal família patriarcal poderia ter existido e ter sido de extrema relevância, porém, ela não estava só, havia outras configurações familiares. Também, ela não atribui tanto comando a esta família, como Gilberto Freyre e Antonio Candido apresentam. Mariza Corrêa considera a família patriarcal como sendo um instrumento disciplinador. Essa sua teoria baseia-se nas diversas formas de composição familiar encontradas em estudos da população e família, a partir da década de 1970.

Por sua vez, Sheila de Castro Faria apresenta um entendimento sobre patriarcalismo, como uma prática de dominação, mas que nem sempre funcionava.⁹⁰ Esta forma interpretativa de Faria aproxima-se do entendimento de Mariza Corrêa. Com base nas pesquisas sobre família patriarcal entre 1980 e 1990 de vários historiadores, nesse sentido;

Eni de Mesquita Samara sintetizou toda polêmica, ao indicar que os pesquisadores em geral se dividem e dois grandes grupos “modos de ver”: Dain Borges e Angela M. de Almeida, por exemplo, entendendo a ordem patriarcal como um grande modelo “ideológico” e paradigmático; Muriel Nazzari, Alida Metcalf e Darrel Levi, ressaltam as suas ambiguidades nos diversos contextos regionais, suas transformações ao longo do tempo, e seus limites quando se põe em questão a raça e classe.⁹¹

Silvia Maria Brüger, em seu estudo referente a São João del Rei, localidade de Minas Gerais, caracteriza o patriarcalismo como um conjunto de valores e práticas, as quais colocam a família no centro das distintas ações sociais. Desta maneira, a autora compreende a existência dessas práticas patriarcais, embora não sendo as únicas características existentes nas

⁸⁹ CORRÊA, Maria. Repensando a Família Patriarcal Brasileira. In ARANTES, Antonio A. et al. Colcha de Retalhos: estudos sobre a família no Brasil. 3 ed. Editora da UNICAMP. Campinas, 1994.

⁹⁰ FARIA, Sheila de Castro Faria. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Nova Fronteira. 2ªed. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1998.

⁹¹ SAMARA, Eni M. (org). História da Família no Brasil: bibliografia comentada. Cadernos CEDHAL, série Fontes de Pesquisa, nº1, CEDHAL/USP. São Paulo, 1998, p.8 *Apud*. MACHADO, 2008. p. 71-72.

sociedades dominantes.⁹² Já Cacilda Machado, em sua pesquisa sobre São José dos Pinhais, se baseia na ideia criada pelo antropólogo Fredrick Barth.⁹³ A construção cultural que fazem da realidade não surge apenas de uma única fonte, e está, não é monolítica. A autora “sugere, ainda, que nesse *locus* social as relações de poder também apresentavam uma conformação patriarcalista, da qual todos participavam, que determinava uma constituição hierarquizada dos domicílios do vilarejo”.⁹⁴ Como o próprio Fredrick Barth menciona “supõe-se que há agregados humanos que compartilham essencialmente de uma mesma cultura e que há diferenças interligadas que distinguem cada uma dessas culturas de todas as outras” (BARTH, 2000: p. 25).

Voltando à autora Silvia Brügger, ela destaca que Gilberto Freyre afirmava a “existência de uma sociedade na qual os valores patriarcais são os dominantes”, mas não os únicos existentes. Usando nota inserida no livro *Casa Grande & Senzala* nas edições de 1946 e 1950, Brügger defende que não se trata, assim, de uma ênfase no poder unicamente masculino, que excluiria fogos liderados por mulheres: “a ideia central, sem dúvida, parece residir no fato de as pessoas se pensarem mais como membros de determinada família do que como indivíduos” (BRÜGGER, 2007: p. 49). Assim, segundo Brügger, talvez o termo familismo fosse preferível a patriarcalismo.

Por fim, temos como chefes de fogos os *negros da terra*, termo cunhado por John Monteiro para se referir aos índios.⁹⁵ Os índios possuíam uma característica semelhante aos pretos e pardos na sua organização domiciliar. Seus fogos eram compostos apenas por membros da família. A exceção era um dos domicílios, em que havia peões, e estes eram índios também. Esta presença de índios na região de Caçapava já foi sinalizada por Max Ribeiro, quando este autor estudou a migração dos guaranis missionários. Seu estudo teve como foco a cidade de Santa Maria, mas o autor deixou claro que a possibilidade de migrações para adjacentes do Rio Pardo foram, sem dúvida, um dos recursos utilizados pelos indígenas e a cidade de Santa Maria serviu de

⁹² BRÜGER, Silvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal: Família e sociedade* (São João del Rei, Século XVIII e XIX). Editora Annablume. São Paulo, 2007.

⁹³ BARTH, Fredrick. *O Guru: o iniciador e outras variações antropológicas*. Contracapa. Rio de Janeiro, 2000.

⁹⁴ MACHADO, 2008. p. 74.

⁹⁵ MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. Companhia das Letras. São Paulo, 1994.

refúgio dadas as instabilidades da região missioneira pós 1801. Desta maneira, outros pequenos núcleos habitacionais, como Caçapava, também serviram de moradia para os índios.⁹⁶ Associado a isso, certamente estavam os fatores econômicos, pois encontramos outros índios como peões. Maximiliano Menz levanta esta questão sobre a mão de obra, e que este era um ofício corriqueiro entre os indígenas.⁹⁷

Em um primeiro momento, percebemos uma padronização na composição domiciliar dos pardos, pretos e índios, talvez a condição socioeconômica tenha feito com que estes domicílios tivessem estas semelhanças como características. Mais à frente, veremos que, por exemplo, ter agregados não era regra, que poucos domicílios agregavam moradores em seu núcleo familiar, e que havia uma parcela bem significativa de índios como peões.

1.4 - Pretos, pardos e índios: os diferentes domiciliados

Foi possível perceber que havia uma diversidade na chefia dos fogos, o que vai ao encontro do artigo de B. J. Barickman, publicado no ano de 2003. Neste texto, o autor contesta a forma como Freyre apresentou a família brasileira sobre a ótica da sociedade do recôncavo baiano, na qual a típica família brasileira do período colonial e de quase todo o Oitocentos seria dominada por um patriarca branco que, conforme o caso, seria proprietário de um engenho ou de uma grande fazenda com uma grande quantidade de escravizados.⁹⁸

É claro que Barickman discorda da generalização, pois este tipo de estrutura familiar também foi uma realidade na história brasileira. Fica o alerta para que não seja reproduzido mecanicamente este tipo de família caracterizado por Freyre. Devemos sempre analisar as particularidades que existiam entre as regiões. O próprio Barickman em seu estudo sobre a região

⁹⁶ RIBEIRO, Max Roberto Pereira. *Estratégias Indígenas na Fronteira Meridional: os guaranis missioneiros após a conquista lusitana (Rio Grande de São Pedro, 1801-1834)*. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

⁹⁷ MENZ, Maximiliano. *A Integração do Guarani Missioneiro a Sociedade Rio-grandense*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2001.

⁹⁸ BARICKMAN, B. J. (2003b). p. 81.

do Recôncavo baiano apresenta outra realidade social. Os lavradores de alimentos, tiravam seu sustento da produção da farinha de mandioca que conviviam com as grandes plantations de cana de açúcar.⁹⁹ Havia também, como Stuart Schwartz demonstrou, os lavradores de cana, que apresentavam distintas categorias sociais, passando por padres, comerciantes de escravizados, viúvas ricas dentre outros.¹⁰⁰ Desta forma, o que queremos mostrar é que havia uma boa diversidade social até mesmo nas classes consideradas mais abastadas, e isso ocorria também em outros setores menos favorecidos.

Com a análise da lista de domicílios de Caçapava, foi possível extrair algumas destas particularidades. Exemplo disso, era a grande variável no número de moradores, ainda mais quando estes eram peões, escravizados, agregados. Era, sem dúvida, uma população bem significativa. Vejamos a tabela a seguir:

Tabela – 1.5: Porcentagem dos moradores nos Domicílios em 1830¹⁰¹

Filhos	26%
Escravizados	39%
Agregados	13%
Peões / Capataz	4%
Expostos	1%

Fonte: Lista de Fogos de Caçapava – 1830, (Maço 7, Lata 2, IHGRS).

A partir dos dados desta tabela, percebe-se que, listados na documentação, 26% dos moradores domicílios eram filhos, ou seja, dos 286 jogos, 202 ou 71% possuíam filhos. Cacilda Machado coloca que no ano de 1827 em São José dos Pinhais, havia 56,6% de filhos, número bem mais expressivo do que encontramos para Caçapava. Destes 26% de filhos

⁹⁹ BARICKMAN, Bert. Um Contraponto Baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2003a.

¹⁰⁰ SCHWARTZ, Stuart B. Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

¹⁰¹ Nesta tabela não colocamos os chefes dos fogos, pois estes já foram tratados anteriormente.

descritos na lista de Caçapava, 52% eram homens e 48% mulheres. Infelizmente não podemos afirmar que todos esses filhos estão ligados à mão de obra familiar ou a outra atividade econômica, pois os dados da lista não contemplam as idades destes indivíduos. Desta forma, apresentaremos mais à frente um cruzamento destes dados da lista com os inventários, para ter um melhor entendimento dos domiciliados. Por outro lado, foi possível identificar filhos adultos, quando estes possuíam alguma patente militar, ou eram viúvos ou também casados. Certamente, estes indivíduos, em alguma medida, colaboravam na economia do fogo.

Por outro lado, todos os escravizados que foram listados, representavam 39% da população domiciliados. Certamente estes tinham uma relação direta com as atividades produtivas da localidade. Evidentemente, dentro desta variável dos 39%, parte da mão de obra, possivelmente possa ser descartada no sentido de uso imediato na produção, mas não de futuros trabalhadores ou de porcentagem elevada de uma população escravizada pois, como não havia idades descritas na documentação, certamente alguns poderiam ser recém-nascidos ou com idades inferiores a 10 anos, menor idade de escravizados com ofício encontrada.¹⁰²

A porcentagem de escravizados desta localidade era muito expressiva. Comparando com outras regiões, podemos notar que, na análise de Cacilda Machado para São José dos Pinhais, no ano de 1827, a autora encontrou 16,4% dos domicílios com escravizados.¹⁰³ Eni Samara aponta que a população cativa nos 1.041 domicílios no ano de 1829 em Itu, era de 54,1%.¹⁰⁴ Já Roberto Guedes destaca que, em Porto Feliz, no ano de 1829, dos 1.111 fogos, 51,3% de sua população era cativa.¹⁰⁵ Com exceção de São José dos Pinhais, que tinha uma população escrava de 16,4% domiciliada, as demais regiões apresentam números superiores aos que encontramos, chegando a ser mais de 50% da população descrita nos fogos.

É interessante essa comparação das outras localidades pois, apesar de suas bases econômicas não serem semelhantes, elas possuíam semelhanças

¹⁰² Estes dados foram obtidos após análise nos inventários *post mortem* de Caçapava, 1821-1850. Cartório de Órfãos e Ausentes, Cível e Crime.

¹⁰³ MACHADO, Cacilda. 2008. p. 51.

¹⁰⁴ SAMARA, Eni de Mesquita. *Lavoura Canavieira, trabalho livre e cotidiano: Itu 1780-1830*. Editora da USP. São Paulo, 2005.p. 102.

¹⁰⁵ GUEDES, Roberto. 2008. p. 35.

na mão de obra cativa, assim como o número de moradias. Caçapava também mostra uma elevada presença de escravizados em sua localidade. Embora esta região tivesse sua economia voltada para o abastecimento interno, e não sendo um dos grandes centros pecuaristas do extremo sul, havia uma quantidade expressiva de escravizados listados nos fogos.

Por sua vez, o grupo agregado representava 13% da população domiciliada nos fogos de Caçapava. Já os peões/capatazes representavam 4% da população nos domicílios. Certamente estes três grupos sociais estavam ligados à mão de obra domiciliar, principalmente os peões, que recebiam pagamentos de diversas maneiras pelo seu trabalho. Desta forma, as categorias peões e agregados serão analisadas em separado ao decorrer do estudo, pois entendemos que são agentes sociais de extrema importância para a localidade.

Os expostos tinham a menor representatividade, ficando apenas com 1% da população. Carlos Barcellar chama a atenção que, em algumas regiões era comum famílias que não tinham a posse de escravizados ou que não tinham filhos, receberem expostos em seus lares, pois isto futuramente supriria a falta de mão de obra.¹⁰⁶ Porém, em Caçapava não encontramos este padrão, já que, dos 18 domicílios com expostos, cinco não possuíam agregados, oito eram sem filhos, treze não tinham peões e apenas três não continham escravizados. Certamente eram famílias que possuíam uma qualidade de vida um pouco melhor e poderiam abrigar estes expostos em seus lares.

Em estudo recente, Jonathan Silva sinaliza a para algumas características dos lares que recebiam os expostos. Seu estudo tem um recorte temporal bem amplo, de 1772 a 1837, o que facilita uma relação para o entendimento dos expostos aqui encontrados. Já seu campo de análise é a Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre. O autor coloca que, em alguns casos, as crianças eram expostas porque seus progenitores estavam procurando um lar que os possibilitasse um futuro melhor.¹⁰⁷ Desta maneira,

¹⁰⁶ BACELLAR, Carlos. *Agregados em casa, agregados na roça: uma discussão*. In. : SILVIA, Maria Beatriz Nizza da (org.) *Sexualidade, família e religião na colonização do Brasil*. Livros Horizonte. Lisboa, 2001. p.188.

¹⁰⁷ SILVA, Jonathan Fachini da. *Os filhos do destino: a exposição e os expostos na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1837)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

podemos deduzir que havia sim uma preocupação tanto dos pais dos expostos, como também dos lares que abrigavam estas crianças.

1.5 - Das toscas choupanas a proprietários de escravizados: os agregados na organização domiciliar

A ocupação luso-brasileira da província do Rio Grande de São Pedro ocorreu mais tardiamente, quando comparada às demais regiões luso-brasileiras. A região sul só despertou atenção dos luso-brasileiros, propriamente dita, após o início do povoamento das Missões Jesuíticas, que ocorreu a partir 1626. A região Missioneira surge a partir do povoado de São Nicolau. Posteriormente, temos as fundações da Colônia do Sacramento em 1680 e a Vila da Laguna em 1684.¹⁰⁸ Embora a região Missioneira não estivesse em terras luso-brasileiras, configurou-se como um importante espaço fronteiriço de contato e conflitos reiterados e que acabou por ser conquistado no início do século XIX. A região missioneira, dentre outros aspectos, foi relevante para a ocupação do sul, pois, além dos próprios povoados, esta possuía as estâncias das Missões, que se estendiam por grande parte do território onde hoje se encontram a área central e oeste do estado do Rio Grande do Sul.

O povoamento colonial da região de Caçapava surgiu neste contexto. Arlindo Rubert menciona que a região foi conquistada pela expansão luso-brasileira que lutava contra os avanços dos espanhóis neste território.¹⁰⁹

Um povoamento mais efetivo luso-brasileiro ocorreu apenas no final do século XVIII. Segundo Rubert, consta na documentação que houve moradores na região desde 1781. Portanto, estes primeiros núcleos de povoadores logo tiveram a companhia de outros habitantes.¹¹⁰ De certa forma, esses homens mais abastados foram ocupando e se apropriando das terras, fazendo com que novos habitantes tivessem que, futuramente, se agregar-se em seus rincões.

¹⁰⁸ MENZ, Maximiliano. Entre Impérios: formação do Rio Grande na crise do sistema colonial Português. Editora Alameda. São Paulo 2009. p.36. FONTELLA, Leandro Goya. Sobre a Ruínas dos Sete Povos: estrutura produtiva, escravidão e distintos modos de trabalho no Espaço Oriental Missioneiro (Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, c.1828 – c.1860) Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013. PRADO, Fabricio Pereira. Colônia do Sacramento: a situação na fronteira platina no século XVIII Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 9, n. 19, p. 79-104, julho de 2003.

¹⁰⁹ RUBERT, Arlindo. As Freguesias de Caçapava e de Santaninha. Canoas: La Salle, 1956.

¹¹⁰ RUBERT, 1956. p.5.

Esta prática de agregamento vem sendo discutida no campo acadêmico, por meio de alguns estudos com esta temática para lugares distintos do Brasil. Desta maneira, iremos fazer alguns cruzamentos com outros trabalhos sobre os agregados para que, assim, possamos promover um melhor entendimento acerca deste agente social encontrado na lista de fogos de Caçapava.

Renilda Vicenzi realizou um estudo sobre a região dos campos de cima da serra, hoje município de Lages no estado de Santa Catarina. Segundo ela:

Os governadores da Capitania de São Paulo consideraram esse espaço como “terra de ninguém”, logo, “vazias”. Iniciaram as concessões de sesmarias e gradativamente chegavam novos indivíduos. Com a presença de novos indivíduos, foi-se formando gradativamente, em torno de relações pessoais e de parentesco, uma nova configuração humana e agrária. Mas nem todos os indivíduos que chegaram a essa nova fronteira tiveram acesso à terra de maneira imediata, ou nunca chegaram a tê-la. Uma alternativa aos homens livres que não tinham acesso à propriedade da terra era se estabelecer em terras de amigos, parentes ou desconhecidos.¹¹¹

Em estudo clássico sobre a população do centro-sul do Brasil, Oliveira Vianna destaca que havia apenas três classes fundamentais para a formação desta região: a *família senhorial*, seus *escravizados* e os *agregados*. Os agregados habitavam pequenos lotes de terras, em toscas choupanas cedidas pela casa senhorial. O autor ainda salienta que estes agregados não tinham recursos para requerer uma sesmaria, ou seja, só tinham acesso à terra de terceiros.¹¹²

Já Eni de Mesquita Samara, em um estudo dedicado à categoria dos agregados em Itu, os definiu como homens, mulheres e crianças despossuídas de terra ou casa própria, tendo que viver em propriedades de terceiros, tanto rurais quanto urbanas, dentro das mais distintas relações.¹¹³ Poderiam ser filhos, filhas solteiras ou viúvas, genros, mães, tias, irmãs, dentre outras.¹¹⁴

¹¹¹ VICENZI, Renilda. *Nos Campos de Cima da Serra: ser preto, pardo e branco na vila de Lages, 1776-1850*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

¹¹² OLIVEIRA VIANNA, Francisco J. *População Meridionais do Brasil*. Vol I (populações rurais do centro-sul) 7ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia; Rio de Janeiro: EDUFF, 1987. (pp. 65-68).

¹¹³ SAMARA, Enide Mesquita. *O papel do agregado na região de Itu. 1780 a 1830*. Coleção Museu Paulista, série História, vol. 6, São Paulo, 1977. p.42.

¹¹⁴SAMARA, 2005. p. 94.

Percebe-se que a autora cita apenas pessoas aparentadas, sinalizando para algo que seria comum em sua região estudada: o *agregamento de parentes*.

Silvia H. Lara sugere que havia agregados na região de Campos dos Goitacases no Rio de Janeiro, que eram:

[...] claramente distinguidos como homens livres, como João Fernandes, possuidor de um canavial em terras de Antônio Pereira da Costa, ou como vários outros, envolvidos juntamente com seus senhores e feitores em querelas de terras: homens livres brancos ou pardos, lavradores e feitores, ou pardos e pretos. Mas havia também alguns que eram confundidos com escravos.¹¹⁵

A autora apresenta outro campo de atuação dos agregados. Além de serem livres, como os que Samara apresentou, estes eram, em alguns casos, possuidores de canaviais, mas sempre em terras alheias, diferente da visão de Oliveira Vianna.

Silvia Lara também salienta uma questão social bem importante: era comum confundirem os agregados com escravizados. Este ponto, no nosso entendimento, sinaliza para questões ligadas diretamente à cor da pele destes indivíduos, que certamente os vinculava ainda às senzalas. Estamos tratando de um período em que a cor da tez, automaticamente, no entendimento das pessoas, indicava a condição social dos seus agentes. Por isso, confundir um agregado livre e pobre de cor parda ou preta com um escravizado poderia ser algo “comum”.

Da mesma forma, como relata Sidney Chalhoub, em seu estudo sobre a escravidão na corte, ou seja, em espaço urbano, era frequente a confusão de escravizados com homens livres pobres de cor negra. Os cativos assumiam uma duplicidade de papéis, eram escravizados e trabalhadores assalariados, somada a isso, estava a cor de sua pele, que poderia ser em alguns casos gerador de confusões. Certamente não havia esta confusão com homens livres brancos, ainda que estes fossem pobres.¹¹⁶ Certamente essa “confusão”

¹¹⁵ LARA, Silvia Hulmold. *Campos da Violência: escravos e senhores na Capitania do rio de Janeiro, 1750-1808*. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1988. p.180.

¹¹⁶ CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história sobre as últimas décadas da escravidão na corte*. Editora Companhia das Letras. São Paulo, 1990. Sobre vivências, trajetórias e relações sociais negras em espaço urbano ver: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os Cativos e os Homens de Bem: experiências negras no espaço urbano*. EST Edições. Porto Alegre, 2003.

também ocorria no meio rural, embora a circulação populacional fosse bem menor do que a das cidades, especialmente a da corte.

Já para a região de Sorocaba, Carlos Bacellar apresentou em sua pesquisa, que os agregados se constituíam da seguinte maneira: “muitos eram indivíduos solitários e extremamente pobres e desenraizados, mas também podiam ser chefes de família que detinham, inclusive, a posse de um ou dois escravizados”.¹¹⁷ Percebe-se uma evolução das pesquisas sobre os agregados, corroborando com afirmações anteriores, que sinalizavam possíveis confusões sobre as questões sociais que envolviam os agregados, que poderiam ser confundidos com cativos. Bacellar afirma que eram indivíduos desenraizados, o que poderia ampliar este campo.

Logo, Ademir Fiabani, em pesquisa sobre a mão de obra nas fazendas do Tocantins, cita que muitos trabalhadores livres podiam morar como agregados. Estes, por sua vez, eram despossuídos dos meios de produção, geralmente pagavam parte de suas rendas aos proprietários das terras, que poderia ser em forma de trabalho ou em produtos.¹¹⁸ Este tipo de agregamento citado por Fiabani leva às seguintes possibilidades: poderiam ser peões confundidos ou tornar-se agregados, ou até mesmo arrendatários, pois o autor cita que havia a cobrança pelo uso da terra.

Segundo Eurípedes Antônio Funes, em Goiás predominavam os agregados de cor parda, geralmente solteiros. Em muitos casos eram escravizados que preferiam ficar na propriedade de seus ex-senhores.¹¹⁹ Este cenário alinha-se à configuração apresentada por Silvia Lara.

Por sua vez, Pedro Fonseca coloca que os agregados em Pinheiro Machado, ocasionalmente, poderiam ajudar ou prestar serviços à fazenda, pois os mesmos tinham lavouras de subsistência, porcos no chiqueiro e vaca de

¹¹⁷ BACELLAR, 2001. p. 188.

¹¹⁸ FIABANI, Adelmir. Fazendas, cativos e gado na história do Tocantins. In. MAESTRI, Mário; LIMA, Solimar O. (Org.) Peões, vaqueiros e cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil. Editora UPF. Passo Fundo, 2010. p. 69.

¹¹⁹ FUNES, Eurípedes Antônio. Goiás 1800-1850: um período de transição da mineração à agropecuária, p. 140. *Apud* FIABANI, Adelmir. Fazendas, cativos e gado na história do Tocantins. In. MAESTRI, Mário; LIMA, Solimar O. (Org.) Peões, vaqueiros e cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil. Editora UPF. Passo Fundo, 2010. p. 69.

leite.¹²⁰ Esta abordagem de Fonseca pode estar ligada à forma como Bacellar caracteriza alguns agregados, conferindo mobilidade social a esta categoria.

Iraci Del Nero da Costa definiu a categoria dos agregados como sendo de “indivíduos que se incorporassem aos domicílios já constituídos e que, por via de consequência, passaram a manter com os chefes de tais domicílios um relacionamento de caráter pessoal.”¹²¹ Relação esta de proximidade entre as categorias sociais que está diretamente conectada às demais visões sobre este agente social.

Por sua vez, Helen Osório, quando analisou as formas de apropriação da terra no Rio Grande do Sul, ainda para um período colonial, averiguou que havia uma denominação chamada “a favor”, para a ocupação. Esta forma era gratuita, o acesso a estas áreas ocorria por meio da apropriação sem custo. Porém, a autora destaca que as terras em sua grande maioria já estavam todas ocupadas e que aos pobres livres, na falta de recursos para efetuar a compra de outras, restava a alternativa de agregar-se em solos de terceiros, geralmente em rincões de parentes.¹²²

Paulo A. Zarth, em seu estudo sobre a formação do trabalho livre na agricultura no planalto gaúcho, encontrou algumas designações para os homens livres pobres do campo. Entre elas, uma recorrente era a de agregado. Da mesma forma como os estudos anteriores caracterizavam os agregados, Zarth afirma que parte da composição da categoria dos trabalhadores livres era de pessoas que viviam em agregação em propriedades privadas, mantendo certa relação de dependência com os proprietários. Estes agregados, em certos momentos, serviam como mão de obra, alternando estas atividades em momentos de maior demanda de trabalho. Estes trabalhadores poderiam eventualmente transformar-se em peões. No caso dos homens, também podiam servir como soldado nas constantes lutas civis que marcaram o passado do Rio Grande do Sul. São dados importantes estes que o autor destaca, pois o agregado poderia, em certos momentos, ocupar outras categorias sociais. Certamente isso ocorria para outras regiões do Império

¹²⁰ FONSECA, Pedro Ari Veríssimo da. *O Negro na História do Rio Grande Heróico*. Projeto Passo Fundo. Passo Fundo, 2013.

¹²¹ COSTA, Iraci Del Nero da. *Por uma definição abrangente da categoria Agregado*. Boletim de História Demográfica, São Paulo, FEA-USP, 1 (1), 1994. p.2.

¹²² OSÓRIO, 2007, p. 97.

brasileiro, promovendo uma mobilidade social relevante.¹²³ Conforme Fiabani apresentou, entendemos que há certa relação na ação deste indivíduo, bem como, abordado pelo Zarth. Assim, podemos dizer que este agente social poderia ser confundido, no que diz respeito a sua categoria em um censo.

Os agregados na região de Alegrete, de acordo com Luís Augusto E. Farinatti, eram pequenos produtores estabelecidos em fazendas e campos de outras pessoas que tinham a posse da terra. Diferente do que Osório coloca, Farinatti destaca que estes agregados estavam estabelecidos ali de favor. O autor também destaca, em sua análise realizada nos inventários *post-mortem*, que chegava a ser de 2/3 de criadores que possuíam menos de 500 reses, e que estes eram arranchados em terras de outros. Eram agregados que se dedicavam à criação de gado em campos alheios. Para Farinatti, não havia uma relação mecânica, tampouco automática entre os donos das terras e os seus arranchados, estes não eram inteiramente subordinados aos proprietários das suas terras. Assim, isso configura que os donos das terras não poderiam contar com esses produtores ou até mesmo com sua mão de obra em qualquer situação. Ou seja, de uma maneira mais regular, os agregados não mantinham as demandas de abastecimento dos fogos aos quais eles estavam de favor.¹²⁴

Ao se referir aos agregados que viviam em engenhos em Minas Gerais, Leandro Braga Andrade destaca que eram homens pobres e “dependentes dos grandes proprietários que trabalhavam no funcionamento da unidade produtiva. Em geral estavam ligados a serviços manuais, transporte e administração das fazendas as quais agregavam-se.”¹²⁵

Já para Renilda Vicenzi:

O agregado era geralmente um trabalhador livre pobre com dificuldade de acesso à terra, que estabelecia relações de reciprocidade com o proprietário, enquanto vivia em um espaço que não lhe pertencia. Nessa região de fronteira aberta, os agregados viviam em um estado transitório: enquanto muitos viviam em terras de estranhos, outros eram agregados em terras de sua família, mas sua condição podia ser transitória e aberta à ascensão social.¹²⁶

¹²³ ZARTH, 2002, p. 168-169.

¹²⁴ FARINATTI, 2010, p. 438.

¹²⁵ ANDRADE, Leandro Braga. O ouro que escorre do alambique. Riqueza, hierarquia social e propriedade de engenhos em Minas Gerais. O caso da Freguesia de Furquim. 1821-1850. In: Anais do XIII Seminário sobre a economia mineira. Diamantina: Cedeplar, 2008 apud VICENZI, 2015, p. 192.

¹²⁶ VICENZI, 2015 p. 192.

O que encontrei na lista de domicílios de Caçapava está conectado, em parte, à forma como os autores anteriores caracterizaram os agregados em seus estudos. Havia sim, diferenças, pois existe uma relevante diversidade dentro da categoria agregado, e isso pode variar bastante de região para região. Aqui, encontrei índios como agregados, escravizados de agregados, agregados com famílias, parentes como agregados. Isso ao menos indica que, ser agregado não tem uma simples definição ou um padrão geral, como os estudos anteriores mostraram. Claro, podemos sim fazer caracterizações gerais, todos eram despossuídos de terras, mas isso não impediu estes homens e mulheres de buscarem espaço em uma sociedade extremamente excludente. Parte era livre e pobre, o que levava eles a condição de se agregarem em rincões de terceiros. Também, poderiam ser ou não ser aparentados dos donos das terras, não havendo uma regra geral.

Os agregados descritos na lista nominativa de Caçapava estavam distribuídos da seguinte forma nos fogos:

Tabela – 1.6: Fogos com e sem agregados

	Fogos	%
Fogos com agregados	90	31%
Fogos sem agregados	196	69%
Total de fogos	286	100%

Fonte: Lista de Fogos de Caçapava – 1830, (Maço 7, Lata 2, IHGRS).

Percebe-se que, dos 286 domicílios, 90 ou 31% destes possuíam agregados, estes variavam dentro de um total de 380 agregados ou 13% da população listada nos domicílios de Caçapava.

Renilda Vicenzi destaca que, em Lages, no ano 1818, havia 46 fogos com agregados, apresentando uma diversidade na cor da chefia desses lares: 28 descritos como brancos, 17 como pardos e um como negro.¹²⁷ Mariana da Costa Oliveira, destaca que no Termo de Franca em 1820, havia 379 fogos,

¹²⁷ Idem: 2015. p.193.

dos quais 27 ou 7% possuíam agregados.¹²⁸ Cacilda Machado coloca que, em São José dos Pinhais, a presença de agregados nos domicílios em 1827 era de 12% em 589 unidades.¹²⁹ Eni Samara coloca que Itu, no ano de 1829 tinha 1.041 fogos, destes 181 ou 17% possuíam agregados.¹³⁰ Nota-se, que em regiões distintas, existia também boa diversidade na presença de agregados. Certamente, havia outros mecanismos sociais que vão desde a mão de obra cativa, passando por uma maior facilidade na aquisição da propriedade da terra, bem como fatores ligados à economia de cada localidade. Estes são com certeza elementos, que poderiam interferir diretamente na agregação destes indivíduos, pois em uma região ainda de fronteira aberta, como a que estudamos, poderia ser teoricamente mais fácil a aquisição de um quinhão de terra.

A porcentagem entre os sexos dos agregados descritos na lista de Caçapava era de 50% para ambos. Desta forma, havia entre os agregados domiciliados uma igualdade entre os sexos, ou seja, praticamente o mesmo número de homens e de mulheres, sendo 189 homens e 191 mulheres agregadas. Renilda Vicenzi também encontrou uma paridade no ano de 1818, quando a análise é o sexo dos agregados. Em Lages, havia 76 homens e 81 mulheres vivendo em lares de terceiros.¹³¹ Eni Samara mostra, em sua pesquisa sobre Itu, que a quantidade de mulheres agregadas entre 1773 e 1829 sempre foi superior à masculina. Além disso, no ano de 1829 havia 130 ou 37,9% de homens e 203 ou 59,2% de mulheres. Havia também 10 ou 2,9% de agregados não identificados. Esse número mais elevado de mulheres pode estar ligado à própria estrutura social do período, devido a dificuldades com casamentos, guerras, ou ainda um aumento no deslocamento de homens para outras áreas em busca de um quinhão de terra, isso poderia aumentar a agregação feminina.¹³² Já a igualdade entre os sexos dos agregados em nossa análise, pode estar ligada também a esse deslocamento social, pois a região estuda ainda era uma área de fronteira aberta, onde poderia ocorrer um movimento populacional interno. Acredito que, poderia acontecer não apenas a

¹²⁸ OLIVEIRA, Mariana da Costa. *Agregados no Termo de Franca (1801-1820)*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011. p. 8.

¹²⁹ MACHADO, 2008. p. 51.

¹³⁰ SAMARA, 2005. p. 112.

¹³¹ VICENZI, 2015. p. 193.

¹³² SAMARA, 2005. p. 112.

migração de homens, mas famílias inteiras, ainda mais pela quantidade que encontramos.

Dentro deste leque de agregados, quando analisamos as suas categorias, percebemos o seguinte:

Tabela – 1.7: Categoria dos agregados segunda a lista de 1830

Categorias	Número	%
S/R	330	87%
Índios	30	8%
Pardos	13	4%
Pretos	5	1%

Fonte: Lista de Fogos de Caçapava – 1830, (Maço 7, Lata 2, IHGRS).

Percebe-se que a grande maioria dos agregados, 330 ou 87%, não possuía outra referência além do sexo. Destes, 44% eram mulheres e 43% homens. Provavelmente pela forma como a fonte analisada foi redigida, estes sem referência deveriam ter, dentre outros, os de tez branca, e quem sabe estes fossem até a maior representatividade, porém, não podemos afirmar isso. Percebemos que todos os demais agregados apresentavam um indicador: eram pretos, índios ou pardos. Esta regra serve para toda a população descrita na lista de fogos, mostrando que havia um hiato na classificação segundo a cor.

Mas o que pode sinalizar esta falta de critérios na hora de colocar as distintas qualificações sociais? Isso pode estar ligado diretamente ao caráter excludente da sociedade oitocentista, e esta exclusão não era apenas pelas questões financeiras, mas principalmente pela cor da cútis de seus agentes sociais. Acredito que o simples fato de alguns moradores serem negros, dificultava o seu acesso a certos recursos, não apenas no campo do pecúlio, mas por certos impedimentos que sua etnia causava, além dos laços ou vínculos com a senzala, pois estamos falando de um “mundo branco”, que

favorecia essa etnia e desqualificava as demais.¹³³ Acreditamos que, em muitos casos, a hierarquia social e a posição prestigiosa de cada indivíduo estavam ligadas à sua tez, ou seja, a designação de sua cor poderia sim variar ao longo do tempo, havendo até mesmo certa invisibilidade. Em muitos casos, eram negociadas e reatualizadas, como Roberto Guedes apontou em seu estudo, no qual reconhece a existência de uma caracterização, pontual ou personalizada, que poderia fazer com que as pessoas mudassem de cor perante a sociedade.¹³⁴

Certo é que estamos falando de uma sociedade com os traços, tal qual os que Silvia Lara aponta,

[...] a definição evidencia o movimento genérico de associar os não brancos à escravidão: na sociedade portuguesa e sobretudo na área colonial, a cor da pele foi incorporada à linguagem que traduzia visualmente as hierarquias sociais. Assim, a cor branca podia funcionar como sinal de distinção e liberdade, enquanto a tez mais escura indicava uma associação direta ou indireta à escravidão. Ainda que não se pudesse afirmar que todos os negros e mulatos fossem ou tivessem sido necessariamente escravos, a cor era um importante elemento de identificação social.¹³⁵

Uma sociedade não se transforma da noite para o dia. Certamente estes traços de hierarquização social mediante a cor da tez não eram estabelecidos simplesmente com as suas liberdades individuais. O branqueamento epidérmico, a meu ver, também deveria estar ligado com uma posição social de maior escala, distante em um primeiro momento da população que buscava agregação, pois esta também poderia escurecer perante a sociedade.

Já no campo dos índios como agregados, encontramos 30 indivíduos ou 8%. Destes 8%, que era o total, 5% eram mulheres e o restante, 3%, eram homens. Eni Samara descreve que a agregação de índios para Itu também era em pequena escala. A autora cita apenas um caso;

¹³³ RAMINELLI, Ronald. Impedimentos da cor: mulatos no Brasil e em Portugal c. 1640-1750. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 28, nº 48, p. 699-723: jul/dez 2012. FIGUERÔA-RÊGO, João de; OLIVAL, Fernanda. Cor da pele, distinções e cargos: Portugal e espaços atlânticos portugueses (séculos XVI a XVIII). *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF, v. 15, nº 30, p. 115-145, julho 2011.

¹³⁴ Ver: GUEDES, Roberto. 2008.

¹³⁵ LARA, Silvia. *No Jogo das Cores: liberdade e racialização das relações sociais na América portuguesa setecentista*. in: XAVIER, Regina Célia Lima. (Org.) *Escravidão e liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise*. Editora Alameda. São Paulo, 2012. pp. 69-94. p. 72

[...] também foram encontrados agregados índios. Joaquim José de Andrade (branco, viúvo, 49 anos), proprietário de uma fábrica de açúcar no Distrito de Constituição, tinha como agregada Anna, índia de 30 anos.¹³⁶

De certa forma, estes indivíduos de etnia indígena podem até parecerem poucos. No entanto, é o grupo com categoria definida com maior representação e veremos o quanto eles tinham papel nas atividades produtivas tendo ofício de peões.

No que diz respeito aos pardos, encontramos 13 indivíduos descritos com essa categoria, representando 4% da população agregada nos fogos. Destes, 3% eram do sexo masculino e 1% eram mulheres. Os pretos tinham uma representatividade bem pequena, apenas 5 ou 1%, e todos eram do sexo masculino. Embora seja uma representatividade numérica pequena, não podemos dizer o mesmo em relação ao campo social, pois fica evidente a diversidade cultural na localidade por meio da agregação, já que não eram apenas membros da própria família que buscavam esse tipo de situação social, era algo mais amplo.

Grande parte da população agregada de Caçapava, 87%, estava sem referência, o que dificulta possíveis comparações. Por exemplo, os dados de Itu, apresentados por Eni Samara para o ano de 1829, apontam para uma população de cor branca e agregada de 50,2%. Já para Caçapava não temos estes dados, mas provavelmente estavam dentro destes 87%. Esta alta percentagem populacional sem referência para nossa localidade estudada, pode estar também jogando para baixo os valores da população com cor descrita. Samara mostra que os agregados de cor preta representavam 11,4% e os pardos 32,6%. Em nossa análise seria de 1 e 4% respectivamente.¹³⁷ Estes 87% sem referência, possivelmente representavam pessoas de cútis distintas.

Estes dados elevados da população sem referência podem representar o que Brioschi coloca quando afirma que havia grande variação nos critérios dos recenseadores. Desta maneira, poderiam colocar ou não a designação de cor para os que eles consideravam pardos, pretos e índios, embora este último

¹³⁶ SAMARA, 2005. p. 122.

¹³⁷ Idem. p. 121.

não seja cor.¹³⁸ Lembramos que as documentações utilizadas não foram produzidas visando análises do cunho que historiadores fazem.

Outro ponto relevante é a presença de agregados como proprietários de escravizados. Carlos Bacellar já havia sinalizado para a possibilidade de agregados possuírem um ou dois escravizados,¹³⁹ a exemplo dos dois escravizados da agregada Maria. Possivelmente a história da agregada Maria não se encaixe em uma agregação motivada pelo deslocamento de seu parceiro em busca de terras, fazendo com que ela precisasse buscar agregação em outro lar.¹⁴⁰ Para a localidade de Caçapava foi possível averiguar mais de um caso de agregados com escravizados, vejamos a tabela abaixo;

Tabela – 1.8: Fogos com Agregados *com e sem* Escravizados

	Fogos	%
Fogos com agregados com escravizados	17	19%
Fogos com agregados sem escravizados	73	81%

Fonte: Lista de Fogos de Caçapava – 1830, (Maço 7, Lata 2, IHGRS).

Certamente, estes agregados moradores das “toscas choupanas”, como sinalizou Oliveira Vianna, em certo momento, conseguiram ascender dentro da sociedade escravocrata e passaram a ser também proprietários de escravizados, pois aqui em nossa análise eles representavam 19% dos agregados. Ter escravizados era algo normal na sociedade oitocentista, porém, o acesso à mão de obra cativa não era para todos. Estes agregados com escravizados, de certa forma, atingiram um patamar financeiro que os propiciou ter escravizados, pois, como vimos anteriormente, todas as pesquisas os caracteriza como despossuídos da posse da terra.

Estes casos de agregados com escravizados também poderia ser em caso de morte do chefe do fogo, onde a viúva buscava acolhimento e proteção

¹³⁸ BRIOSCHI, Lucila Reis. *Criando Histórias: paulistas e mineiros no Nordeste de São Paulo, 1725-1835*. Tese de Doutorado em Sociologia pela FFLCH da USP, 1995. p. 155.

¹³⁹BACELLAR, 2001. pp. 187 – 199.

¹⁴⁰Lista de Fogos de Caçapava – 1830, (Maço 7, Lata 2, IHGRS).

em outro domicílio, ou até mesmo o viúvo. Também podemos considerar a possibilidade de ascensão social de alguns casais de agregados, buscando recursos para compra de seus escravizados por meio dos lucros do trabalho colaborativo no domicílio em que se encontravam como agregados.

Carlos Bacellar cita casos em que havia parentes que, por algum motivo, tiveram que agregar-se, levando junto seus escravizados. Parece-me que esta era uma situação bem favorável e fácil de ocorrer.¹⁴¹ Também não podemos descartar que os agregados poderiam ter comprado seus cativos. Ainda mais que, na maioria dos estudos com listas nominativas, fica clara a grande rotatividade no que diz respeito aos agregados. Tratava-se de lugar social instável, em alguns casos, ocupado por pouco tempo por aquelas pessoas. Desta maneira, os agregados poderiam ser parentes sem terras, atuando como posteiros, que era um empregado que reside junto ao limite de uma fazenda ou estância. Ele era responsável pelo cuidado dos limites das terras, para que não houvesse roubo de gado, os posteiros também poderiam criar suas reses. Também havia casos de serem pessoas recém-chegadas na região. Poderiam ser parentes arranchados em períodos de guerra ou em busca do acesso à terra como destaca Renilda Vicenzi “o *status* de agregado denota certa estabilidade (garantida pelo acesso à terra, mas não à propriedade) e dependência (já que vincula esses indivíduos e suas famílias aos interesses do casal de proprietários).”¹⁴² Certamente o agregado, não era uma figura diversificada dentro desta sociedade, podendo de certa forma, transitar livremente.

Este trânsito era tão verdade que, na lista de Caçapava, encontramos 17 casos ou 19% de agregados que conseguiram adquirir seus escravizados. A categoria dos agregados apresenta-se com uma grande variedade social. Havia pessoas casadas, com filhos, índios como agregados de índios e com suas famílias. Ou seja, como Scott mencionou, é necessário vincular na análise outras variáveis sociais, econômicas e culturais, bem como a sua interação com o lugar.¹⁴³

¹⁴¹ BACELLAR, 2001.

¹⁴² VICENZI, 2015. p.18.

¹⁴³ SCOTT, 2012. p.367.

Outro ponto que destacamos está ligado ao matrimônio destes agregados. Dos 90 fogos com agregados, 50 destes possuíam casais de agregados. Vejamos a tabela;

Tabela – 1.9: Relação matrimonial entre os agregados

Agregados	Fogos	%
Casados	50	56%
Solteiros	40	44%

Fonte: Lista de Fogos de Caçapava – 1830, (Maço 7, Lata 2, IHGRS).

Desta maneira, percebemos que 50 fogos ou 56%, possuíam agregados casados. Em contrapartida, 40 ou 44% eram solteiros. Percebe-se que, em mais da metade dos domicílios com agregados, os mesmos já haviam realizado matrimônio. Por outro lado, isso não se reflete no total de agregados, pois abordando individualmente temos a seguinte tabela:

Tabela – 1.10: Total de agregados segundo seu estado civil

	Solteiros	%	Casados	%	Viúvas	%
Agregados	287	72%	100	26%	9	2%

Fonte: Lista de Fogos de Caçapava – 1830, (Maço 7, Lata 2, IHGRS).

Então, o universo de fogos com agregados casados era de 56%. Dentro deste total, havia 100 ou 26% de agregados com matrimônio, ou seja, 72% das pessoas que se agregaram eram solteiras. Já no que se refere a viúvos, encontramos nove casos ou 2%, todos sendo mulheres. Certamente, todo esse arranjo social poderia ser observado em outras localidades, não sendo algo exclusivo da região de Caçapava. Claro, tendo a suas devidas variações. Em Itu, por exemplo, Samara coloca que no ano 1829, 75,5% da população agregada era solteira, 14,9 era casada e 5,8 viúva. Por sua vez, Oliveira coloca que no Termo de Franca, no ano de 1820, os agregados se organizavam da seguinte forma. Havia 64 ou 60% de agregados solteiros, 33 ou 31% eram casados e 10 ou 9% se encontravam como viúvos. Os dois quadros que comparamos são bem semelhantes com o que encontramos em Caçapava.

Fica visível para a região de Caçapava, ao menos para ano de 1830, que a população agregada em sua maioria tinha como estado civil ser solteiros. Como era uma sociedade com área de expansão, com uma fronteira aberta, certamente esta condição favorecia o deslocamento humano. Menos de 30% da população agregada possuía relações matrimoniais. Talvez este valor esteja ligado à rotatividade dos agregados, ficando pouco tempo nesse quadro social.¹⁴⁴

Olhando para o campo da cor destes agregados e vinculando ao estado civil dos mesmos, conseguimos perceber alguns dados.

Tabela – 1.11: Cor dos casais de agregados

	Índio	(S/R)	Preto	Pardo	Pardo/índio
Casais	5	41	1	2	1
%	10%	82%	2%	4%	2%

Fonte: Lista de Fogos de Caçapava – 1830, (Maço 7, Lata 2, IHGRS). (S/R = Sem referência)

Este elevado índice de casais sem referência de cor tende a esconder as distintas designações de tez da sociedade na localidade de Caçapava. Não podemos afirmar qual cor era predominante nesses 82% da população. Mas, pelo que encontramos para outras localidades, onde os agregados compunham a população pobre e livre, e a sua cor era identificada na documentação, acreditamos que esta população não se resumia à tez branca, pois teoricamente a população subalterna era bem miscigenada nesse período.

Todos estes agregados que apresentamos anteriormente representavam 13% da população domiciliada nos fogos. Parte destes indivíduos pode ser vinculada às atividades produtivas da localidade. Como Eni Samara demonstrou, muitos dos agregados recebiam pedaços de terra para cultivar, e isso certamente gerava um auxílio na unidade produtiva.¹⁴⁵ Não podemos desvincular a ideia de que alguns agregados certamente eram geradores de uma economia tanto para o domicílio quanto para a busca de um fogo próprio.

¹⁴⁴ BACELLAR, 2001.

¹⁴⁵ SAMARA. 2005. p. 94.

Assim, essa quantidade de agregados ajuda a entender também a quantidade de habitantes. Alguns dos fogos aqui analisados eram grandes, mas não acredito que isso seja o balizador utilizado por Freyre, e sim todo um conjunto socioeconômico. Certamente alguns fogos de Caçapava poderiam fazer parte do que Freyre chama de casa-grande, mas a realidade da sociedade de Caçapava era outra, pois em análise anterior, com base nos inventários *post mortem*, foi possível verificar que para toda a primeira metade do século XIX, apenas 21 criadores possuíam mais de 1.000 cabeças de gado *vacum*, ou seja:

Respectivamente, os valores das médias de reses por inventários, nesses estratos, eram de 3.217 reses. Ainda, pode-se notar a imensa concentração dos rebanhos e da riqueza pecuária: os criadores de maior monta representavam apenas 17% dos inventariados, mas eram detentores de nada menos do que 76% do gado avaliado naqueles processos.¹⁴⁶

Desta forma, quando se fala em casa-grande, não podemos vincular esta denominação apenas ao número dos moradores de cada domicílio, mas também à economia que estes desempenhavam e seus agentes sociais.

Certamente, os agregados não eram homens ricos, e viviam em outros lares. Em muitos casos, moravam em choupanas cedidas pelos chefes dos fogos. Mas isso para alguns, não foi a barreira social, pois em certos casos, agregados conseguiram ter a posse de escravizados, ter suas cabeças de gado e certamente suas lavouras. Percebemos uma configuração dentro dos domicílios extremamente interessante que, como outros trabalhos citados anteriormente, coloca esta categoria social dos agregados como protagonista, e não meros coadjuvantes sociais.

¹⁴⁶ CORRÊA, 2013. p. 50.

Capítulo – 2: A ESTRUTURA ECONÔMICA DA LOCALIDADE DE CAÇAPAVA

No primeiro capítulo, analisamos uma lista de fogos, a partir da qual foi possível apresentarmos como estavam organizados os domicílios da localidade de Caçapava, segundo seus habitantes. Do mesmo modo, agora temos o intuito de sinalizar de que maneira os mesmos estavam organizados no que diz respeito às práticas econômicas de cada unidade produtiva.

Para isso, pretendemos analisar as estruturas econômicas e produtivas da localidade, com base em alguns moradores de Caçapava, descritos na lista de fogos do ano de 1830. Assim, cruzaremos estes dados com os inventários *post-mortem*, mais especificamente com as informações sobre atividades econômicas dos inventariados. Pretendemos, nessa análise, dar ênfase à mão de obra da localidade, promovendo uma análise específica da categoria dos peões, a qual comportava indígenas exercendo tal função, como também analisar a mão de obra escravizada, mencionando os ofícios dos mesmos.

2.1 - A economia do Sul: o abastecimento do mercado interno

A região que hoje compõe o Estado do Rio Grande do Sul foi uma das últimas a receber fluxos migratórios de povoamento, isso aproximadamente duzentos anos depois do descobrimento do Brasil. Os fluxos migratórios só foram se efetivar tardiamente, pois além das terras estarem geograficamente localizadas muito ao sul. Outro fator foi que, naquele período, a região sul não oferecia à metrópole os produtos ligados às *plantations* e à mineração, necessários para o abastecimento daquela área econômica. Sendo assim, em um primeiro momento, o foco econômico era prear o gado e encaminhá-lo principalmente para as áreas de mineração. Neste sentido, a localidade de Laguna, a qual foi fundada em 1676, cidade localizada atualmente no Estado de Santa Catarina, foi fundamental para o povoamento da região mais ao sul e, conseqüentemente, na transposição do gado xucro que vinha das terras dessa região, que futuramente veio a ser chamada de Rio Grande de São Pedro.¹⁴⁷

¹⁴⁷ PESAVENTO, 2002. p. 13. Ver anexo 2, o mapa referente às incursões ao sul em busca de gado. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/boletim-geografico/article/viewFile/3257/3329>

Este movimento, de adentrar nas terras mais ao sul, ficou conhecido como tropeirismo, em alusão ao conjunto de homens que conduziam gado e mercadorias no período do Brasil colonial. O nome tropeiro surge desta atividade de conduzir tropas de gado. Estes homens, entre os séculos XVII e XVIII, adentraram na região sul para manejar o gado xucro existente naquelas terras, o qual era conduzido até as áreas do sudeste e comercializado. Associado a isso, também ocorria a extração e o comércio de couros do gado *vacum* que eram abatido e utilizado na produção de utensílios.¹⁴⁸

Tiago Gil evidenciou que, na transição do século XVIII para o XIX, os negócios envolvendo as tropas de animais, dentro de um circuito que interligava os caminhos de Viamão, Curitiba e Sorocaba, se conservavam com certa importância. Porém, os mesmos estavam se tornando menos lucrativos quando comparados com as charqueadas.¹⁴⁹ Assim, essa rede teve mudanças profundas nas últimas décadas do século XVIII e nas primeiras do século XIX. Estas mudanças estão ligadas às práticas econômicas do Rio Grande do Sul, ou seja, à forma como era feita a utilização dos recursos existentes na fronteira meridional do Brasil. Também há mudanças no que se refere à ocupação do território. Estas alterações não ocorreram apenas por elementos econômicos intraprovinciais, mas sim por toda uma articulação com o mercado interno brasileiro, que só vai aumentando com o passar dos anos.

De fato, nos últimos anos do século XVIII, a indústria charqueadora iniciou as suas atividades no sul da América Portuguesa. Ali existia praticamente toda a matéria prima para tal função.¹⁵⁰ Estas atividades econômicas foram impulsionadas por uma demanda de abastecimentos de que outras áreas brasileiras necessitavam e que estas bandas do sul tinham a dispor. Associado a isso, também ocorreram secas na região cearense que, até aquele momento, era a principal região abastecedora de charque para o mercado brasileiro. Segundo Jonas Vargas;

A intensificação da produção do charque, assim como o seu comércio marítimo, integrou ainda mais o Rio Grande do Sul aos novos mercados que vinham surgindo, conectando-o ao nordeste do território colonial, ao Caribe, à Europa e à América do Norte, por

¹⁴⁸ Idem, 2002. p. 14. SAINT-HILAIRE, 1987. p. 85. PRADO JÚNIOR, 2004. p.97.

¹⁴⁹ GIL, 2009. p. 345.

¹⁵⁰ VARGAS, 2013. p.46.

exemplo. No entanto, para que a fabricação e o comércio do charque atraísse maiores investimentos foi preciso que se criasse uma enorme demanda por este produto, o que só foi possível devido a uma nova conjuntura política e econômica que caracterizou o colonial tardio. Neste período, houve um grande desenvolvimento tanto na agroexportação, como na produção e no comércio de gêneros alimentícios, favorecendo um intenso fluxo de escravos para ambos os setores da economia brasileira.¹⁵¹

Este sem dúvida foi um período favorável para o início das atividades do comércio do charque, produto que era voltado para o abastecimento do mercado interno, principalmente para as regiões de *plantations*, pois a expansão da economia açucareira do sudeste brasileiro, com destaque para Rio de Janeiro e São Paulo, fizera expandir o mercado de produção de alimentos, principalmente voltado para o abastecimento interno. O mesmo ocorreu com os portos de Salvador e Recife, como demonstrou João Fragoso, entre outros circuitos nos quais a produção charqueadora inseria-se em uma complexa rede de abastecimento das *plantations* fluminenses, via porto do Rio de Janeiro.¹⁵²

No entanto, as análises historiográficas referentes a esta produção e comércio concederam pouca significância a esta produção voltada ao mercado interno, dando total ênfase e atenção apenas à produção que alcançava uma articulação direta com o mercado exportador¹⁵³. Esta historiografia foi hegemônica até meados dos anos 1980. Existiam distintas abordagens sobre este tema, no entanto, em suas concepções era predominante a vinculação direta e mecânica do mercado interno com o exportador. As variações inerentes ao mercado interno significavam meros reflexos das variações do comércio internacional. Assim, era negada a possibilidade de movimentos comerciais que pudessem indicar a existência de uma dinâmica própria fora dos grandes centros, que estavam articulados diretamente com às exportações. Afirmar que o mercado exportador influenciou o mercado interno não é contestável. O que pode ser colocado em debate é o fato de não se aceitara importância do mercado interno, que por muito tempo foi chamado de periférico e pouco significativo, quando na verdade tinha uma grande

¹⁵¹ VARGAS, 2013. pp.46-47.

¹⁵² FRAGOSO, 1998.

¹⁵³ PRADO JÚNIOR, 2004; FURTADO, 1968. NOVAIS, 1977. WEBLING; WEBLING, 1999.

potencialidade econômica. Não concordamos plenamente com esta historiografia que afirmava que este mercado era totalmente dependente de todas as flutuações que ocorriam entre as praças de comércio situadas nos portos brasileiros com os países da Europa ou demais.¹⁵⁴

Entre outros autores, João Fragoso foi um dos que se contrapôs convincentemente a estas ideias. Trabalhando com o principal porto brasileiro, o do Rio de Janeiro, entre 1790 e 1830, o autor demonstra que havia uma articulação comercial muito intensa, tanto de caráter exportador, quanto do comércio interno. No livro *Homens de Grossa Aventura*, o cerne do seu trabalho é desmistificar a pouca importância que era dada às atividades deste mercado interno. No período estudado, o porto do Rio de Janeiro alcançava as maiores cifras da exportação brasileira. No entanto, o autor, ao demonstrar as atividades do mercado interno, com as relações comerciais que ocorriam entre o porto do Rio e as distintas províncias do centro-sul do Brasil, vai mostrando que elas não eram as únicas a movimentar aquela praça mercantil.¹⁵⁵

A economia interna não tinha pouca relevância para o Brasil, bem pelo contrário, ficavam sim aqui gerados e acumulados grandes lucros com os comerciantes sediados na praça mercantil do Rio de Janeiro ou, como lhes chama Fragoso, *capital mercantil colonial residente*¹⁵⁶. Havia um aumento amplo nas receitas e não somente para os comerciantes dos portos, mas para toda uma rede de comércio que era gerado para dar suporte às exportações. Evidentemente, a parte mais significativa dessa *acumulação endógena*, fruto do *mercado interno*, ficava na praça mercantil do Rio de Janeiro.¹⁵⁷ Porém, isso não impediu que processos de acumulações diversas existissem, dentro deste circuito, mas fora da Corte. Isso, conseqüentemente, favoreceu um enriquecimento de muitos proprietários espalhados nas distintas províncias. Assim, na esteira dos trabalhos de Ciro Flamarion Cardoso e Maria Yedda Linhares, a tese de Fragoso relativiza o chamado pacto colonial, discordando do enfoque que por muitos anos foi repetido pela historiografia.¹⁵⁸

¹⁵⁴ PRADO JÚNIOR, 2004; CARDOSO, 2004.

¹⁵⁵ FRAGOSO, 1998.

¹⁵⁶ Idem, 1998. p. 27.

¹⁵⁷ FRAGOSO, 1998. pp. 26-27.

¹⁵⁸ CARDOSO, 1975; LINHARES, 1997.

Para um melhor entendimento desta dinâmica econômica, João Fragoso menciona que o início do século XIX havia sido um período de uma transferência definitiva do eixo econômico do nordeste açucareiro para o sudeste, primeiro produtor de açúcar e, depois, também e principalmente, de café. A partir das décadas de 1820 e 1830, surge um novo momento econômico, em que o café passa o açúcar e se torna o produto mais exportado.¹⁵⁹ Mas, o açúcar não deixou de ser exportado, bem pelo contrário, tivemos momentos em que o açúcar era exportado em maiores quantidades, porém seu lucro, comparado com o café, era inferior. O açúcar, por muito tempo, foi o fiel da balança até o café tornar-se o produto mais rentável para o mercado exportador. Não obstante, nas décadas de 1830 e 1840, o café tornou-se o principal produto brasileiro de exportação, gerador de uma grande economia de produção, voltada ao mercado externo. Mas, para isso ocorrer, existia uma base econômica interna muito forte, que deu suporte para a existência desta produção voltada à exportação, por exemplo, o mercado de alimentos como o das charqueadas.

Exemplificando isso, na passagem do século XVIII para o XIX, quando a exploração do ouro entrou em decadência e passou a níveis pouco significativos, a organização econômica que já estava presente em Minas Gerais não se desfez, pelo contrário, se reafirmou e se reorganizou. Aquela província passou a ser uma área que produzia produtos de base agrária, como por exemplo, os derivados do porco, para o mercado urbano do Rio de Janeiro, sede da monarquia a partir de 1808. Assim, intensificou-se o comércio destes produtos com as regiões vizinhas que não eram autossuficientes ou não produziam estes alimentos. Segundo João Fragoso, isso ajuda a entender o porquê de Minas ter sido a província com maior número de escravizados, mesmo se comparada com as que abrigavam *plantations*, neste período. Nesse sentido, se percebe a força do mercado interno, onde as atividades econômicas escravistas, nem sempre eram sinônimos de economia de exportação. Assim, Minas Gerais passou a comercializar de uma forma mais

¹⁵⁹ FRAGOSO, 1998. pp. 20 -21. O açúcar não era produzido apenas no nordeste, também havia uma produção nos anos iniciais do século XIX na região sudeste. Quando o café, se torna o produto mais rentável para o mercado exportador, o açúcar nas primeiras décadas do XIX, segue sendo exportado ainda em quantidades maiores que o café, pois seu preço era inferior.

intensa estes produtos de subsistência com as regiões de *plantation*, sem depender de seu produto de exportação, que foi o ouro. Criou-se uma economia em Minas muito bem organizada, mesmo com o fim das exportações e que consolidou-se voltada para o mercado interno.¹⁶⁰

Colaborando com esta ideia, temos os índices populacionais citados por João Fragoso, que apontam para uma grande quantidade de pessoas livres, existindo em 1819 no Sudeste 3.596.132 habitantes, sendo 69,2% livres.¹⁶¹ Isso mostra que não havia apenas senhores e escravizados, e que a sociedade colonial era bem mais complexa em sua formação.¹⁶² Também podemos dizer que uma parcela destes homens não vinculava a sua mão de obra diretamente às exportações. Mostrou-se, também, que a economia brasileira possuía uma grande massa de lavradores produtores de alimentos espalhados pelo seu território, muitos vivendo da venda dos seus produtos agrícolas ou seus excedentes, ou empregando sua mão de obra em outra atividade. Assim, como demonstrou a renovada história agrária brasileira das décadas de 1980 e 1990, havia grande heterogeneidade social, com presença significativa de outras categorias. Enfim, o Brasil era mais do que grandes senhores e seus escravos, vivendo em imensas *plantations*.¹⁶³

Nesse contexto, desde o século XVIII, o Rio Grande do Sul estava articulado economicamente a outras áreas da América Portuguesa, em virtude da expansão e incorporação de vastas extensões de terras e gado. Havia também a questão de uma fronteira que foi tendo seus contornos desenhados, por meio de disputas constantes entre lusos e espanhóis. É neste cenário que o Brasil Meridional inicia um comércio de gado muar em pé com a região sudeste brasileira.¹⁶⁴

¹⁶⁰ FURTADO, 2003. p. 90. Ver também LENHARO, 1979. MARTINS, 1983. FRAGOSO, 1998. pp.125-126.

¹⁶¹ FRAGOSO, 2000. p.144.

¹⁶² Sobre esta invisibilidade de setores sociais localizados entre os senhores e os escravizados, ver: MATHEUS, Marcelo Santos. *A produção da diferença: escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (Bagé, c.1820-1870)*. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto de História - Programa de Pós-Graduação em História Social, 2016. [Tese de doutorado em história]

¹⁶³ Ver sobre a organização da mão de obra para além do trabalho escravizado em MATTOS, 2009; FARIA, 1998.

¹⁶⁴ Ver sobre este comércio em GIL, 2009; CARDOSO, 2003.

O reconhecimento dessa articulação do mercado interno está em uma passagem de Celso Furtado, percebendo estas demandas de gado que saíam do sul.

A região rio-grandense, onde a criação de mulas se desenvolveu em grande escala, foi, dessa forma, integrada no conjunto da economia brasileira. Cada ano subiam do Rio Grande do Sul dezenas de milhares de mulas, as quais constituíam a principal fonte de renda da região. Estes animais se concentravam na região de São Paulo, onde, em grandes feiras, eram distribuídos aos compradores que provinham de diferentes regiões.¹⁶⁵

Em um primeiro momento, como havíamos mencionado, houve sim uma grande quantidade de gado, especialmente muares e cavalares, que subia para a região sudeste brasileira. Isso só fortalece a questão de um mercado interno interligado¹⁶⁶.

Já em finais do século XVIII, as atividades ligadas à pecuária juntar-se-iam às indústrias charqueadoras, montando um circuito econômico extremamente complexo. Essa atividade econômica foi sendo impulsionada e estimulada tanto pela quantidade de reses que existiam nas terras do Sul, como pela tentativa de demarcar as “fronteiras”. Essas linhas porosas divisórias ainda não estavam delimitadas, sendo esta região marcada por disputas entre os impérios coloniais, espanhol e português. Outro fator colaboracionista para a implementação das charqueadas, está ligado às fortes secas que estavam castigando a região cearense, localidade que se articulava com o mercado interno por meio do comércio da carne salgada.¹⁶⁷

A economia rio-grandense não ficou apenas com a produção do charque, também tinham relevância outros produtos de origem bovina, como couros, chifres e cabelos.¹⁶⁸ Tal era a relevância do gado *vacum* para a economia sul rio-grandense, que entre 1802 e 1821 as capitânicas do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Santa Catarina eram os mais importantes parceiros comerciais do Rio Grande do Sul. Juntas, as três primeiras praças

¹⁶⁵ FURTADO, 2003. p.83; SILVA,1993. p. 59. Caio Prado em “Formação do Brasil Contemporâneo” já indica essa vinculação, ainda que a considere um processo subsidiário a grande lavoura de exportação (PRADO 1986). Sobre a produção do trigo no Rio Grande do Sul ver SILVA,1993.

¹⁶⁶ GIL, 2009. p. 50

¹⁶⁷ FURTADO, 2003. p. 69.

¹⁶⁸ “Cabelos” se referem às crinas de cavalos.

recebiam quase a totalidade das exportações rio-grandenses. O Rio de Janeiro era o principal e, quase exclusivo destino do trigo sul rio-grandense e o segundo importador de charque. A Bahia era o principal comprador do charque produzido no Sul. Aquela região, também eram o destino de grande parte dos couros e de outros produtos agropecuários desta província.¹⁶⁹ De acordo com Helen Osório, entre 1790 e 1821, o destino prioritário dos couros era o Rio de Janeiro, que recebeu durante os anos de 1803, 1808 e 1815, respectivamente 85%, 78,6% e 76,2% dos couros produzidos no sul. Entre 1818 e 1821, sua participação oscilou entre 83,5 e 79,6%.¹⁷⁰ Ainda que não fosse tão importante quanto o comércio com os portos brasileiros, havia também um comércio de exportação de charque e couros, este último em maiores quantidades, para países europeus, como Portugal.¹⁷¹

Fica evidente o quanto era importante o mercado interno brasileiro, onde determinadas províncias abasteciam outras, havendo grandes parceiras econômicas entre as regiões. A pecuária e as charqueadas do Sul, como também a produção agrária das Minas Gerais, são dois exemplos que comprovam o quanto eram articuladas e rentáveis estas atividades, pois o comércio interno a que estavam ligadas propiciava acumulações endógenas muito significativas.¹⁷²

Para corroborar esta questão de uma economia regional forte, Gabriel Berute analisou as importações rio-grandenses. Segundo o autor:

Quanto às importações, a capitania recebia sal, vinho, azeite, fazendas secas, aguardente, ferragens e manufaturados. Entre os fornecedores destas mercadorias, predominavam Montevideu e Buenos Aires; Nova York, Boston, Filadélfia, Salem; Porto, Lisboa, Cádiz, Gibraltar, Marselha e Hamburgo.¹⁷³

Ao analisarmos esta passagem de Gabriel Berute, referente à entrada dos produtos importados, podemos perceber a acumulação endógena, e entender a partir do que eram comprados, como as ferragens importadas, as quais estavam vinculadas à agricultura. A atividade agrícola passa por um

¹⁶⁹ OSÓRIO, 2007. p.196

¹⁷⁰ OSÓRIO, 2007. p.203.

¹⁷¹ BERUTE, 2011. p.5a.

¹⁷² FRAGOSO, 1998. p. 157

¹⁷³ BERUTE, 2011. p.3a.

processo de ascensão entre 1800 até 1820. As produções do trigo para regiões centrais exemplificam isso.¹⁷⁴ Outro produto importado vital para as charqueadas era o sal, pois este era essencial para a produção do charque, principal produto sul rio-grandense no período. Percebe-se que a chamada acumulação endógena também estava presente no Rio Grande do Sul, ainda que, na maioria dos casos, estivesse bastante vinculada aos comerciantes de grosso trato da praça mercantil do Rio de Janeiro.¹⁷⁵

Havia grande diversidade no mundo agrário sulino: grandes, médias e pequenas unidades produtivas, dedicadas à pecuária, à agricultura e outras mistas, como foi demonstrado por Helen Osório.¹⁷⁶ Estes agentes sociais tiveram um papel importante na expansão de conquista das terras a oeste da zona ocupada pelos luso-brasileiros no Rio Grande de São Pedro, nas primeiras décadas do século XIX. Este fato permitiu a ampliação da pecuária e o alargamento das grandes propriedades, destinadas, sobretudo à criação de gado. Contudo, apesar desse protagonismo da grande criação de gado, nas novas áreas, que deram impulso às charqueadas, também havia heterogeneidade social.¹⁷⁷

Ao analisar obras que retratam a região da campanha rio-grandense, ficam muito claras as afirmações tanto de viajantes quanto dos historiadores que se sucederam nestes últimos anos na historiografia gaúcha. Os viajantes exaltavam as grandes propriedades que viviam do manejo do gado, além da articulação econômica dentro da região sul.¹⁷⁸ Estas tinham no entorno de suas instalações centrais o cultivo de arvoredos e lavouras. Também galpões eram visíveis, escravarias, entre outras benfeitorias além das grandes quantidades de terras que eram arroladas nos processos de inventários *post mortem*.¹⁷⁹ Este quadro foi possível, dentre outros motivos, pelo estímulo que a charqueada dava à produção e ao manejo do gado *vacum*, matéria-prima para a indústria charqueadora. Para a região pampeana argentina, segundo Jorge Gelman e Daniel Santilli, ocorreu uma grande expansão *ganadera*, em diversas

¹⁷⁴ SILVA, 1993. p. 60. OSÓRISO, 2007. p.198.

¹⁷⁵ OSÓRISO, 2007. p.278.

¹⁷⁶ OSÓRISO, 2006. p.124.

¹⁷⁷ FARINATTI, 2010. Ver capítulo 7.

¹⁷⁸ SAINT-HILAIRE, 1987. p. 83; ISABELLE, 1983. p.52.

¹⁷⁹ FARINATTI, 2010, ver capítulo 2; CORRÊA, 2013. Ver capítulo 2.

localidades do país vizinho, mostrando que o gado *vacum*, *bem como* sua representatividade para o mercado interno, era muito importante.¹⁸⁰

Desta forma, a economia proveniente do pastoreio, colaborou para uma acumulação endógena de recursos, somada à expansão da fronteira por meio de guerras e de conquistas dos territórios disputados com o império espanhol. Houve expansão das grandes estâncias e, como veremos, também de médios e pequenos produtores. Os titulares dos maiores dentre esses estabelecimentos agrários compunham parte de uma elite que não era constituída apenas por estancieiros, mas também por charqueadores de Pelotas e do vale do Jacuí e comerciantes das praças de Rio Grande e Porto Alegre, esta era parte da configuração social agrária do século XIX.

2.2 – As unidades produtivas do mercado interno

A criação de gado em grande estilo, é, no Rio Grande, desde o ano de 1634, uma herança dos tempos missioneiro.

*“Jesuítas no Sul do Brasil”
Porto Alegre, 1956.*

Quando analisamos as unidades produtivas, por meio das informações presentes nos inventários *post-mortem*, percebemos que nem todas as informações sobre as unidades de produção eram claras, porém, temos indícios. Por meio destes fragmentos, podemos compor um quadro aproximado de como eram as unidades produtivas de Caçapava em parte da primeira metade do século XIX. A configuração das unidades de produção estava diretamente ligada às práticas econômicas das localidades no XIX, o que não era diferente com a região estudada.¹⁸¹ Estas unidades de produção poderiam, em alguns casos, confundir-se com as unidades domiciliares. Como já vimos anteriormente, a região sul do Brasil teve seu desenvolvimento a partir da economia derivada principalmente da pecuária, desde o comércio de animais

¹⁸⁰ GELMAN; SANTILLI, 2006. Capítulo 1. Vale ressaltar que esta região não vivia só das produções pecuaristas, neste sentido ver o estudo comparativo da produção agrícola nos mercados de Corrientes, Entre Rios e Rio Grande do Sul. DJENDEREDJIAN, 2000.

¹⁸¹ FARINATTI, 2010. Capítulo 2; OSÓRIO, 2007. Capítulo 2; ZARTH, 2002. Capítulo 2. GARAVAGLIA, 1999. Capítulo 4.

em pé, aos seus derivados, com destaque para a carne de sol. Algo que não ocorreu diferente nos países vizinhos como Província Cisplatina, a Banda Oriental, hoje o Uruguai e a Argentina, regiões que tinham forte produção vinculada à pecuária bovina.¹⁸²

A primeira iniciativa governamental no sentido de regulamentar a propriedade privada da terra no Brasil Imperial ocorreu em 18 de setembro de 1850, através da lei nº 601, que ficou conhecida como **Lei de Terras**. Até o ano de 1850, não havia nenhum documento que regulamentasse a apropriação das terras devolutas no Brasil. Com as modificações sociais e econômicas pelas quais passava o país, o governo imperial viu a necessidade de seguir o exemplo das grandes nações mais adiantadas para organizar e definir o que era do domínio público. Segundo Márcia Motta, “a ideia de que a Lei de Terras de 1850 e seu regulamento eram importantes e eficazes instrumentos para discriminar o domínio público do privado, e, portanto, regularizar a estrutura fundiária do país”.¹⁸³ Esta regulamentação alterava a forma da aquisição, pois até essa data, as terras eram adquiridas das seguintes formas: pela posse, pelo pedido de sesmarias, pela compra, herança ou doação. A partir de 1850, essa regulamentação extinguiu a posse das áreas devolutas, já que as doações de sesmarias já haviam sido extintas com a Independência do Brasil. Desta forma, a compra passou a ser a única maneira de se ter a posse de terras.¹⁸⁴

Promulgada pelo Imperador D. Pedro II, esta Lei colaborou para a manutenção da precária estrutura fundiária que havia no período. Isso gerou, de certa forma, privilégios para os grandes senhores de terras. A concentração de terra que já era grande só aumentou, fazendo com que as melhores terras ficassem concentradas nas mãos dos antigos proprietários.¹⁸⁵

O artigo 1º da lei de 18 de setembro de 1850 determinava:

Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. Exceptuam-se as terras situadas nos

¹⁸² GARAVAGLIA, 1999. GELMAN, 1992. GELMAN; SANTALLI, 2006. DJENDEREDJIAN, 2008. MOARES, 2011.

¹⁸³ MOTTA, M. *Nas Fronteiras do Poder: conflito e direito á terra no Brasil do século XIX*. 2ª edição. Niterói, UFF, 2008. p. 168

¹⁸⁴ OSÓRIO, 1990, p. 63; GARCIA, 2005. p.68. ZARTH, 2002. p.77. FARINATTI, 2010. p.165.

¹⁸⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm

limites do Imperio com paizes estrangeiros em uma zona de 10 leguas, as quaes poderão ser concedidas gratuitamente.¹⁸⁶

Assim, as terras devolutas, que eram as áreas que não haviam sido utilizadas por algum órgão nacional, provincial, ou municipal, não poderiam mais ser apropriadas, somente compradas, o que dificultou o acesso à terra para homens pobres e forros.¹⁸⁷ Assim sendo, vamos trabalhar com uma documentação que está datada e que é anterior a esta lei, configurando-se como um recorte de 1821 a 1850. Então, a aquisição de terras para as atividades das unidades produtivas não era necessariamente realizada por meio de compras, podendo ocorrer pelo regime de doações de sesmarias ou pelo apossamento de terras devolutas.¹⁸⁸

Nessa perspectiva, a terra não era o bem mais valioso até 1850, mas sim os bens que nela poderiam ser gerados, como os semoventes, com maior destaque para o gado *vacum*.¹⁸⁹ Nesse sentido, iremos elaborar um cruzamento entre a quantidade de gado *vacum* e a posse da terra. Assim, pretendemos sintetizar o que significavam pequenas, médias e grandes dimensões de terras, como também pequenos, médios e grandes rebanhos, pois todos estes elementos estão conectados uns aos outros na produção econômica da localidade estudada. Vale ressaltar que esta base de dados foi gerada a partir do que encontramos nos inventários *post-mortem* e na lista de fogos.

Em estudo anterior, conseguimos perceber que a localidade de Caçapava tinha como base de sua produção econômica as atividades vinculadas à pecuária bovina, com uma média de mais de 550 reses para 132 inventários produzidos, entre 1821 a 1850. Sabemos que, nessa época, para a criação de bovinos era necessária uma área de dois hectares por cabeça de gado *vacum*, ou seja, 20.000 m². Convertendo para léguas, medida usual no período, que equivale 4.828,03 m² cada, eram necessários para o engorde de cada boi 9.656,06 m² de léguas, que eram aproximadamente, quatro léguas por

¹⁸⁶ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm

¹⁸⁷ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm. GARCIA, 2005.p.68.

¹⁸⁸ Sobre a apropriação e compra de terras em Cachoeira do Sul para 1850 a 1889, ver GIMENO, 2014.

¹⁸⁹ CORRÊA, 2013. Capítulo 2.

cabeça de gado *vacum*.¹⁹⁰ Outra medida que aparece é a braça. No caso, 3.000 braças eram iguais a uma légua. Desta forma, em termos que quantidade, era uma medida com menor proporção, sendo necessárias aproximadamente 6 braças e $\frac{1}{2}$, para cada cabeça de gado.

Em estudos recentes de remanejo e rotatividade na utilização das pastagens, verificamos que podem ser criadas até mais cabeças de gado bovino por hectare de forma extensiva, ou seja, aquela praticada a partir de técnicas mais tradicionais e com baixo teor tecnológico, utilizadas no século XIX, com baixa técnica e com maior espaço.

No que diz respeito ao espaço, esse é um ponto a se pensar, quando delimitamos quantidade de terras por cabeça de gado. Hoje existem os campos cercados. Já no século XIX não havia cercas, apenas as marcas.¹⁹¹ Desta forma, fica difícil mensurar se as quantidades descritas de terras nos inventários eram ou não suficientes para o engorde do gado. Ainda mais quando estamos falando da primeira metade do século XIX, onde havia muitas terras devolutas na região estudada, pois, segundo Conde D'Eu, em sua passagem pela localidade, em 1865, já na segunda metade do oitocentos, quando este vai de Cachoeira para Caçapava havia um grande isolamento dos habitantes da época, “não posso facilmente imaginar existência mais triste de que destes estancieiros, perdidos no meio daqueles imensos campos [...] não há uma só povoação, por conseguinte, não há uma igreja, não há médico, não há a mínima indústria [...]”.¹⁹²

No entanto, as medidas agrárias nem sempre estavam descritas nos inventários, constando em grande maioria apenas a descrição de campos, pedaço de campo, quinhão de terra, potreiro, fazenda, fazenda de criar, sítio ou chácara.¹⁹³ Estas duas últimas denominações são referentes a

¹⁹⁰ SOUZA; TINOCO; SARTOR, 2003.

¹⁹¹ Ver capítulo 3 de FARINATTI, 2010.

¹⁹² EU, 1981. pp.46-47. Evidente que cabe uma crítica ao uso dos relatos de viajantes como fonte, o que não aprofundaremos aqui, pois estes autores provenientes de um panorama agrário europeu, se impressionavam com as largas distâncias locais e acabavam produzindo narrativas um pouco distorcidas, quando não etnocêntricas. A respeito, recomendamos: BARREIRO (2012), FRANCO (2011, 2012), HARTOG (1999), KURY (2008), LEITE (1996, 1997), MARTINS (2001), PRATT (1999), SÜSSEKIND (1990), MOREIRA; MARTINS (2013).

¹⁹³ Os registros paroquiais de terras de Caçapava, segundo pesquisa no APERS são apenas para um período posterior, 02/08/1854 a 17/05/1857. Disponível em: <https://arquivopublicors.files.wordpress.com/2015/03/2015-03-18-pna-lista-livros-registros-paroquiais.pdf> acesso em 12/08/17.

estabelecimentos rurais teoricamente mais próximos do núcleo urbano das vilas, geralmente com dimensões de tamanho modesto, usadas para moradia, como também para pequenas produções ou criações. As chácaras, segundo o Conde D'Eu, eram uma “cinta com pomares, laranjeiras, uns vales arborizados [...]”. Os arvoredos também foram listados na lista de bens de raiz mais de uma vez, como os vinte sete pés de laranjeiras do senhor Manoel José de Oliveira, isso em sintonia com o que o Conde D'Eu escreveu sobre a localidade.¹⁹⁴

Partindo do pressuposto de que estas são as formas como a terra era descrita nos inventários, podemos cruzar com a quantidade de gado *vacum* arrolado nos inventários, para termos uma noção de quais eram as dimensões utilizadas. Pois, certamente, nem toda a porção de terra declarada era suficiente para a criação das reses, o que poderia ser compensado com arrendamentos de terra. Vale lembrar que este ainda é um período em que o gado *vacum* andava livre, pois não havia o cercamento dos campos, apenas em certas benfeitorias nas unidades de produção, como as mangueiras feitas de pedras.

Primeiramente, apresentamos como estava distribuído o gado *vacum*, segundo a hierarquia dos criadores. Desta maneira, caracterizamos o tamanho dos rebanhos. Os dados da tabela 2.1, deixam claro a existência de uma concentração de gado *vacum*, onde 71% dos criadores tinham apenas 13% das reses e, em contrapartida, 17% dos detentores dos rebanhos bovinos eram donos de 76% de todo o gado *vacum*.

A diferenciação das unidades produtivas está dividida em pequenas, médias e grandes, variando obviamente, pela quantidade de gado em cada uma, vejamos a seguir.

¹⁹⁴ EU, 1981. p.50. Inventário *post-mortem* de Manoel José de Oliveira. Autos 74, maço 4, estante 90. Cartório de Órfãos e Ausentes. Caçapava, 1834.

Tabela – 2.1: Distribuição do gado *vacum* em Caçapava (1821-1850)

Unidades Produtivas	FTRV	Nº de Criadores	%	Gado Vacum	%	Média de reses
Pequenas	1-100 reses	43	35%	1.582	2%	37
	101-500 reses	44	36%	10.392	11%	236
Médias	501-1.000 reses	15	12%	9.730	11%	648
Grandes	Mais de 1.000 reses	21	17%	67.560	76%	3.217
Total:		123	100%	89.264	100%	726

Fonte: CORRÊA, 2013. p.50. 123 Inventários *post mortem* de Caçapava 1821 a 1850. Cartório de Órfãos e Ausentes, Cartório de Cível e Crime, APERS. FTRV = Faixa de Tamanho de Rebanho *Vacum*.

Assim estavam caracterizados, os pequenos rebanhos permaneciam em um estrato que contemplava quem possuía de 1 a 100 e 101 a 500 reses, com médias de 37 a 236 cabeças de gado, que representavam 13% de gado. Já os médios rebanhos, estavam na faixa de 501 a 1.000 reses, com média de 648 bovinos, concentrando 11% das reses bovinas. Por fim, os grandes rebanhos, que era o estrato com mais de 1.000 cabeças, com média de 3.217 reses, representavam 76% do gado *vacum* inventariado em Caçapava. Estas três subdivisões sintetizam o tamanho dos rebanhos locais, da mesma forma que qualificam os criadores em pequenos, médios e grandes. Esta é uma das formas de exemplificar o tamanho das unidades produtivas, quando temos como referencial a produção pecuarista. Este tipo de organização é extremamente corriqueiro na historiografia que perpassa análises agrárias.¹⁹⁵

Percebe-se que era uma localidade na qual predominavam os modestos criadores de gado. Por outro lado, havia sim os grandes detentores de gado *vacum*. Vale ressaltar que estes dados, quando cruzados com estudo voltado para a realidade agrária de Alegrete, que era uma região detentora de grandes criadores de reses bovinas, reafirmaram que Caçapava era local de pecuária de pequeno porte.¹⁹⁶

¹⁹⁵ Sobre este tipo organização metodológica ver; GARAVAGLIA, 1999; OSÓRIO, 2007; ARAÚJO, 2008; FARINATTI, 2010; FONTELLA, 2013; CORRÊA, 2013.

¹⁹⁶ CORRÊA, 2013. Capítulo 2.

Quando analisamos os inventários, percebemos que muitos dos inventariados não tinham terras suficientes arroladas em seus bens de raiz, o que poderia estar ligado à necessidade de arrendamentos de terras alheias. Ou, como já mencionamos antes, esse é um período sem cercas, o gado anda livre, apenas com suas marcas. Assim, vamos analisar alguns casos, para tentar ter uma melhor compreensão das dimensões de terra, pois em muitos deles não aparecem as extensões dos campos nos inventários. Desta forma, com as terras e o gado *vacum* declarados de alguns inventariados específicos, poderemos ter uma ideia de como eram as dimensões de terras.

Antes de adentrar nas informações presentes no inventário do Tenente Coronel Manoel Luiz da Silva Borges, vou descrever como era o seu domicílio no ano 1830. Na lista, o Tenente Coronel Manoel Luiz da Silva Borges aparece casado com dona Ana Joaquina Luiza. Eles tinham sete filhos, quatro homens e três mulheres. Em seu fogo, também foram encontrados e listados um exposto, dois peões e vinte e quatro escravizados, sendo dezessete homens e sete mulheres, além de um agregado. A quantidade de escravizados chama atenção, pois era um número bem expressivo para a localidade, colocando o Tenente Coronel dentre os maiores proprietários de escravizados. Por sua vez, os dados presentes em seu inventário, que foi aberto dezenove anos depois, corroboram essa quantidade de escravizados, porém, com um acréscimo. No ano de 1849, data de seu inventário, o Tenente Coronel Manoel Luiz da Silva Borges possuía 51 escravizados, ou seja, quase o dobro do averiguado na lista do ano de 1830. Isso representa um aumento de mais de um escravizado por ano (ou 52%), sendo destes, 31 homens e 19 mulheres. Alguns apresentavam ofícios de campeiros e roceiros, o que podemos direcionar para as atividades da unidade produtiva do dito Tenente.

Quadro – 2.1: Lista de Escravizados Tenente Coronel Manoel Luiz da Silva Borges

Nome	Idade	Ofício	Avaliação
Jacinto Velho	52		100\$000
Jacinto Pequeno	37		600\$000
Feliciano	50	Sapateiro	700\$000
Paulo	50	Roceiro	350\$000
Luiz	35	Roceiro	650\$000
Bernardo	34	Roceiro	650\$000

Domingos	30	Roceiro	650\$000
Joaquim	30	Roceiro	300\$000
Jose	42	Roceiro	500\$000
Manoel¹⁹⁷	39	Campeiro	350\$000
Severino	37	Campeiro	500\$000
Adão Grande	26	Campeiro	85\$000
Adão Pequeno	25	Roceiro	800\$000
Antonio Mulato	28	Campeiro	850\$000
Justino Mulato	23	Campeiro	800\$000
Felisberto Mulato	17	Campeiro	800\$000
Francisco	60	Roceiro	100\$000
Dionísio	14		20\$000
Tristão	5		250\$000
Tito	1 ano		150\$000
Evaristo	32		650\$000
Damáσιο	16		600\$000
Dionísia	60		80\$000
Maria	42		400\$000
Felizarda Mulata	47		400\$000
Inocência	29		650\$000
Joaquim	28		450\$000
Jacinto	22		650\$000
Leonor Mulata	15		650\$000
Clementina Mulata	12		500\$000
Carlota Mulata	8		300\$000
Ambrósia Mulata	11		500\$000
Urbana	7		350\$000
Josefa Mulata	5		300\$000
Rita¹⁹⁸	32		500\$000
Manoel	9		400\$000
Maria	7		350\$000
Josefa	4		250\$000
Joaquina	2		150\$000
Mariana	20		650\$000
Feliciano	11		500\$000
Militão	11		300\$000
Pedro	2		150\$000
Rita	24		650\$000
Antônia	7		350\$000
Felizarda	3		200\$000
Eva	28		650\$000
Lucinda	11		400\$000
Luciana	Não consta		250\$000
Zeferino	2		150\$000
Clementina Mulata	12		500\$000

Fonte: APERS – Cartório Órfãos e Ausentes, Inventário de Manoel Luiz da Silva Borges. Caçapava, 1849.

¹⁹⁷ Descrito como tendo “moléstia interior”.

¹⁹⁸ Africana.

O inventário do Tenente Coronel Manoel Luiz da Silva Borges, do ano de 1849, nos deixou alguns indícios dessa configuração de terras necessárias para a criação do gado. Além da grande quantidade de bens de raiz e suas benfeitorias, como mangueiras, casas e arvoredos, o dito tenente possuía uma quantidade de terra no Estado Oriental, hoje Uruguai, que assim estava declarada em seu inventário;

“Declara ainda a inventariante que tem no Estado Oriental, nas pontas de Arapehy, duas léguas e meia de campos do herdeiro Tenente Coronel Manoel Luiz Osório, de cujo campo ainda se deve meia légua no valor de mil patações, e tem ali seis mil reses, pouco mais ou menos, 150 éguas xucras, 29 ditas mansas, 40 cavalos mansos, uma manada de burras, dez bois mansos, uma carreta, 1 carro, 2 [labancas], 25 potros, cujos bens ficam para sobpartilha por estarem sujeitos a aquele Estado em guerra na atualidade.¹⁹⁹

Veja que, a soma destes animais é igual a 6.254 cabeças de gado no geral, sendo elas bovinas, cavalares e muares. Percebe-se que as duas léguas e meia de campos, levando em conta as necessidades de cada animal, não seriam suficientes para a criação deste gado, pois faltaria espaço adequado no campo citado para o engorde destes animais. Além do mais, isso certamente refletiria em uma baixa reprodução dos mesmos.²⁰⁰ Este não é um caso isolado e estamos falando de um Tenente Coronel que certamente tinha relações socioeconômicas que facilitavam a sua produção pecuarista. Sua unidade produtiva poderia ser classificada como grande, tanto pelo número de gado nela presente, como número de escravizados e as suas terras.

Os bens semoventes do inventário acima, composto dos *animais vacuns* e *cavalares*, estavam avaliados em 5:152\$500 réis e assim distribuídos:

Quadro – 2.2: Lista dos Rebanhos do Tenente Coronel Manoel Luiz da Silva Borges

Nº	Descrição	Avaliação
157	Reses xucras	620\$000
132	Reses mansas	792\$000
18	Bois mansos	18\$000
8	Burros hexores	112\$000
24	Éguas mansas	144\$000

¹⁹⁹ APERS – Cartório Órfãos e Ausentes, Inventário de Manoel Luiz da Silva Borges. Caçapava, 1849.

²⁰⁰ APERS – Cartório de Órfãos e Ausentes, Inventário de Manoel Luiz da Silva Borges. Caçapava, 1849.

157	Éguas xucras	417\$500
51	Potros capões	357\$000
30	Mulas [de coritas]	180\$000
15	Mulas [de ?]	60\$000
9	Mulas mansas de andar	108\$000
37	Cavalos mansos	444\$000
950	Reses	1:900\$000

Fonte: APERS – Cartório de Órfãos e Ausentes, Inventário de Manoel Luiz da Silva Borges. Caçapava, 1849. Legenda: N° = número.

Outro caso, de “poucas terras” para a criação, foi o de Manoel de Souza Teixeira. Este tinha arrolado em seu inventário 978 reses, 290 ovelhas, 22 cavalos, 66 éguas, 20 mulas e 6 burros, todos estes animais estavam acondicionados em $\frac{1}{4}$ de légua de terra.²⁰¹ Teoricamente, esta quantidade de terra também seria insuficiente. Estes dois casos exemplificam dois criadores de gado, um médio e um grande, e certamente esta atividade da criação de gado os qualificava para ser um médio e um grande proprietário de terras. Embora não possamos fazer esta análise mecânica e automática, de que todo grande criador também era um grande proprietário de terras, ou que todo o pequeno criador era um pequeno proprietário de terra, em muitos casos isso se comprova, levando-nos a constatar que a tabela 2.1 poderia servir também como norte para a divisão entre pequenos, médios e grandes proprietários de terras.

Conseguimos, através de uma análise dos inventários *post-mortem*, demonstrar que a posse da terra era bem difundida em Caçapava, nunca inferior a 68%. Exemplificando isso, na década 1820, essa posse chega a ser de 83%, passando para 68% em 1830. Já no decênio de 1840, as porcentagens chegaram a 73%. Nesse sentido, percebemos o quanto era importante ter a posse da terra para o desenvolvimento pleno das atividades agrárias.

Em contrapartida, localizamos nos inventários alguns proprietários de terras que tinham poucas reses e não tinham nenhum equipamento que os ligasse à produção agrícola. Este é o caso de Angélica Rosa de Jesus, que

²⁰¹ APERS – Cartório de Órfãos e Ausentes, Inventário de Manoel de Souza Teixeira. Caçapava, 1835.

possuía, em seu inventário, arroladas quatro léguas e ½ de campos, tendo apenas 30 reses de criar, certamente terras suficientes para a criação e reprodução destes animais, pois não havia mais nenhum animal arrolado em seu inventário.²⁰² Por outro lado, isso nos faz pensar em algumas hipóteses. Primeiro, que parte dessa terra poderia ser arrendada. Segundo, que a terra poderia ser ocupada por agregados. Terceiro, como os inventários são retratos de um momento, não de toda uma trajetória, possivelmente sua unidade produtiva tenha entrado em crise, ou apenas estava no início. Considerando as incertezas sobre aqueles que viveram em parte do século XIX, também nos deparamos com alguns inventariados que tinham a posse da terra, mas não tinham gado de nenhuma espécie em seu arrolamento. E, pelos dados dos contidos nos inventários, os mesmos não estavam envolvidos com arrendamentos de terras, pelo menos não documentados.

No que diz respeito aos arrendamentos de terras, encontramos apenas oito casos, entre 1834 a 1849, no livro de transmissões de notas, e mais um caso nos inventários.²⁰³ No inventário, esta informação estava nas dívidas passivas da dona Anna Maria da Conceição, que devia a Francisco Severiano da Fonseca, por arrendamento de meia légua de campo. Anna Maria da Conceição possuía 472 reses, 400 ovelhas, 144 animais cavaleares. Certamente esta terra arrendada ajudava e somava-se ao quinhão de terra que estava listado em seu inventário, colaborando na criação dos ditos animais anteriormente citados.²⁰⁴

Desta forma, o arrendamento estava ligado à maneira de obtenção da terra para o uso, que até o momento, não necessitava de compras, embora elas ocorressem. Certamente, os apossamentos eram mais frequentes, ou talvez o uso das terras devolutas, pois, como venho mencionando, havia um facilitador para isso: não haver cercamento das terras. Também encontramos alguns inventários com uma grande quantidade de gado, mas com terras que teoricamente seriam insuficientes para a criação dos mesmos. Por outro lado, havia proprietários de terras sem reses. Esse gado andava, de certa maneira,

²⁰² APERS – Cartório de Órfãos e Ausentes, Inventário de Angélica Rosa de Jesus. Caçapava, 1836.

²⁰³ APERS – Livro 1 de transmissão de notas de Caçapava – 1834 a 1849.

²⁰⁴ APERS – Cartório de Órfãos e Ausentes, Inventário de Anna Maria da Conceição. Caçapava, 1833.

livremente. Era um “outro mundo”, o cenário agrário extensivo de XIX é bem diferente do que temos hoje, com suas cercas e aperfeiçoamentos na produção extensiva.²⁰⁵

As dimensões das terras nem sempre aparecem nos inventários. Quando aparecem os tamanhos das terras, às vezes eles não dariam conta de manter a quantidade de gado ali inventariado. Entretanto, vale ressaltar que a grande maioria dos criadores de gado possuíam terras. Vejamos a tabela a seguir:

Tabela – 2.2: Criadores de gado *vacum* com acesso a terra em Caçapava, 1821 a 1850

<i>Rebanhos</i>	<i>Criadores com terra</i>	<i>%</i>	<i>Criadores sem Terras</i>	<i>%</i>
Até -100 Reses	32	74%	11	26%
101-500 reses	31	70%	13	30%
501-1.000 reses	11	73%	4	27%
Mais de 1.000 reses	20	95%	1	5%
Total:	96	76%	30	24%

Fonte: 126 Inventários *post mortem* de Caçapava 1821 a 1850. Cartório de Órfãos e Ausentes, Cartório de Cível e Crime, APERS. CORRÊA, 2013. p.61.

De fato, a atividade da criação do gado *vacum* estava diretamente ligada ao acesso da terra, independente da forma. Basta observar que 76% dos criadores tinham acesso à terra. Pelos dados contidos nos inventários, fica difícil uma caracterização precisa do que era ser um pequeno, médio e grande proprietário de terras, partindo apenas das terras inventariadas, mas, analisando em uma conjuntura geral, gado mais terra, para o período anterior a Lei de Terras, nos serve como referência uma associação da posse da terra e do gado *vacum* para a caracterização do tamanho das unidades de produção, conseqüentemente, dos pequenos, médios e grandes proprietários de terra.

De tal forma, Caçapava é mais uma região situada no centro sul do Rio Grande do Sul, em que fica evidente a importância e a variedade da pequena e média produção pecuária, conseqüentemente vinculada às atividades agrícolas, que também estavam presentes na localidade. Certamente, pelo que encontramos na lista de domicílios apresentada no capítulo 1 e nos dados

²⁰⁵ SOUZA; TINOCO; SARTOR, 2003.

dos inventários, havia certamente uma forte presença da mão de obra familiar, sem descartar, certamente, a presença de alguns escravizados nessas atividades produtivas de pequeno e médio porte. Ainda nesse capítulo, trataremos da mão de obra dos escravizados e dos peões na composição produtiva.

Para elucidar as atividades das unidades de produção de Caçapava, montamos um quadro geral, a partir de uma análise quantitativa. Desta maneira, foi possível compreender como as atividades produtivas de Caçapava estavam vinculadas ao mundo rural, e ainda mais à pecuária. Assim, todas se encontravam divididas da seguinte forma:

Tabela – 2.3: Frequências gerais das atividades produtivas de Caçapava, 1821 a 1850

Nº de Atividades	Tipo da Atividade Produtiva	Nº de Inventários	%
1	Agricultura	4	35%
	Pecuária Bovina	42	
2	Pecuária Bovina Agricultura	17	35%
	Pecuária Bovina e Muar	11	
	Pecuária Bovina e Ovina	18	
3	Pecuária Bovina, Muar e Ovina	10	22%
	Pecuária Bovina, Ovina e Agricultura	5	
	Pecuária Bovina, Muar e Agricultura	14	
	Pecuária Muar, Ovina e Agricultura	0	
4	Todas as Atividades	9	7%
		130	100%

Fonte: 148 Inventários *post mortem* de Caçapava 1821 a 1850. Cartório de Órfãos e Ausentes, Cartório de Cível e Crime, APERS. Legenda: Nº = Número.

Já evidenciamos aqui a grande presença econômica da pecuária bovina. Os dados da tabela 2.3 deixam ainda mais evidente o quanto as atividades vinculadas ao gado *vacum* eram importantes. E não me refiro apenas às reses de criar, mas aos animais de tração, como os bois mansos usados para arar a terra e puxar carretas, os utensílios utilizados para os fins agrícolas, os escravizados que da mesma forma eram descritos como roceiros, dos espaços de terras citados nos inventários que eram dedicados à plantação.

Em estudo anterior, demonstramos que as atividades de Caçapava tinham um forte aporte econômico ligado a este tipo de produção. No entanto, não eram apenas estas as atividades que existiam em Caçapava. Na tabela 2.3, fica clara a diversidade econômica ali existente. Para região de São Borja, Leandro Fontella apresentou dados muito semelhantes a estes,²⁰⁶ ou seja, são regiões que se caracterizam por essa diversidade, na qual poderiam haviam alguns fatores que expliquem a sua existência, como por exemplo, a reprodução do gado. Sabe-se que os pequenos criadores não tinham grandes quantidades de gado com as reproduções. Este é um fator que os qualificava como pequenos criadores de gado *vacum*. Dentro deste universo agrário, Jorge Gelman, em estudo referente à região da Colônia, na Banda Oriental, hoje Uruguai, menciona que havia um grande predomínio de população campesina, e que a pecuária que estes desenvolviam era de pequeno porte, existindo dificuldades para aqueles que tinham menos de 400 ou 500 cabeças de reses bovinas, pois estas teriam uma média de 100 crias anuais.²⁰⁷ Com este dado, fica evidente a necessidade do criador que tinha uma quantidade inferior a 400 cabeças de gado *vacum*, em associar as atividades de sua unidade produtiva com outras produções, tanto pecuaristas quanto agrícolas, como evidenciamos na tabela 2.3 para Caçapava. Percebe-se que as atividades eram bem diversificadas, embora a pecuária tivesse maiores números, sua representatividade juntamente com a agricultura era de 35%. Esse mesmo valor foi encontrado na soma de outras pecuárias com a bovina e a agricultura, no estrado três da tabela 2.3.

Fica visível que a pecuária estava bem difundida na localidade de Caçapava. No entanto, ela não era a única atividade econômica

²⁰⁶ FONTELLA, 2013. p.90.

²⁰⁷ GELMAN, 1992. pp.57-64.

desempenhada nas unidades de produção. Isso se explica, dentre outras coisas, pela grande dependência da pecuária bovina. Quando uma unidade produtiva não era de grande porte, ela necessitava de uma mescla de atividades, como está exemplificado na tabela 2.3. Agora, veremos como a mão de obra tanto de escravizados quanto de peões estava sendo utilizada.

2.3 – A mão de obra especializada, os ofícios dos escravizados.

No ano de 1835 foi aberto o inventário de Maria Magdalena de Jesus. Dentre seus bens, pode ser destacada uma quantidade de gado *vacum* que caracterizava sua propriedade como uma unidade produtiva média. Além disso, foi possível visualizarmos nove escravizados arrolados em seu inventário. Um destes era Romão, escravizado de origem crioula, que tinha 12 anos de idade, sendo este caracterizado com o ofício de campeiro. Percebe-se que, desde muito cedo os escravizados já estavam vinculados às atividades produtivas, ou seja, com o trabalho para seus donos.²⁰⁸

Não há uma regularidade na descrição dos ofícios. Alguns trabalhadores escravizados tinham seus ofícios descritos na hora da avaliação dos bens, outros não. Nesse sentido estavam presentes as descrições nos inventários, de qual era a atividade que alguns escravizados desempenhavam. No entanto, havia alguns que não tinham essa qualificação ou tinham até mesmo mais de uma atividade que o escravizado realizava como especificidade, realidade comum no universo social escravista, principalmente rural.

Ao analisar os inventários de Caçapava, encontramos outros escravizados, assim como Romão, que tinham seus ofícios descritos pelos inventariantes. De tal modo, a apreciação destes dados descritos dará luz à questão dos ofícios do trabalho dos escravizados presente nos inventários de Caçapava para o dado momento aqui analisado, de 1821 a 1850. Assim, procuraremos corroborar os dados sobre as unidades produtivas.

Algo que percebemos quando estávamos quantificando os ofícios é que esses aparecem com uma maior frequência nas maiores senzalas. Porém, não

²⁰⁸ APERS – Cartório de Órfãos e Ausentes, Inventário de Antônio Adolfo Charão. Caçapava, 1835.

é possível dizer que isso era regra, mas foi o que pudemos notar nas fontes aqui trabalhadas. Para Alegrete, Luís A. Farinatti também demonstra que os maiores contingentes de escravizados eram igualmente os que mais apareciam às profissões.²⁰⁹ Isso, é claro, não exclui a presença do ofício para as escravarias pequenas, mas, faz jus lembrar que muitos poderiam não identificar a ocupação de seus escravizados, pelo fato de eles não se dedicarem apenas em uma atividade, tendo que ocupar diversos papéis produtivos como sua mão de obra. Exemplo disso era o caso do escravizado João Mulato, ele tinha 30 anos de idade, trazia como ofício *falquejador*, roceiro, campeiro e domador.²¹⁰

De acordo com Farinatti, quando o autor analisa a falta de ofícios dos escravizados ele menciona que;

O silêncio sobre a ocupação de quase metade dos cativos pode estar indicando duas coisas diferentes. Muitos dos casos referem-se simplesmente a uma forma do inventariante, ou mesmo do escrivão responsável pelo processo, designarem mais sumariamente os termos do inventário. Nesse caso, escravos campeiros, roceiros, carpinteiros e outros podem estar diluídos naquele número de cativos sem ocupação declarada. Porém, em outros casos, a omissão pode significar que aquele escravo era empregado em um variado leque de funções, como o costeio do gado, a roça de alimentos, o trabalho em construções e outros.²¹¹

Essas informações, por um lado, corroboram nossas ideias referentes aos diversos ofícios praticados pelo mesmo indivíduo escravizado.

Na tabela 2.4, apresentamos um levantamento dos ofícios presentes nos inventários. Vale ressaltar que, a grande maioria dos escravizados, 87% deles, encontrava-se sem referência. Os escravizados nos quais conseguimos diagnosticar algum tipo de ofício representam, portanto, 13% dos indivíduos escravizados arrolados. Dentro deste universo de escravizados com ofício, havia 105 com idades produtivas dos 15 aos 45 anos. Destes, 67% eram homens, embora se houvesse escravizados com idades menores de 15 anos com ofício, como o caso do campeiro Romão anteriormente citado, a predominância nos ofícios era de homens dentro da faixa produtiva. O ofício de

²⁰⁹ FARINATTI, 2006. p.147.

²¹⁰ APERS – Cartório de Órfãos e Ausentes, Inventário de Antônio Adolfo Charão. Caçapava, 1835.

²¹¹ FARINATTI, 2010. p. 353

campeiro foi o que mais se repetiu, como foi evidenciado na tabela 2.4. Este fato também foi visualizado para Alegrete. Segundo Farinatti, os campeiros também tinham uma maior representatividade naquela localidade. Por sua vez, Leandro Fontella também percebeu isso para São Borja.²¹² Estes são dados que se somam e vêm corroborar a ideia de que esta era uma sociedade que tinha como atividade central o manejo do gado vacum e a extração de seus derivados.

Na tabela a seguir, apresentamos todos os ofícios dos escravizados presentes nos inventários.

Tabela – 2.4: Ofício dos Escravizados nos inventários (1821-1850)

Ofício	Quantidade	%
Campeiros	53	38%
Roceiros	33	23%
Campeiros e Domadores	13	9%
Sapateiro	10	8%
Pedreiros	6	5%
Carpinteiro	5	4%
Cozinheiros	3	3%
Costureira	3	3%
Ferreiro	2	2%
Barbeiro	2	2%
Serrador	1	1%
Alfaiate	1	1%
Curtidor	1	1%

Fonte: Inventários *post mortem* de Caçapava 1821 a 1850. Cartório de Órfãos e Ausentes, Cartório de Cível e Crime, APERS.

De fato, 38% dos ofícios registrados eram de escravizados com ofício de campeiro, 23% de roceiros, mostrando que as atividades agrícolas também eram importantes nessa localidade. Já os campeiros e domadores eram 9%.

²¹² FARINATTI, 2006. p. 147. FONTELLA, 2013. p. 209.

Se forem somados com os campeiros, temos 47% de trabalhadores ligados ao trato do gado. Fica claro na tabela que havia outros ofícios e certamente eram muito relevantes nesse mundo agrário do XIX, pois encontrar um escravizado campeiro era comum, porém, um carpinteiro ou um pedreiro, não era tão presente, mas nem por isso carecia de importância ou valorização. Como visualizamos que esta localidade tinha nas atividades do manejo do gado, e em especial do bovino sua base econômica, apresentaremos uma tabela com a frequência destes escravizados, ligando com as unidades de produção.

Tabela – 2.5: Frequência de escravizados por unidades produtivas

<i>Unid. Prod.</i>	<i>FTRV</i>	<i>Campeiros</i>	<i>Roceiros e Lavrador</i>	<i>Campeiro e Domador</i>	<i>Sapateiro</i>	<i>Carpinteiro, Ferreiro, Serrador e Pedreiro.</i>	<i>Costureira, Cozinheira, Alfaiate, Curtidor e Barbeiro.</i>
<i>Pequena</i>	1 - 100	4	3	1	2	1	3
	101 - 500	6	5	-	2	2	-
<i>Média</i>	501 – 1.000	6	2	-	-	-	-
<i>Grande</i>	+ de 1.000	37	22	12	6	11	8
Total		53	32	13	10	15	11

Fonte: Inventários *post mortem* de Caçapava 1821 a 1850. Cartório de Órfãos e Ausentes, Cartório de Cível e Crime, APERS. Legenda: Unid. Prod. = Unidade Produtiva, FTRV = Faixa de Tamanho de Rebanho *Vacum*.

Percebe-se a supremacia das grandes unidades de produção, pois estas concentram a grande maioria dos escravizados com ofícios. E isso não pode ser um dado simples, pois este estrato concentra a maioria dos escravizados, como também os maiores rebanhos. Não é por acaso que os classificamos como grandes unidades produtivas. Até mesmo as descrições que eram feitas deste estrato tinham mais informações. Como citamos anteriormente, Farinatti apresenta duas hipóteses para a falta da descrição dos ofícios. Tendo a acreditar que as unidades produtivas pequenas e médias não tinham tanto suporte econômico para uma compra de escravizados especializados, pois o

que visualizamos com grande frequência para estes dois estratos são ofícios ligados ao trato da terra e ao gado, que teoricamente são os mais difundidos. Mas, diferente das grandes unidades de produção, na hora de ter um escravizado com uma função mais complexa, como carpinteiro, ferreiro e pedreiro, nem sempre estes estratos de pequeno e médio porte tinham acesso. Certo que o mundo do trabalho escravizado era extremamente complexo, sendo difícil de caracterizar com precisão, e quando se trata dos ofícios e a grande quantidade de escravizados sem os mesmos, nos deixam muitas lacunas.

2.4 – Manoel Paraguaio, Manoel Castelhana, Manoel Índio e Manoel Preto Forro: a presença de peões livres na lista de fogos de Caçapava 1830.

As formas de trabalho no século XIX estavam diretamente ligadas à mão de obra escravizada. Porém, esta não era a única maneira de se ter braços para o trabalho. As unidades de produção, principalmente as pequenas e médias, certamente utilizavam seus integrantes familiares nos seus afazeres produtivos, gerando uma mescla ao partir do auxílio de um ou dois escravizados. De certa forma, ainda havia outro tipo de mão de obra, esta de assalariados ocasionais,²¹³ que era a empregabilidade de peões, que certamente não era rotineira e nem atingia todas as unidades de produção, podendo ser utilizada apenas nos momentos de aumento produtivo daquele núcleo, como colheitas, castrações, manejos de gado em grandes distâncias, dentre outros.²¹⁴ Deste modo, nessa parte do texto, vamos analisar os peões que estavam listados na lista nominativa de Caçapava. Infelizmente não temos os ofícios dos mesmos.

As primeiras representações sobre estes peões atuantes no Rio Grande do Sul, no século XIX apresentaram-nos como homens soltos, sem nenhum tipo de vínculo familiar estável. Estes peões criariam meios pelos quais pudessem ser criadas demandas próprias e estratégias para concretizá-las.

²¹³ Décio Freitas (1980) chegou a mencionar a existência de um capitalismo pastoril no Rio Grande do Sul do século XIX, o que discordamos. Temos a concordar com alguns autores que avançaram no estudo do tema, apontando a inexistência de um mercado de trabalho livre, nos moldes capitalistas, na pecuária, durante a primeira metade do século XIX (CORSETTI, 1983; MAESTRI, 1984; PESAVENTO, 1980).

²¹⁴ FARINATTI, 2010.

Dessa forma, seriam homens que vagariam à procura de trabalho de estância em estância.²¹⁵ Segundo Farinatti, esta foi uma visão que se perpetuou até a década de 1970, quando na verdade, estes peões não tinham optado por uma vida de andarilhos, voltadas para as jogatinas das carreiras, mas sim que a concentração de recursos em poucas mãos forçou esses trabalhadores a empregarem-se nas estâncias. Isso certamente também fazia com que a peonada seguisse seus patrões na guerra, mostrando justamente a situação de grande dependência em que estes se encontravam.²¹⁶

Alguns historiadores como Berenice Corsetti, Mario Maestri e Sandra Pesavento contribuíram desmistificando aquela visão anterior, a qual não apresentava as relações de dominação entre patrões e peões. Este discurso tradicional havia ficado escondido sob a chamada *democracia sulina*, que caracterizava todos como iguais. Porém estes autores não avançaram sobre a ideia de que os peões eram homens soltos, mas sim mantiveram a mesma análise dos estudos clássicos, que não vinculavam os peões às grandes relações sociais e familiares.²¹⁷ Segundo Farinatti;

A diferença era o fato de que, em vez de uma opção decorrente do seu amor à liberdade, a ausência de vínculo do peão se daria em razão de um sistema de opressão tão poderoso que anulava sua capacidade de construir laços sociais estáveis e significativos. Seu refúgio de resistência encontrava-se mais na mobilidade espacial e no crime do que na criação de estratégias de sobrevivência que envolvessem relações familiares relevantes. Curiosamente, a visão de uma anomia social entre os livres pobres da Campanha perpetuou-se, mesmo em visões antagônicas.²¹⁸

Nesse sentido, nosso trabalho não se vincula aos estudos clássicos e nem aos trabalhos que surgiram nos anos de 1970, embora haja alguma concordância com alguns pontos destes últimos, pois aceitamos a ideia de que a concentração de recursos fez com que homens pobres tivessem que buscar empregos sazonais em estâncias. Assim, esta pesquisa partilha das concepções levantadas por ZARTH, 1997; OSÓRIO, 2007; FARINATTI, 2003; 2010. Estes autores demonstraram, em seus estudos, que havia uma mescla entre o trabalho dos escravizados e dos peões nas grandes unidades de

²¹⁵ FARINATTI, 2008. p.360.

²¹⁶ Idem, p.360

²¹⁷ CORSETTI, 1983; MAESTRI, 1984; PESAVENTO, 1980.

²¹⁸ FARINATTI, 2008. p.361.

produção, que poderiam contar com o trabalho assalariado. Além do mais, o que mostramos no subcapítulo 2.3, corrobora com o que estes estudos evidenciaram, demonstrando a existência de uma importante camada social de pequenos produtores em diferentes regiões do Rio Grande do Sul, tanto no século XVIII quanto no XIX, os quais caracterizamos aqui na análise das unidades produtivas e nos inventários *post mortem*.

As unidades produtivas de grande porte estavam diretamente ligadas à mão de obra dos peões, diferente das pequenas, que por sua vez, em alguns casos, tinham que vincular o trabalho familiar. Estes últimos autores, mencionam que estes homens assalariados, seriam justamente estas famílias das pequenas unidades de produção, que teriam que se lançar ao mundo em busca de trabalho para poder suprir as necessidades de seus lares. Nesse sentido, Farinatti afirma que;

A maioria dos autores que demonstraram a existência desses pequenos produtores também sugeriu que ao menos uma parte daqueles que se assalariavam como peões nas estâncias viriam exatamente desse grupo. Em vez de homens errantes, uma parte importante dos peões seria formada por pequenos produtores que buscavam complementar suas atividades. A sugestão é interessante, porque remete a um universo social muito mais complexo do que a dicotomia “estancieiros x peões”. Contudo, esses trabalhos avançaram pouco no que se refere ao embasamento empírico da hipótese de ligação entre peões e pequenos produtores, uma vez que as fontes sobre peões livres são exíguas e suas referências são muito indiretas.²¹⁹

O estudo de Farinatti contribuiu para a análise deste grupo social que era o dos peões. O autor utilizou processos crimes e inventários *post mortem* para estudar o município de Alegrete por meio de uma metodologia de análise dos réus nos processos crimes que já havia sido utilizada anteriormente por Hebe Mattos e Helen Osório.²²⁰ Aqui não vamos utilizar este corpo documental empírico, mas sim a lista de fogos de Caçapava do ano de 1830. Trata-se de outro tipo de fonte, mas acreditamos que as comparações sejam pertinentes, ainda mais que identificamos a presença deste grupo social em outra fonte. Sabemos que toda fonte tem seus limites e que essas não foram elaboradas com o fim que utilizamos. Desta maneira, dados mais específicos como idades e salários, como foram apresentados por Farinatti, Osório e Mattos, não foram

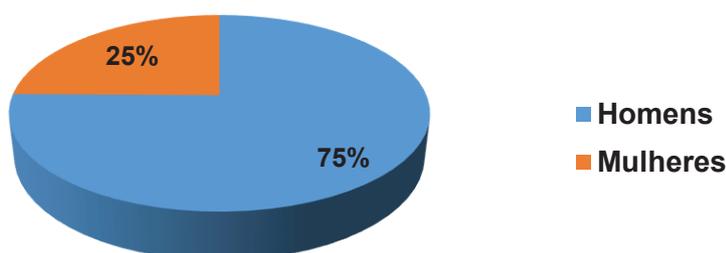
²¹⁹ FARINATTI, 2008. pp.361-362.

²²⁰ MATTOS, 1998; OSÓRIO, 2007.

relatados na lista de Caçapava. Aqui fizemos uma análise de forma quantitativa de peões e peonas listados nos fogos, como suas famílias, que servem também como dados qualitativos.

Na lista de 1830, foram descritos, entre homens e mulheres, 129 peões. Em um primeiro momento, acreditamos que as mulheres descritas fossem todas esposas dos peões, e que estas apenas estariam como acompanhantes de seus maridos. No entanto, destas 129 pessoas qualificadas como peões, encontramos apenas quatorze casais, ou seja, apenas 14 mulheres estariam como companheiras. E destas 14 famílias listadas, apenas uma tinha filha mulher, ou seja, restou um total de 17 mulheres que teoricamente seriam peonas, pois estavam assim descritas. No universo geral dos números, encontramos 97 homens e 32 mulheres, que estão representados no gráfico 2.1 a seguir.

Gráfico - 2.1: Porcentagem dos peões segundo o sexo



Fonte: Lista de Fogos de Caçapava – 1830, (Maço 7, Lata 2, IHGRS).

Este fato de que 17 mulheres foram classificadas como peonas nos chama a atenção para as possibilidades de trabalho no XIX, ou o quanto era difícil a situação de certas famílias, deixando evidente que mulheres pobres trabalhavam desde sempre e que poderiam estar ocupando o espaço tradicionalmente masculino, o de peão. Neste sentido, da mão de obra feminina, não encontrei pesquisas que dessem conta deste dado, onde o sexo feminino era classificado com este ofício de peonas. A exemplo disso, Tereza índia e sua filha, Agostinha índia, estavam descritas como peonas de Ricardo

Jose de Magalhaes Silveira. Elas não eram as únicas. Havia outros fogos com a presença feminina como peona.²²¹

Em pesquisas bibliográficas já mencionadas aqui, sobre as unidades produtivas, ficou claro que os membros das famílias das pequenas unidades provavelmente poderiam se lançar ao trabalho para terceiros. Talvez isso também fosse uma realidade para as mulheres, como exemplificaram Luís Farinatti e Marcelo Matheus, ao retratarem a trajetória da índia Barbara Luísa e seus filhos, que se deslocaram, no início da década de 1830, de Caçapava para Alegrete, se estalando em uma estância como posteiros. Segundo Farinatti e Matheus;

O posteiro era um peão que, em geral, se instalava com sua família em um rancho, onde podia criar alguns animais e fazer plantações, ajudando a cuidar para que o gado não se evadisse da estância e também fazendo rodeios para contagem e manejo do gado naquele local.²²²

Embora a alcunha peão seja diretamente vinculada aos homens que tinham atividades com a pecuária, vale ressaltar que nada impediria que as mulheres listadas nos fogos como “peões” não estivessem na lida com o gado.²²³

Então, observando como está no gráfico 2.1, 75% eram peões e 25% peonas, Farinatti, demonstrou que havia 67 peões entre 1845 a 1865, entre testemunhas e réus em Alegrete, quantidade bem expressiva.

Alguns desses peões apresentavam algum tipo de referência, tais como índios, castelhanos, pretos forros, pardos. A grande maioria de peões mencionados na lista era do sexo masculino, representando 72%, por sua vez as mulheres tinham 28%. Certamente estes eram pessoas das camadas mais pobres, ou de unidades de produção que não se sustentavam apenas com as suas produções, obrigando seus indivíduos a buscarem trabalhos sazonais. No que se refere ao trabalho dos peões, Farinatti, apresentou entre 1851 a 1854,

²²¹ IHGRS – Lista de Fogos de Caçapava, 1830. Maço 7, Lata 2.

²²² FARINATTI, Luís Augusto Ebling e MATHEUS, Marcelo Santos. *A história de João Potro: Trajetória e relações de reciprocidade de uma família subalterna no sul do Brasil (1820-1855)*. Varia História, Belo Horizonte, vol. 33, n. 63, p. 707-743, set/dez 2017.

²²³ Cabe destacar, quem sabe, que nos dicionários da época, peões eram aqueles que *serviam a pé*, “sem cavalo”, expressando um ofício com ampla e porosa fronteira ocupacional, ocupada por ofícios cotidianos daqueles universos rurais SILVA, 1922: p. 415.

que as atividades destes homens poderiam variar o tempo de sua empregabilidade, em dias, meses ou mesmo um ano. Também variava as suas etnias, pois havia negros livres ou escravizados, estes últimos como campeiros. Índios e castelhanos.²²⁴ Aqui, também percebemos essa variada presença étnica.

Somado a isso, havia as mulheres, que provavelmente estavam vinculadas às atividades tanto de cozinhar quanto lavar, como também as roças. No entanto, estes são apenas indícios, pois não havia informações de quais atividades tanto os homens quanto as mulheres desempenhavam. Os peões, como certamente a historiografia vem mostrando, eram utilizados no manejo do gado, nas roças e onde fosse preciso. Esta mão de obra remunerada, que talvez dificilmente fosse remunerada com pagamentos somente em dinheiro, podendo ser em gado, ou em outros artigos, tanto alimentícios, como quem sabe, sementes, ou até mesmo pagamento de mantimentos e itens diversos comprados em armazéns e bodegas locais. Nesse sentido, Farinatti encontrou uma relação de como eram pagos os peões em algumas estâncias. Por exemplo, os peões dos Carvalho, da estância do Japeju eram pagos, das distintas formas, com mercadorias, dinheiro adiantado, com dívidas anteriores e pagamentos a comerciantes.²²⁵

Ainda sobre as etnias dos peões, eram variadas, sendo que os mais expressivos foram os indígenas. Do quadro geral de homens peões, apresentados no gráfico 2.1, 52% eram índios. A historiografia vem mostrando o quanto os povos indígenas tiveram que se articular, em muitos casos como peões após a perda de suas terras para o homem branco europeu. Nesta lógica, muitos índios com suas esposas moviam-se mantendo as características da etnia que é marcada pela rotatividade: o nomadismo. De tal forma, algumas estâncias acabavam sendo ponto de parada e conseqüentemente, ocorrendo a empregabilidade como peões.²²⁶

Os dados encontrados na lista de fogos de Caçapava mostram a presença de 50 peões índios, destes, 13 eram casados e suas esposas índias estavam junto deles. Havia um total de quatorze mulheres índias. Destas, duas

²²⁴ FARRINATTI, 2007.p.8.

²²⁵ FARRINATTI, 2010. p.386

²²⁶ Ver RIBEIRO, 2013 e FONTELLA, 2013.

eram casadas com pretos forros. Percebe-se a importância destes dados, pois contrariam a clássica visão de que os peões não tinham vínculo familiar estável, ou seja, não eram casados e que vagavam livremente. Isso certamente não se aplicava aos homens brancos, tampouco aos peões indígenas e pretos forros.

No domicílio chefiado por Bertoldo e sua mulher Margarida Castelhana, estes possuíam sete filhos, quatro homens e três mulheres. Também havia 15 peões, mais o capataz que era um castelhano. Dentro da categoria dos peões, havia três casais com seus filhos, o que só demonstra que a ideia de peões como simples andarilhos, não é fundamentada.²²⁷

Os dados da lista de fogos, infelizmente, não contemplaram muitos dados relacionados, porém, conseguimos mesmo assim mostrar boa presença de peões na localidade de Caçapava, e que a grande maioria era de homens de origem indígena. Com isso, se escapa da dicotomia senhores e escravos, mostrando uma realidade social agrária com a presença de escravizados, o uso da mão de obra familiar (principalmente nas pequenas propriedades) e de trabalhadores livres (remunerados de maneiras diversas). Esses últimos, pertencentes a matrizes étnicas e raciais diferenciadas, carecem de mais estudos, principalmente com essa apontada participação feminina como *peonas*, que evidencia nosso pouco conhecimento sobre a presença feminina nesses universos agrários oitocentistas.

²²⁷ IHGRS – Lista de Fogos de Caçapava, 1830. Maço 7, Lata 2.

Capítulo – 3: ANÁLISE DA PRESENÇA DE ESCRAVIZADOS EM CAÇAPAVA

A ideia central deste capítulo é apresentar uma análise sobre a presença de escravizados na localidade de Caçapava para a primeira metade do século XIX. Para tal, utilizaremos como base documental uma lista de fogos de 1830, inventários *post-mortem* de 1821-1850 e cartas de alforrias registradas nos cartórios locais entre 1835-1850. Essa última fonte serviu principalmente para obtermos dados quantitativos, embora sua frequência para a primeira metade do século XIX seja bem baixa, não permitindo uma análise serial muito densa. Desse modo, apresentaremos uma estrutura de posse dos escravizados, que terá como ponto central os dados contidos na lista de fogos. Para isso, realizamos uma análise nos inventários *post-mortem*, e conseqüentemente um cruzamento de dados entre estas fontes, tendo como foco a presença de escravizados em Caçapava.

Assim, a intenção aqui é apresentar uma perspectiva a respeito da posse de escravizados nas diversas fontes já mencionadas. Desta forma, pretende-se ter uma visão mais completa acerca da organização social desta localidade, pela perspectiva da escravidão, ressaltando que são fontes distintas, assim, criadas efetivamente para outros fins específicos, mas que os pesquisadores utilizam as mesmas como base de seus trabalhos. Portanto, tentaremos não cair em generalizações, mas sim utilizar os dados de cada fonte respeitando suas especificidades. Desse modo, a ideia é apresentar um quadro geral dos homens e mulheres que foram escravizados em Caçapava.

3.1 - Classificação Populacional de Caçapava: a lista de fogos de 1830

Para esta análise, criamos uma planilha de dados no *Excel for Windows 2010*, no qual foram inseridos os elementos coletados na documentação já referida. Por meio desse banco de dados, na parte referente aos escravizados, foi possível caracterizar, dentre outras coisas, o tamanho dos plantéis existentes na localidade estudada. Além disso, foi possível demonstrar as porcentagens de inventários com e sem escravos e questões

referentes às suas origens, sexo, dentre outros. Para a lista de domicílios, nem todos estes dados foram possíveis de caracterizar, por causa do tipo de documento e a forma como o mesmo foi confeccionado. Já em relação às cartas de alforrias, foi possível caracterizar padrões, levando em conta o sexo dos escravizados, origem, tipo da alforria, dentre outros. Alguns destes elementos serão trabalhados no próximo capítulo, no qual alongamos as análises até o ano de 1871.

Abaixo apresentamos uma tabela com os dados da população listada nos domicílios da vila de Caçapava. Estes dados são referentes à população geral, livres e escravizados.

Tabela – 3.1: Classificação Populacional na Lista de Fogos de 1830

	Números Gerais	%
Escravizados	1.130	39%
Livres	1.797	61%
Total	2.927	100%

Fonte: Lista de fogos de Caçapava, 1830. IHGRS.

Como podemos observar na tabela acima, a população livre representava 61% do total dos habitantes daquela localidade, mas a proporção de escravizados era elevada, correspondendo a 39% dos domiciliados listados na vila de Caçapava de 1830. Números elevados, pois no geral eram 667 pessoas livres a mais do que os escravizados. Veremos agora como isso se dava para outras regiões do Império brasileiro.

Quando a extração do ouro se encerrou, algumas cidades mineiras trocaram seu rumo econômico. As então ditas atividades complementares como a agricultura de subsistência e o comércio local e provincial tornaram-se as centrais, tendo em vista que a extração mineral nunca foi a única atividade econômica das regiões mineradoras. Em Vila Rica, por exemplo, no ano de 1823, Mirian Moura Lott descreve a seguinte configuração: de uma população total de 7.599, destes 5.791 eram livres, ou seja, 76.2%. Já os escravizados, compunham um total de 1.808 indivíduos, sendo 23.8% da população.²²⁸ Uma região de colonização mais antiga que a de Caçapava e com um poder

²²⁸ LOTT, 2008.p.8.

econômico superior tinha localidades com menos porcentagens de escravizados do que essa vila sulina.

Francisco Vidal Luna, em trabalho referente à vila de Areias, na província de São Paulo, região de economia cafeeira, destaca que havia no ano de 1829, um total de 12.454 habitantes. Destes, 5.597 eram escravizados, o que representava 44,9% da população.²²⁹ Em outro estudo de Francisco Vidal Luna, juntamente com Herbert S. Klein, no qual os autores fazem um apanhado geral sobre a população domiciliada em algumas regiões de Minas Gerais e São Paulo, estas áreas foram divididas tendo como principal pilar as suas economias. Em Minas Gerais, a divisão foi feita em quatro partes: *Centro Mineradores Tradicionais*, *Fronteira Sul*, *Zona da Mata* e *Norte/Nordeste*. Nessas regiões, a população escravizada era representada respectivamente por porcentagens de 36%, 29%, 40% e 22%. Já nas áreas de São Paulo, a divisão de suas regiões foi em três: *Região Exportadora* (Oeste Paulista e Vale do Paraíba), *Capital*, *Litoral* e *Região Sul* e *Região do Paraná*. Nessas regiões a presença de cativos na população foi de, respectivamente, 36%, 23% e 17%.

Já Franca, em São Paulo, era um lugar de economia dinâmica e com uma produção destinada à subsistência e ao abastecimento de mercados locais e regionais. Para o ano de 1820, em uma análise baseada em listas nominativas, Marina Costa de Oliveira apresentou um estudo que indica que a população livre era de 1.898 habitantes, já a população escravizada somava um total de 1.005 indivíduos, que representava 33% da população do Termo de Franca. Isso corrobora, assim, a força do mercado interno no que diz respeito à utilização da mão de obra de escravizados.²³⁰

Tarcísio Rodrigues Botelho, em trabalho realizado sobre a Capitania e Província de Goiás, destaca que, nestes lugares, assim como em todo o distrito, seus habitantes trabalhavam na cultura do algodão, fumo e mandioca, fortalecendo o mercado interno. Em sua análise referente à condição social da população, o autor destacou que, em 1832, os livres eram 81% do total e os escravizados 19%.²³¹

²²⁹ KLEIN; LUNA, 2009. pp. 207-208.

²³⁰ OLIVEIRA, 2011.p.7

²³¹ BOTELHO, 2004 p.77.

Renilda Vicenzi, em seu trabalho de doutoramento, estudou a localidade de Lages, na Província de Santa Catarina. No entanto, para o ano de 1833, a autora fez um quadro geral com a população livre e escravizada de outras localidades da Província de Santa Catarina. As localidades são as seguintes: *Desterro, Laguna, São José, São Francisco, São Miguel, Porto Belo e Lages*. A população livre, em termos percentuais, era respectivamente de: 72,8%, 78,6%, 78,8%, 80,4%, 78,6%, 85,1% e 89,4%. Já os escravizados eram respectivamente: 27,2%, 21,4%, 21,2%, 19,6%, 21,4%, 14,9% e 10,6%. Percebe-se que a população dessas localidades da província de Santa Catarina, nunca tiveram números maiores que 27,2% de cativos. No entanto, os escravizados estavam presentes em todas as regiões.²³²

Os dados referentes à presença de escravizados para estas localidades comparadas, coloca mais uma vez a grande importância que a mão de obra escravizada tinha para distintas localidades, não sendo diferente em Caçapava.

3.2 – Os Escravizados de Caçapava: cruzamento de dados da lista de fogos com os inventários *post-mortem*

Todos os dados referentes às porcentagens de homens escravizados são extremamente relevantes. Não havia praticamente um rincão de terra no Império que não contasse com a mão de obra cativa, podendo variar em maior ou menor quantidade, como vimos anteriormente. Assim, como estava a posse de escravizados na localidade de Caçapava?

Para dar início à resposta dessa pergunta, apresentamos um quadro comparativo geral, com a população escravizada em Caçapava, presente na lista nominativa e nos processos *post-mortem*. Na tabela a seguir, comparamos os percentuais de cativos nos inventários e na lista de fogos. Esse é o primeiro passo para verificar o quanto a posse de escravizados estava distribuída pelos diferentes plantéis da localidade de Caçapava. Pela grande quantidade de inventários com escravizados, acreditamos que a propriedade cativa estava espalhada por diversos estratos sociais. Isso nos possibilita mostrar o quanto a

²³² VICENZI, 2015: pp. 155-156.

escravidão estava presente no Brasil Imperial,²³³ atingindo até pequenas localidades no extremo sul do Império. Os dados da lista também corroboraram isso. Estes são dados indicadores que já vêm sendo mostrados por algumas pesquisas de outros autores.²³⁴ Assim, ter escravizados não era uma exclusividade das grandes charqueadas ou *plantation*. Isso era uma realidade das grandes, médias e pequenas propriedades, que em muitos casos diversificavam a sua produção econômica, tanto na pecuária como na agricultura.

Tabela – 3.2: Percentual de Escravizados nos Inventários *Post-Mortem* e na Lista de Fogos

Período	Inventários		Lista de fogos	
	(1821-1850)	%	(1830)	%
Com escravos	130	92%	192	67%
Sem escravos	18	8%	94	33%
TOTAL	148	100%	286	100%

Fonte: 148 inventários *post mortem* de Caçapava, 1821-1850. Cartório de Órfãos e Ausentes, Cível e Crime. Lista de fogos de Caçapava, 1830. IHGRS.

Ao verificar os dados da tabela acima, percebe-se a grande supremacia de inventários com cativos na vila de Caçapava, ou seja, 92% dos processos *post-mortem* possuíam escravizados arrolados como bens. Já na lista nominativa, dos 286 fogos, 67% deles tinham escravizados. Nas duas documentações, encontramos mais de 65% de fogos com escravizados descritos. Esses dados se tornam ainda mais significativos quando consideramos que esta região, pelos elementos que encontramos nos inventários, e debatidos em trabalho anterior, caracteriza-se como detentora de meios produtivos de pequeno porte.²³⁵

²³³ Como já mencionado anteriormente, nosso recorte temporal é entre 1821-1850, desta forma, trataremos como sendo Brasil Imperial, embora saibamos que este só se deu no ano de 1822.

²³⁴ Ver trabalhos de Osório, 2007; Farinatti, 2010; Araújo, 2008; Matheus, 2012; Fontella, 2013; entre outros.

²³⁵ CORRÊA, 2013. Capítulos 1 e 2. pp. 25-61. No capítulo 2 deste trabalho, tentei sistematizar o que eram esses pequenos rebanhos e meios produtivos de pequeno porte.

Cruzando estes dados com estudos que enfocaram outras regiões, cujas investigações tinham as mesmas finalidades que o nosso, tanto para os inventários quanto para a lista nominativa, conseguimos perceber algumas semelhanças.

Em Caçapava, por exemplo, a média de inventários com escravizados eram de 88%, de um total de 130 ou 92%. No estudo realizado por Natália Pinto para Pelotas, área caracterizada pela produção charqueada e de maior urbanização do que Caçapava, entre 1830 e 1850, a autora trabalhou com 186 processos *post mortem* com escravizados de um total de 215 inventários. Isso representa 86,51% de inventários com escravizados.²³⁶ Para a região de Alegrete, entre 1831-1850, onde havia a predominância da grande pecuária, Luís A. Farinatti trabalhou com uma amostragem de 74 processos, apontando que 84% deles possuíam escravizados arrolados entre os seus bens.²³⁷ Em um trabalho para Cruz Alta, entre os anos de 1834-1849, cuja economia baseava-se na pecuária de médio porte e agricultura, Thiago L. Araújo mostrou que 73% dos inventários *post-mortem* por ele levantados eram de proprietários escravistas.²³⁸ Helen Osório, usando uma amostra documental de 541 inventários, referentes a todos os distritos do Rio Grande de São Pedro, em um período correspondente a 1765-1825, encontrou 87% dos inventariados identificados como proprietários de escravizados.²³⁹

Os economistas Flávio Rabelo Versiani e José Raimundo O. Vergolino, em uma análise comparativa entre duas regiões de Pernambuco, com um recorte bem extenso que vai de 1770 a 1887, puderam apontar dentre outras coisas, a estrutura demográfica de escravizados nas regiões, na qual, as mesmas estavam fora da área produtora de açúcar, tendo estas uma produção voltada para a agricultura e a pecuária. Os autores sinalizaram que a população escrava estava presente em 73% dos 444 inventários analisados.²⁴⁰

Isso mostra um alinhamento da localidade estudada nessa pesquisa com a realidade de outras regiões do sul do Brasil. Ainda que elas tivessem estruturas produtivas e características sociais diversas, as regiões comparadas

²³⁶ PINTO, 2012. p. 47

²³⁷ FARINATI, 2006.

²³⁸ ARAÚJO, 2008.

²³⁹ OSÓRIO, 2005.

²⁴⁰ VERSIANI & VERGOLINO, 2003.

ficaram entre 73% e 92% de inventariados com escravizados em seus patrimônios, sendo notável que Caçapava, mesmo se tratando de uma região de economia modesta, possuía médias equivalentes ou mesmo ligeiramente superiores aos demais municípios comparados.

É claro, não podemos esquecer que os inventários *post-mortem* não representam a totalidade social de uma região. Ao contrário, como se tem alertado na historiografia, neles está mais representada a faixa mais abastada daquela sociedade.²⁴¹

Comparando os dados dos fogos com outras áreas que utilizaram fonte semelhante, percebemos que em Caçapava, como já mencionamos, havia 67% de domicílios com escravizados. Renilda Vicenzi apresenta que a população escravizada de Lages se encontrava basicamente nos campos, lidando com animais e concomitantemente cultivando lavouras. E, segundo a lista nominativa por ela utilizada do ano de 1818, 17% dos fogos tinham escravizados, isso para pouco mais de 140 domicílios.²⁴²

Para a região do Bananal, localidade situada no Vale do Paraíba paulista, área de *plantations* de café, José Flávio Motta, utilizando as listas de fogos, encontrou para o ano de 1829, 75,4% de domicílios com escravizados.²⁴³ Vale ressaltar que esta região estudada por Motta tem características econômicas diferenciadas. Esta era uma região que absorvia muita mão de obra escravizada. Acreditamos que é de extrema valia a busca por estes dados, já que colabora para termos uma noção um pouco mais alargada das especificidades da escravidão no Brasil, universo composto por regiões com perfis econômicos diferenciados. Cacilda Machado, em seu estudo com listas de domicílios de São José dos Pinhais, região do Planalto Paranaense, encontrou para ano de 1827, 16,4% de fogos com escravizados. Percebe-se uma região com índices mais modestos de cativos quando comparada às duas regiões anteriores.²⁴⁴

Em outra análise, em trabalho referente à vila de Areias, na província de São Paulo, região de economia cafeeira, Francisco Vidal Luna mostra que havia, no ano de 1829, 38% de fogos com escravizados em um total de 1.565

²⁴¹ FRAGOSO, PITZER, 1988. FARINATTI, 2010. p.35. VARGAS, 2013.

²⁴² VICENZI. 2015. p.115.

²⁴³ MOTTA, 1999. p.113.

²⁴⁴ MACHADO, 2008. P51.

domicílios.²⁴⁵ Mais uma vez, utilizamos os dados do estudo de Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein, no qual os autores fazem um apanhado geral sobre a população domiciliada em algumas regiões de Minas Gerais e São Paulo. Em Minas Gerais, como já mencionamos antes, a divisão foi feita em quatro partes, as seguintes: *Centro Mineradores Tradicionais*, *Fronteira Sul*, *Zona da Mata e Norte/Nordeste*. Nessas regiões, a presença de domicílios com escravizados era respectivamente 34%, 30%, 40% e 25%. Já nas áreas de São Paulo, a divisão de suas regiões foi em três: *Região Exportadora* (Oeste Paulista e Vale do Paraíba), *Capital, Litoral e Região Sul* e *Região do Paraná*. Nessas regiões a presença de domicílios com cativos chegou respectivamente; 28%, 26% e 19%.²⁴⁶

Apesar da existência de diversos trabalhos que se debruçaram sobre o tema da dinâmica populacional paulista no século XIX, os autores Leandro C. Câmara, André Félix M. da Silva e Vanessa Kely Domingues exploraram algumas lacunas historiográficas com estudos específicos sobre a população dos bairros que cercavam o núcleo urbano paulista, especialmente Santana, Nossa Senhora do Ó e Penha de França, para ano de 1827. Esta população, segundo os autores, estava localizada nos bairros que atuavam como uma zona de transição entre a área urbana e a rural. Desta forma, a distribuição ficou assim: Penha, Santana e Nossa Senhora Ó tinham respectivamente um número de 177, 161 e 154 fogos, destes 45, 45 e 66 com escravizados, sendo a porcentagem de domicílios com escravizados de 25%, 28% e 43%.²⁴⁷

Para o Termo de Franca em São Paulo, no ano de 1820, em um análise em listas nominativas, Marina Costa de Oliveira apresentou um estudo que indica que dos 379 fogos, 42% possuíam escravizados.²⁴⁸ Percebe-se que em todas estas áreas, havia uma presença significativa de escravizados, não importando muito o cunho de suas relações econômicas. Claro que isso poderia aumentar ou diminuir esta demanda, mas o fato é que, a presença de escravizados, estava em todas as regiões do Império, não sendo diferente em Caçapava.

²⁴⁵ KLEIN; LUNA. 2009. pp. 207-208.

²⁴⁶ Idem, 2009. pp. 207-208.

²⁴⁷ CÂMARA; SILVA; DOMINGUES, 2002. p8.

²⁴⁸ OLIVEIRA, 2011. p7.

Outro ponto a ser comparado entre as fontes são as médias de escravizados. Em estudo anterior com inventários, fizemos as médias ao longo das três décadas. Aqui vamos nos servir destes dados já analisados para a região de Caçapava e compará-los com os resultados da lista nominativa. Expusemos uma divisão por décadas, utilizando os inventários, isso para uma melhor visualização de cada período. Assim, apresentamos o total de processos com e sem escravizados arrolados, para termos uma noção do geral e do específico na média de cativos. Esta forma de análise foi feita também para lista a de domicílios do ano de 1830, na qual apresentaremos as médias de escravizados em fogos com e sem cativos.

Tabela – 3.3: Média de escravizados nos inventários e na lista de fogos

	1820	1830	1840
Inventários com escravizados	7	8	10
Fogos com escravizados	-	6	-

Fonte: 148 inventários *post mortem* de Caçapava, 1821-1850. Cartório de Órfãos e Ausentes, Cível e Crime. Lista de fogos de Caçapava, 1830. IHGRS.

Nos inventários *post-mortem* com escravizados, na primeira década, a de 1820, temos uma média de 7 escravizados. Já na década de 1830, temos uma média de 8 escravizados para cada proprietário com cativos. No decênio de 1840, as médias foram ainda mais altas, chegando a 10 escravos para cada unidade produtiva. Podemos observar que as médias ao longo do tempo tendem também a sofrer um acréscimo, sendo números bem representativos, ainda mais quando levamos em conta as especificidades econômicas da região.

Ao analisar os dados da lista de fogos, percebemos as seguintes médias, havia uma média de seis escravizados para o total de 192 domicílios. Percebe-se que os dados em termos das médias entre a lista e os inventários, do decênio de 1830, dialogam perfeitamente: suas médias ficam muito próximas, não havendo discrepância nos valores.

Dentre todos os padrões que encontramos nas análises dos inventários, foi possível averiguar uma elevação da presença de escravos na década de

1840, nossa hipótese para explicar esse aumento se dá principalmente em virtude de um crescimento endógeno, no qual há uma maior porcentagem de crianças nesta década do que nas demais. Outro fator que contribuiu para essa hipótese foi a diminuição no percentual de africanos. Estes dados foram levantados em estudo anterior.²⁴⁹

Mais uma vez nos servimos dos dados de Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein, no estudo dos autores para ano de 1830, no qual é feito um apanhado geral sobre a população domiciliada em algumas regiões de Minas Gerais e São Paulo. Em Minas Gerais, a divisão foi feita em quatro regiões, as seguintes: *Centro Mineradores Tradicionais*, *Fronteira Sul*, *Zona da Mata e Norte/Nordeste*. Nessas regiões, a média de escravizados por domicílios era respectivamente 6.9, 6.3, 7.6 e 4.9. A média geral destas quatro regiões foi de 6,6 escravizados.

Já em São Paulo, as regiões foram divididas em três; *Região Exportadora* (Oeste Paulista e Vale do Paraíba), *Capital, Litoral e Região Sul* e *Região do Paraná*. Nessas regiões a média de escravizados por domicílios chegou respectivamente; 8.7, 5.7 e 5.1. A média geral destas três regiões foram de 7 escravizados.²⁵⁰

Em outro estudo de Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein, para ano de 1829, eles apresentaram as seguintes médias de escravizados para as localidades de Itu, Mogi das Cruzes e São Paulo, todas na Província de São Paulo. As médias foram nas localidades de Itu, Mogi das Cruzes e São Paulo foram respectivamente, 11, 4.7 e 4.6 escravizados por domicílio.²⁵¹

Ainda em São Paulo, temos o estudo de José Flávio Motta sobre a região do Bananal, uma localidade do vale do Paraíba. Na lista de domicílios de ano de 1829, Motta apresta que as médias de escravizados eram de 11,7.²⁵² Já para a localidade de São José dos Pinhais, Cacilda Machado coloca que as médias de escravizados em 1824 era de 3 cativos.²⁵³

Percebemos aqui um padrão nas médias de escravizados entre as regiões analisadas por Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein, José Flávio

²⁴⁹ CORRÊA, 2013. p. 93.

²⁵⁰ KLEIN; LUNA, 2009.p.320.

²⁵¹ Idem. 2009. p.320.

²⁵² MOTTA, 1999. p. 158.

²⁵³ MACHADO, 2008. p. 47.

Motta e com o nosso estudo. Veja que as menores médias eram as de São José dos Pinhais e Caçapava. E para a localidade sulina estudada, a média é de quatro escravizados somente quando a análise é feita com todos os domiciliados, ou seja, com e sem escravizados. Sendo que a região *Norte/Nordeste* de Minas Gerais tinha 4,9 escravizados. Assim, Caçapava tinha médias entre 4 a 8 escravizados. As regiões de Minas Gerais e São Paulo tiveram 4,9 a 8,7 cativos.²⁵⁴ Matematicamente falando, 5 a 9 escravizados, isso mostra proximidade nos valores das médias. Também não estão tão distantes os valores para Mogi das Cruzes e São Paulo. Os maiores valores de média de escravizados ficam por conta de Itu com 11 e Bananal com 11,7. Da mesma forma, mantendo certo padrão estrutural no que tange a posse de escravizados.

Na tabela seguinte, vamos apresentar mais alguns indicadores dos dados analisados na lista de fogos. Como já mencionamos, a média era de seis escravizados, computados todos os domicílios. Outros indicadores, como mediana, moda e proprietários com apenas um cativo ficaram segundo dados abaixo indicados.

Tabela – 3.4: Os Indicadores de proprietários de escravizados em Caçapava (Lista de Fogos, 1830)

Indicadores	Caçapava 1830
Média	6
Mediana	4
Moda	1
Proprietários com um escravo	40

Fonte: IHGRS, Lista de fogos de Caçapava, 1830. Maço 7, Lata 2.

Estes indicadores de referentes à posse de escravizados em Caçapava mostram um universo de pequenos proprietários, sendo que a maior frequência era de proprietários com apenas um cativo. Destes, que tinham apenas um escravizado, 26 era do sexo masculino, logo, 14 eram mulheres. Cacilda

²⁵⁴ KLEIN; LUNA. 2009, pp. 207- 208.

Machado, ao analisar listas para ano de 1824, contendo dados desta natureza para Curitiba e São José dos Pinhais, apontou que a mediana era respectivamente de 3 e 2, já a moda era 1 para ambas. A autora destaca que este quadro de senhores de cativos com poucos escravizados se manteve até o final da escravidão e, certamente, muitos tiveram seus plantéis esvaziados por vendas, falecimentos ou pela impossibilidade de adquiri-los. Mas esta desconcentração de escravizados não pode ser confundida com um afrouxamento da hierarquia social. Embora que a posse de escravizados tenha diminuído, ela sempre foi também sinônimo de riqueza e poder, mantendo uma pirâmide social desigual naquela localidade. Segundo autora, “isso pode ter configurado um *locus* social mais hierarquizado do que provavelmente jamais fora.”²⁵⁵

Concordo com a autora no “*locus* social mais hierarquizado”, já que das escravarias da localidade de Caçapava, poucas eram volumosas, mas extremamente significativas para a produção local. No entanto, se o ponto de comparação for com as grandes escravarias da plantation e charqueadas, a quantidade de escravizados era muito desigual, mas nem por isso deixaria de ter significância na localidade estudada.

Outro fato deste “*locus* social mais hierarquizado” era que a posse de escravizados colocava os seus detentores em outro “padrão”, não importando o tamanho do plantel pois, certamente, alguns “senhores” deveriam dividir atividades produtivas com seus escravizados, juntamente com os familiares de seus fogos, ou seja, uma mão de obra que gerava *status* ou prestígio social.

3.3 – Porcentagens de escravizados segundo o sexo em distintas fontes

A historiografia referente ao tráfico negreiro sempre apontou para uma demanda maior de traficados do sexo masculino. Isso é de comum acordo entre as distintas correntes que analisam e estudam esta temática. Há sim certa divergência no porquê de os homens terem maior mercado ou serem mais comercializados, algo que não iremos tratar aqui. Certo é que as

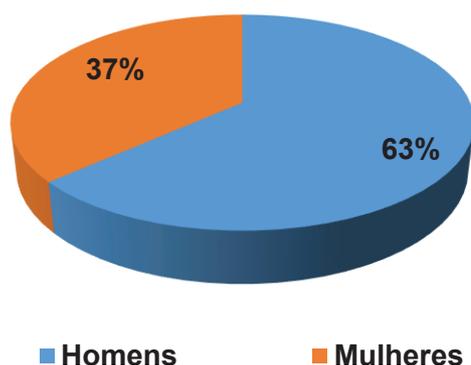
²⁵⁵ MACHADO, 2008. p.47.

escravarias no Império brasileiro tiveram a predominância de homens sendo traficados, o que de certa maneira influenciou em uma maior utilização de sua mão de obra e a sua quantidade. Basta analisar as entradas dos homens de nação que foram escravizados em terras brasileiras.²⁵⁶

Assim, nossa ideia neste ponto não é fazer um debate sobre a maior ou menor entrada de homens, mas sim apresentar a representatividade das porcentagens relativas ao sexo dos escravizados em Caçapava, entre 1821 e 1850. Para isso, iremos fazer algumas comparações entre as fontes aqui utilizadas e, posteriormente, um cruzamento com outras áreas que se utilizam das mesmas fontes.

Os gráficos a seguir nos mostram as diferenças na presença de escravizados homens e mulheres nas distintas fontes.

Gráfico - 3.1: Porcentagem de Escravizados segundo Sexo, Lista de Fogos (1830)



²⁵⁶ Obras que com a temática do tráfico e comércio negreiro. FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras: uma história de tráfico de escravos entre África e o Rio de Janeiro (século XVIII XIX)*. Ed. Companhia das Letras. São Paulo, 1997. KLEIN, Herbert. Economic aspects of the eighteenth-century Atlantic slave trade. In. TRACY, James D (ed). *The rise of merchant empires*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. ALADRÉN, G. *Sem respeitar fé nem tratados: escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777 – 1835)*. Niterói (RJ): (Tese de doutorado). PPGH/UFF, 2012. BERUTE, G. S. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790 – c. 1825*. Porto Alegre: PPG-História/UFRGS, 2006 [dissertação de mestrado]. _____. O tráfico negreiro na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e a perspectiva da proibição do tráfico atlântico de escravos, 1826 – 1831. *Anais do IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil meridional*. Curitiba: UFPR, 2009. _____. O tráfico negreiro no Rio Grande do Sul e as conjunturas do tráfico atlântico, c. 1790 – c. 1830. In: *Anais do V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil meridional*. Porto Alegre: UFRGS, 2011. _____. Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790 – c. 1830: tráfico negreiro e conjunturas atlânticas. XAVIER, R. C. L. X. (Org.). *Escravidão e liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise*. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2012, p. 207-228.

Gráfico - 3.2: Porcentagem de Escravizados segundo Sexo, Inventários (1821-1850)

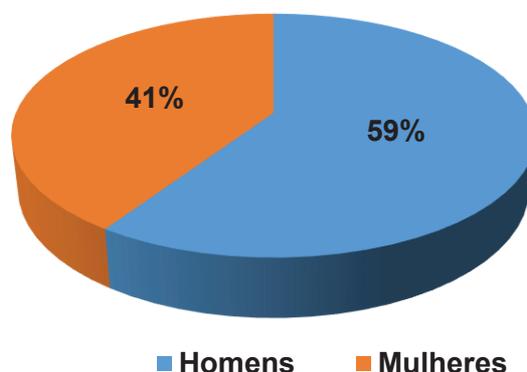
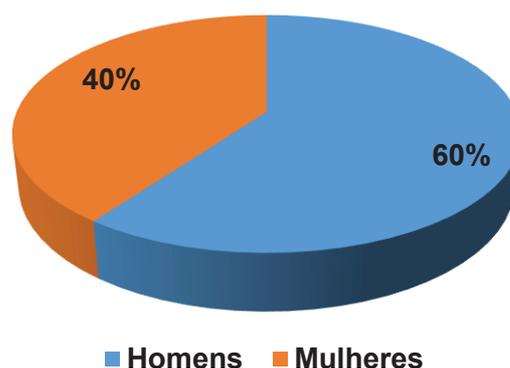


Gráfico - 3.3: Porcentagem de Escravizados segundo sexo Alforrias (1835-1850)



Fonte: 148 inventários *post mortem* de Caçapava, 1821-1850. Cartório de Órfãos e Ausentes, Cível e Crime. Lista de fogos de Caçapava, 1830. IHGRS. Catálogo seletivo de cartas de liberdade, acervo dos tabelionatos do Rio Grande do Sul, CORAG, 2006.

A primeira análise, feita em ambas as fontes por nós acessadas, mostra que a maioria de escravizados que viviam na vila de Caçapava naquele período eram do sexo masculino, o que estaria em conexão com o que a historiográfica referente ao tráfico negreiro caracteriza, ou seja, a existência de um maior número de homens está ligada ao tráfico. Isso se reflete nas diversas áreas do Brasil colonial e, posteriormente, Imperial. Ao analisar as informações alusivas à distinção em termos percentuais entre homens e mulheres escravizadas. A análise dos dados faz criar indicadores que apontam para valores que nunca baixaram dos 59% de maioria masculina, nos três tipos de fontes analisadas para Caçapava. Desse modo, percebe-se, ainda, que as

porcentagens dos homens escravizados fossem maior na lista de fogos, chegando a percentuais que atingiam 63%. Estes valores de homens escravizados nas outras fontes, tanto nos inventários e alforrias, foram menores, chegando a 59% e 60% respectivamente. Por fim, as mulheres escravizadas tiveram as seguintes porcentagens nos inventários foram 41% e nas alforrias, sendo ambas 40%. Já a porcentagem de escravizadas na lista de fogos foi inferior, chegando a 37%.

Em estudo anterior, para a região de Caçapava, nossa análise de inventários *post-mortem* mostrou que este descompasso entre os sexos em termos de proporção de escravizados estava diretamente ligado à quantidade de cativos de nação. Assim, o desequilíbrio se dava pelo número de africanos que foram introduzidos nessa localidade.²⁵⁷

Portanto, nos três momentos analisados, com fontes distintas, foi possível perceber uma maior presença de escravizados do sexo masculino. Nenhuma novidade para os trabalhos referentes à escravidão, apenas confirmando o que pesquisas historiográficas vêm mostrando para as regiões que estavam diretas ou indiretamente ligadas com o abastecimento de escravizados oriundos do tráfico transatlântico. Isso mostra a importância e a influência do mesmo no quadro populacional de distintas localidades. E isso é visível nas fontes aqui analisadas de Caçapava, mostrando um equilíbrio nos dados das mesmas no que tange à supremacia de homens escravizados na primeira metade do século XIX.

Assim sendo, apresentamos, agora, alguns dados referentes à presença de escravizados para outras áreas do Brasil, tendo listas nominativas como base de análise.

Ao analisarem algumas listas de habitantes, Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein demonstraram a importância da presença de escravizados africanos na Província de São Paulo. Os documentos utilizados foram os mapas populacionais de 25 cidades paulistas. Desta forma, nos servimos dos dados destes autores para os anos de 1823 e 1836. Para estes, os mapas populacionais, quando apontaram toda população escravizada que estava domiciliada em São Paulo, mostraram as seguintes porcentagens em relação

²⁵⁷ CORRÊA, 2013. Capítulo 3. pp. 62-103.

ao sexo: em 1823 - 64,9% eram homens e 35,1% eram mulheres. Já no ano de 1836, o sexo masculino teve 62,6% de representatividade entre os escravizados, e as mulheres 37,4%.²⁵⁸

Em outra análise pouco mais reduzida em termos de localidades, Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein indicam que as informações referentes ao sexo dos escravizados em Itu e Mogi das Cruzes eram as seguintes. Na localidade de Itu, os escravizados homens e mulheres representavam respectivamente, 62% e 38%. Já em Mogi das Cruzes, 53% eram escravizados do sexo masculino. Já as mulheres cativas somavam 47%.²⁵⁹

Em um trabalho sobre Porto Feliz, parte do Quadrilátero do Açúcar, Roberto Guedes reforça essa tese de que haveria uma maior presença da mão de obra de escravizados do sexo masculino. Segundo o autor, para Porto Feliz, por causa das demandas ligadas aos engenhos, os homens escravizados na primeira metade do século XIX nunca tiveram porcentagens menores que 62%, e que no ano de 1829, este valor chegou a 67,7%.²⁶⁰ Para a localidade de São José dos Pinhais, onde as atividades que movimentavam economicamente a região estavam ligadas ao comércio, à agricultura e à pecuária, Cacilda Machado coloca que as porcentagens de escravizados do sexo masculino eram de 50,2%, para o ano de 1827.²⁶¹ Para a região de Lages, em 1818, Renilda Vicenzi aponta que os homens escravizados eram 54,95%.²⁶² José Flávio Motta, em seu estudo sobre a região do Bananal, uma área em franca evolução econômica e com base na cafeicultura, no ano de 1829 tinha 84,1% de seus escravizados do sexo masculino.²⁶³ Fica claro que a região do Bananal é a exceção quando análise é segundo o sexo e que a vila de Caçapava segue a regra do Brasil Imperial.

Percebe-se que havia, para algumas áreas, uma aproximação em termos percentuais no que diz respeito ao número de escravizados do sexo masculino. Embora isso configure um cenário complexo, no qual fica evidenciado que o comércio/tráfico negreiro chegava com força em certas áreas e nem tanto em outras. Cabe questionar se este quadro permanece o

²⁵⁸ KLEIN; LUNA, 2009.p.196.

²⁵⁹ KLEIN; LUNA, 2009. p.311.

²⁶⁰ GUEDES. 2008. p.139.

²⁶¹ MACHADO. 2008. p. 91.

²⁶² VICENZI, 2015. p.161.

²⁶³ MOTTA, 1999. p.135.

mesmo quando trocamos de fonte, pois as comparações foram entre pesquisas baseadas em listas de habitantes. Agora iremos cruzar os dados obtidos de inventários post-mortem.

Em minha dissertação elaborei uma estrutura de posse de escravos com bases nos inventários. O período analisado é o mesmo com o qual estamos trabalhando aqui: 1821 a 1850. No estudo anterior, a análise das décadas foi em separado, entendendo a variação no número de escravizados dentro do período analisado. Porém, algumas variáveis não foram trabalhadas. Assim, neste estudo iremos cruzar estes dados, como um todo e utilizar os dados referentes à década de 1830 e a proporção de escravizados para todo o período.

Na década de 1830, em Caçapava, encontramos as seguintes informações alusivas à quantidade de escravizados: os homens atingiram uma proporção de 62%, não muito distante dos 63% encontrados na lista de fogos, e sendo quase similares aos dados das três décadas analisadas nos inventários, que era 60% de homens escravizados. Para outras localidades, os trabalhos analisados mostram o seguinte quadro.

Segundo Helen Osório, entre 1765 e 1825, em estudo que compreende todo o Rio Grande de São Pedro, a autora coloca que 68% dos escravizados eram do sexo masculino.²⁶⁴ Ao analisar a Vila de Rio Pardo entre 1810 e 1835, Silmei Petiz averiguou que 63% dos escravizados eram homens.²⁶⁵ Por sua vez, Gabriel Aladrén, ao estudar três regiões do interior do Rio Grande de São Pedro, entre 1777 a 1840, verificou que os escravizados do sexo masculino representavam 64% da população escravizada.²⁶⁶ Percebe-se que estas porcentagens têm certa semelhança, podendo, de certa forma, caracterizar este período colonial até as primeiras décadas imperiais no sul do Brasil.

Na região de Alegrete, situada na Campanha sul rio-grandense, Marcelo Matheus, analisando as décadas de 1820 e 1830, coloca que a proporção de

²⁶⁴ OSÓRIO, 2007, p. 15.

²⁶⁵ PETIZ, Silmei. *Caminhos Cruzados: famílias e estratégias escravas na Fronteira Oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835)*. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História. São Leopoldo, 2009. Tese (Doutorado). p. 101.

²⁶⁶ ALADRÉN, G. *Sem respeitar fé nem tratados: escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777 – 1835)*. Niterói (RJ): (Tese de doutorado). PPGH/UFF, 2012. p. 110.

escravizados homens era de 61%.²⁶⁷ Já para a região das Missões, Leandro Fontella destaca que a população cativa masculina era de 58%.²⁶⁸ Para a localidade de Cruz Alta, na região do Planalto gaúcho, Thiago Araújo, através de uma pesquisa em inventários, constatou que, entre 1834 a 1849, havia certo equilíbrio entre o número de homens e mulheres, estas respectivamente compunham 52,4% e 47,6% do plantel de escravizados.²⁶⁹

Para outras regiões do Brasil que também possuíam suas atividades econômicas ligadas à pecuária, a diferença entre cada sexo também não era gritante, tendo uma configuração semelhante ao que acabamos de apresentar. Em um estudo sobre o agreste de Pernambuco, entre 1770 e 1849, Flávio R. Versiani e José Raimundo O. Vergolino destacam que a proporção de escravizados homens eram 58%. Já no Sertão, os escravizados homens representavam 55%.²⁷⁰ Percebemos uma semelhança muito grande na estrutura de posse de escravizados nas regiões de pecuária, concordando com a análise de Leandro Fontella;

Pelos dados apresentados podemos perceber que havia uma estrutura de posse cativa comum de acordo com as proporções de homens e mulheres em diversas regiões de pecuária no Brasil colonial e imperial. Esta se caracterizava por um maior equilíbrio entre a quantidade de homens e mulheres do que os verificados nas áreas porto-charqueadoras do sul e de produção agrícola destinada à exportação do sudeste e nordeste. Nenhum dos autores dos estudos cotejados verificou uma proporção de homens maior do que 63% nas regiões pastoris, e nem mesmo razões de masculinidade tão elevadas quanto às constatadas para as áreas de charqueada e grande lavoura de produtos para o mercado externo.²⁷¹

Desta maneira, podemos colocar que o comércio/tráfico certamente estava influenciando na configuração dos planteis de escravizados, no sul, principalmente nas áreas de charqueadas, como mencionaram Marcelo Matheus e Leandro Fontella;

Já em Pelotas, as pesquisas de Jonas Vargas, Bruno Pessi e Natália Pinto demonstraram que, devido às suas particularidades socioeconômicas, o município era um caso atípico na província (ao menos em um aspecto). Muito em função das grandes escravarias

²⁶⁷ MATHEUS, 2012, p. 85.

²⁶⁸ FONTELLA, 2013. p.185.

²⁶⁹ ARAÚJO, 2008. p. 70.

²⁷⁰ VERSIANI & VERGOLINO, 2003. pp. 364-369.

²⁷¹ FONTELLA, 2013. p.186.

dos charqueadores, a concentração de posse, na segunda metade do século XIX, alcançava níveis maiores do que os encontrados em outras localidades. Porém, mesmo naquele contexto diferenciado, a posse cativa estava bastante disseminada.²⁷²

Por sua vez, a difusão da propriedade cativa é mais um fator a demonstrar Caçapava como uma sociedade mais complexa do que se poderia imaginar, pois se trata de um município que tinha as suas unidades produtivas ligadas à necessidade da mão de obra de escravizados. Talvez, para estes habitantes, fosse mais fácil adquirir no mínimo um escravo do que pagar pelo serviço de peões livres. Entendemos que, nesta localidade, ter escravos não era exclusividade dos grandes pecuaristas. Adquiriam escravos também médios e pequenos pecuaristas, assim como, agricultores, lavradores dentre outros.

Por outro lado, essa difusão da posse de escravos e sua utilização em diversas atividades econômicas não era uma prerrogativa do Rio Grande do Sul, mas parece ter sido comum a várias regiões do Brasil. Bert Barickman já mencionou algo nesse sentido, para a região do Recôncavo baiano: “senhores de engenho, lavradores de cana e de fumo e roceiros, todos compravam escravos, mas em quantidades bem diferentes, e os tamanhos dos plantéis variavam muitíssimo”.²⁷³

Ao analisar o terceiro tipo documental, que são as cartas de liberdade, para um período entre 1835 a 1850, foi possível examinar que nas mesmas, a porcentagem de escravizados era de 60% do sexo masculino e 40% eram mulheres. Marcelo Matheus, ao analisar as alforrias, para um período muito parecido, 1832 a 1850, constatou que a população escravizada de Alegrete, região de ampla pecuária, no extremo sul do Rio Grande de São Pedro, tinha as seguintes proporções entre os escravizados, 38% eram de homens e 62% mulheres.²⁷⁴ Para região de Cruz Alta, Thiago Araújo fez uma análise em um período que vai desde antes de 1850 até 1888. Aqui vamos nos servir de dois recortes feitos pelo autor. O primeiro, que contempla as alforrias antes de 1850 e o seguinte entre 1850 a 1859. A relação das porcentagens de escravizados antes de 1850 era de 55,8% para sexo feminino, e de 44,2% para os homens.

²⁷² FONTELLA & MATHEUS, 2013. pp. 90-91.

²⁷³ BARICKMAN, 2003b. p. 237

²⁷⁴ MATHEUS, 2012. p. 174.

Já para o período posterior, de 1850 a 1859, estes valores não se alteraram muito, sendo que as mulheres escravizadas tiveram 53,5% e os homens cativos 46,5%.²⁷⁵ Para cidade portuária de Rio Grande, também no extremo sul, Jovani Scherer faz uma análise para um período que compreende entre 1835 e 1851, sendo que 64,5% das cartas de alforrias do período foram para o sexo feminino.²⁷⁶

Comparando com outras regiões do Brasil, localizadas fora do Rio Grande de São Pedro, percebemos algumas variações, mas que no geral, não apresentaram grande diferença para as que já havíamos comparado. Em um estudo com o recorte temporal entre 1830 e 1849, Alysson Jesus, ao analisar as cartas de liberdade da localidade de Montes Claros, em Minas Gerais, a qual tinha uma economia com base na pecuária e produção de alimentos para o mercado interno. O autor verificou que 54,5% das alforrias daquela região beneficiaram mulheres.²⁷⁷ Já para região de Rio de Contas, no Sertão da Bahia, entre 1800 e 1850, Kátia Almeida averiguou que 58,5% das cartas de liberdade eram para mulheres.²⁷⁸

Os dados das certidões de liberdade de Caçapava, no que diz respeito à proporção de escravizados, estavam em sintonia quando comparadas com estas localidades, tanto do Rio Grande de São Pedro, como para outras áreas do Império brasileiro. É possível que, neste momento, não houvesse estratégias definidas, evidenciando que nesse primeiro momento, ambos os sexos procuravam as suas liberdades. Certamente, a configuração deste quadro vai sendo alterada com o passar dos anos, colocando as mulheres escravizadas que buscavam as suas liberdades em um protagonismo maior que o dos homens. Ou melhor, havia estratégias que priorizavam a liberdade das escravizadas.²⁷⁹

Podemos perceber que talvez uma das maiores características das distintas documentações analisadas para Caçapava seja a sua forma homogênea no que tange à presença de escravizados, pois todas as fontes apresentaram índices semelhantes, levando em consideração que nos

²⁷⁵ ARAÚJO, 2008. p.199.

²⁷⁶ SCHERER, 2008.

²⁷⁷ JESUS, 2007, p.165. *apud* MATHEUS, 2012. p. 171.

²⁷⁸ ALMEIDA, 2006. p.21. *apud* MATHEUS, 2012. p. 171 – 172.

²⁷⁹ MATHEUS, 2012. Capítulo 5.

inventários, como citamos anteriormente, estes representam um estrato social superior. Assim, a partir da análise feita com as porcentagens referentes ao sexo, nota-se que, em Caçapava, existia, como na maioria das demais regiões do país, uma predominância masculina. Uma menção importante aqui, e ideal, é o cruzamento do sexo dos escravizados com suas faixas etárias, pois o universo adulto é o que é realmente importante para se pensar nas condições para a reprodução endógena.

Na tabela a seguir, apresentamos este cruzamento, onde estão os valores totais dos escravizados que tinham suas idades declaradas, vejamos;

Tabela – 3.5: Estrutura Etária dos Escravizados Segundo o Sexo em Caçapava, (1821-1850)

Faixa Etária	Homens	%	Mulheres	%
0 - 14	135	51%	129	49%
15 - 45	218	63%	126	37%
Mais de 45	74	66%	38	34%

Fonte: 148 inventários *post mortem* de Caçapava, 1821-1850. Cartório de Órfãos e Ausentes, Cível e Crime.

Dos 1.072 escravizados listados nos inventários *post-mortem*, entre 1821 a 1850 havia 720 com as idades declaradas, esses foram divididos em algumas faixas etárias. Verifica-se que na primeira faixa, de 0 a 14, a quantidade total do sexo masculino era de 51% e para as mulheres era de 49%. Já na faixa dos escravizados com idades produtivas, de 15 a 45 anos, encontramos 63% da representatividade dos homens nessa faixa, as mulheres representavam 37%. Para o estrato que, teoricamente, já teria passado pelo seu período produtivo, os escravizados com idade superior a 45 anos, estavam assim: as mulheres representavam 34% e os homens 66%. As porcentagens dos homens sempre foram superiores, tendo a maioria de escravizados justamente na faixa que combina com seu ciclo produtivo de 15 a 45 anos.

Percebe-se uma paridade na população escrava jovem, o que é normal, pois estão ligadas às natalidades, em contraposição a uma predominância masculina entre os adultos e os velhos, sem dúvida aí está uma influência do

tráfico, talvez não apenas de africanos, mas também do ingresso de escravizados crioulos via comércio interno. Esses seriam os fatores que “injetariam” homens nessa população escravizada. Essas são hipóteses que corroboram nossos dados com uma supremacia de cativos do sexo masculino. Enfim, essa diferença da presença dos sexos nas diferentes faixas etárias reforça a ideia da economia de Caçapava, no período tratado, como uma economia capaz de adquirir escravos regularmente através do mercado, ainda que em número reduzido. Ou seja, mostra o potencial escravista da produção pecuária e agrícola para o mercado interno, ainda que em uma região fora das grandes zonas pecuárias.

Para Cruz Alta, Thiago Araújo encontrou dados semelhantes aos que analisamos aqui. Para o período de 1834 a 1849, Araújo apontou que havia 35% de escravizados na faixa do 0 a 14 anos. Já para o estrato dos escravizados produtivos, Araújo apontou que havia 48%. E para a faixa dos cativos com 46 anos ou mais, foi encontrado menos de 15% do plantel. Mais uma vez, a região de Caçapava tem dados semelhantes com Cruz Alta.²⁸⁰

Sobre a população escravizada da região do Agreste pernambucano no período de 1779 a 1849, Flávio Rabelo Versiani e José Raimundo O. Vergolino mostraram dados semelhantes aos que encontramos para Caçapava. Para faixa etária que tinha de 0 a 14 anos havia 35,5% dos escravizados. Em relação ao estrato que indicava idade produtiva dos escravizados, estes autores utilizaram um recorte menor do que o nosso, de 15 a 40, em que existiam 52,9% de escravizados. Agora, na faixa dos que tinham mais de 41 anos, foi encontrada uma porcentagem de 11,8%.²⁸¹

Nesse mesmo artigo, os referidos autores abordaram dados referentes ao Sertão pernambucano, para o mesmo recorte temporal. Nessa região, os autores elencaram os seguintes dados referentes à demografia escrava. Na faixa que cabe 0 a 14 anos foram encontrados 42,2%, de escravizados. No recorte seguinte, para os escravizados com idade de 15 a 40 anos, os valores eram de 43,5%. Por fim, no estrato em que os escravizados tinham mais de 41 anos, os autores encontraram 11,1%. Embora os recortes das faixas etárias criadas por Flávio Rabelo Versiani e José Raimundo O. Vergolino não sejam

²⁸⁰ ARAÚJO, 2008. p. 74.

²⁸¹ VERSIANI; VERGOLINO, 2003. p. 364.

iguais às que aqui criamos, vale a comparação.²⁸² Ainda mais por encontrar novamente nestas localidades elementos que se assemelham aos nossos. Esses dados nos mostram que Caçapava comprava mais africanos do que a região do Sertão de Pernambuco, que também tinha na pecuária sua base econômica. Talvez uma explicação mais plausível para esse fato seja uma ligação com as charqueadas, que eram um mercado importante e com uma grande articulação comercial com o mercado interno e portos.

Os dados encontrados por Natália Pinto para Pelotas nos mostram uma distância econômica muito acentuada entre o polo charqueador analisado pela autora e as regiões de pecuária com modesta envergadura produtiva. Para a faixa etária de 0 a 14 anos foi encontrado um total de 19% de escravizados. Para a faixa produtiva, em que os escravizados tinham idade de 15 a 49, Natália Pinto elaborou um recorte com quatro anos a mais, mas vale a comparação. A autora localizou 47% de escravizados. Já para o estrato de escravizados com mais de 50 anos, o percentual era de 34%.²⁸³ Os dados da região charqueadora nos mostram uma região com uma população cativa mais velha do que foi encontrada para Caçapava. Sobretudo, é impressionante o menor percentual de crianças, refletindo a intensidade da vinculação das diferentes regiões com tráfico de escravizados.

Agora, quando analisamos as origens destes escravizados segundo a suas faixas etárias, e pensando nas condições para a reprodução endógena, pois vimos que, a maioria era de escravizados com faixa etária para estas condições, outro dado que pode corroborar, é a origem das crianças, pois se a maioria for crioula, indica que haveria um índice maior de reprodução endógena, do que a entrada de crianças vindas de além mar. Vejamos a tabela a seguir:

²⁸² Idem, 2003. p.365.

²⁸³ PINTO, 2012. p. 60.

Tabela – 3.6: Faixas etárias dos escravizados segundo a origem, 1821 a 1850

	Homens				Mulheres				Total
	Africanos	%	Crioulos	%	Africanas	%	Crioulas	%	
0 -14	2	2%	92	98%	3	3%	94	97%	191
15 – 45	80	61%	51	39%	24	30%	55	70%	210
Mais de 45	29	69%	13	31%	0	0%	11	100%	53

Fonte: 148 inventários *post mortem* de Caçapava, 1821-1850. Cartório de Órfãos e Ausentes, Cível e Crime.

Antes, vale ressaltar que, a diferença na soma entre as tabelas 3.4 e a 3.5, no que se refere o número dos escravizados, é por conta que, dos 720 escravizados que tinham idades declaradas, apenas 454 tinham referência de sua origem. Isso explica do descompasso.

De saída, já percebemos que é brutal a disparidade entre as crianças escravizadas crioulas e as africanas, não baixando de 97%. Isso vem demonstrar que sim. A reprodução endógena ocorria na localidade de Caçapava. Ou estas crianças de alguma forma se deslocaram para lá, mas certo que estas nasceram no império brasileiro. No estrato de 0 a 14, percebesse primeiramente uma paridade natural entre os sexos dos escravizados. Agora, quando é analisada a origem na faixa etária de 0 a 14 anos, percebe-se que havia 2 ou 2% de africanos, contra 92 ou 98% de crioulos. As mulheres também tiveram números percentuais semelhantes, pois as africanas eram 3 ou 3%. Por outro lado, as crioulas tinham 94 ou 97%.

Na faixa de 15 a 45 anos, faixa essa produtiva, temos um maior número de homens escravizados. Agora, partindo para análise da origem, os africanos representavam 80 ou 61%, e os crioulos 51 ou 39%. Já as mulheres nesse mesmo estrato, estavam assim, as africanas, 24 ou 30% e as crioulas 55 ou 70%. No último estrato, que eram os com mais de 45 anos, também temos mais homens. Eles estavam assim distribuídos quanto à origem: os africanos com 29 ou 69%, já os crioulos tiveram 13 ou 31%. Por sua vez, as mulheres escravizadas africanas não aparecem. Já as crioulas, eram 11 ou 100%.

Percebe-se, mais uma vez, que a quantidade de escravizados crioulos em ambos os sexos possui uma simetria percentual. Já os africanos de sexo masculino mais uma vez reafirmam a sua proeminência, o que corrobora a participação desta localidade no tráfico transatlântico.

Comparando mais uma vez nossos dados com os de Flávio Rabelo Versiani e José Raimundo O. Vergolino, para o Agreste e Sertão de Pernambuco, entre 1770 a 1849, percebemos o seguinte: para o Agreste na faixa etária de 0 a 14 anos, os homens crioulos eram 222 ou 93,7%. Por sua vez, os africanos representavam 16 ou 6,7%. As mulheres escravizadas crioulas eram 223 ou 93,7%. Já as africanas 15 ou 6,3%. Perfeitamente alinhado aos valores que apresentamos para Caçapava. No estrato de 15 a 40, os crioulos tinham 152 ou 34,5%, enquanto os escravizados africanos eram 289 ou 65,5%. As mulheres escravizadas nesse estrato estavam assim: as crioulas tinham 165 ou 60,7% e as africanas eram 107 ou 39,3%. Por fim, na faixa dos escravizados homens com mais de 41 anos, os de origem crioula eram 32 ou 30,8%, os africanos continham 72 ou 69,2. No campo das mulheres escravizadas, as crioulas representavam 24 ou 43,6%. Já as africanas 31 ou 56,4%.²⁸⁴

Por sua vez, os dados referentes ao Sertão, Versiani e Vergolino apresentam o seguinte: na faixa etária de 0 a 14 anos, os homens crioulos constituíam 161 ou 95,8%. Já os africanos compunham 7 ou 4,2%. As escravizadas crioulas significavam 170 ou 96%, e as africanas eram 7 ou 4%. No estrato etário de 15 a 40 anos, os escravizados crioulos foram 148 ou 72,2% e os africanos 57 ou 27,8%. As escravizadas, por sua vez, estavam assim representadas: as crioulas com 116 ou 77,3% e as africanas foram 34 ou 22,7%. No último campo, onde se encontram os escravizados com idades de 41 anos para mais, os crioulos homens eram 49 ou 64,5%, e os africanos foram 27 ou 35,5%. As mulheres escravizadas crioulas tiveram nesse estrato 29 ou 70,7%, enquanto as africanas possuíam 12 ou 29,3%.²⁸⁵

Ficou evidente, a partir dos dados que apresentamos aqui para Caçapava, referindo a questão da reprodução endógena, um maior número de escravizados crioulos de ambos os sexos. Dialogando perfeitamente, índices

²⁸⁴ VERSIANI; VERGOLINO, 2003. p. 365.

²⁸⁵ Idem, 2003. p. 370.

semelhantes são apontados pelos autores Flávio Rabelo Versiani e José Raimundo O. Vergolino para o Agreste e Sertão de Pernambuco entre 1770 a 1849.

3.4 – Estrutura de posse: um comparativo entre fontes da localidade de Caçapava

Os pesquisadores, nos últimos anos, têm se utilizado da composição de uma estrutura de posse de escravizados. Este estudo, entre outros objetivos, tem a finalidade de verificar a distribuição da posse e a concentração de escravizados em determinadas faixas de tamanho de plantel.²⁸⁶ Apesar disso, a qualidade e a confiabilidade das pesquisas vão de encontro às características dos documentos disponíveis para tal feito. Essas análises podem ser realizadas com alguns tipos documentais. Uma das melhores fontes está nas Listas de Fogos, quando estas são completas em seus dados.²⁸⁷ Mas, como mencionamos anteriormente, estas fontes existem apenas para algumas localidades, sendo difundidas para São Paulo e Minas Gerais, no entanto são rarefeitas para outras regiões do Brasil.²⁸⁸ Neste cenário, por exemplo, os historiadores utilizam outros tipos de fontes, dentre elas, certamente a mais utilizada são os inventários *post-mortem*, pois sua disponibilidade é grande para várias localidades do Brasil.

Assim sendo, nossa intenção é fazer um estudo da posse de escravizados em Caçapava, comparando os dados da lista de fogos com os inventários como fizemos anteriormente. Pois acreditamos que a análise da escravidão para além dos contextos das *plantations* e charqueadas é pertinente, além de nos possibilitar uma visualização de elementos particulares que contribuem para uma melhor compreensão dessa temática em esferas distintas.

²⁸⁶ Um dos primeiros trabalhos referentes a posse de escravizados foi: LUNA, Francisco Vidal. *Minas Gerais: escravos e senhores – análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804)*. São Paulo: USP, 1981. p. 224 Tese não publicada, mimeo. Disponível em: http://historia_demografica.tripod.com/pesquisadores/paco/pdf-paco/li2.pdf. Ver também: MOTTA, 1999.

²⁸⁷ FARINATTI & MATHEUS, 2015. p.1.

²⁸⁸ BACELLAR, 2001.

As pesquisas relativas a este tema, referentes ao Rio Grande do Sul, já deixaram clara a participação dos escravizados nas localidades com atividades econômicas voltadas para a pecuária. Levando em conta sempre as especificidades de cada local, a participação da mão de obra escravizada, que foi visualizada em diversas áreas produtivas, pois se fazia necessário ter a mesma, além de estar conectada a um circuito econômico.²⁸⁹

Em pesquisa anterior, fizemos um estudo detalhado da estrutura de posse de escravizados para a região de Caçapava. Isso nos possibilitou um melhor entendimento sobre o escravismo em uma área detentora de uma economia de pequeno porte pecuarista. Talvez a economia de menor monta pudesse inibir em parte a compra de cativos para esta localidade. No entanto, a análise dos inventários *post-mortem* mostrou que esse não era um problema que chegasse a inviabilizar a presença e a importância da escravidão em Caçapava. E os processos de compras e vendas de escravos também mostram, em número menor, um sensível comércio de escravizados. Encontramos uma boa presença de escravos africanos arrolados na documentação trabalhada, o que mostra que os moradores desta localidade buscavam e tinham acessos à compra de escravizados “de nação”, de tal modo que estes estavam conectados com o tráfico atlântico.²⁹⁰ Desta maneira, munidos destes dados referentes aos escravizados arrolados nos inventários, e a apreciação dos diversos contextos específicos onde o regime de mão de obra cativa se estabeleceu, iremos realizar um cruzamento de dados referentes à região de Caçapava com uma lista de fogos, extraindo todos os dados plausíveis de comparação entre estas fontes.

Assim, apresentamos na próxima tabela, de forma que colocamos lado a lado a configuração da posse de escravizados de Caçapava. Uma fonte corrobora a informação da outra, nos mostrando um lugar social de pequenos proprietários de escravos.

²⁸⁹ OSÓRIO, 2007, FARINATTI, 2010; ARAÚJO, 2008; PERUSSATO, 2010.

²⁹⁰ CORRÊA, 2013. p.70.

Tabela – 3.7: Estrutura de posse de em Caçapava, (inventários, 1821-1850 & lista de fogos, 1830)

Tamanho das escravarias	Inventários, 1821-1850				Lista de fogos, 1830			
	Q. P.	%	N. de Es.	%	Q. P.	%	N. de Es.	%
De 1 a 5	72	55%	190	18%	121	63%	298	28%
De 6 a 9	27	20%	202	19%	37	19%	259	21%
De 10 a 20	22	18%	300	28%	23	12%	288	26%
Mais de 20	9	7%	380	35%	11	6%	285	25%
Total	130	100%	1.072	100%	192	100%	1.130	100%

Fonte: 148 inventários *post mortem* de Caçapava, 1821-1850. Cartório de Órfãos e Ausentes, Cível e Crime. Lista de fogos de Caçapava, 1830. IHGRS. Q. P. = Quantidade de proprietários, N. de Es. = Número de Escravizados.

Nos inventários *post-mortem* de Caçapava, a soma de proprietários que estavam distribuídos entre os plantéis que tinha de 1 a 5 e 6 a 9 eram 99. Isso representava 75% do total, sendo que estes possuíam uma soma de 392 cativos. Essas duas faixas da tabela representavam 37% de todos os escravizados presentes nessa análise.

Na lista de fogos, o quadro não é tão diferente. Estas mesmas categorias representavam 82%, sendo que estes proprietários de escravarias compostas de 1 a 9 cativos detinham 298 escravizados. Isso representava 28% do total dos indivíduos cativos da vila.

Percebe-se que esta grande concentração de pequenos proprietários de escravizados se repetia nos dois tipos de fontes analisados. Comparando com outras regiões, nota-se que isso não era exclusividade de Caçapava. Marcelo Matheus, em sua pesquisa sobre escravidão em Alegrete, entre 1829 e 1849, apontou que 70,5% dos plantéis estavam entre 1 e 9 cativos.²⁹¹ Para a região de Cruz Alta, entre 1834 e 1849, Thiago Araújo verificou que cerca de 76,6% dos proprietários tinham entre 1 e 9 escravizados, sendo que isso representava 35,5% dos cativos. Em Pelotas, cidade charqueadora no extremo sul, Natália G. Pinto ressaltou que 69% eram de pequenos senhores.²⁹² Jovani Scherer demonstrou que, mais de 80% dos senhores de escravizados na cidade de Rio

²⁹¹ MATHEUS, 2012. p. 82

²⁹² PINTO, Natália, 2012. 47.

Grande estavam nessa faixa de escravaria de 1 e 9.²⁹³ Para a localidade do Bananal, em 1829, José Flávio Motta coloca que mais de 70% dos escravistas estavam nas faixas de tamanho de escravaria entre 1 e 9, uma representatividade no número de escravizados que chegava a 21%.²⁹⁴

Em um estudo comparativo entre Alegrete e Bagé, duas localidades da fronteira sudoeste da província do Rio Grande do Sul, com um recorte temporal entre c.1830 e 1850, nota-se que predominavam os pequenos senhores, isto é, entre 1 e 9 escravizados, isso representava respectivamente 71% e 66%. Já a concentração de escravos nas mãos destes escravistas era igual nas duas localidades - 31,5%.²⁹⁵ Para um período entre 1828 – 1850, Leandro Fontella, ao estudar São Borja, demonstrou que no recorte de tamanho de escravarias de 1 a 9 cativos, os escravistas representavam 77%, e que os escravizados tinham a proporção de 45% do total.²⁹⁶

Segundo Marcelo Matheus:

Do mesmo modo, comparando com algumas pesquisas para outras regiões do Brasil, permanece a preponderância de pequenos proprietários. Déborah dos Reis, utilizando-se de inventários e listas nominativas, enfocando o município de Araxá, em Minas Gerais, encontrou mais de 80% de pequenos senhores entre 1826 e 1848. Por fim, também, através de inventários, Kátia L. Almeida, estudando Rio de Contas, na Bahia, notou que quase de 75% dos senhores tinha até 10 cativos. Ou seja, esta dispersão da posse escrava parece ter sido a tônica em muitas regiões do Brasil imperial até 1850.²⁹⁷

Percebe-se que a análise comparativa feita por Marcelo Matheus cabe perfeitamente aqui. Independente da região, todas essas porcentagens apontaram configurações muito semelhantes no formato das estruturas dos plantéis. Esse é o dado marcante, a semelhança entre regiões diversas, no que tange à preponderância dos pequenos plantéis. Olhando o universo de Caçapava, isso se repete nas duas fontes analisadas.

Para o próximo recorte, em que os tamanhos dos plantéis são formados por escravarias que continham de 10 a 20 escravizados, os dados dos

²⁹³ SCHERER, 2008, 42.

²⁹⁴ MOTTA, 1999. p.186.

²⁹⁵ FARINATTI; MATHEUS, 2015. p.5.

²⁹⁶ FONTELLA, 2013. p.179.

²⁹⁷ MATHEUS, 2012. p.83.

inventários representam 18% em nossa amostra, sendo estes os proprietários que estavam em um patamar mediano, no que diz respeito à quantidade de escravizados. Esses 22 proprietários eram donos de 300 cativos, o que representa 28% de todos os escravizados arrolados nos processos analisados para esta pesquisa. Comparando com os dados da lista de fogos de Caçapava, 12% representam os proprietários, sendo que estes possuíam 26% do escravizados.

A última faixa na tabela corresponde ao que podemos chamar de grandes proprietários de escravizados. Portanto, não é por acaso que este seletivo grupo era detentor de 380 escravos, o que representava 35% dos cativos, a média dentro desse grupo era de 42 cativos por escravaria. Os nove maiores senhores de escravos representavam apenas 7% dos proprietários, mas possuíam as maiores escravarias. Na lista de fogos, os dados são semelhantes em termos proporcionais, pois no valor total de escravizados este número baixa de 380 nos inventários para 285 na lista de fogos, quase 100 cativos a menos. Mas, olhando no quadro geral, havia mais escravistas nesta faixa de tamanho de plantel na lista do que nos inventários, mas a porcentagem de escravizados também baixou, sendo 25%.

Comparando estes dados com outros lugares, percebemos o quanto era importante para os produtores agrários de Caçapava ter ao menos um cativo para auxiliar a mão de obra familiar ou trabalharem totalmente nas atividades de suas unidades produtivas, independente do que fosse produzido nas mesmas. Visualizamos a diferença no tamanho de seus plantéis, desde os que tinham um escravo até os que tinham mais de 20. Este quadro se repete para as outras localidades aqui analisadas, sendo que a concentração de escravizados era muito grande, para aqueles que tinham mais de 20 escravizados.

Percebe-se que ao longo deste período analisado, a propriedade de escravizados estava bem espalhada pela malha populacional de Caçapava, sendo que 67% dos fogos possuíam escravizados (ver tabela – 3.7). Desta forma, apresentamos na tabela – 3.8 a seguir, os escravizados distribuídos segundo o número de domicílios. Assim, fica mais claro visualizar onde estavam os escravizados e quais eram as suas porcentagens, deixando ainda mais em evidência a concentração de escravizados. Vale ressaltar que, esta

era uma localidade cuja economia tinha como base a pecuária de pequena monta.²⁹⁸

Tabela – 3.8: Estrutura de posse de escravizados por domicílio (lista de fogos de Caçapava, 1830)

Nº de Escravos	Nº de domicílios	%	Quantidade de Escravizados	%
1	40	21%	40	4%
2	31	16%	62	5%
3	17	9%	51	5%
4	20	10%	80	7%
5	13	7%	65	6%
Subtotal 1	121	63%	298	27%
6-9	37	19%	259	23%
10-19	23	12%	288	25%
Subtotal 2	73	31%	612	48%
20 ou mais	11	6%	285	25%
Total geral	192	100%	1.130	100%

Fonte: IHGRS - Lista de fogos de Caçapava, 1830. Maço 7, Lata 2. Legenda: N° = Número.

Analisando a tabela acima, percebe-se a grande disparidade na distribuição de cativos. Isso fica bem visível quando as cinco primeiras faixas de tamanho de plantel têm pouco mais do que a faixa que detinha mais de 20 escravizados. Porém, estes cativos dos cinco primeiros estratos estavam divididos em 121 domicílios, ou seja, 63% do total. Em contrapartida, os 25% de todo o plantel desta localidade estava em 11 fogos, ou 6%.

Para algumas outras regiões, a concentração de escravizados era grande. Farinatti e Matheus colocam que, segundo os inventários de Alegrete e Bagé, este estrato onde estavam as escravarias com 20 ou mais escravizados, era responsável respectivamente por 45% e 40,5% de todo o plantel

²⁹⁸ CORRÊA, 2013. Cap.1 e 2. pp. 25-58.

encontrado nos inventários para aquelas duas localidades.²⁹⁹ Para a região de Cruz Alta, entre 1834 e 1849, Thiago Araújo verificou que os grandes proprietários representavam 3,3% do total, porém suas escravarias eram as maiores, chegando a marca de 24% de todo plantel.

Leandro Fontella também encontrou uma grande concentração na posse de escravizados, demonstrando que as maiores escravarias que representavam 34%, estavam nas mãos de 9% dos proprietários.³⁰⁰ Para Pelotas, Natália Pinto coloca que 5,4% dos proprietários tinham as maiores escravarias.³⁰¹ Quando o nível de análise é referente a uma região cafeeicultora em expansão, como é a região do Bananal, apresentada no estudo de José Flávio Motta. O autor apresenta em sua divisão de estratos de tamanho de escravarias que, os que tinham mais de 40 escravizados, os proprietários representavam 7,7%, mas seus plantéis eram nada menos que 48,9% dos cativos.

Assim, fica evidente que, havia dois universos estruturais. Um deles refere-se às escravarias espalhadas por distintos setores sociais, compondo a mão de obra não apenas dos grandes senhores de escravizados. Outro está ligado ao uso como mão de obra a complementar as atividades familiares ligadas à produção, isso fica evidenciado nos 40 domicílios que tinham apenas um escravo. Nem que seja por certo momento, este arranjo se fez desta forma. Aqui, foi possível visualizar em duas fontes distintas para a mesma localidade elementos similares. Um estudo em serial nos inventários e a análise da lista de fogos nos apontaram para um lugar mais complexo, no qual a posse dos escravizados colocava diversos homens em uma esfera de igualdade, a de senhores de escravos.

3.5 - Algumas considerações sobre a posse de escravizados em Caçapava, 1821 - 1871

Aqui já apresentamos uma estrutura de posse de escravizados, com dados entre os anos de 1821 a 1850. Essa estrutura de posse de escravizados foi apresentada dando conta de algumas das muitas variáveis que podem ser

²⁹⁹ FARINATTI, MATHEUS. 2015. p.5.

³⁰⁰ FONTELLA, 2013. p.179.

³⁰¹ PINTO, 2012. p. 47.

trabalhadas no que se refere à posse de escravizados. Nesse ponto da pesquisa, passamos a analisar algumas destas variáveis. Porém, para anos posteriores a 1850, mais precisamente entre 1851 e 1871, utilizamos os inventários *post-mortem* que foram indexados pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul - APERS.³⁰² Neste sentido, vamos nos valer de dados do recorte de 1821 a 1850 e cruzar com os elementos levantados para os anos posteriores de 1850, ou seja, 1851 a 1871. Nossa intenção aqui é visualizar, por meio das análises nas fontes e de seu cruzamento, como se comportaram as variantes dentro da posse de escravizados nessas duas décadas subsequentes ao ano de 1850. Nosso marco final, como já foi demonstrado, fica o ano de 1871, por todas as implicações jurídicas em torno da liberdade, as quais estão no quarto capítulo.

Assim, a tabela a seguir tem dados das fontes aqui trabalhadas. Apresentamos um quadro comparativo do total de escravizados de acordo com o sexo, ou no caso também, dos ex-escravizados, mencionados nas cartas de liberdades. Vale ressaltar que muitos ainda estavam em condições de transição para liberdade, com suas manumissões condicionadas.

Tabela – 3.9: Dados gerais de acordo com sexo dos ex ou escravizados, Caçapava 1821-1871

	Homens	%	Mulheres	%
Inventários 1821-1850	637	51%	437	49%
Inventários 1851-1871	289	51%	282	49%
Lista de Fogos 1830	671	63%	388	37%
Alforrias 1835-1871	82	42%	119	58%

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Documentos da escravidão*: catálogo seletivo de cartas de liberdade, acervo dos tabelionatos do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: CORAG, 2006. Lista de fogos de Caçapava, 1830. IHGRS. Inventários *post mortem* de Caçapava, 1821-1850. Cartório de Órfãos e Ausentes, Cível e Crime. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Documentos da escravidão* : inventários : o escravo deixado como herança, Porto Alegre : Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010.

³⁰² CORAG, 2006.

O primeiro ponto de destaque é a sintonia entre as diversas fontes aqui utilizadas. Com exceção das cartas de liberdade, todas as demais apresentaram maioria de homens escravizados, ficando claro mais uma vez o protagonismo feminino na busca pela liberdade e certo desequilíbrio de sexos, talvez consequência do próprio tráfico transatlântico (que privilegiava a comercialização de homens) ou das atividades produtivas rurais (que gerava uma mortalidade maior dos escravizados do sexo masculino). Nossa meta aqui é a comparação entre o antes e o depois de 1850, na localidade de Caçapava, com base nos inventários *post-mortem*. Neste sentido, percebemos uma igualdade nos valores. Os escravizados do sexo masculino tinham 51% nos dois períodos, conseqüentemente, isso se faz presente para uma conformidade nas porcentagens referentes às escravizadas, essas ficando com 49% em ambos os períodos. Isso sugere que, nos anos posteriores ao de 1850, pouca coisa se modificou no tecido social que permeava a escravidão.

Como estamos trabalhando com os dados disponibilizados pelo APERS, em uma compilação de documentos relacionados à escravidão, não apresentaremos uma média de inventários com e sem escravizados. Apenas comparações com os inventários que possuíam escravizados. Desta maneira, aqui, usaremos todos os inventários *post-mortem* de Caçapava da vara cível e crime entre 1851 a 1871. Assim, não utilizamos para o estudo os inventários *post-mortem* do cartório da família.

3.5.1 - Estrutura de Posse de Escravizados na Localidade de Caçapava, 1851 – 1871

Partindo para uma análise da estrutura de posse dos escravizados da localidade de Caçapava, conseguimos averiguar alguns dados que caracterizam essa população listada nos inventários após o ano de 1850, assim, temos os seguintes dados:

Tabela – 3.10: Estrutura de posse de escravos (Caçapava, 1851-1871)

F T E	Número de Proprietários	%	Número de Escravos	%
De 1 a 5	19	35%	63	11%
De 6 a 9	15	27%	110	19%
De 10 a 20	14	25%	199	34%
Mais de 20	7	13%	206	36%
Total	55	100%	557	100%

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Documentos da escravidão: inventários: o escravo deixado como herança, Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010. **FTE=** Faixa de Tamanho de Escravaria.

A quantidade de proprietários, nas faixas de tamanho de plantel de (1 a 5 e 6 a 9), era de trinta e quatro senhores, os quais representavam a maior concentração de donos de escravizados, com 62%. Mas esta alta concentração de proprietários não representava nem de longe as maiores escravarias, de tal forma que havia apenas 173 ou 30% de escravizados nessa faixa de tamanho de plantel. Já para o período de 1821 a 1850, os dados estavam semelhantes, onde a soma de senhores que estavam entre os plantéis que tinha de 1 a 5 e 6 a 9 tinha um total de 99 senhores, representando 75% do total. Estes proprietários possuíam uma soma de 392 escravizados, e as duas faixas representavam 37% de todos os escravizados presentes nessa análise³⁰³. Essa grande concentração de pequenos proprietários de escravizados em Caçapava se manteve semelhante nas duas décadas e um ano, que contemplam o recorte de 1851 a 1871.

No recorte em que estão as faixas entre 10 a 20 escravizados, tivemos quatorze proprietários de escravizados, que representavam 25%. Já os escravizados representavam uma total de 199 ou 34%. Os valores são diferentes, no período de 1821 a 1850, na faixa em que os tamanhos dos plantéis são formados por escravarias que continham de 10 a 20 escravizados,

³⁰³ CORRÊA, 2013. p. 68.

representavam 22 ou 18%. Sendo estes os proprietários que estavam em um patamar mediano, no que diz respeito à quantidade de escravizados, como no período de 1851 a 1871. Esses 22 proprietários eram donos de 300 escravizados, o que representa 28% de todos os escravizados arrolados nos inventários *post-mortem* analisados para esta pesquisa.³⁰⁴ Percebe-se que a porcentagem de escravizados aumentou para o período de 1851 a 1871, mas as estruturas se mantiveram as mesmas.

Percebe-se que as concentrações vão se invertendo, pois na última faixa de tamanho de plantel, com mais de vinte escravizados, encontramos 7 ou 13% de proprietários. Estes eram detentores de 206 ou 34% dos escravizados. Desta maneira, estes eram os grandes proprietários de escravos da localidade de Caçapava. Vejamos como eram entre 1821 a 1850. Estes também eram de um seletivo grupo de proprietários, detentores de 380 escravizados, o que representa 35%. Com uma média dentro desse grupo era de 42 escravizados por escravarias. Os 9 ou 7% dos senhores de escravizados possuíam as maiores escravarias. Dito isso, deduzimos o quanto era importante para os produtores agrários de Caçapava ter ao menos um escravizado para auxiliar a mão de obra familiar ou trabalharem totalmente nas atividades de suas unidades produtivas, independente do que fosse produzido nas mesmas.³⁰⁵ Visualizamos a diferença no tamanho de seus plantéis, desde os que tinham um escravo até os que tinham mais de 20 escravizados.

Agora, veremos como estes escravizados estavam distribuídos fazendo uma divisão de períodos. Vejamos a tabela a seguir.

³⁰⁴ Idem, 2013. p.69.

³⁰⁵ Idem, 2013. p.69.

Tabela – 3.11: Estrutura de posse de escravos por períodos (Caçapava, 1851-1871)

FTE	Período 1851-1860				Período 1861-1871			
	P.	%	E.	%	P.	%	E.	%
1 a 5	7	29%	23	7%	12	41%	40	14%
6 a 9	5	20%	33	11%	10	35%	77	34%
10 a 20	7	29%	100	33%	7	21%	79	35%
Mais de 20	6	22%	148	49%	1	3%	32	17%
Total:	25	100%	304	100%	30	100%	228	100%

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Documentos da escravidão: inventários: o escravo deixado como herança, Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010. Legenda: FTE= Faixa de Tamanho de Escravarias.

Analisando os períodos em separados, percebemos uma variação em seus valores, tanto para os proprietários quanto para os escravizados. Na faixa de tamanho de plantel que contempla de 1 a 5 e 6 a 9, ambas tendem a aumentar seus números. Na década de 1850 os proprietários representavam 12 ou 49%, sendo donos de 56 ou 18% dos escravizados. No período 1861-1871, esses valores mudam para 22 ou 76% de proprietários, já seus escravizados ficam em 117 ou 48%, ou seja, os dois campos sofreram aumentos significativos, com 30% em cada.

Comparando com os dados de 1821 a 1850, percebemos que a média de proprietários para os três momentos, na faixa de 1 a 5 cativos, nunca foi menor que 55%. No período de 1821 a 1830, as faixas (1 a 5 e 6 a 9) que eram os pequenos escravistas, somavam juntas 80% das escravarias, tendo 50% dos escravizados. Ou seja, esse primeiro dado aponta para uma sociedade com um número alto de pequenas escravarias que, certa forma, permaneceu como podemos ver anteriormente. Esses dados praticamente se mantiveram para estes dois estratos na década de 1830. O valor em porcentagem foi de

79% e a representatividade de escravos caiu para 34%. Já para a dezena de 1840, o que se visualiza é uma redução um pouco mais significativa, chegando os valores dessas faixas a 71% de proprietários, e os escravos somando 35%. Ou seja, quando analisamos os pequenos proprietários de escravizados da sociedade escravista da localidade de Caçapava, estes nunca tiveram porcentagens menores que 49%, para 1821-1871.

Na faixa de tamanho de plantel, de 10 a 20, onde se se encontram as médias escravarias, percebemos uma constância. Para o período de 1851-1860, percebe-se que os proprietários eram 7 ou 29%, os quais possuíam 100 ou 33% dos escravizados. Para o recorte seguinte, de 1861 a 1871, percebemos que os senhores correspondiam a 7 ou 21% e seus escravizados 79 ou 35%. Em contornos gerais, pouca alteração.

Já para o período de 1821 a 1850, notamos na faixa dos que possuíam de 10 a 20 escravizados que os valores não oscilaram muito também. Na primeira década, 1820, a quantidade de proprietários era de 16%, estes eram donos de 31% dos escravizados. Os valores baixaram suas porcentagens para a dezena de 1830, onde os senhores eram 14%, e o plantel de escravizados representava 23%, ocorrendo uma redução de 8% em relação ao período 1820. Já para a última década, o que visualizamos foi um aumento tanto dos proprietários quanto dos escravos. A quantidade dos médios proprietários de 10 a 20 na dezena de 1840 era de 21%, e seus escravizados representavam 31%. Percebe-se também uma sintonia com os dados apresentados para 1851 a 1871.

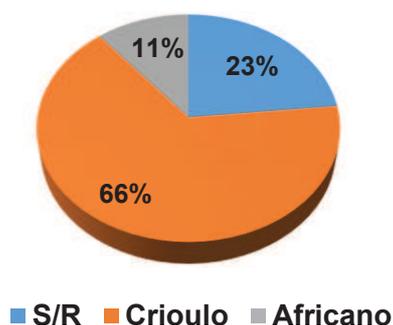
Por fim, no estrato em que havia as maiores quantidades de escravizados, que estavam na faixa dos com mais de 20, visualizamos o seguinte: para o período de 1851 a 1860, havia 6 ou 22% de proprietários, os quais possuíam 148 ou 49% dos escravizados. Já para o período de 1861 a 1871, notamos um decréscimo bem acentuado nos valores dos proprietários, que era 1 ou 3%, este detinha 32 ou 17% dos escravizados. Mesmo assim, para a realidade de Caçapava, eram muitos escravizados. Comparando estes dados com os de 1821 a 1850, percebemos que no estrato dos que tinham mais de 20 escravizados, as porcentagens foram as seguintes: para a década de 1820, os proprietários representavam 4%, mas tinha 19% dos escravizados arrolados nos inventários desta década. Na dezena de 1830, estes senhores

aumentaram seu número, chegando a 7%, e tinham 43% dos escravizados, um aumento de 22% de escravizados. Para década de 1840, a porcentagem de senhores era de 8%, já os escravizados somavam 34%, o que representou uma baixa de 9% em relação ao período anterior.³⁰⁶

Com essa análise comparada entre (1821 a 1850) com (1851 a 1871), fica clara e visível a evolução das escravarias de Caçapava. Percebe-se um percentual alto de senhores com escravizados nas faixas de pequenos plantéis. Isso mostra o quanto a escravidão estava disseminada na região. De fato, havia uma grande distinção no que tange à esfera social e à envergadura econômica dos senhores de escravizados, e isso fica visível quando percebemos a concentração de escravizados em um pequeno grupo. Com certeza, eram muito diferentes as lógicas e, possivelmente, também as relações escravistas entre a enorme maioria de pequenos senhores e aquele pequeno círculo da elite escravista, com seus grandes plantéis. São mundos escravistas bastante diferentes, dentro da mesma região, que não se limitam às questões econômicas, mas no que diz respeito à relação entre *senhor e escravizado*, dentro deste universo de distintas unidades produtivas.³⁰⁷

Quando analisamos as questões ligadas às origens dos escravizados, para este recorte, visualizamos que a presença de escravizados africanos era maior, vejamos o gráfico abaixo;

Gráfico - 3.4: Porcentagens segundo a origem dos alforriados (1851 - 1871)



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Documentos da escravidão: inventários: o escravo deixado como herança, Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010.

³⁰⁶ CORRÊA, 2013. pp. 70-71

³⁰⁷ Idem, p.71.

Percebe-se que os africanos eram 11% dos escravizados, já os crioulos constituíam 66%, e os sem referência de origem foram 23%. Comparando estes dados com os do período entre 1821 a 1850, os escravizados africanos eram 37%, já os a crioulos estavam representados por 16% e, por fim, os sem referências consistem em 47%.³⁰⁸ Veja que, tanto os escravizados africanos quanto os crioulos tiveram aumento em seus valores, e por sua vez os sem referência diminuíram. Alguns questionamentos podem ser feitos: primeiro que, o tráfico certamente colaborou, ou seja, que os proprietários buscaram mais escravizados africanos para esta localidade. Segundo, que no campo dos crioulos, também houve um aumento. Isso pode estar ligado a uma reprodução endógena, nesta localidade. Nesse sentido, como vale fazer uma análise nas faixas etárias, as quais vão ser elaboradas, mas antes, vamos analisar estes dados ao longo das décadas. Por fim, os escravizados que não tinham referência, apresentaram um decréscimo. Isso pode estar ligado às pessoas que elaboraram e redigiram os inventários *post-mortem*, sendo mais atenciosos nas suas descrições.

Analisando os dados presentes na tabela a seguir, onde começamos a examinar estas questões da presença das origens, agora por períodos distintos e sem os escravizados sem referência.

³⁰⁸ Inventários *post mortem* de Caçapava, 1821-1850. Cartório de Órfãos e Ausentes, Cível e Crime. APERS.

Tabela – 3.12: Número de Escravizados por Período

Períodos	1851-1860		1861-1871	
	Escravos	%	Escravos	%
Africanos	42	25%	12	10%
Crioulos	123	75%	113	90%
Total com Ref.	165	100%	125	100%

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Documentos da escravidão: inventários: o escravo deixado como herança, Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010. Legenda, ref. = referência.

Em uma primeira análise, percebe-se que a presença de escravizados africanos tende a diminuir; no período de 1851 a 1860. Estes representavam 42 ou 25%, passando para 12 ou 10% no recorte de 1861 a 1871, uma queda de 15%, maior que o total de escravizados do último recorte. Esses dados reforçam indícios de uma dificuldade de adquirir escravizados oriundos da África, mostrando, possivelmente, a eficácia da lei de 1850 que proibia o comércio transatlântico. Os dados do período contribuem para essas especulações. Na década de 1820, os escravizados africanos eram 41%, passam para 37% no decênio de 1830, já na dezena de 1840, representavam 20%. Constatamos que, ao longo das décadas, os escravizados de origem africana tiveram um decréscimo, com um pequeno aumento no período de 1851 a 1860, mas sofre uma brutal queda no recorte posterior.

Quando comparamos com os dados que dizem respeito aos escravizados de origem crioula, percebemos que no recorte de 1821 a 1850, estavam assim distribuídos: no decênio de 1820 eram 59%, passando para 63% na década de 1830 e chegando a 80% na última dezena de 1840. Deduzimos que este aumento progressivo dos escravizados crioulos, que foi

complementado com os dados do recorte de 1851 a 1871, pode sim estar ligado a uma reprodução endógena, ou mesmo um tráfico entre localidades.

Bom, para tentar ver estas possibilidades de uma reprodução endógena, trataremos agora de uma estrutura etária. Inicialmente, apresentamos as faixas etárias segundo o sexo, nas comparações com as faixas etárias. Não vamos mencioná-las aqui novamente, pois já estão aqui no capítulo 3 deste estudo. Vejamos na tabela a seguir:

Tabela – 3.13: Estrutura Etária Segundo o Sexo em Caçapava, (1851-1871)

Faixa Etária	Homens	%	Mulheres	%
0 -14	96	48%	105	52%
15 – 45	117	51%	112	49%
Mais de 45	58	67%	28	33%

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Documentos da escravidão : inventários : o escravo deixado como herança, Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010.

Na faixa etária de 0 a 14 anos, havia 96 ou 48% de homens e 105 ou 52% de mulheres. Já no estrato etário de 15 a 45 anos, a chamada faixa produtiva tinha 117 ou 51% de homens e 112 ou 49% de mulheres. Por último, estava representado da seguinte forma, 58 ou 67% de homens, e 28 ou 33% de mulheres escravizadas. Nas duas primeiras faixas, percebemos paridade bem elevada. No último estrato, sim, tivemos um número maior de escravizados do sexo masculino.

De fato, nas duas faixas etárias em que podemos identificar uma reprodução endógena, tivemos percentuais significativos para isso. Mas, para ter melhor ideia, apresentamos agora uma tabela com as faixas etárias com o sexo e a origem dos escravizados.

Tabela – 3.14: Faixas Etárias Segundo a Origem 1851 a 1871

F. E.	Homens				Mulheres				T
	Afric.	%	Crio.	%	Afric.	%	Crio.	%	
0 - 14	0	0%	62	54%	0	0%	52	46%	191
15 - 45	20	16%	46	37%	10	8%	49	39%	210
Mais de 45	12	33%	6	17%	11	31%	7	19%	53

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Documentos da escravidão: inventários: o escravo deixado como herança, Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010. **Legenda:** F.E. = Faixa Etárias; Afric. = Africanos(a); Crio. = Crioulos(a). T = Total.

Analisando as faixas etárias nas quais todas as análises foram feitas dentro de cada estrato. Assim, no estrato dos que tinham 0 a 14 anos, os escravizados africanos do sexo masculino e feminino não tiveram representantes. Por sua vez, os escravizados crioulos nessa faixa, estavam assim: os homens com 62 ou 54% e as mulheres 52 ou 46%. Num total de 191 ou 100% de escravizados crioulos nesta faixa etária de 0 a 14 anos.

Na faixa etária produtiva de 15 a 45 anos, os escravizados do sexo masculino estavam assim divididos, 20 ou 16% eram africanos, e os crioulos com 46 ou 37%. Já as escravizadas africanas tinham 10 ou 8% de representatividade, enquanto as crioulas eram 49 ou 39%. Já na faixa etária dos escravos com mais de 45 anos, os escravizados africanos do sexo masculino representavam 12 ou 33%, e os crioulos homens 6 a 17%. As escravizadas africanas representavam 11 ou 31%, e as crioulas do sexo feminino eram 7 ou 19%.

Parece-me que a ideia da reprodução endógena faz sentido, pois para termos a mesma, é necessário haver primeiro uma quantidade significativa de escravizados na faixa etária produtiva, o que havia. O outro fator é ter um número relevante de “crianças” na faixa etária de 0 a 14 anos. De fato, não temos como afirmar que todas essas crianças nasceram na localidade, mas podemos, sim, dizer que eram crioulas, o que indica a reprodução endógena.

Capítulo – 4: CARTAS DE ALFORRIA: UMA ANÁLISE NO PASSADO ESCRAVISTA DA LOCALIDADE DE CAÇAPAVA, 1821 - 1871

Após a Lei Eusébio de Queirós ser aprovada, em 4 de setembro de 1850, durante o segundo reinado no império brasileiro, configurações sociais que permearam a escravidão adquiriram outros desdobramentos, pois sua aprovação foi bastante impactante para este contexto do século XIX no Brasil.

Esta lei teve por principal objetivo proibir o tráfico atlântico de escravizados, vindos do continente africano ao Brasil – um fenômeno chamado de *Diáspora Africana*.³⁰⁹ Desde então, a articulação para manutenção das escravarias tem outra configuração. A historiografia referente ao tráfico já salientou que, mesmo após a lei de 1850, navios carregados de escravizados ainda chegaram aos portos do império brasileiro.³¹⁰ Outro fato foi um comércio via mercado interno, pois algumas localidades ainda eram muito dependentes da mão de obra dos escravizados.

Assim sendo, neste capítulo temos como finalidade as mudanças que a região sofreu. Para isso fizemos uma análise da estrutura social que permeava a escravidão. Portanto, iremos nos servir dos dados referentes às liberdades, presentes nos cartas de manumissão. Nossa intenção é entender como o conjunto dos fenômenos sociais se alterou ao longo do tempo, entendendo o aumento ou não de escravizados que buscavam suas liberdades e as vias de sua obtenção.

4.1 – Processos de liberdade em Caçapava 1835 – 1871

³⁰⁹ RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Através de um prisma africano: uma nova abordagem ao estudo da diáspora africana no Brasil Colonial*. Revista Tempo, núm. 12, Universidade Federal Fluminense Niterói, Brasil. Dezembro, 2001, pp. 11-50. BARBOSA, Keith. *Escravidão, mortalidade e doenças: notas para o estudo das dimensões da diáspora africana no Brasil*. Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008.

³¹⁰ Ver: RODRIGUES, Jaime. *De Costa a Costa*. Escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860). São Paulo, Companhia das Letras, 2010; RODRIGUES, Jaime. *O Infame Comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Unicamp, 2000. Sobre os desembarques clandestinos na costa gaúcha, pós-1850, ver: OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. *De Manoel Congo a Manoel de Paula: a trajetória de um africano ladino em terras meridionais - século XIX*. Porto Alegre, EST, 2006.

Nas últimas décadas, a historiografia brasileira que se debruça sobre estudos que têm como finalidade discutir as relações que estavam ligadas com os mundos da escravidão e da liberdade viu surgir uma gama de pesquisas. Muitas, pontuando as formas como estas liberdades eram buscadas/conquistadas pelos escravizados, ou não entendidas desta forma, sendo apenas uma concessão senhorial. Em relação a isso, Marcelo Matheus destaca que,

Poderíamos separar alguns autores em duas correntes historiográficas: aqueles que entendem a alforria basicamente como uma concessão senhorial e, às vezes, servindo para reproduzir a sistema social vigente, e aqueles que a consideram como uma conquista que, a longo prazo, serve para corroer as bases do sistema escravista. Além desses, alguns outros têm posições que, apesar de se aproximar com algumas das duas vertentes, não podem ser facilmente ligados a nenhuma delas.³¹¹

Assim, não vou elaborar um profundo debate sobre como a historiografia vem compreendendo as diferentes formas de entendimento sobre o processo de liberdade. No entanto, vou me valer de algumas referências de compreensão desta complexa busca pela liberdade, cujos indícios estão presentes nas cartas de alforria. Assim como no jargão popular, acredito que “cada caso é um caso”, sendo cada busca pela liberdade detentora de suas especificidades, não podendo haver generalizações, embora houvesse semelhanças.

Da mesma forma, meu entendimento parte do princípio de que a alforria era algo que poderia corroer o sistema escravocrata. Por outro lado, também era a base que corroborava a ação senhorial, pois era este que a concedia. Assim, acredito que uma alforria por concessão pode ser vista por ângulos distintos, tanto do protagonismo dos escravizados, quanto da opressão da casa senhorial. Neste contexto, acreditamos que havia, sem dúvida, um campo de estratégias familiares ou individuais, das quais, as incertezas daqueles escravizados poderiam ser amenizadas com um “novo mundo”, no qual eles estariam livres.

³¹¹ MATHEUS, 2012. p.32.

Exemplo disso, temos o caso do escravizado Fernando, que em 1856 teve sua carta de liberdade concedida pelos seus donos, João Machado dos Santos e Merenciana Balbina da Silva Santos. Isso aconteceu mediante pagamento, que foi feito com quarenta reses de criar (destas, trinta e três eram mansas, ao preço de 13\$ réis cada), vinte e quatro cavalos e um burro hechor (sendo os animais cavalares ao custo de 4\$ réis e o burro hechor³¹² por 32\$ réis), perfazendo tudo a importância de 641\$ réis. Ou seja, essa alforria remunerada exterioriza um mundo escravista complexo, e essa ação materializada neste documento de liberdade dificilmente pode ser descrita sumariamente como *concessão* ou *conquista*. Fernando usou em seu benefício recursos acumulados ainda quando era escravizado, o que indica formas de economia autônoma, que nos indicam que era um trabalhador qualificado nas lidas rurais e que (talvez por isso) tivesse uma relação de confiança com seus senhores. Além do gado *vacum*, ele possuía um burro hechor, animal que era extremamente valorizado no período. Infelizmente não temos como afirmar, mas certamente este animal deveria ter propiciado algum pecúlio para Fernando, em prováveis cruzamentos com éguas de outras pessoas, ter um burro hechor não era exclusividade de todos os moradores, pois apenas 25 inventariados de 151 tinham este animal.³¹³

Corroborando este contexto social que permeava a escravidão, e a busca pela liberdade, os acontecimentos analisados por Paulo Moreira em artigo referente à fuga de escravos na fronteira do Rio Grande do Sul, deixa claro o protagonismo dos escravizados em relação ao cativo e a busca pela liberdade. A separação dos parceiros Rosa e Antônio Mina, com a alforria do mesmo, deixou Rosa descontente pois, nas palavras de mesma, já havia gerado 11 filhos, na análise da escravizada. Isso teria aumentado o capital de

³¹² Hechor era um burro usado na reprodução com éguas, para a produção de mulas: "Este é o animal mais caro presente nos inventários de fazendeiros, chegando a valer 15 cavalos mansos. O alto preço deste animal é devido ao adestramento e tratamento especial desde o seu nascimento, para posterior cobertura de éguas, também condicionadas desde filhotes à aceitação dos burros reprodutores" (HAMEISTER, 2002, p. 74-75). Ver: GARAVAGLIA, 1999. p. 210-211; KÜLZER, Gláucia Giovana Lixinski de Lima. *De Sacramento a Boca do Monte: a formação patrimonial de famílias de elite na Província de São Pedro (Santa Maria, RS, século XIX)*. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH/Unisinos, São Leopoldo, 2009. SANTOS, Sherol dos. *A Família Escrava em Santo Antonio da Patrulha (1780/1830)*. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH/Unisinos, São Leopoldo, 2009. FARINATTI, 2003. p. 147.

³¹³ Inventários *post mortem* de Caçapava, 1821-1850. Cartório de Órfãos e Ausentes, Cível e Crime. APERS.

seus senhores. Assim, a escravizada se lança em fuga com seu companheiro e seus cinco filhos mais novos. No texto de Paulo Moreira, fica evidente que, ao mesmo tempo em que havia certa conformidade ou aceitação com a vida de escravizados, também a busca pela liberdade, pois a fuga só ocorreu porque sua dona Maria Fonseca Soares negou a alforria prometida.³¹⁴

Estes casos apontam evidências da complexidade que existia na sociedade escravista. Cruzando os dados da carta de alforria de Fernando com elementos dos inventários de Caçapava, percebe-se que um escravizado conseguiu ter uma quantidade de animais que muitos homens livres não conseguiram ter ao longo de suas vidas. Encontramos alguns casos de inventariados sem animais em suas declarações, com poucos bens.³¹⁵

Nossa finalidade nesta parte do estudo é apresentar como estavam sendo atribuídas as liberdades dos escravizados em Caçapava no século XIX, ou seja, se eram pagas, condicionadas ou gratuitas. Para isso, montamos uma planilha no *Excel for Windows*, na qual classificamos algumas categorias extraídas das cartas de liberdade.³¹⁶ Desta forma, nossa ideia é que esta parte venha a corroborar o estudo aqui realizado, ou seja, apresentar mais alguns elementos ligados ao passado escravista da localidade de Caçapava.

4.1.1 – O papel da liberdade

No ano de 1835, teve início, na região sul do Império, um dos momentos mais conturbados de sua história: a Revolta Farroupilha. Esta rebelião duraria dez anos, marcando profundamente a história do Brasil meridional. No período da revolta, muitas instituições imperiais tiveram suas atuações precarizadas. Um exemplo disso foi a abertura de processos de inventariamento de bens

³¹⁴ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. “Com ela tem vivido sempre como cão e com o gato”: alforria, maternidade e gênero na fronteira meridional. In. XAVIER, Giovana; BARRETO, Juliana; GOMES, Flavio. Mulheres negras: no Brasil escravista e do pós-emancipação. Selo Negro edições. São Paulo, 2012.

³¹⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Documentos da escravidão*: catálogo seletivo de cartas de liberdade, acervo dos tabelionatos do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: CORAG, 2006. CORRÊA, 2013. Inventários *post mortem* de Caçapava, 1821-1850. Cartório de Órfãos e Ausentes, Cível e Crime, APERS.

³¹⁶ CORAG, 2006.

que, para a localidade de Caçapava, nos anos de rebelião, foram de números reduzidos.

Por outro lado, o ano de 1835 também marca outro processo. Em Caçapava, a primeira carta de liberdade foi registrada neste ano. Quem obteve sua liberdade foi Joaquim, um escravizado do senhor Belquior Monteiro Mâncio. Joaquim era de origem africana e tinha 32 anos de idade quando foi agraciado com a liberdade. Em seu registro, havia como ofício que o mesmo era campeiro. Sua liberdade foi concedida em 28 de fevereiro de 1835. A declaração de seu senhor era que “por ter em consideração os bons serviços prestados pelo mesmo escravo”.³¹⁷ Joaquim teve sua liberdade concedida gratuitamente, não precisou pagar por ela, mas trabalhou longos anos. Em outros casos, os escravizados recebiam sua carta de alforria condicionando o mesmo a servir até a morte de seu senhor. Estes casos mostram a força da escravidão nas mãos dos senhores no ato de conceder as liberdades.

Estas eram algumas das formas de se alcançar as liberdades descritas nas alforrias, pois este era um processo que permeava a sociedade escravista. Pode se dizer que era o divisor de águas entre a escravidão e a liberdade. Isso é claro, tendo como parâmetro o âmbito legal das instituições do Império. Esses processos de luta pela liberdade poderiam ser geradores de grandes desgastes judiciais entre o escravizado e o senhor, pois nem sempre a alforria era aceita pelo dono do cativo. O que pode justificar as cartas de liberdade condicionadas, nas quais ficava descrito que, em alguns casos, os escravizados deveriam trabalhar até a morte de seu senhor. Afinal, a lógica escravista era bem clara: o escravizado era uma propriedade, da mesma forma que a luta ou a conquista do *status* de homem livre, não significaria querer o fim da escravidão. A historiografia já mostrou que alguns ex-escravizados, mantiveram suas raízes culturais e também tiveram seus escravizados. Desta maneira, este processo de liberdade era muito mais complexo do que o simplesmente adquirir sua emancipação através das cartas de alforria, que também poderiam ser chamadas de cartas de liberdade, papel de liberdade,

³¹⁷ Idem, 2006. p.121.

manumissão, certidão de liberdade, bilhete, documento passado a favor, papel de contrato e alforrias.³¹⁸

Não parto do princípio que os senhores alforriaram seus escravizados de uma forma mecânica, mas sim, do produto da luta permanente pela liberdade pelos cativos. Por outro lado, isso não desqualifica a existência de casos em que seus senhores tenham dado a alforria de forma gratuita. Mas, como já mencionamos, em alguns casos, essas poderiam acontecer de forma condicionada. Porém, acredito que essa condição da busca pela liberdade era construída com muito protagonismo de parte dos escravizados.

Assim, acredito que os escravizados tiveram grande atuação nesse processo, seja através da compra de sua liberdade, juntando pecúlio para alcançar a mesma, como também, através das relações estabelecidas com seu proprietário e com as pessoas que os cercavam, auxiliando-os nesse processo. As relações estabelecidas entre a escravidão e a liberdade eram complexas. Esta documentação apenas nos remete a fragmentos destas histórias, as quais jamais serão descritas com grande rigor de detalhes, pois não vivenciamos os fatos, tão pouco o período.

A alforria era um meio legal de um escravizado conquistar sua liberdade. Este mecanismo pode ser encarado como uma das diversas formas de resistência declaradas dos escravizados, que perpassam desde as fugas, aquilombamentos, mortes dos senhores, suas plantações, dias em que prestavam serviços em outros lugares, dentre outras.³¹⁹ Segundo Karasch:

A carta de alforria era a prova da liberdade de um escravo, introduzindo-o na vida precária de uma pessoa liberta numa sociedade escravista [...] a carta transferia o título de propriedade (o cativo) de senhor para escravo. Em certo sentido, os escravos literalmente compravam-se ou eram doados para si mesmos. Uma vez que havia uma transferência de propriedade, o ato tinha de ser documentado publicamente por um tabelião.³²⁰

³¹⁸ MATHEUS, 2012. p. 169.

³¹⁹ REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociações e Conflito; a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

³²⁰ KARASCH, Mary C. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro - 1808 / 1850*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000: p. 439.

No entanto, essa forma de resistência tem sido debatida exaustivamente pela historiografia brasileira, pois há interpretações que, ao mesmo tempo em que o escravizado lutava contra o sistema escravocrata, esta luta de certa forma também poderia corroborar para a manutenção deste sistema, uma via de mão dupla. Ao abordar as formas de resistência, Hebe Mattos menciona que “o crime não era a única forma, nem sequer a mais provável, de manifestação desse sentimento de ilegitimidade do cativo”.³²¹ Os autores João José Reis e Eduardo Silva apresentam elementos de uma resistência escrava que dá maior peso à história do cotidiano, criticando a mistificação em torno da atuação do escravizado, nem só herói, e nem apenas vítima do sistema foi o escravocrata brasileiro. Assim, a conceituação apresentada pelos autores referente à resistência dos escravizados é, ora enfocando o discurso paternalista elaborado pela classe senhorial, ora resgatando a atuação do escravizado, levando em consideração a soma dos seus atos.³²²

Desta forma, entendemos a importância do uso deste documento para entender a busca pela liberdade e algumas situações do cativo, onde os escravizados estavam inseridos. Pois, de fato, não podemos desconsiderar que isso tenha sido uma das diferentes formas de revolta contra o sistema escravocrata, muito embora possa, em certos casos, corroborar para a manutenção ou estabilidade do mesmo, sendo uma *via de mão dupla*. Pois havia todo um aparato jurídico-institucional que de certa forma dificultava a efetividade dessas formas de revolta, pois os cativos eram propriedades. Mas ao longo do tempo, tivemos leis que corroboraram para a busca da liberdade.

As pesquisas nas últimas décadas, referentes aos processos de liberdade, vêm demonstrando a importância da utilização das cartas de manumissão para o entendimento das experiências negras em sociedades escravistas, segundo Stuart Schwartz,

O valor das cartas de alforria é óbvio. A existência dos registros notariais assegurou aos historiadores uma excelente oportunidade

³²¹ CASTRO, Hebe Maria Mattos. Laços de Família e direitos no final da escravidão. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.) História da Vida Privada no Brasil Império: a corte e a modernidade nacional. Companhia da Letras. São Paulo, 1997. p.359.

³²² REIS, João José e SILVA, 1989.

para o estudo do fenômeno da emancipação da maneira como acontecia no Brasil colonial e Imperial".³²³

É óbvio, e como já falamos antes, que existia certamente uma complexidade muito grande nestas relações. Não podemos compreender esse processo com apenas as pequenas descrições que estavam nas cartas de alforria. Com certeza, nunca chegaremos a uma clara desta luta, mas a proximidade do que os escravizados tentavam. Paulo R. Staudt Moreira destaca que as cartas de alforria não devem ser entendidas com um olhar simplificador, segundo o autor,

Cabe, entretanto, mencionar que, por extrapolarem os meros acordos econômicos, as alforrias mostraram-se reticentes a um levantamento objetivo estatístico, exigindo certa dose de arbitrariedade, com a mescla entre as várias tipologias. As cartas de alforria eram transações que envolviam transferência de propriedade, portanto tinham que ser registradas em Cartório pelas partes envolvidas e comprovadas por testemunhas. Isso muitas vezes era desconsiderado, com as libertações sendo feitas oralmente entre senhor e escravo ou através de papéis sem qualquer tipo de registro, o que ocasionava um sub-registro.³²⁴

Desta maneira, o estudo do processo de manumissão contribui significativamente para a compreensão do processo da passagem de escravizados para a liberdade, ao mesmo tempo em que havia um vazio, pois, estes processos dão conta de uma parte que estava alcançando a liberdade. E isso pode ser visto para várias localidades do Império do Brasil, conseqüentemente para a província do Rio Grande de São Pedro.

As cartas de liberdade contêm informações diversas. O uso destas enriquece a visão sobre o passado e a pesquisa pode detalhar elementos ligados às origens, sexo, idade e ofício dos escravizados. Dentre essas, as informações que ainda podem se destacar estão ligadas às causas que levaram o senhor a conceder liberdade ao seu escravizado, que seriam as

³²³ SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001, p. 174-175.

³²⁴MOREIRA, Paulo R. Staudt. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano*. (Porto Alegre – 1858 – 1888). EST Edições. Porto Alegre, 2003.

alforria pagas, *alforrias condicionais* e as *alforrias gratuitas*. Esses dados levantados para a região de Caçapava integram uma leva de pesquisas que vêm demonstrando e contribuindo significativamente para a compreensão da passagem da escravidão para a liberdade, dentro de um contexto de formação do Rio Grande de São Pedro. Segundo Stuart Schwartz, “as cartas de alforrias esclarecem não só as características dos libertos, mas também o processo de emancipação, as motivações e as atitudes tanto dos senhores quanto dos escravos em tal processo”.³²⁵

4.1.2 – Algumas eram concedidas, outras eram pagas e outras gratuitas: formas de liberdade em Caçapava.

Nas cartas analisadas do fundo tabelionato de Caçapava, datadas de 1835 a 1871, encontramos 189 cartas de alforria, que tratavam da liberdade de 216 escravizados. A diferença entre o número de cartas e do número de alforriados é explicada pela existência de documentos que libertaram mais de um escravizado, algo que também ocorreu para outras.³²⁶

Assim, partimos agora para analisar as formas descritas nos documentos de manumissão utilizados pelos senhores, que levariam seus escravizados a condição de cidadãos livres. Identificamos aqui, também, nos papéis de liberdade, a existência de três tipos comuns de justificativa da manumissão, que eram: as *alforrias pagas*, sendo que o pagamento poderia ser realizado pelo próprio escravizado ou por terceiros; as *alforrias condicionais*, estas com cláusulas, que exigiam certas condições contratuais que o escravizado teria que realizar, para só assim, conquistar a sua liberdade (em muitos casos, era trabalhar até a morte de se seu senhor); por fim, encontramos as *alforrias gratuitas*, que concediam liberdade plena aos escravizados, quase todas ligadas a uma relação de bons trabalhos ou até mesmo por afeto de seus senhores em relação ao escravizado. Esta questão

³²⁵ SCHWARTZ. p. 190.

³²⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Documentos da escravidão: catálogo seletivo de cartas de liberdade*, acervo dos tabelionatos do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: CORAG, 2006.

de afeto estava descrita nas cartas de liberdade, mas seu significado concreto é de difícil e heterogênea compreensão.

Percebemos que as três formas por si só, já tornam complexas as relações entre a escravização e a passagem para a liberdade. A última, que trata das formas gratuitas de libertação, chega a transparecer que a escravidão não seria tão ruim, e que alguns senhores realmente tinham relações afetivas com seus escravizados, que acabavam tornando-os livres. De fato, isso não ameniza nenhum pouco, pelo contrário, apenas reforça uma sociedade escravagista, que detinham entre outros itens, em seus patrimônios, seres humanos, e que por alguns desse haveria sentimentos, e que estes refletiam-se nas liberdades dada aos mesmos, ponto este que gera bastante divergência na historiografia que trata do assunto.

Assim sendo, para entender um pouco essa complexa sociedade, fizemos dois recortes temporais, um de 1835 a 1850 e o outro de 1851 a 1871. Com isso, nossa intenção é entender como se estabeleciam as liberdades na sociedade de Caçapava antes e após 1850, ano da Lei Eusébio de Queirós, e conseqüentemente, a baliza é a Lei do Ventre Livre de 1871. Desta forma, as cartas de manumissão ficaram assim distribuídas, vejamos a tabela;

Tabela - 4.1: Alforrias em Caçapava, 1835 - 1871

	Nº de alforrias	Porcentagem
1835 - 1850	15	8%
1851 - 1871	174	92%
Total	189	100%

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Documentos da escravidão*: catálogo seletivo de cartas de liberdade, acervo dos tabelionatos do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: CORAG, 2006.

É visível o crescimento de registro de alforrias em Caçapava da primeira metade do século XIX, no qual utilizamos um recorte de 1835 a 1850, para o período posterior ao ano de 1850, sendo que esse aumento chega ser de mais de 80%. Claro, não podemos negar que isso está diretamente ligado ao baixo número de processos das alforrias. Creditamos este fato aos poucos anos de

existência desta localidade, associada a uma atividade econômica que demandou poucos braços de escravizados para região. Segundo Marcelo Matheus, em Alegrete, o crescimento de processos de liberdade também ocorreu, porém com porcentagens menores.³²⁷ Thiago Araújo deixa claro que na região de Cruz Alta também houve um aumento de alforrias após o ano de 1850, o que possivelmente foi a realidade de muitas localidades após esse período.³²⁸

Certamente tal crescimento nos processos de liberdade destas localidades pode ser atribuído a alguns elementos, como por exemplo, elas estarem ligadas a um circuito econômico interno baseado na pecuária bovina. Este fato fez com que mais braços escravizados fossem utilizados, aumentando a demanda de cativos nas localidades, o que está vinculado a um processo tardio de ocupação territorial da região sul, se comparado com outras localidades do Brasil Imperial.

Para Caçapava, então, a primeira metade do século XIX denota uma baixa ocorrência de alforrias, pelo menos das cartoriais, pois sabemos que existiam escravizados que eram libertados de forma oral, sem nenhum registro, em testamentos e na pia batismal. Consequentemente, este baixo número também se reflete na quantidade de escravizados que adquiram suas liberdades, a tabela a seguir traz estes dados, vejamos;

Tabela – 4.2: Escravizados Alforriados em Caçapava, 1835 - 1871

	Nº de escravizados	Porcentagem
1835 - 1850	15	7%
1851 - 1871	201	93%
Total	216	100%

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Documentos da escravidão*: catálogo seletivo de cartas de liberdade, acervo dos tabelionatos do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: CORAG, 2006. Legenda: Nº = Número.

³²⁷ MATHEUS, 2012. p. 170.

³²⁸ ARAÚJO, 2008. p.196.

Se anteriormente havíamos mostrado um aumento nos registros de alforrias, conseqüentemente essa ampliação também se deu no número de escravizados que conquistaram suas cartas de liberdade. Aqui, o número é ainda maior, pois tivemos alguns casos de ter mais de um escravizado sendo libertado no mesmo processo, fato que não ocorreu na primeira metade do século XIX. Talvez, como mencionamos anteriormente, as práticas econômicas estejam ligadas nesse processo, pois em uma região onde a economia era mais forte, mais dinâmica, como Alegrete, também haviam mais escravizados e, de tal forma, maior busca pela liberdade.

Quando analisamos as porcentagens relacionadas ao sexo e a naturalidade dos escravizados que buscavam as suas liberdades, tivemos os seguintes dados:

Tabela – 4.3: Origem e sexo dos Alforriados em Caçapava 1835-1871

	Sexo					Origem ³²⁹				
	Homens	%	Mulheres	%	Total	Crioulos	%	Africanos	%	Total
1835 a 1850	9	60%	6	40%	15	10	67%	5	33%	15
1851 a 1871	82	41%	119	59%	201	133	89%	21	11%	154

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Documentos da escravidão: catálogo seletivo de cartas de liberdade, acervo dos tabelionatos do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre: CORAG, 2006.

Tendo como base estudos referentes ao processo de liberdade para outras localidades do império brasileiro, nossos dados estão dentro do padrão apresentado nestes trabalhos, com exceção do primeiro recorte analisado, no qual a porcentagem de homens alforriados é maior que a das mulheres, 60% contra 40% respectivamente.³³⁰ Nos demais dados, tanto no que se refere ao sexo como a naturalidade dos escravizados, os padrões se mantêm, ou seja, as mulheres adquiriram as suas liberdades em números superiores aos homens. Da mesma forma, os crioulos eram mais alforriados que os africanos.

³²⁹ Também foram alforriados 47 escravizados que não tinham suas origens declaradas, representando 23%. Assim, fechando os 100%.

³³⁰ CASTRO, 1997. p. 350. MATHEUS, 2012. p.170.

No que diz respeito às porcentagens ligadas ao sexo dos escravizados, temos praticamente uma inversão destes dados pois, no primeiro recorte, havia 60% de homens conquistando suas liberdades, contra 40% de mulheres. Estes números, no segundo recorte, ficam em 41% de homens e 59% de mulheres. Já em relação às porcentagens ligadas às origens, percebe-se que os crioulos praticamente se mantiveram como sendo os mais alforriados, 67% e 89% respectivamente, segundo o recorte analisado. Já os escravizados africanos tiveram um decréscimo bem significativo. Na primeira parte da análise, estes chegavam a 33% dos escravos alforriados. Isso vai cair para 11% no segundo momento. De fato, acredito que a lei de 1850 está diretamente ligada a esta baixa, mostrando que a região sentiu seus efeitos pois, embora tenha aumentado o número de alforrias de africanos comparando entre os períodos, o número de crioulos é bem superior, dando indícios de uma diminuição desses escravizados estrangeiros.

Em um universo geral de porcentagens, quando analisamos os gráficos a seguir, só ficam evidentes os dados já apresentados anteriormente, vejamos:

**Gráfico - 4.1: Segundo sexo: total de alforrias
1835 - 1871**

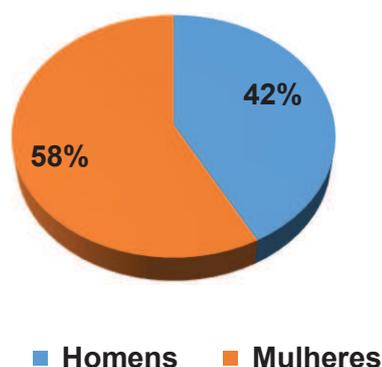
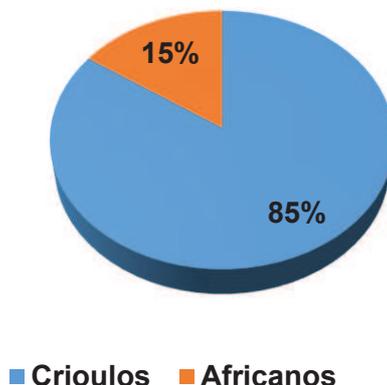


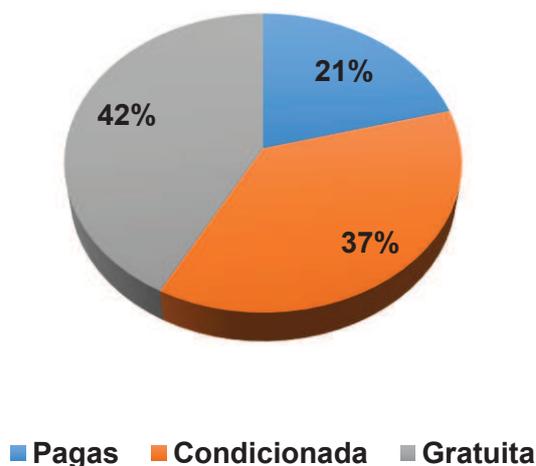
Gráfico - 4.2: Segundo as origens: total de alforrias 1835-1871



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Documentos da escravidão*: catálogo seletivo de cartas de liberdade, acervo dos tabelionatos do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: CORAG, 2006.

As porcentagens dos escravizados, tanto mulheres quanto os crioulos, para todo o recorte analisado, são superiores às dos homens e dos africanos respectivamente. Estes escravizados tiveram como formas de alcançarem as suas liberdades três maneiras já mencionadas antes, que eram as alforrias pagas, as condicionadas e as gratuitas. No gráfico a seguir, apresentamos a porcentagem geral destes dados.

Gráfico - 4.3: Forma das Alforrias (1835 - 1871)



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Documentos da escravidão*: catálogo seletivo de cartas de liberdade, acervo dos tabelionatos do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: CORAG, 2006.

Percebe-se que a maioria das alforrias foram conquistadas de forma gratuita. É claro que existe um debate acerca desta forma de gratuidade pelo qual, na verdade, estas liberdades estariam ligadas mais a uma concessão do senhor do que a luta dos escravizados por suas liberdades. Não acredito em apenas uma possibilidade. Creio que ambos os fatos poderiam ocorrer, porém, este estudo tem um caráter quantitativo, e nos verbetes das cartas de alforrias, poucas informações existem acerca desta questão, o que necessitaria de uma análise de caso e um cruzamento de fontes. Certamente iríamos encontrar ambos os casos, pois muitas estavam no campo dos costumes desta sociedade, como a própria compra da manumissão.

4.1.3 Sobre as alforrias pagas, condicionadas e gratuitas

Em 28 de setembro de 1871, quando a Lei do Ventre Livre foi promulgada, os escravizados conquistaram legalmente o direito de utilizar seu pecúlio acumulado para que este fosse revertido na compra de sua liberdade. Claro que nem todos os escravizados tinham algum tipo de rendimentos, pois nem todo o senhor permitia trabalhos fora da fronteira de suas terras ou formas de economia autônomas (como as roças e pequena criação de animais dentro da própria propriedade senhorial). No entanto, o procedimento de acumulação de recursos não era novo, pelo contrário, essa era uma prática que já estava, vamos dizer assim, disseminada pelo Império, algo “costumeiro” mesmo antes da lei de 1871.³³¹ Porém agora com contornos jurídicos legais, que todo o escravizado que tivesse recursos para comprar a sua liberdade poderia fazê-lo.

Art. 4º É permitido ao escravo a formação de um peculio com o que lhe provier de doações, legados e heranças, e com o que, por consentimento do senhor, obtiver do seu trabalho e economias. O Governo providenciará nos regulamentos sobre a collocação e segurança do mesmo peculio.

§ 1º Por morte do escravo, a metade do seu peculio pertencerá ao conjugue sobrevivente, se o houver, e a outra metade se transmittirá aos seus herdeiros, na fórmula da lei civil. Na falta de herdeiros, o

³³¹ REIS, J.J.; SILVA, Eduardo.1989.

peculio será adjudicado ao fundo de emancipação, de que trata o art. 3º.

§ 2º O escravo que, por meio de seu peculio, obtiver meios para indemnização de seu valor, tem direito a alforria. Se a indemnização não fôr fixada por accôrdo, o será por arbitramento. Nas vendas judiciais ou nos inventarios o preço da alforria será o da avaliação.

§ 3º É, outrossim, permitido ao escravo, em favor da sua liberdade, contractar com terceiro a prestação de futuros serviços por tempo que não exceda de sete annos, mediante o consentimento do senhor e approvação do Juiz de Orphãos.

§ 4º O escravo que pertencer a condominos, e fôr libertado por um destes, terá direito á sua alforria, indemnizando os outros senhores da quota do valor que lhes pertencer. Esta indemnização poderá ser paga com serviços prestados por prazo não maior de sete annos, em conformidade do paragrapho antecedente.

§ 5º A alforria com a clausula de serviços durante certo tempo não ficará annullada pela falta de implemento da mesma clausula, mas o liberto será compellido a cumpril-a por meio de trabalho nos estabelecimentos publicos ou por contractos de serviços a particulares.

§ 6º As alforrias, quér gratuitas, quér a titulo oneroso, serão isentas de quaesquer direitos, emolumentos ou despezas.

§ 7º Em qualquer caso de alienação ou transmissão de escravos, é prohibido, sob pena de nullidade, separar os conjuges, e os filhos menores de 12 annos, do pai ou da mãe.

§ 8º Se a divisão de bens entre herdeiros ou sócios não comportar a reunião de uma familia, e nenhum delles preferir conserval-a sob o seu dominio, mediante reposição da quota parte dos outros interessados, será a mesma familia vendida e o seu producto rateado.

§ 9º Fica derogada a Ord. liv. 4º, titl 63, na parte que revoga as alforrias por ingratidão.³³²

As pesquisas realizadas pela historiografia brasileira, que tratam da temática entre a transição entre o cativo e a liberdade, vêm apresentando dados evidenciando que havia alguns senhores que concediam a liberdade a escravizados que pagasse o seu preço. Este ato também pode ser compreendido como uma tentativa senhorial de estimular o escravizado a trabalhar, como também denota a força da dominação, quase uma *faca de dois gumes*, da mesma forma que enfraquece o sistema escravista, também o fortalece. Caso um senhor negasse a possibilidade de o escravizado comprar a sua alforria, corria o risco de tirar-lhe a única esperança de liberdade legal, dando margem a formas mais radicais de lutas, enfatizadas massivamente na

³³² http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm - acessado em 10.08.2017.

década de 1980 e 1990 pela historiografia brasileira, de cunho marxista que percebia a resistência apenas nas ações radicais.³³³

No entanto, o trabalhador escravizado que fugisse dos limites das terras de seu senhor não alcançaria a liberdade ao transpor essa “barreira”. Afinal, a sociedade escravista tinha ao seu favor toda uma institucionalização que dava a sustentação ao escravismo ao seu favor, com um aparato repressivo (de caráter público e privado), que buscava perseguir e punir o escravizado. Um dos caminhos que tentavam amenizar ou burlar essa realidade eram os quilombos que tinham como um dos seus objetivos a preservação da liberdade.³³⁴ Porém, para os demais escravizados que não queriam correr os riscos nas fugas, a alforria era sua única escapatória.

Entre os anos de 1835 e 1871, na localidade de Caçapava, ocorreram 189 registros de cartas de liberdade, das quais 45 ou 21% foram pagas, 80 ou 37% foram condicionadas e 91 ou 42% foram gratuitas. Cruzando os dados das formas e de como eram produzidas as alforrias, segui a metodologia utilizada por Marcelo Matheus,³³⁵ na qual o autor cruzou a dados referentes ao sexo dos alforriados com as liberdades adquiridas. Assim, para os dados de Caçapava fazendo dois recortes, um de 1835 a 1850 e o outro de 1851 a 1871. Na tabela a seguir, analisamos este primeiro recorte.

³³³ Ver, por exemplo: MAESTRI (2002, 2005, 2006).

³³⁴ A bibliografia sobre atividades quilombolas é vasta, ver: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um Fio* - História dos Quilombos no Brasil. São Paulo, Cia. das Letras, 1996. Sobre quilombos no Rio Grande do Sul: MOREIRA, P. R. S.; AL-ALAM, Caiuá Cardoso; Pinto, Natalia Garcia. *Os Calhambolas do General Manoel Padeiro: práticas calhambolas na Serra dos Tapes (RS, Pelotas, 1835)*. São Leopoldo : Oikos, 2013.

³³⁵ MATHEUS, 2012. p. 174

Tabela – 4.4: Alforrias em Caçapava entre 1835 - 1850

-	Homens	Mulheres	Total	%
Alforrias pagas	0	0	0	0%
Alforrias condicionadas	2	3	5	33%
Alforrias gratuitas	6	4	10	67%
Total	8	7	15	100%
%	53%	47%	-	

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Documentos da escravidão: catálogo seletivo de cartas de liberdade, acervo dos tabelionatos do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre: CORAG, 2006.

Em uma primeira análise da tabela, uma passagem de João José Reis e Eduardo Silva é pertinente, pois os mesmos lembram que, “o historiador, contudo, está condenado a trabalhar com as fontes que encontra e não com as que deseja”.³³⁶ Portanto, embora o número de cartas de liberdade para esse primeiro recorte da análise seja pouco expressivo, no que tange aos números totais, elas nos indicam um cenário que se enquadra a dados já apresentados para outras localidades. Porém, aqui neste recorte, não tivemos cartas pagas entre 1835 a 1850, e o número de mulheres que alcançaram as suas liberdades foram pouco menores em relação aos homens. Para Alegrete, o número de mulheres foi superior ao dos homens, sendo que 62% das cartas de liberdades foram para o sexo feminino contra 38% para o masculino.

Comparando as duas formas de liberdade que encontramos nessa primeira análise, 67% foram gratuitas e 33% condicionadas. No campo das alforrias condicionadas, nos verbetes de algumas cartas, uma das referências que mais se repete justificando a manumissão é que “por ter em consideração os bons serviços prestados pelo mesmo escravo”.³³⁷ Este tipo de liberdade, que aqui representa 33%, quando comparado com outras localidades, ficam

³³⁶ REIS; SILVA, 1989. p.14

³³⁷ CORAG, 2006.p.121.

pouco acima, a exemplo, de Alegrete, onde Marcelo Mateus apresentou dados que entre 1832 e 1850, que ficam em 30,5%.³³⁸ Em estudo comparativo entre as regiões de Franca e Uberaba, Alessandra Gomes mostra que as alforrias condicionais eram respectivamente 37,9% e 29,7%. Ambos os valores percentuais são referentes ao período de 1825 a 1850, onde os valores de Franca ficam acima dos que encontramos aqui e os de Uberaba abaixo.³³⁹ Outros valores também abaixo foram os 22,5% encontrado para Rio das Contas, região baiana, estudo realizado por Kátia Almeida.³⁴⁰

Em relação às alforrias gratuitas, nos dados para Caçapava, elas eram 67%. Para Alegrete Marcelo Matheus encontrou 38%. Já para Cruz Alta, Thiago Araújo apresentou dados de alforrias até 1850, nos quais as gratuitas ficavam em 25,5%. Nesse primeiro recorte, nosso número de alforrias é bem menos substancial do que os dados dos outros pesquisadores aqui comparados. Mas para o recorte subsequente, de 1851 a 1871, a documentação tem mais volume, quando comparada com o recorte anterior desta localidade. Vejamos a tabela a seguir:

Tabelas – 4.5: Alforrias em Caçapava entre 1851-1871

-	Homens	Mulheres	Total	%
Alforrias pagas	18	27	45	23%
Alforrias condicionadas	34	41	75	37%
Alforrias gratuitas	30	51	81	40%
Total	82	119	201	100%
%	41%	59%	--	

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Documentos da escravidão*: catálogo seletivo de cartas de liberdade, acervo dos tabelionatos do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: CORAG, 2006.

Neste segundo recorte temporal, em todos os tipos de alforrias, as mulheres sempre foram mais alforriadas em relação aos homens. Nas manumissões pagas elas tiveram 27 ou 60% das cartas de liberdade, nas condicionadas, foram 41 ou 55% e por fim nas gratuitas, 51 ou 63%. Em todos

³³⁸ MATHEUS, 2012. p. 174.

³³⁹ GOMES, 2008. p.105

³⁴⁰ LORENA, 2006. p.104.

os casos, mais de 50% de alforrias, isso comparado com os homens. É fato que as mulheres para região de Caçapava não apenas pagavam ou tinham a sua alforria paga, mas também elas adquiriram por meio de concessão ou de forma gratuita. Havia certamente estratégias no tecido social que permeava a escravidão, pelas quais estas e muitas outras mulheres conseguiram conquistar suas liberdades. No geral, as mulheres receberam em Caçapava entre 1851 a 1871, 119 alforrias, que representava 59%. Em Alegrete, região da campanha e de pecuária de grande monta, Marcelo Matheus também mostra que, entre o mesmo período de 1851 a 1871, as mulheres obtiveram 91 ou 58,5% das cartas de liberdade, percentuais praticamente iguais aos de Caçapava.³⁴¹ Para o período de 1850 a 1871, em Rio das Contas, Kátia Lorena também encontrou um maior número de mulheres sendo alforriadas, sendo 58,7% das alforrias para o sexo feminino.

Comparando os dados gerais das formas das alforrias, Caçapava tinha esta composição: 23% foram pagas, 37% eram condicionadas e 40% gratuitas. Um quadro semelhante foi apresentado por Matheus para Alegrete em período igual, onde 27% eram pagas, 29,5% condicionadas e 43,5% gratuitas.³⁴² Comparando com os dados apresentados acima, com Cruz Alta, no qual Thiago Araújo fez sua análise por décadas, aqui escolhemos o recorte entre 1860 a 1869, no qual as alforrias pagas eram 24%. Já as condicionadas 36,5% e por fim, as gratuitas 39,5%.³⁴³ Podemos dizer que havia certo padrão nas formas de liberdade, pois os valores percentuais para as três localidades são semelhantes, como também era a sua base econômica.

Em estudo comparativo realizado por Alessandra Gomes para as localidades de Uberaba e Franca, ambas na região sudeste, a autora fez uma divisão com apenas duas formas de liberdade, as gratuitas e onerosas, adicionando a este último campo, também as alforrias condicionadas, pois entende que era um ônus ter que trabalhar, por exemplo, até a morte do senhor. Assim, Gomes mostra que entre 1851 a 1870, em Franca, as alforrias gratuitas compuseram 14,1%, em contrapartida as onerosas obtiveram 85,9%.

³⁴¹ MATHEUS, 2012. p. 176.

³⁴² Idem. p.176.

³⁴³ Aqui optamos pela década de 1860, por entender que era a mais próxima do recorte analisado e que teria anos em comum e não iria sobre representar a análise. ARAÚJO, 2008. p. 219.

Já em Uberaba, as gratuitas eram 35,1% e as onerosas 64,9%. Apenas os valores de Franca não estavam em sintonia com as demais localidades, respeitando as distintas variações.

Desse modo, percebemos que, em Caçapava, era mais corriqueiro as mulheres adquirirem as suas liberdades do que os homens. Evidentemente, isso não pode ser generalizado, mas, como vimos, isso também ocorria em outras regiões analisadas. Agora, quando analisamos a forma da alforria e cruzando com a origem do escravizado, temos a tabela a seguir;

Tabela – 4.6: Formas das alforrias e as origens, Caçapava 1835-1871

-	Africanos	%	Crioulos	%	S/R	%
Alforrias pagas	11	24%	27	60%	7	16%
Alforrias condicionadas	9	11%	45	56%	26	33%
Alforrias gratuitas	6	7%	71	78%	14	15%
Total	26	12%	143	66%	47	22%

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Documentos da escravidão*: catálogo seletivo de cartas de liberdade, acervo dos tabelionatos do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: CORAG, 2006. **Legenda:** S/R = Sem Referência.

Em todas as formas de conquista da liberdade, sempre os escravos crioulos tiveram maior número quando comparados com os africanos. Nem se somássemos os valores dos escravizados sem referência com os africanos, teríamos valores maiores do que os crioulos. A maior discrepância está nas alforrias gratuitas, onde 78% foram para crioulos. Segundo maior valor foi para as cartas pagas, com 60% e 56% para as condicionadas. De alguma forma, todos os mecanismos de acesso à liberdade eram mais capitaneados pelos escravizados nascidos no Brasil.

Kátia Lorena afirma que os escravizados africanos, entre 1800 e 1850, em Rio de Contas, tinham 9,3% menos alforrias comparados com os crioulos. Também afirma, como aqui, que os escravizados nascidos no Brasil foram superiores em todas as formas de alforrias. Para a região de Rio de Contas, a autora menciona que as alforrias pagas eram as formas mais usuais dos escravizados africanos, aqui também tivemos este indicativo, onde 24% das manumissões eram de escravizados vindos da África. Certamente juntar o

pecúlio não era nada fácil, ainda mais para os escravizados de origem africana, que também tinham menos frequência de parentes apoiando colaborando com a busca de sua liberdade, diferente do escravizados nascidos no Brasil.³⁴⁴

Como vimos, estas eram as formas de liberdade registradas em Caçapava, pagas, gratuitas e condicionadas. Certamente, antes de uma concessão senhorial, o que poderia acontecer era a autorização para o escravizado trabalhar para seu próprio interesse. Possivelmente isso diminuiria os gastos senhoriais com este escravizado. Os crioulos foram mais efetivos nesse ponto, talvez por terem nascido nestas propriedades, serem *crias das casas* das respectivas senzalas. Isso certamente dava privilégios aos mesmos, a exemplo do que visualizamos no caso do escravizado Fernando, citado anteriormente, que pagou sua liberdade com um pecúlio bem alto, todo em gado. Por outro lado, este escravizado poderia aumentar os lucros de seu senhor, já que talvez não fosse retirada parte de seus lucros quando executava alguma atividade fora dos domínios senhoriais.

Certamente, uma das vivências dos escravizados nesse processo era a de experimentar a “liberdade” para ir e vir, sentir-se dono de seu trabalho e ainda ter o pecúlio, que poderia possibilitar uma futura compra, auxiliar na compra de um parente, ou na negociação de uma alforria condicionada.

Na tentativa de compreensão da forma pela qual os escravizados acumulavam seu pecúlio para uma possível compra de sua liberdade, Maria de F. N. Pires afirma que “a constituição de pecúlio por parte do escravo sugere sua participação nas atividades econômicas informais desenvolvidas em várias partes do Brasil”.³⁴⁵ Ou seja, havia autonomia por parte dos escravizados. Nesse sentido Maria Helena P. T. Machado menciona que:

as atividades autônomas referem-se, em primeira análise, à questão das roças e sua profunda conexão com o desenvolvimento do pequeno comércio em torno das fazendas, vilas e cidades. Porém, ainda outras atividades escravas autônomas devem ser consideradas: o artesanato, a pesca, a coleta, a prestação de serviços remunerados realizados dentro ou fora das fazendas, no tempo livre disponível pelo escravo, as gratificações e prêmios embutidos no próprio regime de trabalho das fazendas, finalmente, e por que não, os furtos e desvios da produção

³⁴⁴ LORENA, 2006. p.105.

³⁴⁵ PIRES, 2006, p. 154.

agrícola empreendidos pelos escravos, que constantemente atormentavam a vida dos senhores³⁴⁶.

De fato, isso possivelmente existia para diversas áreas do Império, Maria Helena P. T. Machado menciona também que;

Essa situação se repete em vários estudos e remove a ideia de sua atipicidade. Revela, sobretudo, que os escravos aprenderam formas preciosas de sobrevivência que favoreceram ajustes, mitigaram a dureza de suas vidas e contribuíram na constituição de pecúlio para compra de suas alforrias³⁴⁷.

Certamente estas atividades davam opções aos escravizados, cada qual com sua respectiva produção local. A vila de Caçapava tinha na pecuária sua base econômica, estando inserida em um circuito com as charqueadas, que tinham no gado *vacum* seu principal produto. Como já foi demonstrado em estudo anterior, a localidade insere-se numa região típica da pecuária extensiva, porém não podemos considerar outras práticas produtivas, pois certamente as pessoas do XIX não alimentavam-se apenas de carne.³⁴⁸

Ainda nesse sentido de conseguir pecúlio, analisando algumas documentações esparsas no Arquivo Histórico de Caçapava do Sul, encontramos um livro de registro de marcas de gado. Nele foi possível encontrar onze marcas de gado registradas em nome de escravizados. As informações são precárias, mas ajudam na compreensão de parte do XIX. Os dados estavam apenas com o nome e um indicativo de que a pessoa ali era escravizada, a exemplo de Antônio, ofício campeiro, com marca em seu nome. Percebe-se que, além da aquisição de algumas cabeças de gado, também eram marcadas como sua propriedade. Este dado nos auxilia na compreensão de uma das formas de produção de renda encontradas pelos escravizados.³⁴⁹

Claro, ter marcas e ter gado era, segundo supomos, exceção, pois sabemos que a vasta maioria dos escravizados não tinha esse tipo de propriedade. Pelos dados das alforrias, apenas um escravizado conquistou a

³⁴⁶ MACHADO, 1998. p. 148. *apud* PIRES, 2006, p. 154.

³⁴⁷ PIRES, 2006, p. 154.

³⁴⁸ CORRÊA, 2013. Capítulos 1 e 2. pp.25-61.

³⁴⁹ Arquivo Histórico de Caçapava do Sul: Livro de Registro de Marcas de Gado.

liberdade usando desta prerrogativa. Provavelmente, isso poderia dar margem para que outros lutassem para obter o mesmo. Apenas o ato de conseguir ter suas reses marcadas com marcas registradas em seus nomes certamente já dava um status de liberdade. Além disso, esse gado não poderia ser retirado de uma forma simples. Sabemos que os documentos sobre a escravidão, quando tratam especificamente do escravizado, são, digamos assim, precários, de modo que talvez o número de escravizados que obteve este tipo de pecúlio não fosse maior.

Ainda nesse campo de juntar valores para adquirir a liberdade, o artigo 4º da lei de 1871 passou a permitir que o “escravo que, por meio de seu pecúlio, obtiver meios para indenização de seu valor, tem direito a alforria”.³⁵⁰ Certamente, a promulgação da Lei do Ventre Livre deve ter gerado um alvoroço tanto por parte dos escravizados, que iriam tentar juntar pecúlio para pagaram a sua alforria, como também de seus senhores, que iriam tentar dificultar essa passagem para liberdade, o que certamente deixou mais complexo o cenário do século XIX após 1871.

Antes deste período, as dificuldades para adquirir a alforria eram maiores. Havia exigências de serviços que deveriam ser prestados pelos escravizados, que poderiam durar por um tempo determinado, em alguns casos até a morte dos seus senhores. Caso as exigências do cativo fossem cumpridas, o escravizado poderia tentar obter a liberdade, pois teoricamente teceu laços com seu senhor. Caso a alforria fosse concedida e o senhor por algum motivo voltasse atrás, a manumissão poderia ser anulada e o cativo voltaria a ser o destino do escravizado. Segundo Schwartz, “obviamente, isso criou uma categoria de pessoas em situação intermediária entre escravo e livre, não no sentido de liberdade, mas no sentido estritamente legal”.³⁵¹

De certa forma, parte do século XIX é permeada por contradições legais, em um sistema extremamente conservador, onde o papel das alforrias, que era garantir a liberdade, poderia ser desfeito para a manutenção da mão de obra no cativo. Ou seja, até a Lei de 1871 era possível a revogação da carta de alforria, o forro passaria a ser escravizado, ou melhor, ser re-escravizado. Para

³⁵⁰ Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/496715>

³⁵¹ SCHWARTZ, 2001, p. 200.

Stuart Schwartz, havia um complicador no qual as instituições imperiais se apoiavam.

As Ordenações Filipinas dispunham especificamente que as emancipações asseguradas por fraude, ou aquelas que houvessem privado os herdeiros dos seus bens legítimos, poderiam ser revogadas. O mais importante é que a lei também estipulava que o desrespeito do liberto ao ex-senhor era motivo para retorno ao cativo³⁵².

De fato, havia um mecanismo que dava todo o apoio legal ao direito à re-escravização. Não tenho a intenção de mergulhar nesse tema, mas apenas mencionar que esta certamente era uma das formas de barrar o acesso à liberdade: as Ordenações Filipinas, código criado em 1603, em Portugal, como reforma das Ordenações Manuelinas. A promulgação dessas leis atendia à necessidade de uma transformação na legislação portuguesa no início do século XVII, e isso se estendeu para uma realidade distinta que foi o século XIX. O descompasso entre as Ordenações Filipinas e as especificidades brasileiras acarretavam em complicações jurídico-sociais, principalmente nos casos que envolviam a escravidão.³⁵³

O primeiro código civil do Brasil só vai surgir no final da primeira década do século XX, no ano de 1916, ou seja, durante todo o período imperial, com exceção da promulgação de algumas leis específicas, o judiciário orientou-se a partir das Ordenações Filipinas, como aparecia na lei de 10 de outubro de 1823, que “mandava vigorar no Império do Brasil as Ordenações e todas as leis pelas quais se governava o país até a Independência, enquanto se não organizasse um novo código, ou não fossem (as leis) especialmente alteradas”.³⁵⁴

Com isso, podemos dizer que as alforrias que não eram gratuitas, ou seja, sendo condicionais ou pagas, eram compatíveis à percepção senhorial, pois estas estão ligadas a uma emancipação que está por vir. Neste caso, surgiram muitas teorias, aceitas e defendidas hegemonicamente pelos senhores de escravos, de que os escravizados seriam incapazes de se inserir

³⁵² SCHWARTZ, 2001, p. 208.

³⁵³ GRINBERG, 1994, p. 87.

³⁵⁴ Idem, 1994. p.95.

na vida de liberto, a não ser que tivessem a tutela de seu senhor, que lhe mostraria o caminho correto, evitando a tendência natural do escravizado que era a vadiagem ou o crime. Assim, no momento entre a assinatura de uma manumissão condicionada, o senhor poderia impor aos escravizados as condições de tempo determinado de trabalho, como pode ser analisado em algumas cartas de liberdade. Antes do ano de 1871, o império vivia um período onde o senhor poderia tutelar seu ex-escravizado, para que o mesmo fosse conduzindo ao caminho traçado pelos homens de bem. Sidney Chalhoub, afirma que “a intenção era promover um período de transição no qual os libertos ascenderam à sua nova condição devidamente orientados pelos senhores”.³⁵⁵

Pela ótica senhorial, nada mais justo, pois uma das maiores preocupações dos senhores, estava ligada a esta emancipação, pois isso iria representar não ter mais os escravizados no seu sistema produtivo. A alforria condicional, de certa forma, dava limites e obrigações ao escravizado, a falta de obediência durante o período de transição poderia significar uma revogação da alforria. Joseli Mendonça afirma que alguns escravizados, no final da década de 1880, que tinham sido alforriados com ou sem obrigação de prestação de serviços, foram reconduzidos ao cativeiro, isso numa tentativa desesperada dos senhores de mantê-los no trabalho.³⁵⁶

Certamente os escravizados souberam explorar as ambiguidades da lei. Para Mendonça, “Os senhores vinham sentando no banco dos réus e estavam sendo colocados sob o argumento de que exerciam sobre eles uma propriedade ilegal”.³⁵⁷ Nesse sentido, a presença dos senhores no banco dos réus revela uma das múltiplas dimensões dos conflitos presentes naquele período do século XIX.

A partir desses exemplos, ficou demonstrado claramente o quanto os senhores souberam utilizar das alforrias pagas e principalmente as condicionais, como forma de garantir a obediência dos seus escravizados. Depois da criação da Lei Rio Branco, em 1871, estava proibida a re-escravização dos trabalhadores alforriados. Essa mesma lei não deixava de

³⁵⁵ CHALHOUB, 1990, p. 141.

³⁵⁶ MENDONÇA, 2000, p. 54.

³⁵⁷ Idem, 2000. p.83

representar a ideia de um controle sobre o processo de manumissão, pois mesmo considerando as concessões feitas aos escravizados, os mesmos seguiam a normatização imposta pelo sistema escravocrata, que seria gradualmente emancipatório. Com isso, o Estado passava a interferir nas relações entre senhores e escravizados, garantindo uma emancipação lenta e ordeira. Sobre a Lei do Ventre Livre observa Keila Grinberg;

É impossível desvincular a lei de 1871 do projeto de emancipação gradual levado à frente pelo governo. Se, por um lado, ela golpeou “a ascendência moral dos senhores sobre seus cativos”, por outro marcou o posicionamento do governo sobre a forma como deveria ser encaminhada a questão da libertação dos escravos, já, àquela altura, irreversível.³⁵⁸

Mesmo sendo proibida a revogação da liberdade, a lei de 28 de setembro de 1871 garantiu o cumprimento das condições contratuais impostas nas alforrias condicionais, como afirma Chalhoub: “A alforria com a cláusula de serviços durante certo tempo não ficará anulada pela falta de complemento da mesma cláusula, mas o liberto será compelido a cumpri-la, por meio de trabalho nos estabelecimentos públicos ou por contatos de serviços a particulares.” Ou seja, a lei proibia a re-escravização, mas garantia o cumprimento do contrato através de trabalhos, que poderiam ser forçados. O legislativo, assim como o judiciário, encaminhou a emancipação, mas também buscava garantir pelas leis o interesse dos senhores.³⁵⁹

Talvez pela indisfarçável simpatia à causa abolicionista, talvez pela surpresa que as atuações de escravos e os argumentos jurídicos favoráveis à liberdade ainda causam àqueles que lidam com este tipo de processo, o fato é que pouca atenção, até hoje, foi dada às práticas de re-escravização ocorridas no mesmo período, fosse através da revogação da alforria, fosse através de escravização ilegal de descendentes de indígenas, de libertas ou de africanos chegados no Brasil após a lei de 1831, que proibia o tráfico atlântico de escravos.³⁶⁰

³⁵⁸ GRINBERG, 1994, p. 98-99.

³⁵⁹ CHALHOUB, 1990, p. 139.

³⁶⁰ GRINBERG, 2003, p1. Sobre as questões ligadas a re-escravização tem o texto de Judy Bieber Freitas, “Slavery and social life: in the attempts to reduce free people to slavery in the

Este fato fez, certamente, muitos senhores e parlamentares brasileiros revoltarem-se com a nova lei, considerando-a uma agressão ao direito de propriedade. A partir de sua promulgação, o escravo teria o direito de comprar sua alforria mesmo contra a vontade de seu senhor. O poder de alforriar era um grande instrumento de controle dos senhores para com seus escravizados, era o trunfo capaz de garantir talvez um cativeiro mais sem revoltas, pois havia a promessa da liberdade. Chalhoub afirma que “a concentração do poder de alforriar exclusivamente nas mãos dos senhores fazia parte de uma ampla estratégia de produção de dependentes, de transformação de ex-escravos em negros libertos ainda fiéis e submissos a seus antigos proprietários”.³⁶¹

Nesse sentido, Schwartz utiliza o exemplo: “os senhores às vezes mostravam-se muito relutantes em privar-se dos serviços especializados ou das habilidades dos escravos. Em 1728, uma mulher libertou uma escrava que era costureira, mas exigiu que ela continuasse fazendo seus vestidos gratuitamente”.³⁶² Dentro dessas condições, podemos evidenciar que, de certa maneira, as distintas cartas de alforria tinham o mesmo objetivo, porém as pagas e principalmente as condicionais deixavam os forros sob a sujeição dos senhores, sua vida e sobrevivência era condicionada pelo que a casa senhorial os atribuía.

Sertão Mineiro, Brazil, 1850-1871”, *Journal of Latin American Studies*, vol. 26, no. 3, 1994, p.597-619.a, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

³⁶¹ CHALHOUB, 1990, p. 100.

³⁶² SCHWARTZ, 2001, p. 202.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção desta pesquisa foi mostrar o quanto agentes livres ou escravizados estavam presentes e atuantes na malha social oitocentista. Acreditamos que este estudo se some a muitos outros que partem da mesma premissa: a do protagonismo de seus agentes sociais. Aqui, encontramos uma variedade social bem ampla. Este quadro foi desenvolvido com base em uma lista nominativa para o ano de 1830. Nela, percebemos como estes agentes estavam inseridos e organizados na localidade de Caçapava. Encontramos uma sociedade extremamente diversificada no que tange a seus agentes sociais. Alguns destes estavam listados como: homens e mulheres livres chefiando seus fogos. Pretos e pretas forros também foram encontrados como chefes de seus domicílios, assim como, castelhanos. Havia agregamentos de todos os tipos, homens livres, pretos forros, índios, mulheres livres, além de uma gama extremamente relevante de escravizados.

Neste sentido, procuramos entender como se organizavam os domicílios e as unidades de produção da localidade. Para isso, realizamos uma análise referente à economia brasileira de meados do XIX. Foi necessário retomarmos uma já consolidada historiográfica, que vem mostrando que o mundo colonial e oitocentista não se resumia apenas à grande *plantation* de exportação com base na mão de obra escravizada. Evidentemente, esta produção voltada para a exportação via Atlântico, era capaz de arrecadar muitos recursos para seus comerciantes. No entanto, é simplório achar que esta era a única realidade dos séculos XVIII e XIX. Havia, evidentemente, uma economia interna, a qual fez muitos homens. Este tipo de acumulação de modo endógeno foi classificado por João Fragoso de um *capital mercantil residente*.³⁶³ Essa seria a retenção de seu trabalho excedente, que era de grande importância para determinadas regiões, pois este pecúlio possibilitava a compra de escravizados, tanto crioulos como africanos, para servir de mão de obra. Este arranjo funcionava dentro de uma lógica comercial não capitalista, nos extremos desse circuito e, ainda que de forma limitada, havia a capacidade de regiões que tinham um

³⁶³ FRAGOSO, 1998. p. 26.

foco econômico voltado para o mercado interno estarem conectadas ao tráfico de escravizados via atlântico, como era o caso de Caçapava.

Para entender um pouco essa capacidade econômica da localidade, o tamanho desta economia e suas unidades produtivas, nos baseamos em análises realizadas nos inventários *post-mortem* de Caçapava. Este tipo de fonte nos permite análises do tipo serial, pois se trata de um documento que se repete ao longo do tempo com características similares e com dados que podem ser quantificados. Assim, utilizamos todos os inventários de 1821 a 1850. A análise destes dados nos permitiu fazer algumas abordagens referentes ao cenário agrário do século XIX da localidade de Caçapava. Estes elementos propiciaram algumas comparações e cruzamentos com trabalhos para outras regiões do Rio Grande do Sul e também para a região platina.

Desse modo, o estudo com este tipo de fonte nos abriu um leque de possibilidades e objetos para serem analisados, dos quais escolhemos focar em: a organização domiciliar, a base econômica da localidade, e a presença de escravizados. Assim, analisamos parte da massa populacional presente nesse contexto. Para tal feito, somamos esforços e realizamos uma análise na lista de fogos e nas cartas de liberdade, contemplando um recorte que vai de 1835 a 1871, e nos inventários *post-mortem*, com dois recortes, de 1821 a 1850 e 1851 a 1871, este segundo apenas para compreender elementos ligados a senzalas.

Esta análise nos permitiu encontrar elementos que sinalizavam para a existência de uma sociedade agrária composta não apenas por uma elite local. Também não era um binômio estancieiro e peão, pois havia um contingente de escravizados bem maior do que o pensado para uma região de pequena produção rural. Esta configuração social era marcada pela existência das pequenas e médias unidades produtivas, havendo, em muitos casos, a mescla entre a pecuária e a agricultura de subsistência, e essas pequenas e médias configuravam a região analisada. Havia certamente um maior destaque para a pecuária bovina, pois o período estudado compreende esta atividade da região sul como central. Este fator traz não somente uma acumulação endógena por parte de uma elite, mas também sinaliza para o desenvolvimento substancial de muitas unidades de produção. De fato, esta não foi uma elite rica como a das zonas da charqueadas, ou das localidades de grande pecuária como

Alegrete ou Bagé, todavia existia a reiteração dos processos de produções ligados ao abastecimento interno. Entendemos que a análise, tanto dos inventários *post-mortem* como da lista de fogos, permitiu elucidar os agentes formadores deste contexto social, com um cenário agrário e com forte presença da escravidão.

Como já citamos, um dos focos desta pesquisa foi compreender a organização dos fogos e como estes agentes sociais dialogavam com os mecanismos de produção da localidade. Para isso, fizemos uma quantificação da lista de domicílio, na qual podemos perceber o quanto a presença de escravizados estava vinculada à mão de obra da localidade. Associada a isso, uma leva considerada de peões que compunham este trabalho.

Um dos primeiros dados que foi extraído da lista estava ligado à distinção referente ao sexo dos chefes de domicílios. Estas informações mostram que não havia equilíbrio entre os sexos, sendo que, dos 286 fogos, 238 ou 83% são chefiados por homens e apenas 48 ou 17% por mulheres. E no que diz respeito à chefia de domicílios, apresentamos uma boa variedade de chefes, no qual foi possível esboçar algumas reflexões a respeito da chefia, como, por exemplo, das mulheres. Além dos estudos e trabalhos a respeito do tema que citamos ao longo da tese, a documentação utilizada evidenciou algumas “categorias” de chefia das mulheres como: *as pardas, as viúvas, as índias e as donas*, que merecem uma análise futura, mais aprofundada. Possivelmente, no grupo de mulheres sem referência, haveria uma maior diversidade feminina, principalmente no que tange à cor ou origem étnica. Conseguimos perceber que algumas destas mulheres eram casadas, outras viúvas, umas possuíam escravizados em seus lares, outras não, umas tinham agregados, o que não se repetia para todas, e certamente havia uma diversidade na cor das mesmas, porém a grande maioria delas não tinha referência na documentação, o que deixou uma lacuna para pesquisas futuras.

É interessante notar que, embora tivéssemos alguns casos de chefia feminina, não havia “um padrão geral” nesta chefia dos fogos. Isso quebra a teoria de que estes seriam chefiados apenas pelos homens em todas as camadas sociais. Como salientou Eni Samara, para certas regiões havia uma predominância de mulheres como chefe dos domicílios, em virtude de alguma desorganização social, na qual os homens tinham que deixar seus lares.

Algumas dessas motivações poderiam ser explicadas pelas guerras de conquistas de novos territórios ou manutenção dos mesmos, ou por alguma outra circunstância que fez os homens não estarem ali. Também não podemos esquecer que a mentalidade da sociedade do XIX era essencialmente patriarcal, o que teoricamente apontaria uma predominância de chefes homens listados nas documentações.

Certamente estas questões de chefia de fogos estavam mais ligadas aos aspectos político-econômicos da localidade. Claro, como já frisamos, esta é uma sociedade patriarcal em que o “normal” era ter homens como chefe dos domicílios. No entanto, citamos aqui alguns trabalhos que mostram que as mulheres ocupavam bastante esse posto, devido a várias instabilidades nas localidades. Seria interessante para uma pesquisa futura nesta região, uma comparação, fazendo recorte do período inicial do povoamento e anos depois, para termos um melhor entendimento destas questões relacionadas a homens e mulheres como chefes dos domicílios. No entanto, não temos listas para períodos posteriores a 1830. Ao menos ainda não foram encontradas.

Evidenciamos que, em análise comparativa entre os homens e mulheres enquanto chefes, percebe-se que a chefia masculina era dividida em oito categorias distintas de qualificação, enquanto as mulheres possuem apenas quatro. Dentre as chefas de domicílios, 54% possuíam alguma denominação. A que mais se repetiu foi o de viúva, apontando traços, de certa maneira, patriarcais da sociedade, pois estas mulheres estão chegando a essa posição após o falecimento de seus cônjuges. Evidentemente, isso não era regra. Por outro lado, temos o qualitativo de Dona. Como já mencionamos, em muitos casos, as mulheres detentoras desta alcunha tinham uma participação social relevante em suas localidades.³⁶⁴

Com a análise da lista de domicílios de Caçapava foi possível extrair algumas destas particularidades. Exemplo disso era a grande variável no número de moradores, ainda mais quando estes eram peões, escravizados, agregados. Era, sem dúvida, uma população bem significativa.

³⁶⁴SELISTER, Michelle Raupp. *"A viúva rica com um olho chora e o outro repica": viúvas no Rio Grande de São Pedro na segunda metade do século XVIII*. 2012. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientador: Fábio Kühn. COSTA, Dora Isabel Paiva da. *As mulheres chefes de domicílios e a formação de famílias monoparentais: Brasil, século XIX*. Revista Brasileira de Estudos de População, v.17, n.1/2, jan./dez. 2000.

O que foi analisado na lista de domicílios de Caçapava está conectado, em parte, com a forma como os autores aqui citados caracterizaram os agregados em seus estudos. Havia sim, diferenças, pois existe uma relevante diversidade dentro da categoria agregado, e isso pode variar bastante de região para região. Aqui, encontrei índios como agregados, escravizados de agregados, agregados com famílias, parentes como agregados. Isso ao menos indica que ser agregado não tem uma simples definição ou um padrão geral, como os estudos anteriores mostraram. Aqui, foi possível fazer caracterizações gerais dos agregados: todos eram despossuídos de terras. Mas também, apresentamos dados revelando que isso não impediu que estes homens e mulheres buscassem espaço em uma sociedade extremamente excludente. Todos eram livres e pobres, o que os levava a condição de se agregarem em rincões de terceiros. Também poderiam ser ou não ser aparentados dos donos das terras, não havendo uma regra geral. Dos 286 domicílios, 90 ou 31% destes possuíam agregados, variando dentro de um total de 380 agregados ou 13% da população listada nos domicílios de Caçapava.

A lista de fogos de Caçapava também tinha a presença de peões. Destes, cinquenta eram *índios*, dos quais treze eram casados e suas esposas índias estavam junto deles. Havia um total de quatorze mulheres índias. Destas, duas eram casadas com pretos forros. Percebe-se a importância destes dados, pois eles contrariam a clássica visão de que os peões não tinham vínculo familiar estável, ou seja, não eram casados e que vagavam livremente. Isso certamente não servia para os homens brancos, tampouco para os peões indígenas e pretos forros.

As análises feitas em ambas as fontes mostram que a maioria de escravizados que viviam na vila de Caçapava naquele período era do sexo masculino. Este dado estaria em conexão com o que a historiográfica referente ao tráfico negreiro. Pois esta linha teórica caracteriza esta maior existência no número de homens, por consequência do tráfico. Isso se reflete nas diversas áreas do Brasil colonial e, posteriormente, Imperial. Ao analisar as informações alusivas à distinção em termos percentuais entre homens e mulheres escravizadas, a análise feita dos dados faz criar indicadores que apontam para valores que nunca baixaram dos 59% de maioria masculina, isso nos três tipos de fontes analisadas para Caçapava. Percebe-se, ainda, que as porcentagens

dos homens escravizados eram maiores na lista de fogos, chegando a percentuais que atingiam 63%.

Percebe-se uma paridade na população escrava jovem, o que é normal, pois estão ligadas às natalidades, em contraposição a uma predominância masculina entre os adultos e velhos. Sem dúvida, aí está uma influência do tráfico, talvez não apenas de africanos, mas também do ingresso de escravizados crioulos via comércio interno. Esses seriam os fatores que “injetariam” homens nessa população escravizada. De tal forma, essas são hipóteses que corroboram nossos dados com uma supremacia de escravizados do sexo masculino. Enfim, essa diferença da presença dos sexos nas diferentes faixas etárias reforça a ideia da economia de Caçapava, no período tratado, como uma economia capaz de adquirir escravizados regularmente através do mercado, ainda que em número reduzido. Mostra também o potencial escravista da produção pecuária e agrícola para o mercado interno, ainda que em uma região fora das grandes zonas pecuaristas do Rio Grande do Sul.

Foi possível evidenciar que havia dois universos estruturais. Em um deles, as escravarias estavam espalhadas por distintos setores sociais, compondo a mão de obra não apenas dos grandes senhores de escravizados.

Estas tinham a presença de escravizados crianças, demonstrando que havia uma reprodução endógena bem expressiva nessa localidade. Estes escravizados, por outro lado, também poderiam ser utilizados como mão de obra a complementar as atividades familiares ligadas à produção. Isso fica evidenciado nos 40 domicílios que tinham apenas um escravo. Nem que seja por certo momento, este arranjo se fez desta forma. Aqui, foi possível visualizar em duas fontes distintas para a mesma localidade elementos similares. Um estudo em serial nos inventários e análise da lista de fogos apontou para um lugar mais complexo, no qual a posse dos escravizados colocava diversos homens em uma esfera de igualdade, a de senhores de escravos.

Percebemos no que diz respeito à forma das liberdades, já que na localidade de Caçapava, também havia um maior número de mulheres que conseguia ter suas cartas de alforrias. Sendo assim, foi mais corriqueiro, em Caçapava, que as mulheres adquirissem as suas liberdades em detrimento dos

homens. Evidentemente, isso não pode ser generalizado, porém, como vimos, isso também ocorria em outras regiões aqui citadas.

Parece-me que a ideia da reprodução endógena faz sentido pois, para termos a mesma, era necessária, primeiramente, uma quantidade significativa de escravizados na faixa etária produtiva, e isso havia.

O outro fator é teor número relevante de “crianças” na faixa etária de 0 a 14 anos. De fato, não temos como afirmar que todas essas crianças nasceram na localidade, mas podemos sim, dizer que eram crioulas, o que indica uma potencial reprodução endógena.

Todo esse quadro social estava vinculado às atividades econômicas. Percebe-se que estas passaram por um processo lento iniciado em finais do século XVIII e início do XIX vinculado a algumas mudanças estruturais pelas quais passava a região sul.

O comércio dos couros foi perdendo seu caráter de importância econômica, que foi ocupado pela indústria charqueadora. Esse novo desenho econômico fez com que houvesse um grande e promissor comércio interno entre os criadores de gado *vacum* e charqueadores. Algumas regiões tiveram grande destaque na pecuária, como é o caso de Bagé e Alegrete, que figuravam como as principais localidades detentoras dos maiores rebanhos bovinos, conseqüentemente era uma área de grandes criadores.³⁶⁵ Caçapava por sua vez, não tinha uma pecuária como a de Alegrete ou Bagé, no que tange à quantidade de reses por estabelecimento. Todavia, era uma localidade que tinha a economia pecuarista bovina como seu alicerce, ainda que de forma modesta. Essa base econômica fez gerar pecúlio para que esta localidade figurasse entre as regiões que buscavam abastecimento de escravizados pelo tráfico atlântico. Certamente, estes cativos que vieram de além-mar alteravam os padrões da população escravizada de Caçapava.

Portanto, a visão da campanha sul rio-grandense por parte de uma historiografia tradicional referia que a região sul em sua grande maioria era detentora de uma área de pecuária de grande monta, o que não se confirmou para todo o sul. Essa pesquisa se soma aos trabalhos de uma historiografia que abordou as questões agrárias sulinas. Estas pesquisas sinalizaram para

³⁶⁵ FARINATTI, 2010; MATHEUS, 2016.

uma grande diversidade nas práticas ligadas à agricultura e ao manejo do gado *vacum*. Contrapondo a visão tradicional tivemos os trabalhos já citados (ZARTH, 2002; OSÓRIO, 2007; FARINATTI 1999, 2010; ARAÚJO, 2008; CORRÊA, 2013, FONTELLA, 2013; MATHEUS, 2016). De fato, esta lida não era exercida apenas por uma elite agrária. A configuração do sul do Brasil era em sua grande maioria formada por unidades produtivas de média e pequena escala, tendo que alternar entre o manejo com o gado e a produção de alimentos, isso com o trabalho de escravizados.

Outro elemento averiguado foi a grande difusão da mão de obra escravizada, estava espalhada em diversas senzalas, não apenas dos grandes pecuaristas, mostrando que esta era uma sociedade extremamente escravocrata, onde 92% dos inventariados e 67% dos jogos possuíam escravizados. Estes números caracterizam as unidades produtivas de Caçapava como dependente da mão de obra dos escravizados, embora houvesse outras formas. Pelos dados que encontramos, acredito que, para a maioria das unidades domésticas, fosse mais fácil adquirir no mínimo um escravizado do que pagar pelo serviço de peões livres, embora também estivessem presentes, como evidenciamos.

Assim, conseguimos visualizar, por meio das análises, que a região agrária de Caçapava tinha um contingente não desprezível de escravizados. E esta população escravizada estava distribuída nas diversas unidades produtivas da localidade. Somado a isso, havia algumas semelhanças e padrões estruturais referentes à população escravizada, no que diz respeito a sua distribuição nas unidades produtivas entre Caçapava e regiões que tinham perfil agrário semelhante, São Borja, região missioneira, Cruz Alta, no norte da província do Rio Grande do Sul, e o Agreste pernambucano. Em menor grau, semelhanças também foram encontradas com regiões de pecuária de maior escala (Alegrete e Bagé) ou ainda mais modestas que Caçapava (Sertão de Pernambuco). Esses fatores reforçam a conexão entre o trabalho dos escravizados e a pecuária, reiterando a percepção de que esse tipo de mão de obra ocupava posição estrutural e não fortuita ou ocasional nas atividades pecuárias destinadas ao mercado interno brasileiro. Pois quando citamos os ofícios dos escravizados, estes tinham em sua maior representatividade, ser campeiros, que ligavam estes ao manejo do gado.

Neste trabalho, procuramos apontar elementos ligados à configuração domiciliar de uma sociedade rural. E isso foi feito. De fato, a lista de fogos continha muitas variáveis que nos ajudaram no entendimento deste cenário. Para corroborar, agregamos os inventários, as cartas de liberdades e outras fontes de uma forma mais qualitativa. Todos estes dados serviram para a proposta de análise que escolhemos. Acreditamos que muito ainda pode ser pesquisado nessa região e no mesmo recorte temporal, claro que com a empregabilidade de uma gama maior de fontes, como os registros eclesiásticos, processos crimes, dentre outros. Certamente a empregabilidade destas fontes pode dar novos contornos no que diz respeito ao aprofundamento nas análises e no entendimento do mundo agrário do século XIX no sul do Brasil.

REFERÊNCIAS:**Fontes primárias:**

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, Inventários *post-mortem* do município de Caçapava do Sul, do período de 1821 a 1850.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – Cartório de Órfãos e Ausentes, Inventário de Anna Maria da Conceição. Caçapava, 1833.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – Cartório de Órfãos e Ausentes, Inventário de Manoel de Souza Teixeira. Caçapava, 1835.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – Cartório de Órfãos e Ausentes, Inventário de Antônio Adolfo Charão. Caçapava, 1835.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – Cartório de Órfãos e Ausentes, Inventário 146. Inventariado: Manoel Luiz da Silva Borges. Caçapava, 1849.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – Cartório de Órfãos e Ausentes, Inventário de Angélica Rosa de Jesus. Caçapava, 1836.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Documentos da escravidão*: catálogo seletivo de cartas de liberdade, acervo dos tabelionatos do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: CORAG, 2006.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Documentos da escravidão*: inventários: o escravo deixado como herança, Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas CORAG, 2010.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – Livro 1 de transmissão de notas de Caçapava – 1834 a 1849.

ARQUIVO HISTÓRICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, Fundo Autoridades Municipais, Caçapava, Correspondência Expedida (1834/1836), maço 24, lata 10.

ARQUIVO HISTÓRICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - Relação dos Cidadãos que possuem terras no Município de Caçapava – 1856.

ARQUIVO HISTÓRICO DE CAÇAPAVA DO SUL – Fundo de Autoridades Municipais, Caçapava, Correspondência Expedida (1834/1836), maço 24, lata 10.

ARQUIVO HISTÓRICO DE CAÇAPAVA DO SUL – Livro de Registro de Marcas de Gado.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, Lista de Fogos de Caçapava – 1830, (Maço 7, Lata 2, IHGRS).

Referências Bibliográficas:

ABRÃO, Nicolau da Silveira. *História do Município de Caçapava do Sul*. Martins Livreiro. 3ª ed. Porto Alegre, 1992.

_____, Nicolau S. CASSOL, Arnaldo Luiz. *Caçapava Capital Farroupilha*. Martins Livreiro. Porto Alegre, 1985.

_____, Nicolau S. CASSOL, Arnaldo Luiz. *História Administrativa, Legislativa e Política de Caçapava do Sul: 1831-1988*. Martins Livreiro. Porto Alegre, 1988.

ALADRÉN, G. *Sem respeitar fé nem tratados: escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777 – 1835)*. Niterói (RJ): (Tese de doutorado). PPGH/UFF, 2012.

ALMEIDA, Kátia Lorena. *Alforrias em Rio de Contas - Bahia (século XIX)*. PPGH/UFBA. (Dissertação de Mestrado). Salvador, 2006.

ANDERSON, Michael. *Elementos para a História da Família Ocidental: 1500-1914*. Lisboa: Editorial Querco, 1984.

ANTONACCI, Maria Antonieta *et al.* *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

ARAÚJO, Thiago Leitão de. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila de Cruz Alta, província do Rio grande do Sul, 1834-1884)*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2008. (Dissertação de Mestrado)

_____. *Ambivalências da escravidão: controle social, criação da liberdade - Rio Grande de São Pedro (1850/1888)*. In: *III encontro: Escravidão e liberdade no Brasil meridional*. Porto Alegre, 2007.

BEATTIE, Peter M. *Tributo de sangue: Exército, Honra, Raça e Nação no Brasil 1864-1945*. São Paulo: Editora da USP, 2009.

BACELLAR, Carlos. *Agregados em Casa, Agregados na Roça: uma discussão*. In: SILVIA, Maria Beatriz Nizza da (Org.) *Sexualidade, Família e Religião na Colonização do Brasil*. Livros Horizonte. Lisboa, 2001.

_____. *Arrolando os habitantes no passado: as listas nominativas sob um olhar crítico*. *in.*: Locus: revista de história, Juiz de Fora, v. 14, n. 1p. 113-132, 2008.

BAKOS, Margaret Marchiori. *RS: escravidão e abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

BARBOSA, Carla Adriana da Silva. *A casa e suas virtudes: relações familiares e a elite farroupilha (RS, 1835-1845)*. São Leopoldo: PPGH/UNISINOS, 2009. (Dissertação de Mestrado)

BARREIRO, José Carlos. *Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BARROS, D'Assunção José. *História, Região e Espacialidade*. Revista de História Regional, 2005.

BARICKMAN, Bert. *Um Contraponto Baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2003a.

_____. *Se a Casa Grande Não Fosse Tão Grande? Uma freguesia açucareira do Recôncavo Baiano em 1835*. *Afro-Ásia*, 29/30, 79-132. 2003b.

BARTH, Fredrik. *O Guru, o Iniciador e outras variações antropológicas*. Contra Capa Livraria: Rio de Janeiro, 2000.

BELLINI, Ligia. *Por Amor e por Interesse: a relação senhor-escravo em cartas de alforria*. In: REIS, João José (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BERUTE, Gabriel do Santos. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790- c. 1825*. Porto Alegre: UFRGS- PPGH, 2006 (Dissertação de Mestrado).

_____. *Mercadorias, rotas e agentes mercantis: O movimento da barra do porto de Rio Grande (primeira metade do século XIX)*. *Blogue de História Lusófana*: ano VI, Janeiro 2011a.

_____. *Atividades Mercantis do Rio Grande de São Pedro: negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808 – 1850)*. Porto Alegre: UFRGS- PPGH, 2011b. (Tese de Doutorado).

_____. *O tráfico negreiro no Rio Grande do Sul e as conjunturas do tráfico atlântico, c. 1790 – c. 1830*. In: *Anais do V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil meridional*. Porto Alegre: UFRGS, 2011c.

_____. *O tráfico negreiro na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e a perspectiva da proibição do tráfico atlântico de escravos, 1826 – 1831*. *Anais do IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil meridional*. Curitiba: UFPR, 2009.

_____. *Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790 – c. 1830: tráfico negreiro e conjunturas atlânticas*. XAVIER, R. C. L. X. (Org.). *Escravidão e liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise*. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2012, p. 207-228.

BLOCH, Marc. *Les Caracteres Originaux de L'Histoire Rurale Française*. Paris: Armand, 1968.

_____. *Apologia da História ou o Ofício de ser historiador*. Jorge Zahar. Rio de Janeiro, 2002.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Famílias e domicílio Goianos na época da independência*. *História & Perspectivas*, Uberlândia, (29 e 30): 71-102, Jul./Dez. 2003/Jan./Jun. 2004.

BORUCKI, Alex; CHAGAS, Karla; STALLA, Natalia. *Esclavitud y trabajo. Un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya 1835-1855*. Montevideo, Pulmón, 2004.

BRIOSCHI, Lucila Reis. *Criando Histórias: paulistas e mineiros no Nordeste de São Paulo, 1725-1835*. Tese de Doutorado em Sociologia pela FFLCH da USP, 1995.

BRÜGGER, Sílvia Maria Jadim. *Minas Patriarcal – Família e Sociedade (São João del Rei, Séculos XVIII e XIX)*. Niterói: PPGH/UFF, 2002. (Tese de Doutorado)

_____. *Escolhas de padrinhos e relações de poder: uma análise do compadrio em São João del Rei (1736-1850)*. In: CARVALHO, José Murilo. *Nação e Cidadania no Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CÂMARA, Leandro C.; SILVA, André Félix M. da; DOMINGUES, Vanessa Kely. *São Paulo, 1827: uma análise demográfica – Penha, Nossa Senhora do Ó e Santana*. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil, de 4 a 8 de novembro de 2002. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_His_PO18_Camara_texto.pdf Acesso: 01/02/2017.

CAMARGO, Fernando. *O Malón de 1801: A Guerra das Laranjas e suas implicações na América Meridional*. Clio Livros: Passo Fundo-RS, 2001.

CARATTI, Jônatas Marques. *O Solo da Liberdade: as trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos do processo abolicionista uruguaio (1842-1862)*. São Leopoldo: PPGH/UNISINOS, 2010. (Dissertação de Mestrado)

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Primeira edição de 1962).

_____. *A economia do Brasil Meridional*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, "O Brasil Monárquico". Vol. 04, "Dispersão e Unidade". 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, pp. 540-554.

CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os Métodos da História*. 4ªed. Edições Graal. Biblioteca de História. Rio de Janeiro, 1983.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. PETROPÓLIS: Vozes, 1979.

_____. *El modo de producción esclavista colonial en América*. In: Assadourian, Carlos et alii, *Modos de producción en América Latina*. 3ª ed. Buenos Aires: Cuadernos de Pasado y Presente, 40, p. 193-242, 1975.

CARRERA, Julián. *El concepto de región y el área rural rioplatense 1750-1850*. Anuario del Instituto de Historia Argentina. (2004). [En línea] Anuario del Instituto de Historia Argentina, 4. Disponible en: http://www.fuentesmemoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.3247/p r.3247.pdf El concepto de región y el área rural rioplatense 1750-1850.

CARVALHO, Daniela Vallandro de. *"Entre a solidariedade e a animosidade": os conflitos e as relações interétnicas populares, Santa Maria – 1885 a 1915*. São Leopoldo, RS: UNISINOS, PPGH, 2005, (Dissertação de Mestrado).

CARVALHO, Marcus J. M. *Liberdade e rupturas do escravismo no Recife, 1822 – 1850*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1998.

CESAR, Guilhermino. *O Conde de Piratini e a Estância da Música: administração de um latifúndio reio-grandense em 1832*. Porto Alegre: EST, 1878.

_____. *Ocupação e diferenciação do espaço*. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sérgio (orgs.). RS: economia e política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, PP. 07-27.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia da Letras, 2012.

CHRISTILLINO, Christiano Luís. *Estratégias de família na ocupação do planalto sul-rio-grandense no XIX*, IX Encontro Estadual de História, ANPUH-RS, 2008.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

CORRÊA, André Nascimento do. *Roceiros, campeiros e domadores: o ofício do trabalho escravo na Vila de Caçapava (1831-1839)*. Revista Latino-Americana de História. Vol. 1, nº. 3. São Leopoldo. Março de 2012. Edição Especial – Lugares da História do Trabalho.

_____. *Ao sul do Brasil oitocentista: escravidão e estrutura agrária em Caçapava, 1821-1850*. Santa Maria: UFSM/PPGH, 2013.

CORRÊA, André do N.; MATHEUS, Marcelo S. *A escravidão em uma perspectiva comparada: Caçapava (RS, Brasil) e Brazoria (Texas) – primeira metade do século XIX*. No prelo.

CORSETTI, Berenice. *Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX*. Niterói, 1983. 343f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense.

COSTA, Dora Isabel Paiva da. *As mulheres chefes de domicílios e a formação de famílias monoparentais: Brasil, século XIX*. Revista Brasileira de Estudos de População, v.17, n.1/2, jan./dez. 2000.

COSTA, Iraci Del Nero da. *Por uma definição abrangente da categoria Agregado*. Boletim de História Demográfica, São Paulo, FEA-USP, 1 (1), 1994.

DAMASCENO, Nicole. *Estruturas domiciliares da cidade de Mariana: análise da Lista de Habitantes do Distrito de Mariana de 1819*. III Simpósio ILB - Itinerários da Pesquisa Histórica: métodos, fontes e campos temáticos, 2010.

DJENDEREDJIAN, Julio César. *¿Un aire de familia? Producción agrícola y mercados desde Corrientes y Entre Ríos a Rio Grande do Sul, fines del siglo XVIII y comienzos del XIX: algunas reflexiones comparativas*. Primeiras Jornadas de História Regional Comparada. Porto Alegre, PUCRS, 2000. Disponível em <<http://cdn.fee.tche.br/jornadas/1/s5a3.pdf>>. Acesso em 10 de agosto de 2017.

_____. *Historia del Capitalismo Agrario Pampeano. La agricultura pampeana em la primera mitad del siglo XIX*. Editores Siglo XXI. Buenos Aires, Argentina, 2008.

DOTTO, Marizete Rodrigues. *A participação dos “invisíveis” no processo de constituição do município de Caçapava do Sul: os negros na literatura e na produção historiográfica local*. Caçapava do Sul: URCAMP, 2005.

DREYS, Nicolau. *Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1961.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. *Os Municípios do Rio Grande do Sul: Informações históricas, sócio-econômicas e políticas*. Corag: Porto Alegre, 1985.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1998.

FARINATTI, Luís A. *Sobre as Cinzas da Mata Virgem: Lavradores Nacionais na Província do Rio Grande do Sul (Santa Maria, 1845-1880)*. Porto Alegre: PUCRS, 1999. Dissertação, Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Curso de Pós-Graduação em História.

_____. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Editora UFSM. Santa Maria, 2010.

_____. *Um Campo de Possibilidades: notas sobre as formas de mão-de-obra na pecuária (Rio Grande do Sul – século XIX)*. História – Unisinos. São Leopoldo: v. 8, agosto-dezembro de 2003, pp. 253-276.

_____. *Para além de estancieiros e colonos: o Rio Grande do Sul rural dos oitocentos e os lavradores nacionais*. In: QUEVEDO, Julio (Org.). *Historiadores do Novo Século*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2001.

_____. *Criadores de Gado na Fronteira Meridional do Brasil (1831-1870)*. Anais das II Jornadas de História Regional Comparada, Porto Alegre: CD-ROM, 2005.

_____. *Escravidão e pecuária na fronteira sul do Brasil: primeiras notas de pesquisa (Alegrete, 1831-1850)*. Anais do II Encontro de Pós-Graduação em História Econômica da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, Niterói: (ABPHE), CD-ROM, 2004.

_____. *Escravos nas estâncias e nos campos: escravidão e trabalho na Campanha Rio-grandense (1831-1870)*. CD-ROM [do] VI Congresso Brasileiro de História Econômica. Conservatória (RJ): 2005.

_____. *Escravos do Pastoreio: Pecuária e escravidão na fronteira meridional do Brasil (Alegrete, 1831-1850)*. Revista Ciência e Ambiente, n. 33 (jul/dez, 2006) Santa Maria: UFSM, 2006. p- 135- 154.

_____. *Os Senhores de Japejú: famílias, dotes e estâncias na fronteira meridional do Brasil (século XIX)*. In. : *Fronteiras Americanas: teoria e práticas de pesquisa*. (org.) GUAZZELLI, Cesar; Flores, Mariana; AVILA, Arthur. Ed. Suliani Letras & Vida. Porto Alegre, 2009.

FARINATTI, Luís Augusto E.; MATHEUS, Marcelo Santos. *Estrutura de Posse Escrava na Fronteira de São Pedro (Alegrete e Bagé, primeira metade do século XIX)*. 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Curitiba (UFPR), de 13 a 16 de maio de 2015. Anais completos do evento disponíveis em <http://www.escravidaoliberdade.com.br/>.

_____. *A história de João Potro: Trajetória e relações de reciprocidade de uma família subalterna no sul do Brasil (1820-1855)*. Varia História, Belo Horizonte, vol. 33, n. 63, p. 707-743, set/dez 2017.

FIABANI, Adelmir. Fazendas, cativos e gado na história do Tocantins. In: MAESTRI, Mário; LIMA, Solimar O. (Org.) *Peões, vaqueiros e cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil*. Editora UPF. Passo Fundo, 2010.

FIGUERÔA-RÊGO, João de; OLIVAL, Fernanda. *Cor da pele, distinções e cargos: Portugal e espaços atlânticos portugueses (séculos XVI a XVIII)*. *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF, v. 15, nº 30, p. 115-145, julho 2011.

FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (século XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

_____. GÓES, José Roberto. *A Paz nas Senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*.

Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FLORES, Moacyr. *República Rio-Grandense: realidade e utopia*. Coleção História – 54. Editora; EDIPUCRS. Porto Alegre, 2002.

FONTELLA, Leandro Goya. Sobre as ruínas dos Sete Povos: estrutura produtiva, escravidão e distintos modos de trabalho no Espaço Oriental Missioneiro (Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, 1828 – 1858). Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2013. (Dissertação de Mestrado)

FONTELLA, Leandro Goya & MATHEUS Marcelo Santos. *Estrutura de posse escrava na província do Rio Grande de São Pedro: um apanhado historiográfico (c. 1820 – c. 1870)* Revista Latino-Americana de História Vol. 2, nº. 9 – São Leopoldo. Dezembro de 2013.

FORTES, Amyr Borges; WAGNER, João B. S.. *História Administrativa, Judiciária e Eclesiástica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Editora Globo, 1963.

FORTES, João Borges. *Os casais Açorianos: presença lusa na formação sul-rio-grandense*. Porto Alegre: Martins livreiro, 1978. (Primeira edição de 1932).

FRAGOSO, João. PITZER, Renato. *Barões, Homens Livres Pobres e Escravos: Nota sobre uma fonte múltipla – inventário post-mortem*. In.: Revista Arrabaldes. Niterói, Ano I, nº2, set/dez. 1988. p. 29-52.

FRAGOSO, João. *Principais da Terra, Escravos e a República: O desenho da paisagem agrária do Rio de Janeiro seiscentista*. In.: Revista Ciência & Ambiente, UFSM Santa Maria: Editora UFSM, 2006.

_____. *O Império Escravista e a República dos Plantadores. Economia brasileira no século XIX: mais do que uma plantation escravista exportadora*. In: LINHARES, Maria Yedda (org). *História Geral do Brasil*. 9ª. ed. Rio de Janeiro: Campuns, 2000, pp. 144-184.

_____. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*, 2ª. ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____. Economia brasileira no século XIX: mais do que uma plantation escravistaexportadora. In: LINHARES, Maria Yeda (org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

FRAGOSO, J. FLORENTINO, M. *O Arcaísmo como Projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite em uma economia colonial tardia Rio de Janeiro, 1790 – c. 1840*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: 2001.

FRAGOSO, J; BICALHO, M. F. (orgs.); GOUVÊA, M. de F.. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FRANCO, Stella Maris Scatena. Relatos de viagem sobre a AméricaHispânica: considerações sobre as obras historiográficas de Feliú Cruz e EstuardoNúñez. *história da historiografia • Ouro preto*, número 7, nov./dez., 2011, pp. 157-172Disponível em: www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/download/276/206 Acessado em julho 2017

_____. Relatos de viagem: reflexões sobre seu uso como fonte documental. In: JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stella M. Scatena. (Orgs.). *Cadernos de Seminários de Pesquisa*. Vol. II. São Paulo: Humanitas, 2011. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dh/leha> Acessado em janeiro de 2012.

FREITAS, Denize Teresinha Leal. *O casamento na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre: a população livre e suas relações matrimoniais de 1772-1835*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

FELIZARDO, Julia Netto. *Evolução Administrativa do RS*. Porto Alegre: Governo do RS, s/d.

FREITAS, Décio. *O escravismo brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.

_____. *O Capitalismo pastoril*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e Senzala: as origens da família patriarcal brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1987.

FONSECA, Pedro Ari Veríssimo da. *O Negro na História do Rio Grande Heróico*. Projeto Passo Fundo. Passo Fundo, 2013.

FORTES, Amyr Borges. *Compêndio de história do Rio Grande do Sul*. 6. ed. Porto Alegre: Sulina, 1981.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA DO RS. *De província de São Pedro a Estado do rio Grande do Sul – Censos (1803-1950)*. Porto Alegre: FEE, 1981.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 15ª ed. Cia. Editora Nacional, 1977.

GADDIS, John Lewis. *Paisagens da História: como os historiadores mapeiam o passado*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GARAVAGLIA, Juan C. *Pastores y Labradores de Buenos Aires: una historia agraria de la campaña bonaerense (1700-1830)*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1999.

GARCIA, Graciela Bonassa. *O Domínio da Terra: conflitos e estrutura agrária na campanha rio-grandense oitocentista*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2005. (Dissertação de Mestrado).

GELMAN, Jorge. *Campesinos y estancieros*. Una región del Río de la Plata a fines de la época colonial. Buenos Aires: Editorial Los Libros del Riel, 1998.

_____. *Producción Campesina y Estancias en el Río de La Plata Colonial: la región de Colonia a fines de siglo XVIII*. Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani. Tercera serie, Buenos Aires, n.6. p.41- 65, Jul/ dic. 1992.

_____. *Las condiciones del crecimiento estanciero en el Buenos Aires de la primera mitad del siglo XIX: trabajo, salarios y conflictos en las estancias de Rosas*. In: GELMAN, Jorge; GARAVAGLIA, Juan Carlos; ZEBERIO, Blanca (org.). *Expansión capitalista y transformaciones regionales: relaciones sociales y empresas agrarias en la Argentina del siglo XIX*. Buenos Aires: Editorial La Colmena, 1999.

GELMAN, Jorge. SANTILLI, Daniel. *Historia Del Capitalismo Agrario Pampeano: De Rivadaria a Rosas. Desigualdad y crecimiento económico*. Editora: Siglo XXI. Buenos Aires, 2006.

GIL, Tiago Luís. *Infiéis Transgressores: elites e contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande e Rio Pardo (1760 -1810)*. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 2007.

GIMENO, Alejandro Jesus Fenker. *Apropriações e comércio de terras na cidade de Cachoeira no da imigração Europeia. (1850-1889)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2014.

GINZBURG, Carlo. *O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico*. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989. p. 169-178.

GÓES, José Roberto. *O cativo imperfeito: um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX*. Vitória: Lineart, 1993.

GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1978.

GOMES, Alessandra Caetano. *Em busca da liberdade: as alforrias em duas regiões do sudeste escravista, 1825-1888*. PPGH/USP, (Dissertação de Mestrado). São Paulo, 2008.

GOUBERT, Pierre. *Cen Mille Provinciaux au XVII siècle: Bouvais et le Bouvaisis de 1600 a 1730*. Paris: Flammarion, 1968.

GOULART, Jorge Salis. *A Formação do Rio Grande do Sul*. 2ªed. Edição da Livraria do Globo. Porto Alegre, 1933.

GRIMSON, Alejandro. *Fronteras, estados e identificaciones en el Cono Sur. En libro: Cultura, política y sociedad Perspectivas latinoamericanas*. Daniel Mato. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005. pp. 127-142.

GUZZELLI, César Augusto Barcelos. *O horizonte da província: a República Rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Rio de Janeiro: RFRJ, 1998. (Tese de Doutorado).

GUEDES, Roberto. *Egressos do Cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798 – c. 1850)*. Mauad X: FAPERJ. Rio de Janeiro, 2008.

GUIMARÃES, Elione. *Terra de Preto*. Usos e ocupação da terra por escravos e libertos (Vale do Paraíba mineiro, 1850-1920). Niterói, Editora da UFF, 2009.

GRAHAM, Richard. A “família” escrava no Brasil colonial. In: _____. *Escravidão, reforma e imperialismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GRINBERG, Keila. *Liberata: A lei da ambigüidade: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. *Re-escravização, Revogação da Alforria e Direito no Século XIX*. ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa, 2003.

HAMEISTER, Martha Daisson. *O continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes*. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH/UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

_____. *Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do Rio Grande (1738-1763)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

HAMAISTER, Martha Daisson; GIL, Tiago. *Fazer-se Elite no Extremo-Sul do Estado do Brasil: uma obra em três movimentos*. Continente do Rio Grande de São Pedro (século XVIII). In: FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla; SAMPAIO, Antonio. (Orgs.) *Conquistadores e Negociantes: História de elites no antigo Regime nos trópicos*. América lusa, séculos XVI a XVIII. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2007.

HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

HÖRMEYER, Joseph. *O Rio grande do Sul de 1850: descrição da Província do Rio Grande do Sul no Brasil Meridional*. Porto Alegre: EDUNI-SUL 1986.

ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

KARASCH, Mary C. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro - 1808 / 1850*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

KLEIN, Herbert. Economic aspects of the eighteenth-century Atlantic slave trade. In: TRACY, James D (ed). *The rise of marchant empires*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

KLEIN, Herbet S. e LUNA, Francisco Vidal. *Economia e Sociedade Escravista: Minas Gerais e São Paulo em 1830*. In.: LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbet S; COSTA, Iraci del Nero. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. 2009, EDUSP. São Paulo, 2009. pp. 197-228.

_____. e LUNA, Francisco Vidal. *Escravidão e Senhores no Brasil no início do Século XIX: São Paulo em 1829*. In.: LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbet S; COSTA, Iraci del Nero. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. 2009, EDUSP. São Paulo, 2009. pp. 307 - 334.

_____. e LUNA, Francisco Vidal. *Escravidão e Africanos na Economia de São Paulo (1804 -1850)*. In.: LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbet S; COSTA, Iraci del Nero. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. 2009, EDUSP. São Paulo, 2009.

KRAAY, H. *Política racial, Estado e Forças Armadas na época da Independência: Bahia, 1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2011.

KÜHN, Fábio. *O projeto reformador da Diocese do Rio de Janeiro: as Visitas Pastorais no Rio Grande de São Pedro (1780-1815)*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 1996. (Dissertação de Mestrado)

KÜHN, Fábio. *Gente da Fronteira: família, sociedade, e poder no sul da América portuguesa – século XVIII*. Niterói: PPGH/UFF, 2006. (Tese de Doutorado)

KÜLZER, Gláucia Giovana Lixinski de Lima. *De Sacramento a Boca do Monte: a formação patrimonial de famílias de elite na Província de São Pedro (Santa Maria, RS, século XIX)*. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH/Unisinos, São Leopoldo, 2009.

KURY, Lorelai. *Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem*. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, RJ, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acessado em 05/06/2017.

JESUS, Alysson Luiz Freitas. *Nos Sertões das Minas: escravidão, violência e liberdade (1830-1888)*. Belo Horizonte: Annablume/Fapemig, 2007.

LARA, S. *Fragmentos Setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*. SP: Companhia das Letras, 2007.

_____. *Campos da Violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LAYTANO, Dante. *Origem da Propriedade Privada: em fronteira brasileira dos séculos XVIII e XIX*. Martins Livreiro. Porto Alegre 1983.

LEITE, Ilka Boaventura. *Antropologia da viagem. Escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

LEITE, Miriam L. Moreira. *Livros de viagem*. São Paulo: Edusp, 1997.

LEITMAN, Spencer. *Raízes Sócio-Econômicas da guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação*. Símbolo. São Paulo, 1979.

LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *Sobre a micro-história*. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história*. São Paulo: Editora da USP, 1992.

LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIMA, Solimar Oliveira, *Triste pampa: resistência e punição de escravos em fontes judiciais no RS / 1818-1833*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

LINHARES, M. Y. *História Agrária*. IN: CARDOSO, C. F; VAINFAS, R. (orgs.) *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. RJ: Elsevier, 1997.

LOTT, Mirian Moura. *Lista Nominativa de 1838: Características Demográficas, Econômicas e Sociais de Ouro Preto*. Anais do XIII Seminário Sobre Economia Mineira. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008. Pp.1-19.

LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da. *Posse de Escravos em São Paulo no Início do Século XIX*. Estudos Econômicos, São Paulo, IPE-USP, 13(1):211-21, 1983.

LUNA, Francisco Vidal. *Estrutura de Posse de Escravos e Atividades Produtivas em Jacareí (1777 a 1829)*. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, (28): 23-35, 1988.

MACHADO, Cacilda. *Compadrio de escravos & paternalismo: o caso da Freguesia de São José dos Pinhais (PR), na passagem do século XVIII para o XIX*. Anais do III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Florianópolis: 2007.

_____. *A Trama das Vontades: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

MAESTRI, Mário. *Deus é grande, o mato é maior!* Trabalho e resistência escrava no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2002.

_____. *O Império: da consolidação à crise do escravismo (1822-1889)*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2005.

_____. *O escravo no Rio Grande do Sul: trabalho, resistência e sociedade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

_____. *O escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravo gaúcho*. Porto Alegre: EDUCS, 1984.

MAMIGONIAN, Beatriz. *A liberdade no Brasil oitocentista*. Afro-Ásia, Salvador, nº. 48, pp. 395-405, jul./dez. de 2013.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000.

MARTINS, Luciana de Lima. *O Rio de Janeiro dos viajantes: o olhar britânico (1800-1850)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

MARTINS, Roberto Borges. *Minas Gerais, Século XIX: tráfico e o apego à escravidão numa economia não-exportadora*. Estudos econômicos, 13(1), São Paulo, Fipe/USP, 1983.

_____. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1982.

MATHEUS, Marcelo S. *Alforrias em Alegrete (1832-1871)*. Trabalho Final de Graduação apresentado ao Curso de História - Área das Ciências Humanas, do Centro Universitário Franciscano, como requisito parcial para aprovação no Curso de História. Santa Maria; 2009.

_____. *Fronteiras da Liberdade: Escravidão, hierarquia social e alforrias no extremo sul do Império do Brasil*. São Leopoldo: Oikos, Editora Unisinos, 2012.

_____. *A produção da diferença: escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (Bagé, c.1820-1870)*. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto de História - Programa de Pós-Graduação em História Social, 2016. [Tese de doutorado em história]

_____. *Escravidão, pecuária e liberdade: o Livro de classificação de escravos (Alegrete, década de 1870)*, História Unisinos, São Leopoldo, v. 17, nº. 1, pp. 24-36, jan./abr., 2013.

_____. *Frank Tannenbaum e os direitos dos escravos: religião e escravidão na América inglesa, Afro-Ásia*, nº. 51, pp. 213-250, 2015.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. *Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. Editora FGV. FAPERJ. Rio de Janeiro, 2009.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província do império*. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1992.

MENDONÇA, Joseli Nunes. *Cenas da abolição: escravos e senhores no Parlamento e na Justiça*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

MERCER, José Luiz da Veiga; NADALIN, Sérgio Odilon. *Um patrimônio étnico: os prenomes de batismo*. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 12-21, jul.-dez. 2008.

MIRANDA, Marcia Eckert. *A Estalagem e o Império. Crise do Antigo Regime, Fiscalidade e Fronteira na Província de São Pedro (1808-1831)*. San Pablo, HUCITEC, 2009, pp. 110-165.

MORAES, Bruno. *Os Sentidos da Liberdade: o processo de manumissões em Caçapava do Sul (1850 – 1888)*. Monografia de Final de Curso da Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas Curso de História: Santa Maria, 2008.

MORAES, María Inés. La Ocupación Del Espacio y la formación de paisajes agrárias em Uruguay. Revista Ciência & Ambiente. Nº 33, Santa Maria: Editora da UFSM, 2006.

_____. La Pradera Perdida: historia y economia del agro uruguayo – uma visão de largo prazo (1760-1970). Montevideo: Linardi Y Risso, 2008. (Tese de Doutorado)

MOREIRA, Paulo Staudt. *Faces da liberdade, máscaras do cativo*. Experiências de liberdade e escravidão percebidas através das cartas de alforria – Porto Alegre (1858-1888). Porto Alegre: Arquivo Público do Estado, EDIPUCRS, 1996.

_____. *Justiçando O Cativo*: A cultura de resistência escrava. In: PICCOLO, Helga; PADOIN, Maria Medianeira. (dir.) *Império* (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul) vol. II. Passo Fundo; Méritos, 2006.

_____. *Os Cativos e os Homens de Bem*: experiências negras no espaço urbano. EST Edições. Porto Alegre, 2003.

_____. Martins, Maria Cristina Bohn. *Herbeth Smith: um naturalista em viagem pela América Meridional*. São Leopoldo: Oikos / Editora da Unisinos, 2013.

MOREIRA, P. R. S.; AL-ALAM, Caiuá Cardoso; Pinto, Natalia Garcia. *Os Calhambolas do General Manoel Padeiro*: práticas calhambolas na Serra dos Tapes (RS, Pelotas, 1835). São Leopoldo : Oikos, 2013.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Os nomes de família em Portugal: uma breve perspectiva histórica. *Etnográfica*, Lisboa, v. 12, n. 1, p. 45-58, maio 2008.

MOTTA, José F. *Corpos Escravos Vontades Livres*: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829). São Paulo: Annablume, 1999.

MOTTA, M. *Nas Fronteiras do Poder*: conflito e direito á terra no Brasil do século XIX. 2ª edição. Niterói, UFF, 2008.

NEUMANN, Eduardo Santos. A Fronteira Tripartida: a formação do continente do Rio Grande – século XVIII. In: GRIJÓ, Luiz Alberto; KÜHN, Fábio. (Org.) *Capítulos da História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

NOVAIS, Fernando A. *Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial*. Editora Brasiliense. São Paulo, 1977.

_____. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: HCITEC, 1983.

OLIVEIRA, Mariana da Costa. *Agregados no Termo de Franca (1801-1820)*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

OLIVEIRA VIANNA, Francisco J. *População Meridionais do Brasil*. Vol I (populações rurais do centro-sul) 7ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia; Rio de Janeiro: EDUFF, 1987. (pp. 65-68).

OLIVEIRA, Vinícius Pereira de. *De Manoel Congo a Manoel de Paula: a trajetória de um africano ladino em terras meridionais (meados do século XIX)*. São Leopoldo: PPGH/UNISINOS, 2005. (Dissertação de Mestrado)

OLIVEIRA, Renata Saldanha. *Cativos Julgados: experiências sociais escravas de autonomia, sobrevivência e liberdade em Cachoeira do Sul na segunda metade do Século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2013.

OSÓRIO, Helen. *Apropriação da Terra no Rio Grande de São Pedro e a Formação do Espaço Platino*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 1990.

_____. *O Império Português ao Sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PERUSSATO, K. Melina. *Como se de ventre livre nascesse: experiências de cativo, parentesco, emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão - Rio Pardo/RS, c. 1860 - c. 1888*. (Dissertação de Mestrado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Pós-Graduação em História. São Leopoldo, 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Mercado Aberto. Porto Alegre, 1980.

_____, Sandra Jatahy. *Uma Certa Revolução Farroupilha*. In. : *O Brasil Imperial*. Volume II – 1831-1870. (Org.) GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

PETIZ, Silmei de Sant'Ana. *Buscando a Liberdade: as fugas de escravos da província de São Pedro para o além-fronteira (1815-1851)*. Passo Fundo: UPF, 2006.

_____. *Caminhos Cruzados: famílias e estratégias escravas na Fronteira Oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835)*. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História. São Leopoldo, 2009. Tese (Doutorado).

PINTO, Sergio Mauricio. *Família de Negros: entre a pobreza e a herança cultural*. Editora E-papers. Rio de Janeiro, 2009.

PINTO, Natália. *A Benção Compadre: Experiências de parentesco, escravidão e liberdade em Pelotas, 1830/1850*. Universidade do Vale do Rio dos Sinos,

Programa de Pós-Graduação em História São Leopoldo, 2012. (Dissertação de Mestrado).

PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Cartas de Alforria*: “para não ter o desgosto de ficar em cativeiro” In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, n. 52, 2006.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 26ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. *História Econômica do Brasil*. 46ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

PRAXEDES, Vanda Lucia. *Donas de Casa e dos Seus*: mulheres chefes de domicílios em Minas Gerais (1770-1870) – Algumas considerações. *Anais do XIII Seminário sobre a Economia Mineira*. Universidade Federal de Minas Gerais. 2008b.

_____. *Segurando as pontas, tecendo as tramas*: mulheres chefes de domicílio em Minas Gerais – 1770-1880 de minha autoria, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da FAFICH/UFMG em 2008a.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999.

RAMINELLI, Ronald. *Impedimentos da cor*: mulatos no Brasil e em Portugal c. 1640-1750. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 28, nº 48, p. 699-723: jul/dez 2012.

RATTO, Silvia. *Rompecabezas para armar*: El estudio de La vida cotidiana em um âmbito fronterizo. In. : *Memoria Americana*, n. 13, 2005, pp. 179-207.

RIBEIRO, José Iran. *Quando o Serviço Chama*: Milicianos e Guardas Nacionais no Rio Grande do Sul (1825-1845) editora UFSM. Santa Maria, 2005.

_____. *O Império e as Revoltas*: Estado e nação nas trajetórias dos militares do exército imperial no contexto da Guerra dos Farrapos. *Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, 2013.

RIBEIRO, Max R. P. *Estratégias Indígenas na Fronteira Meridional*: os guaranis missionários após a conquista lusitana (Rio Grande de São Pedro, 1801-1834) Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, PPG de História. Porto Alegre/RS, 2013.

REIS, João José (org.). *Escravidão e invenção da liberdade*. Estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

_____. SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito*: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____ ; GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um Fio* - História dos Quilombos no Brasil. São Paulo, Cia. das Letras, 1996.

RODRIGUES, Jaime. *De Costa a Costa*. Escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860). São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

_____. *O Infame Comércio*: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). Campinas: Unicamp, 2000.

ROWLAND, Robert. Práticas de nomeação em Portugal durante a Época Moderna: ensaio de aproximação. *Etnográfica*, Lisboa, v. 12, n. 1, p. 17-43, maio 2008.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Através de um prisma africano*: uma nova abordagem ao estudo da diáspora africana no Brasil Colonial. *Revista Tempo*. núm. 12, Universidade Federal Fluminense Niterói, Brasil. Dezembro, 2001, pp. 11-50

RUBERT, Arlindo. *As Freguesias de Caçapava e de Santaninha*. Canoas: La Salle, 1956.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987.

SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo*: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SAMARA, Eni de Mesquita. *Mulheres chefes de domicílio*: uma análise comparativa do Brasil no século XIX. *História*, São Paulo, v. 12, p.49-61, 1993.

_____, *Lavoura Canavieira, Trabalho Livre e Cotidiano*: Itu, 1780 – 1830. Editora: EDUSP. São Paulo, 2005.

SANTOS, Corcino Medeiros dos. *Economia e Sociedade do Rio Grande do Sul*: Século XVIII. Editora Nacional. São Paulo, 1984.

SANTOS, Sherol dos. *A Família Escrava em Santo Antonio da Patrulha (1780/1830)*. São Leopoldo, PPGH/Unisinos, 2009. [Dissertação de mestrado]

SCOTT, Ana Silvia Volpi. Famílias, formas de união e reprodução social no nordeste português. (Séculos XVIII e XIX). Oikos Editora; Editora UNISINOS. São Leopoldo, 2012.

SCHERER, Jovani de Souza. *Experiências de busca da liberdade*: alforria e comunidade africana em Rio Grande, séc. XIX. São Leopoldo: PPGH/UNISINOS, 2008.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos*: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.

SELISTER, Michelle Raupp. *"A viúva rica com um olho chora e o outro repica": viúvas no Rio Grande de São Pedro na segunda metade do século XVIII*. Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2012. (Dissertação Mestrado)

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. Tomo 1 e 2. Rio de Janeiro, Oficinas da S. A. Litho-Litotipographia Fluminense, 1922. (Edição fac-símile da 2ª edição, de 1813, sendo a 1ª edição de Lisboa, Officina de Simão Thadeo Ferreira, em 1789)

SILVA, Elmar Manique. *Ligações externas da economia gaúcha (1736-1890)*. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sérgio (ORG.). *RS: Economia e Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, pp. 55-92.

SLENES, Robert. *Na Senzala, Uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava no sudeste do Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOUZA, Cecília de F. TINOCO, Ilda de F. F. SARTOR, Valmir. *Informações básicas para projetos de construções rurais*. Bovinos de Corte. Universidade Federal de Viçosa. Centro de Ciências Agrárias e Departamento de Engenharia Agrícola. Área de Construções Rurais e Ambiente. (Unidade 2). Viçosa, Minas Gerais, 2003.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador; a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TEIXEIRA, Luana. *Muito mais que Senhores e Escravos: relações de trabalho, conflitos e mobilidade social em um distrito agropecuário do sul do Império do Brasil (São Francisco de Paula de Cima da Serra, RS, 1850-1871)*. Florianópolis: PPGH/UFSC, 2008. (Dissertação de Mestrado).

TOLMASQUIM, Mauricio Tiommo. *O Brasil e o Ciclo de Kondratieff e o Julgar segundo a obra de Ignácio Rangel*. Revista de Economia Política, vol, 11 n.º 4 (44), outubro-dezembro: 1991.

TORRES, Euclides. *A Patrulha de Sete João*. JÁ Editora. Porto Alegre, 2005.

_____. *Farrapos & Sabinos*. JÁ Editora. Porto Alegre, 2011.

THOMPSON, Edward P. *Senhores e Caçadores: a origem da lei negra*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha; FARINATTI, Luís Augusto. *A Fronteira Manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX)*. In: HEINZ, Flávio. (org.) *Experiências*

Nacionais, Temas Transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina. São Leopoldo: Oikos, 2009.

THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. *A criminalidade na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (1845-1889).* Artigo apresentado no IX Encontro Estadual de História Vestígios do Passado, 2008.

TURNER, Frederick Jackson. *O Significado da Fronteira no Oeste Americano.* In: KNAUSS, Paulo (org). *Oeste Americano: 4 ensaios de História dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner.* Niterói: EDUFF, 2004.

VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a Paróquia e a Corte: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889).* Editora UFSM: Santa Maria, 2010.

_____. *Das charqueadas para os cafezais? o comércio de escravos envolvendo as charqueadas de Pelotas (RS) entre as décadas de 1850 e 1880.* Artigo apresentado no V encontro de Escravidão e Liberdade. Porto Alegre, 2011.

_____. *Uma fonte, muitas possibilidades: as relações sociais por trás dos inventários post-mortem.* Anais: produzindo história a partir de fontes primárias / 11. Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 09 e 10 de setembro de 2013. – Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2013.

_____. *Das charqueadas para os cafezais? O tráfico inter-provincial de escravos envolvendo as charqueadas de Pelotas (RS) entre as décadas de 1850 e 1880.* In: XAVIER, Regina. (Org.). *Escravidão e liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise.* São Paulo: Alameda, 2012.

_____. *Pelas margens do Atlântico: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de Charqueadas em Pelotas.* Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. (Tese de Doutorado)

VERSIANI, Flávio Rabelo & VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. *Posse de Escravos e Estrutura da Riqueza no Agreste e Sertão de Pernambuco: 1777 – 1887.* Est. Econ., São Paulo, V.33, Nº2. P. 353 – 393. Abril – Junho 2003.

VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil.* v. 1. Belo Horizonte: Itatiaia, Niterói: EDUFF, 1987.

XAVIER, Regina Célia Lima. *A conquista da liberdade. Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX.* Campinas: CMU/Unicamp, 1996.

_____, Regina. *A Escravidão no Brasil Meridional e os Desafios historiográficos.* In. : *RS Negro* [recurso eletrônico]: cartografias sobre a produção do conhecimento/ organizadores SILVA, G; SANTOS, J. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

ZARTH, Paulo Afonso. *História Agrária do Planalto Gaúcho 1850-1920*. Transformações no Rio Grande do Sul do século XIX. Ijuí: Editora Unijuí, 1997.

_____. *Do Arcaico ao Moderno*. Transformações no Rio Grande do Sul do século XIX. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

WEBLING, Arno; WEBLING, Maria José C. M. *Formação do Brasil Colonial*. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1999.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *A gente da Felisberta: consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação (c. 1847 – tempo presente)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

_____. *Os nomes da liberdade: ex-escravos na serra gaúcha no pós-abolição*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

WITTER, Nikelen Acosta. *Dizem Que Foi Feitiço: as práticas de cura no sul do Brasil (1845 a 1880)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

Anexo – 1: Lista de Fogos de Caçapava (1830)

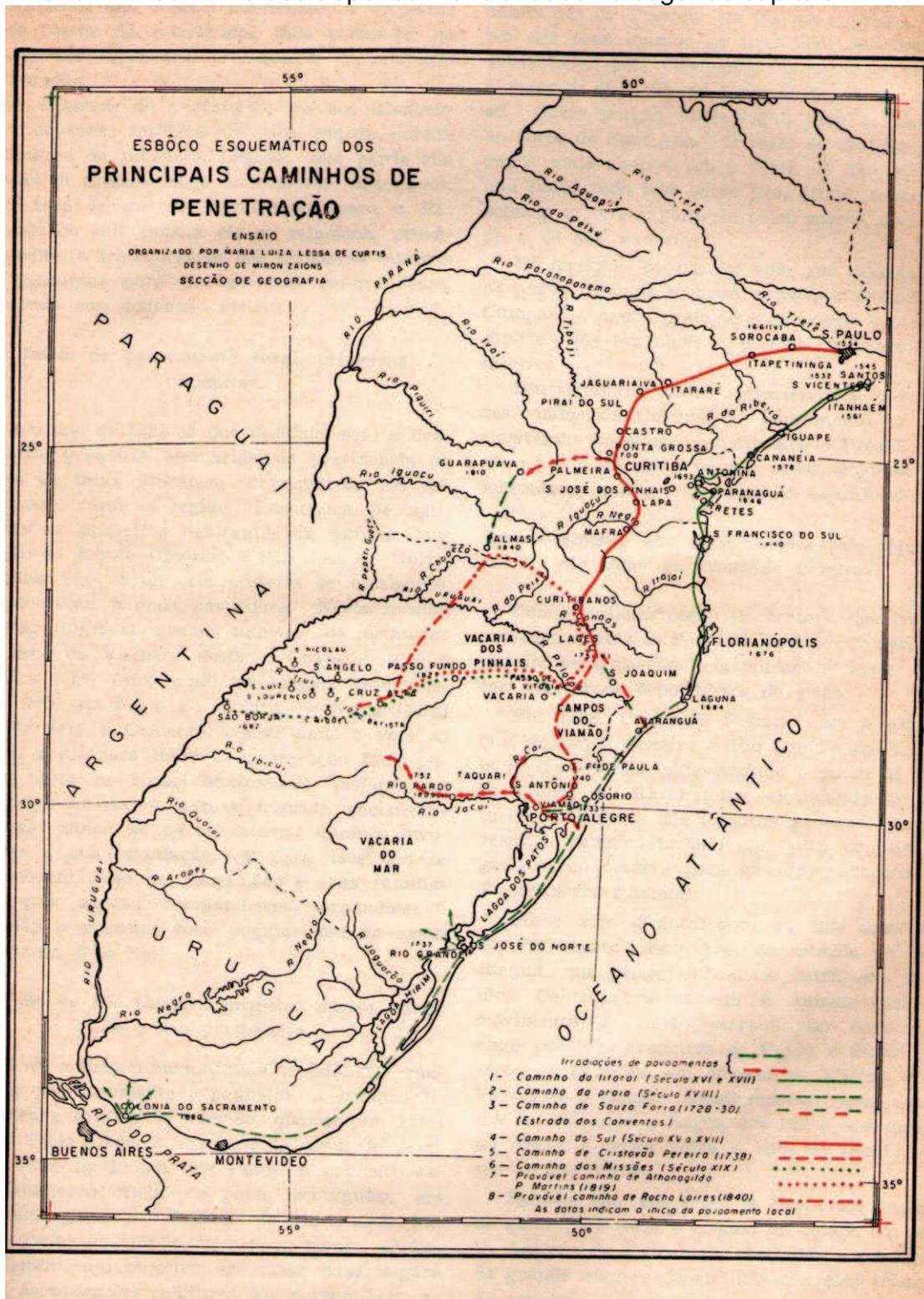
177 ...
178 ...
179 ...
180 ...
181 ...
182 ...
183 ...
184 ...
185 ...
186 ...
187 ...
188 ...
189 ...
190 ...
191 ...
192 ...
193 ...
194 ...
195 ...
196 ...
197 ...
198 ...
199 ...
200 ...

201 ...
202 ...
203 ...
204 ...
205 ...
206 ...
207 ...
208 ...
209 ...
210 ...
211 ...
212 ...
213 ...
214 ...
215 ...
216 ...
217 ...
218 ...
219 ...
220 ...

221 ...
222 ...
223 ...
224 ...
225 ...
226 ...
227 ...
228 ...
229 ...
230 ...
231 ...
232 ...
233 ...
234 ...
235 ...
236 ...
237 ...
238 ...
239 ...
240 ...

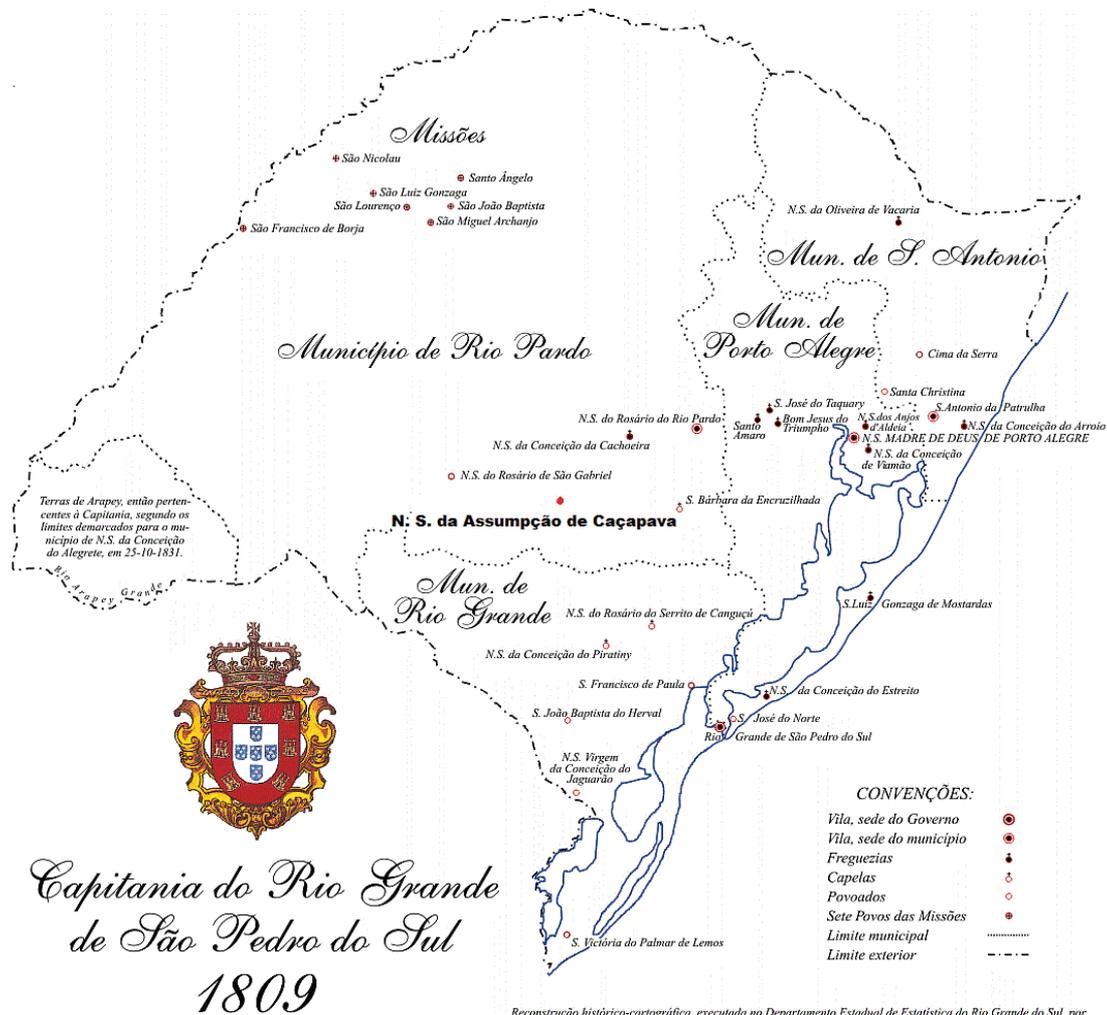
241 ...
242 ...
243 ...
244 ...
245 ...
246 ...
247 ...
248 ...
249 ...
250 ...
251 ...
252 ...
253 ...
254 ...
255 ...
256 ...
257 ...
258 ...
259 ...
260 ...

Anexo – 2: Caminho dos tropeiros mencionados no segundo capítulo.



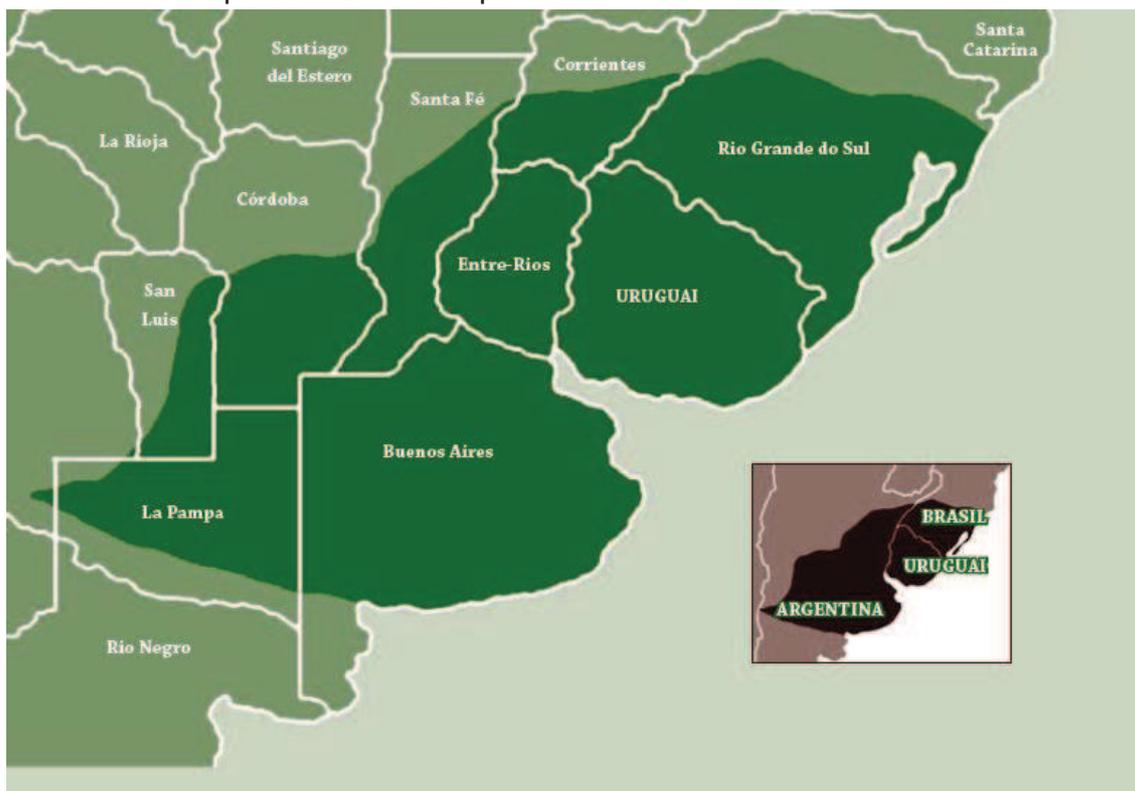
Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/boletim-geografico/rs/article/viewFile/3257/3329>

Anexo – 3: Mapa do Rio Grande do Sul em 1809, alguns anos antes da confecção a lista de fogos aqui analisada.



Anexo – 4: Mapa do Bioma Pampa com suas divisões.

Fonte: Mapa do Bioma Pampa (Pastizales). Fonte: ONG Bird Life International e SAVE disponível em: <https://centrodeestudosambientais.wordpress.com/tag/pampa-uruguaio/> acesso em 22/08/17

Anexo – 5: Mapa do Bioma Pampa.

Fonte: Mapa do Bioma Pampa disponível em: <http://biomadospampas.blogspot.com.br/2013/> acesso em 22/08/17